



# **SENADO FEDERAL**

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

### **PAUTA DA 27ª REUNIÃO**

**(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)**

**19/06/2019  
QUARTA-FEIRA  
às 10 horas**

**Presidente: Senador Nelsinho Trad  
Vice-Presidente: Senador Marcos do Val**



**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

**27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 19/06/2019.**

# **27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA**

## ***Quarta-feira, às 10 horas***

# **SUMÁRIO**

### **1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	<b>MSF 24/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR MAJOR OLIMPIO</b>	<b>8</b>
2	<b>MSF 26/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR FLÁVIO BOLSONARO</b>	<b>68</b>

### **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	<b>MSF 23/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ANTONIO ANASTASIA</b>	<b>158</b>
2	<b>MSF 25/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ESPERIDIÃO AMIN</b>	<b>185</b>

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val

(18 titulares e 18 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PRB, PP)</b>			
Mecias de Jesus(PRB)(11)	RR	1 Renan Calheiros(MDB)(11)	AL (61) 3303-2261
Jarbas Vasconcelos(MDB)(11)	PE	2 Fernando Bezerra Coelho(MDB)(11)	PE (61) 3303-2182
Marcio Bittar(MDB)(11)	AC	3 Simone Tebet(MDB)(10)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614
Esperidião Amin(PP)(13)	SC	4 Ciro Nogueira(PP)(5)	PI (61) 3303-6185 / 6187
VAGO(6)(19)		5 Vanderlan Cardoso(PP)(12)	GO
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL(PSDB, PODEMOS, PSL)</b>			
Antonio Anastasia(PSDB)(8)	MG (61) 3303-5717	1 Roberto Rocha(PSDB)(8)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508
Mara Gabrilli(PSDB)(8)	SP	2 Orlan Guimaraes(PODEMOS)(9)	PR
Romário(PODEMOS)(9)	RJ (61) 3303-6517 / 3303-6519	3 Flávio Bolsonaro(PSL)(15)	RJ
Major Olimpio(PSL)(14)	SP	4 Soraya Thronicke(PSL)(16)	MS
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente(REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)</b>			
Kátia Abreu(PDT)(3)	TO (61) 3303-2708	1 Acir Gurgacz(PDT)(3)	RO (061) 3303-3131/3132
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP (61) 3303-6568	2 Flávio Arns(REDE)(3)	PR (61) 3303-2401/2407
Marcos do Val(CIDADANIA)(3)	ES	3 Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3)	PB 3215-5833
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)</b>			
Renilde Bulhões(PROS)(7)(18)	AL	1 Humberto Costa(PT)(7)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Jaques Wagner(PT)(7)	BA	2 Telmário Mota(PROS)(17)(7)	RR (61) 3303-6315
<b>PSD</b>			
Nelsinho Trad(2)	MS	1 Arolde de Oliveira(2)	RJ
Angelo Coronel(2)	BA	2 Carlos Viana(2)	MG
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC)</b>			
Chico Rodrigues(DEM)(4)	RR	1 Marcos Rogério(DEM)(4)	RO
Zequinha Marinho(PSC)(4)	PA	2 Maria do Carmo Alves(DEM)(4)	SE (61) 3303-1306/4055

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- (4) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (5) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- (8) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- (9) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Orlan Guimaraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLI).
- (10) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- (11) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- (12) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (13) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (14) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (15) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (16) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGRÃO).
- (17) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- (18) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- (19) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS  
SECRETÁRIO(A): FLÁVIO EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS  
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496  
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
E-MAIL: [cre@senado.leg.br](mailto:cre@senado.leg.br)





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**56ª LEGISLATURA**

Em 19 de junho de 2019  
(quarta-feira)  
às 10h

**PAUTA**  
27ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA**  
**NACIONAL - CRE**

<b>1ª PARTE</b>	Indicação de Autoridade
<b>2ª PARTE</b>	Deliberativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão da MSF 25/2019 (19/06/2019 09:21)
2. Textos legislativos (19/06/2019 09:28)

**1ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 24, DE 2019****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Major Olimpio

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1 - Em 13/06/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

*2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

**ITEM 2****MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2019****- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*1 - Em 13/06/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

*2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

**2ª PARTE**

# PAUTA

## ITEM 1

### MENSAGEM (SF) Nº 23, DE 2019

#### - Não Terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

## ITEM 2

### MENSAGEM (SF) Nº 25, DE 2019

#### - Não Terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)  
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

# **1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE**

**1**



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Major Olimpio

## **PARECER Nº       , DE 2019**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 24, de 2019 (MSG nº 116/2019), da Presidência da República, *que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.*



SF/19466.25350-13

Relator: Senador **MAJOR OLÍMPIO**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

Filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercília Fava Simas Magalhães, o Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES nasceu em 21 de setembro, em Milão, Itália.

No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1974. No Curso de Altos Estudos, em 1993, apresentou a tese “O Tratado de Cooperação Amazônica - um instrumento de ação diplomática”.

O indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1975 e Segundo-Secretário em 1978. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1981; a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe em 1994; a Ministro de Primeira Classe em 2001, tendo ingressado no quadro especial em 2015.

Como Primeiro-Secretário, serviu nas Embaixadas em Washington (1979-82); La Paz (1982-85), Paris (1985-87). Como Conselheiro, serviu na Missão junto a Organização dos Estados Americanos – OEA (1991-94). Como Ministro-Conselheiro, na Missão Permanente em Genebra (1997-2001). Foi Cônsul-Geral em Montevideu (2002-14); e Embaixador nos seguintes postos: Rabat (2003-08); Varsóvia (2008-12) e, desde 2017, Assunção (Paraguai). Em 2000, foi Representante Alternado do Brasil junto à Organização Mundial de Comércio, em Genebra, e Coordenador-Geral das Negociações Mercosul-União Europeia no ano de 2001.

No ano de 2003, o indicado foi agraciado com a Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial.

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Portuguesa. Constam informações acerca das relações bilaterais, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

As relações com Portugal têm experimentado renovado impulso nos últimos anos. Portugal desempenha importante papel, por exemplo, no quadro de nossas relações com a Europa, com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e com os países de língua portuguesa. Cuida-se de interlocutor privilegiado para o Brasil. Acrescente-se a isso as afinidades de interesses que mantemos com aquele país no plano multilateral, bem como a estimativa do número de 116 mil brasileiros que vivem em Portugal.



Cumprе lembrar que, após anos de baixo crescimento, Portugal, desde 2014, passou a apresentar números positivos. O Banco de Portugal vê o investimento como um dos principais motores para o crescimento do país.

Nada mais podendo ser aduzido nesse informe, que possui o escopo apenas de Relatório para subsidiar a sabatina e os votos dos membros desta Comissão, reitero o grande valor pessoal e profissional do diplomata indicado.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2019.

, Presidente

**Senador Major Olimpio, Relator**



SF/19466.25350-13



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) Nº 24, DE 2019

(nº 116/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 116

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Os méritos do Senhor Carlos Alberto Simas Magalhães que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de abril de 2019.

EM nº 00076/2019 MRE

Brasília, 29 de Março de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES**, ministro de primeira classe do quadro especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo*

00001.001963/2019-39

OFÍCIO Nº 64 /2019/CC/PR

Brasília, 10 de abril de 2019.

A sua Excelência o Senhor  
Senador Sérgio Petecão  
Primeiro Secretário  
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

## INFORMAÇÃO

### **CURRICULUM VITAE**

#### **MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES**

CPF.: 067.656.531-04

ID.: 2441 MRE

1950 Filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercília Fava Simas Magalhães, nasce em 21 de setembro, em Milão, Itália (brasileiro de acordo com o Inciso II, do Art. 129, capítulo I, Constituição de 1946)

#### **Dados Acadêmicos:**

1974 CPCD - IRBr

1993 CAE - IRBr, O Tratado de Cooperação Amazônica - Um instrumento de Ação Diplomática

#### **Cargos:**

1975 Terceiro-Secretário

1978 Segundo-Secretário

1981 Primeiro-Secretário, por merecimento

1987 Conselheiro, por merecimento

1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2001 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

2015 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

#### **Funções:**

1975 Departamento de Organismos Internacionais, assistente

1975-79 Divisão das Nações Unidas, assistente

1979-82 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário

1982-85 Embaixada em La Paz, Primeiro Secretário

1985-87 Embaixada em Paris, Primeiro Secretário

1987-91 Coordenação de Documentação Diplomática, Chefe

1991-94 Missão junto à OEA, Washington, Conselheiro

1994-97 Divisão do Mercado Comum do Sul, Chefe

1995 Comissão de Comércio do Mercosul, Chefe de delegação

1997-2001 Missão Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro

2000 Representante Alternado do Brasil junto à Organização Mundial de Comércio, Genebra

2001-03 Presidência da República, Representação Especial para Assuntos do Mercosul (REPSUL), Chefe, substituto

2001 Coordenação-Geral das Negociações Mercosul-União Européia, Coordenador-Geral

2003-08 Embaixada em Rabat, Embaixador

2008-12 Embaixada em Varsóvia, Embaixador

20012-14 Consulado-Geral em Montevideu, Cônsul-Geral

2014-15 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Chefe de Gabinete

2015-17 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral

2017 Embaixada em Assunção, Embaixador

**Condecorações:**

2003          Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

***JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS***

Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Departamento da Europa**  
**Divisão da Europa Meridional e da União Europeia**

## PORTUGAL



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**março de 2019**

## DADOS BÁSICOS

<b>NOME OFICIAL</b>	<b>República Portuguesa</b>
<b>GENTÍLICO</b>	<b>Português / portuguesa</b>
<b>CAPITAL</b>	<b>Lisboa</b>
<b>ÁREA</b>	<b>92 mil km²</b>
<b>POPULAÇÃO (2018)</b>	<b>10,20 milhões</b>
<b>LÍNGUA OFICIAL</b>	<b>Português</b>
<b>RELIGIÕES</b>	<b>Catolicismo (84,5%); nenhuma (13%); outras religiões cristãs (2%)</b>
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	<b>Republicano Parlamentarista ou "Semipresidencialista"</b>
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>Unicameral (Assembleia da República)</b>
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	<b>Presidente Marcelo Rebelo de Sousa</b>
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	<b>Primeiro-Ministro António Costa</b>
<b>MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</b>	<b>Augusto Santos Silva</b>
<b>PIB NOMINAL (2018, FMI)</b>	<b>US\$ 238 bilhões</b>
<b>PIB PPP (2018, FMI)</b>	<b>US\$ 328 bilhões</b>
<b>PIB NOMINAL PER CAPITA (2018, FMI)</b>	<b>US\$ 28.446</b>
<b>PIB PPP PER CAPITA (2018, FMI)</b>	<b>US\$ 23.175</b>
<b>VARIAÇÃO DO PIB (FMI)</b>	<b>-1,13% (2013), 0,91% (2014), 1,47% (2015), 1,40% (2016), 2,49% (2017) 1,8% (2018)</b>
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	<b>Euro</b>
<b>IDH</b>	<b>0,83 – muito elevado (43°)</b>
<b>EXPECTATIVA DE VIDA</b>	<b>80,9 anos</b>
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2018)</b>	<b>7,0%</b>
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA</b>	<b>Jorge Tito de Vasconcelos Nogueira Dias Cabral</b>
<b>EMBAIXADOR EM LISBOA</b>	<b>Luiz Alberto Figueiredo Machado</b>
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA</b>	<b>116.000 (est.)</b>

## **APRESENTAÇÃO**

O território da República Portuguesa compreende uma parte continental e duas regiões autónomas: os arquipélagos dos Açores e da Madeira. É a nação mais a ocidente do continente europeu. O território dentro das fronteiras atuais da República Portuguesa tem sido continuamente povoado desde os tempos pré-históricos. Fez parte do Império Romano e, mais tarde, foi ocupado pelos visigodos. No século VIII, a região foi invadida pelos árabes. A independência do Reino de Portugal ocorreu em 1143 - após a reconquista cristã. Nos séculos XV e XVI, como resultado do pioneirismo na Era dos Descobrimentos, Portugal estabeleceu um império que incluía possessões na África, Ásia, Oceania e América do Sul, tornando-se o primeiro império global da história.

## **PERFIS BIOGRÁFICOS**

### **Marcelo Rebelo de Sousa** **Presidente da República Portuguesa**



Nasceu em Lisboa, em 12 de dezembro de 1948. Seu pai, Baltazar Rebelo de Sousa, havia sido Ministro de Saúde e Assistência, das Corporações e da Previdência Social e do Ultramar entre 1970 e 1974.

Bacharel e doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, da qual é professor catedrático, desenvolveu também carreira no jornalismo, tendo sido diretor do jornal "Expresso" (1980-1983) e comentarista político em canais de televisão (2000-2015). Casado, tem dois filhos e cinco netos.

Integra o Partido Social-Democrata (centro-direita) desde 1974, ano da Revolução dos Cravos. Presidiu o partido entre 1996 e 1999. Exerceu as funções de: Deputado constituinte (1975); Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (1981); ministro dos Assuntos Parlamentares (1982); Deputado europeu (1997-1999); Conselheiro de Estado (2000-2001 e 2006-2016). Foi eleito Presidente em 24 de janeiro de 2016.



**António Luís Santos da Costa**  
**Primeiro-Ministro**



Nasceu em Lisboa, em 17 de julho de 1961. Graduou-se em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e fez pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa. Filiou-se à Juventude Socialista (JS) em 1975, aos 14 anos. Em novembro de 2014, tornou-se Secretário-Geral do Partido Socialista (PS). Exerceu as funções de Deputado (1991-2009), Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (1995-1997), Ministro dos Assuntos Parlamentares (novembro de 1997), ministro da Justiça (1999-2002), líder da bancada do PS na Assembleia da República (2002-2004), Deputado e vice-Presidente do Parlamento Europeu (2004-2005), Ministro de Estado e da Administração Interna (2005-2007) e Prefeito de Lisboa, por três mandatos (2007-2015). Assumiu o cargo de Primeiro-Ministro em 26 de novembro de 2015.

É considerado político habilidoso, tendo demonstrado em diversas ocasiões a capacidade de promover convergências. Em 1989, foi um dos responsáveis pela negociação da aliança entre o PS e o Partido Comunista Português (PCP), que conduziu Jorge Sampaio à Prefeitura de Lisboa (1989-2001). Para construir a maioria que viabilizou sua indicação a Primeiro-Ministro, obteve o apoio do Bloco de Esquerda (BE), do Partido Comunista Português (PCP) e do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV).

## RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais Brasil-Portugal, historicamente densas, têm recebido renovado impulso político nos últimos anos, em reconhecimento de seu papel no quadro de nossas relações com a Europa, com a OCDE e com os países de língua portuguesa, bem como das abundantes afinidades de interesses no plano multilateral.

O excelente relacionamento com Portugal favorece a observação dos desdobramentos e negociações que têm lugar no âmbito europeu. Facilita, ainda, a defesa de interesses brasileiros, tanto no plano bilateral quanto no âmbito europeu e até mesmo no âmbito multilateral. Portugal tem apoiado as negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE, tendo-se engajado na sensibilização de seus parceiros europeus para a troca de ofertas entre os blocos.

O ex-Presidente Michel Temer visitou Portugal em abril de 2015, na capacidade de vice-Presidente, e o Presidente Marcelo Rebelo e o Primeiro-Ministro António Costa, estiveram no Brasil durante os Jogos Olímpicos em 2016, quando houve retomada das cimeiras, que haviam sido interrompidas no governo anterior. Ainda em 2016, os dois mandatários portugueses participaram, em Brasília, da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (31/10 e 01/11/2016) e da XII Cimeira Bilateral Brasil-Portugal (01/11/2016).

Em 10/01/2017, o ex-Presidente Temer encontrou-se, em Lisboa, com o Presidente Marcelo Rebelo, por ocasião das exéquias do ex-Presidente e ex-Primeiro-Ministro Mário Soares. Em junho, o Presidente Marcelo Rebelo e o Primeiro-Ministro António Costa estiveram no Rio de Janeiro e em São Paulo, para participar das comemorações da data nacional portuguesa (10 de junho – Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas). Nos dias 29 e 30/08/2017, o então presidente Temer realizou escala em Lisboa, a caminho da China, e manteve encontro com o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, esteve no Brasil por três vezes em 2017: em 29/03 e 19/07, para reuniões com o então ministro Aloysio Nunes, em Brasília; e de 22 a 25/11, em visita orientada a contatos com a comunidade portuguesa e encontros empresariais, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 21 de março de 2018, por ocasião do 8º Fórum Mundial da Água (19-23/03/2018), a Secretária de Estado Teresa Ribeiro foi recebida, em Brasília, pelo ex chanceler Aloysio Nunes. Aguarda-se a vinda do Secretário de Estado Brilhante Dias ao Brasil em 9 de maio de 2019.

### **Assuntos Consulares**

A comunidade brasileira em Portugal é uma das maiores comunidades do mundo. É composta, sobretudo, por estudantes e profissionais liberais. Há diversas associações comunitárias que atendem o público brasileiro no país. Existem representações consulares brasileiras em Lisboa, Porto e Faro. A comunidade brasileira em Portugal é estimada em cerca de 116.000 pessoas.

### **POLÍTICA INTERNA**

O atual governo do Partido Socialista (PS), viabilizado no Parlamento pelos partidos de esquerda (Bloco de Esquerda – BE –, Partido Comunista Português – PCP – e Partido Ecologista "Os Verdes") e empossado em 26 de novembro de 2015, constitui composição inédita no sistema político português. Desde a redemocratização, em 1976, as funções executivas haviam sido exercidas unicamente pelos partidos do chamado “arco da governabilidade”, que incluía as forças de centro-esquerda (Partido Socialista), centro (Partido Social-Democrata – PSD) e centro-direita (Centro Democrático Social-Partido Popular – CDS-PP). O atual governo é o primeiro com suporte de partidos à esquerda do PS, os quais, no entanto, não integram o gabinete governamental. O acordo rendeu ao atual arranjo governativo o apelido de “geringonça”.

Nas eleições legislativas de 2015, nenhum dos partidos obteve maioria absoluta. O então Presidente Cavaco Silva reconduziu Pedro Passos Coelho, líder do partido com maior votação (PSD, em coligação com o CDS, com 38,5% dos votos), à chefia do Governo. No entanto, a Assembleia da República, integrada majoritariamente pelos partidos de centro-esquerda e esquerda (122 dos 230 deputados), aprovou moção de rejeição ao programa de governo apresentado pelo PS, acarretando a demissão do XX Governo Constitucional, que durou menos de um mês. Cavaco Silva, impossibilitado de convocar novas eleições, viu-se obrigado a dar posse a António Costa, após o PS firmar “acordos de incidência parlamentar” com os partidos de esquerda.

A despeito de algum ceticismo inicial, a aposta do Partido Socialista tem-se mostrado exitosa, tanto em matéria de estabilidade governativa quanto em aprovação popular. A tônica tem sido combinar o gradual relaxamento na austeridade fiscal - principal marca da gestão anterior - com a consecução de metas fiscais ligeiramente mais rigorosas que as demandadas pela União Europeia.

Fator decisivo para a estabilidade da atual solução governativa é a ascensão de Marcelo Rebelo de Sousa (PSD) à Presidência da República. Eleito em 24 de janeiro de 2016, Marcelo Rebelo de Sousa assumiu posição diversa da adotada por Cavaco Silva, acusado por opositores de partidismo. Rebelo adotou discurso de independência, conciliação e afastamento das disputas partidárias, posição corroborada por suas primeiras

decisões, como, por exemplo, a indicação de integrantes do Conselho de Estado. Ademais, tem bom relacionamento pessoal com o Primeiro-Ministro António Costa, que foi seu aluno na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

É emblemático o exemplo do Partido Social Democrata (PSD), principal agremiação da oposição, que, sob a nova liderança de Rui Rio, tem adotado posição por vezes conciliatória com o governo António Costa. Quanto às esquerdas, tem-se notado algum distanciamento em relação ao PS, sobretudo após derrotas eleitorais face a esse partido nas eleições municipais de 2017. Nesta fase pré-eleitoral, as esquerdas reavaliam os dividendos da parceria. As avaliações mais recentes sugerem, contudo, que, mantidas as projeções eleitorais atuais, a "geringonça" tende a ser renovada.

O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, eleito em plataforma eleitoral independente, mas oriundo do PSD, tem desempenhado papel crucial no arrefecimento de determinadas polémicas e, assim, contribuído para a governabilidade. Seus elevados índices de popularidade e sua fina sintonia com os anseios da população têm sido instrumentais também em intervenções pontuais, a exemplo de vetos a projetos de lei em temas controvertidos e da advertência ao governo por ocasião dos incêndios florestais de 2017.

Em 2019 serão realizadas em Portugal eleições para o Parlamento Europeu (maio), bem como para a Assembleia da República (outubro).

## **POLÍTICA EXTERNA**

O MNE Augusto Santos Silva tem propugnado voz mais ativa da diplomacia portuguesa nos foros de que participa e a valorização institucional do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O alcance desse segundo objetivo tem sido facilitado por sua precedência entre os Ministros – a segunda figura do Governo, após o PM António Costa.

A nova agenda internacional e a necessidade de prestar apoio adequado ao significativo número de portugueses residentes em outros países levaram à atualização das vertentes norteadoras da diplomacia portuguesa, com a inclusão de três novos eixos: o fortalecimento do multilateralismo, a internacionalização da economia portuguesa e as comunidades portuguesas no exterior.

Santos Silva tem reiterado a vocação histórica de Portugal, muito viva na identidade nacional, de estabelecer pontes entre a Europa e os outros continentes, manifestando a intenção de trabalhar pelo aprofundamento das relações com o Mediterrâneo e o Norte da África e com o Atlântico Sul – tanto América Latina como África Ocidental.

A participação na construção europeia e o relacionamento com os demais sócios da União Europeia (UE) ocupam lugar central na agenda externa portuguesa, em virtude da importância da UE para o desenvolvimento do país nas últimas décadas. O "eixo do Atlântico" refere-se, sobretudo, à segurança e à defesa da região do Atlântico, refletida na adesão de Portugal à OTAN e na sua relação com o Reino Unido e com os Estados Unidos. A cooperação entre os países lusófonos e a afirmação global da língua portuguesa são consideradas estratégicas para a política externa.

A promoção do multilateralismo é um dos principais objetivos da política externa portuguesa. Portugal atribui continuada importância às Nações Unidas (ONU). Membro de quase todas as principais organizações internacionais, Portugal foi eleito por três vezes para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), recebeu significativo número de votos para mandato recentemente concluído do Conselho de Direitos Humanos, e logrou eleger António Guterres para o cargo de secretário-geral das Nações Unidas. Em relação à reforma do CSNU, Portugal tem-se consistentemente manifestado de maneira favorável, mencionando, geralmente, apoio específico ao Brasil como membro permanente.

A importância das comunidades portuguesas no estrangeiro justificou a criação de um eixo autónomo da política externa portuguesa, responsável por contribuir para o bem-estar desses grupos e por explorar essa rede privilegiada de influência, para a promoção de interesses políticos, económicos e culturais de Portugal. A fim de compreender a dimensão deste fenómeno, vale ressaltar que, atualmente, cerca de um terço

dos portugueses e indivíduos com direito à cidadania portuguesa residem fora de Portugal. Acrescenta-se que existem dez comunidades com mais de 120.000 pessoas espalhadas pelo mundo, dispersas por três continentes (Europa, África e América), além de populações relevantes na Ásia e Oceania. Quatro deputados da Assembleia da República são eleitos pelas comunidades portuguesas no exterior

O MNE tem defendido o resgate da Europa como “espaço de liberdade e direitos, pluralismo e diversidade”, cobrando empenho de todos os países na busca de soluções que facultem conciliar a agenda social e humanitária da integração – livre circulação, políticas de vizinhança, cooperação e apoio ao desenvolvimento e políticas de asilo e acolhimento de refugiados – com a agenda de segurança – controle das fronteiras externas da União e luta contra o terrorismo.

O eixo lusófono é considerado prioritário por Portugal, à medida que o credencia, dentro e fora da Europa, como interlocutor privilegiado dos demais países de língua portuguesa, em especial de Angola, de Moçambique e do Brasil. Trata-se do espaço em que Portugal concentra o maior volume de iniciativas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, por meio de Programas Estratégicos de Cooperação com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, implementados pelo Instituto Camões. A CPLP vem assim assumindo papel central na política externa portuguesa, pois é ali que Portugal se sente entre iguais; é dali que poderá obter papel mais relevante na Europa e no mundo; e extrair dividendos para uma melhor sustentação de sua economia.

Além das vertentes já referidas, Portugal dedica especial atenção ao desenvolvimento das relações com o Mediterrâneo e o norte da África, seu entorno geográfico mais amplo. Os países do Magrebe são considerados prioritários, tanto do ponto de vista do relacionamento econômico-comercial, quanto pelas considerações de segurança do continente europeu. Portugal mantém encontros de cúpula regulares com Marrocos (segundo maior parceiro comercial de Portugal na África), Argélia e Tunísia.

### **RELAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA**

No âmbito europeu, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e o Primeiro-Ministro António Costa, assim como outros membros do governo português, tem-se manifestado consistentemente em favor do projeto europeu e da busca de soluções solidárias para os problemas mais prementes da região, como a questão das migrações, sempre reafirmando a importância da valorização dos princípios democráticos e da proteção dos direitos humanos e das liberdades individuais. Rebelo de Sousa, em particular, tem-se valido de palcos nacionais e multilaterais para exaltar os valores democráticos e de proteção aos cidadãos que definiriam a União Europeia, bem como para demonstrar sua preocupação com o aumento da tendência populista observada em vários

países da Europa, caracterizando tal movimento como uma das principais ameaças à União.

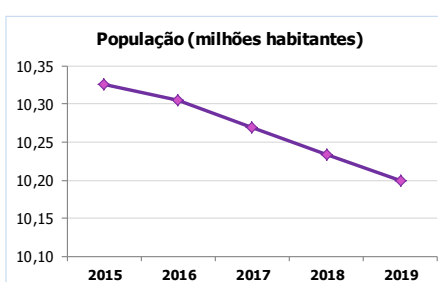
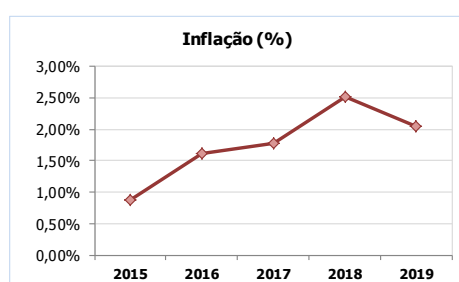
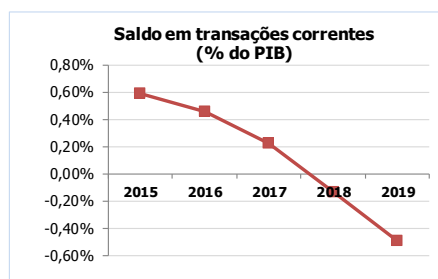
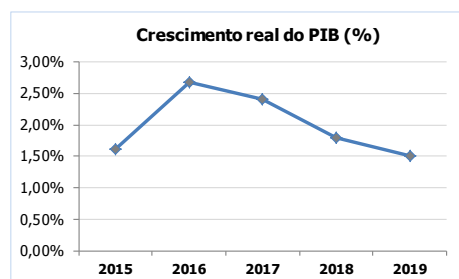
### **MIGRAÇÕES**

Portugal adotou recentemente diversos dispositivos legais com efeitos positivos para a situação dos imigrantes. Em 25 de junho de 2018, foi promulgada, pelo presidente Marcelo Rebelo de Sousa, modificação à Lei de Nacionalidade do país. Trata-se da oitava alteração da lei, cuja versão inicial data de 1981. Entre as principais alterações em relação ao instrumento anterior, a nova lei dispõe que os filhos de estrangeiros que residam em Portugal há dois anos podem ser considerados portugueses originários, exceto se declararem que não o desejam, invertendo a regra atual; e pais de portugueses de origem podem vir a ter acesso à nacionalidade dos filhos desde que residam em Portugal há pelo menos cinco anos, independentemente de sua situação legal.

A candidatura - vitoriosa - do português António Vitorino para o cargo de Diretor Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM) refletiu, igualmente, o interesse de Portugal no tema, não somente no nível interno ou europeu.

### **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

Após anos de baixo crescimento, Portugal voltou a apresentar números positivos desde 2014. O Banco de Portugal (BdP) espera que o investimento seja um dos principais motores do crescimento português. O BdP menciona a necessidade de processos de "destruição criativa", em que investimentos nos setores menos produtivos sejam substituídos por aqueles em setores mais dinâmicos. De maneira geral, o BdP acredita que o crescimento econômico do país está próximo do seu potencial. Os investimentos bilaterais igualmente decresceram nos últimos anos.





### CRONOLOGIA HISTÓRICA

1143	Fundação de Portugal por D. Afonso Henriques - Tratado de Zamora
1249	Fim da Reconquista cristã em Portugal
1297	Fixação das fronteiras - Tratado de Alcanices
1385	Batalha de Aljubarrota com Castela
1415	Conquista de Ceuta. Início da Expansão e das Descobertas
1419	Descoberta da Ilha da Madeira
1427	Descoberta do Arquipélago dos Açores
1456	Descoberta de Cabo Verde e da Guiné
1471	Descoberta de São Tomé e Príncipe
1419	Descoberta da Ilha da Madeira
1487	Passagem do Cabo da Boa Esperança
1494	Tratado de Tordesilhas
1498	Descoberta do caminho marítimo para a Índia
1500	Descoberta do Brasil
1697	Descoberta de ouro no Brasil
1703	Tratado de Methween com a Inglaterra
1727	Introdução de café no Brasil
1755	2ª fase da industrialização do país pelo Marquês de Pombal / Terramoto em Lisboa
1807/10	Invasões francesas. Partida da família real para o Brasil
1820	Revolução Liberal
1822	Independência do Brasil
1828/34	Guerras Liberais
1910	Implantação da República
1926	Ditadura militar
1933	Estado Novo (Salazar)
1961	Início da guerra colonial (Angola, Moçambique, Guiné)
1962	Perda das feitorias na Índia - Goa, Moçambique, Guiné
1974	"25 de Abril" ("Revolução dos cravos") - Início da II República
1975	Independência de Moçambique Independência de Cabo Verde Independência de São Tomé e Príncipe Independência de Angola

1976	Toma posse o I Governo Constitucional de Portugal
1986	Portugal entra na União Europeia
2002	O euro é adotado como moeda oficial.
2016	Início do mandato de Marcelo Rebelo de Sousa

### **CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

1822	Declaração da independência brasileira
1825	Reconhecimento da independência brasileira por Portugal por meio do Tratado de Paz e Aliança
1991	Realização da I Cimeira Brasil-Portugal
1996	Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP
2000	Assinatura de Tratado de Cooperação, Amizade e Consulta
2003	Assinatura do Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas; do Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais; e do Acordo de Cooperação para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes
2011	Visita da presidente Dilma Rousseff a Portugal (29 e 30 de março)
2011	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (26 a 28 de julho)
2012	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (3 a 8 de setembro)
2013	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (22 de maio)
2013	Visita do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, a Portugal (10 e 11 de abril)
2013	Visita da presidente da República, Dilma Rousseff, a Portugal (10 de junho)
2013	Realização da XI Cimeira Brasil-Portugal (10 de junho)
2014	Visita do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, a Portugal (20 de março)
2015	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Machete (4 a 7 de maio)
2016	O presidente Marcelo Ribeiro e o primeiro-ministro António Costa participam da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro.
2016	XII Cimeira Brasil-Portugal – Brasília, 1º de novembro
2017	Visita do presidente Michel Temer a Portugal (10/1)
2017	Reuniões em Brasília entre os chanceleres Augusto Santos Silva e Aloysio Nunes (29/3 e 19/7)
2017	O presidente Marcelo Ribeiro e o primeiro-ministro António Costa comemoram a

	data nacional portuguesa (10/6) junto às comunidades lusas no Rio de Janeiro e São Paulo
--	--

### ACORDOS BILATERAIS

<b>Título do Acordo</b>	<b>Data de celebração</b>	<b>Entrada em Vigor</b>	<b>Data de publicação</b>
Protocolo Adicional ao Trabalho de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude	05/05/2017	nd	Tramitação Congresso Nacional
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	01/11/2016	01/11/2016	10/11/2016
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Criação de um Prêmio de Literatura Infantil e Juvenil	01/11/2016	01/11/2016	09/11/2016
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Promoção da Igualdade de Gênero	19/05/2010	19/05/2010	01/12/2010
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa sobre a Implementação de Mecanismo de Consultas Políticas	28/10/2008	28/10/2008	03/11/2008
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o	28/10/2008	28/10/2008	03/11/2008

Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas sobre Nacionais no Exterior, Circulação de Pessoas e outros Temas Consulares			
Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	29/10/2005	01/11/2008	18/12/2008
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas da República Portuguesa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal	13/10/2005	nd	26/10/2005
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	13/10/2005	24/12/2009	06/10/2010
Protocolo de Colaboração Cinematográfica entre o Ministério da Cultura de Portugal através do Instituto do Cinema Audiovisual e Multimédia e Ministério da Cultura do Brasil através da Agência Nacional do Cinema do Brasil nos Domínios da Promoção e Distribuição de Obras Cinematográficas	13/10/2005	13/10/2005	26/10/2005
Protocolo de Cooperação no Domínio do Patrimônio Cultural Edificado entre o Ministério da Cultura de Portugal através do Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e o Ministério da Cultura do Brasil através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	13/10/2005		26/10/2005
Memorando de Entendimento entre o	08/03/2004	08/03/2004	15/03/2004

Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países.			
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas	11/07/2003	05/12/2007	08/04/2008
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Contratação Recíproca de Nacionais	11/07/2003	19/10/2003	24/07/2003
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes	11/07/2003	03/10/2004	24/07/2003
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Serviços Aéreos	11/11/2002	03/01/2007	09/03/2007
Protocolo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas, para o Estabelecimento de um Plano de Formação de Técnicos	12/06/2002	05/05/2004	06/05/2004
Protocolo de Operacionalização da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	05/09/2001	05/09/2001	18/02/2002
Convênio entre o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Instituto Camões do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal	05/09/2001	05/10/2001	18/02/2002

Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	05/09/2001	05/09/2001	12/03/2002
Memorandum de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para a Criação de Mecanismos de Consultas Bilaterais na Área de Cooperação para o Desenvolvimento	05/09/2001	05/07/2001	18/02/2002
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Técnico e de Apoio ou Serviço	05/09/2001	28/11/2004	04/02/2005
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	16/05/2000	05/10/2001	14/11/2001
Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	22/04/2000	05/09/2001	20/09/2001
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa Relativo ao Intercâmbio de Informações na Área das Telecomunicações.	17/04/1999	17/04/1999	12/05/1999
Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa sobre a Futura Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto Diplomático	15/04/1996	15/04/1996	20/11/1998
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a	20/07/1995	20/07/1995	07/08/1995

República Portuguesa sobre Consultas nos Planos Políticos, Económico e Cultural.			
Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países	20/07/1995	03/07/1997	25/07/1997
Protocolo de Alteração ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa sobre Transporte e Navegação	10/10/1994	10/12/1995	29/03/1996
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	09/02/1994	09/02/1994	24/02/1994
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Constituição de um Grupo de Cooperação Consular Luso-Brasileiro	07/05/1991	23/08/1993	14/11/1994
Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	01/12/1994	01/12/1994
Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	01/12/1994	05/12/1994
Ajuste Administrativo ao Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	25/03/1995	28/04/1995
Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o	07/05/1991	25/03/1995	18/04/1995

Governo da República Portuguesa			
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	20/04/1994	05/07/1994
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas	07/05/1991	18/06/1995	11/09/1995
Acordo de Intercâmbio Cultural através da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Biblioteca Nacional de Lisboa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	03/04/1987	03/04/1987	21/04/1987
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	05/05/1986	06/03/1990	13/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil Portugal de 07 de setembro de 1966, que põe em Vigor o Convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil e o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) de Portugal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	07/04/1983	07/04/1983	29/04/1983
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa.	03/02/1981	04/06/1985	17/06/1985
Acordo sobre Cooperação Econômica e	03/02/1981	17/06/1982	12/06/1982



Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa.			
Acordo, por Troca de Notas, Definindo e Pondo em Vigor o Ajuste entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e a Junta Nacional de Investigação Científica e Técnica de Portugal, de 02/02/81, como Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 07/09/66 entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa.	03/02/1981	03/02/1981	26/02/1981
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	23/05/1978	23/09/1980	22/10/1980
Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Cônsules de Carreira de ambos os Estados entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	29/05/1969	29/05/1969	26/12/1969
Acordo de Comércio entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	07/09/1966	21/04/1968	07/05/1968
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	07/09/1966	16/12/1967	18/01/1968
Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos.	18/06/1965	21/03/1968	16/04/1968
Tratado de Extradicação e Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	09/08/1960	09/08/1960	12/07/1957

Convenção Ortográfica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a República Portuguesa.	29/12/1943	01/01/1944	20/01/1944
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e da República Portuguesa.	02/04/1923	01/05/1923	10/12/1926
Convenção Especial sobre Propriedade Literária e Artística entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República de Portugal.	26/09/1922	09/04/1924	12/04/1924
Convenção de Arbitramento entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Reino de Portugal.	25/03/1909	29/05/1911	04/06/1911

### **DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS**

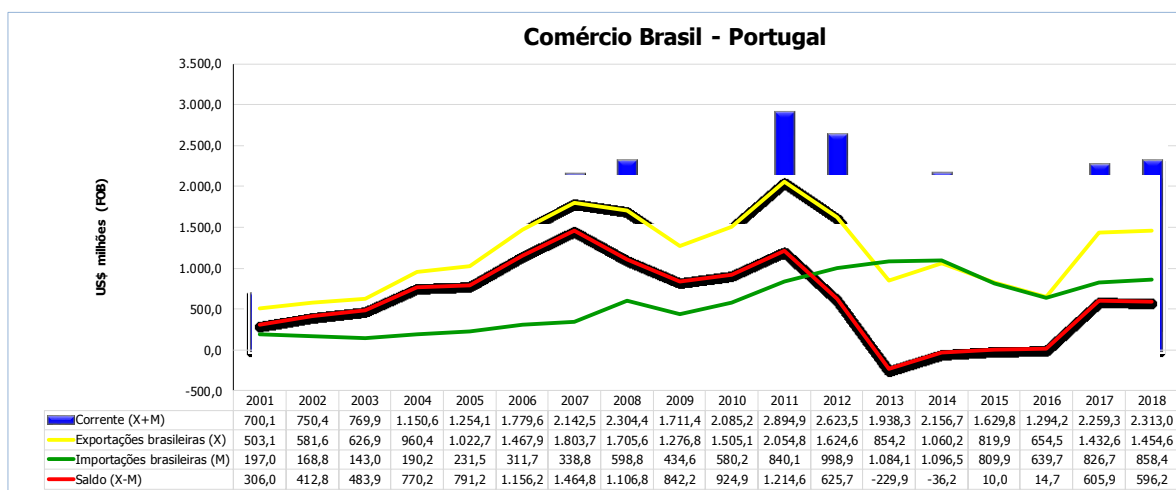
O intercâmbio comercial Brasil-Portugal está aquém das potencialidades. As trocas comerciais haviam caído de US\$ 2,8 bilhões para US\$ 1,3 bilhão no período 2011-2016, mas voltaram a crescer em 2017, atingindo US\$ 2,2 bilhões. A pauta comercial bilateral é marcada por produtos com baixo valor agregado. Produtos agrícolas (com destaque para azeite de oliva) compõem quase a metade das exportações portuguesas para o Brasil. Petróleo e produtos agrícolas (sobretudo soja) respondem por cerca de 60% do total exportado do Brasil para Portugal.

Estima-se haver atualmente cerca de 600 empresas portuguesas ou de capital português atuando no Brasil. Portugal, por sua vez, é uma porta preferencial para a entrada de investimentos brasileiros na Europa. As atividades do Grupo EDP no Brasil, por meio de suas subsidiárias "Energias do Brasil" e "EDP Renováveis", são responsáveis por cerca de 15% das receitas do grupo. A EDP possui mais de 2.600 funcionários no Brasil e atende a mais de 3 milhões de clientes.

Os maiores investimentos brasileiros em Portugal foram realizados pela Embraer, com a inauguração de duas fábricas, e pela Camargo Corrêa, proprietária da maior cimenteira portuguesa. A Embraer venceu, em 2004, em consórcio com a europeia European Defense and Space Company (EADS), o processo de privatização da OGMA, estatal portuguesa de manutenção de aeronaves e fabricação de componentes, adquirindo

65% de seu capital. Em dezembro de 2011, a Embraer, a OGMA e a estatal portuguesa Empresa de Engenharia Aeronáutica (EEA) assinaram contrato para o projeto e a construção do avião de transporte militar e reabastecimento em voo KC-390. Aproximadamente 25% do total da estrutura da aeronave sairão das fábricas em Évora e serão exportados ao Brasil para a montagem final nas instalações da Embraer.

Em 08/06/17, o Conselho de Ministros de Portugal (que é presidido pelo primeiro-ministro António Costa) aprovou resolução que autorizou o início das negociações com a Embraer, Defesa e Segurança, S.A., para a aquisição de cinco aeronaves KC-390, com opção de mais uma, e um simulador de voo (fullflight simulator CAT D).



2018/2019	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2018 (jan-fev)	233,4	179,8	413,2	53,6
2019 (jan-fev)	195,6	149,6	345,1	46,0

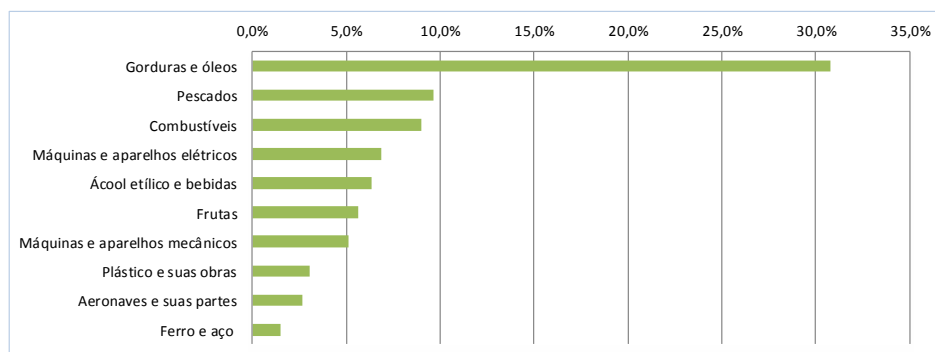
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.

**Composição das importações brasileiras originárias de Portugal**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Gorduras e óleos	163,0	25,5%	212,3	25,7%	264,5	30,8%
Pescados	61,7	9,6%	81,5	9,9%	83,0	9,7%
Combustíveis	13,2	2,1%	135,6	16,4%	77,1	9,0%
Máquinas e aparelhos elétricos	45,1	7,0%	59,6	7,2%	59,2	6,9%
Ácool etílico e bebidas	30,1	4,7%	46,2	5,6%	54,4	6,3%
Frutas	47,7	7,5%	56,8	6,9%	48,2	5,6%
Máquinas e aparelhos mecânicos	34,9	5,5%	34,4	4,2%	43,7	5,1%
Plástico e suas obras	7,9	1,2%	14,3	1,7%	26,1	3,0%
Aeronaves e suas partes	116,1	18,1%	27,0	3,3%	23,0	2,7%
Ferro e aço	6,7	1,0%	12,2	1,5%	12,7	1,5%
<b>Subtotal</b>	<b>526,4</b>	<b>82,3%</b>	<b>679,9</b>	<b>82,2%</b>	<b>692,0</b>	<b>80,6%</b>
<b>Outros</b>	<b>113,4</b>	<b>17,7%</b>	<b>146,8</b>	<b>17,8%</b>	<b>166,4</b>	<b>19,4%</b>
<b>Total</b>	<b>639,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>826,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>858,4</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018**

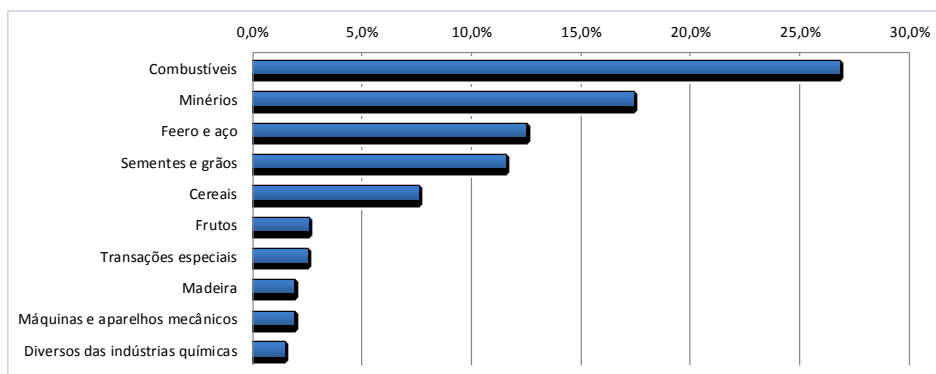


**Composição das exportações brasileiras para Portugal**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	78,6	12,0%	373,9	26,1%	390,1	26,8%
Minérios	0,0	0,0%	245,0	17,1%	253,2	17,4%
Ferro e aço	88,5	13,5%	227,1	15,9%	181,6	12,5%
Sementes e grãos	85,6	13,1%	81,0	5,7%	167,5	11,5%
Cereais	14,4	2,2%	100,2	7,0%	110,4	7,6%
Frutos	33,1	5,1%	34,0	2,4%	37,3	2,6%
Transações especiais	22,4	3,4%	42,4	3,0%	36,6	2,5%
Madeira	28,0	4,3%	14,5	1,0%	27,4	1,9%
Máquinas e aparelhos mecânicos	16,3	2,5%	21,5	1,5%	27,4	1,9%
Diversos das indústrias químicas	19,7	3,0%	24,4	1,7%	21,3	1,5%
<b>Subtotal</b>	<b>386,9</b>	<b>59,1%</b>	<b>1.164,0</b>	<b>81,3%</b>	<b>1.252,8</b>	<b>86,1%</b>
<b>Outros</b>	<b>267,6</b>	<b>40,9%</b>	<b>268,6</b>	<b>18,7%</b>	<b>201,8</b>	<b>13,9%</b>
<b>Total</b>	<b>654,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.432,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.454,6</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018**



**EMBAIXADA DO BRASIL EM LISBOA****RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO**

Encaminho relatório de gestão referente ao período em que ocupei a Chefia da Embaixada do Brasil em Lisboa (desde 3 de outubro de 2016).

**CONJUNTURA POLÍTICA E RELAÇÕES BILATERAIS**

2. O período de minha gestão à frente da Embaixada em Lisboa foi marcado por circunstâncias particularmente auspiciosas no que tange à recuperação da economia local, ao reconhecimento internacional dos méritos da gestão recente do país e ao estreitamento de laços entre os governos e as sociedades brasileira e portuguesa. Desde 2016, Portugal vive não apenas o alívio de sua saída da crise econômico-financeira na zona do Euro, mas ainda atmosfera de otimismo com o influxo de receitas importantes em áreas como turismo e mercado imobiliário, associado à percepção da estabilidade política portuguesa, sobretudo quando comparada ao atual convulsionado cenário europeu.

3. São simbólicos, nesse contexto, os êxitos da diplomacia portuguesa em eleições internacionais e iniciativas de destaque do país - a eleição do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, e do Diretor-Geral da OIM, António Vitorino - a migração da Web Summit - maior conferência de tecnologia da Europa - para Lisboa e as eleições consecutivas de Lisboa como melhor destino turístico do mundo nos World Travel Awards. Na vertente bilateral, verificou-se nesse período movimento crescente da comunidade brasileira e do número de turistas brasileiros para este país, acompanhado de relacionamento político intenso e produtivo, de que são exemplo os reiterados apoios recíprocos e ações conjuntas em foros internacionais e as dezenas de visitas bilaterais de elevado perfil anualmente prestadas de parte a parte.

4. No meu período em Lisboa, estive em funções o XXI Governo Constitucional de Portugal, liderado pelo Primeiro-Ministro António Costa, do Partido Socialista (PS), cuja data de posse me antecedeu em cerca de um ano. A sustentação parlamentar do XXI Governo Constitucional dá-se com o apoio do Partido Comunista Português (PCP), do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV). Ao abrigo do regime constitucional iniciado em 1976, esse é o primeiro governo com suporte de partido à esquerda do PS, os quais, no entanto, não integram o gabinete governamental.

5. O arranjo incomum - que rendeu ao governo o apodo "geringonça" - fundamenta-se em acordos bilaterais formalmente subscritos pelo PS e pelos três parceiros da governação (acordos de incidência parlamentar), com a designação de balizas para a atuação do governo em áreas como a recuperação de rendimentos, legislação trabalhista, restrições a privatizações e investimentos públicos. As omissões são igualmente importantes, na medida em que desobrigam o governo de acordos em áreas de dissidências naturais, como a política externa - haja vista a posição historicamente apartada do PCP e do BE com relação à União Europeia e a OTAN, entre outras.

6. Minha gestão coincidiu temporalmente, ainda, com o mandato do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, eleito no início de 2016 em plataforma eleitoral independente e oriundo do

Partido Social Democrata (PSD). O Presidente Rebelo de Sousa cumpre papel relevante no marco do semi-presidencialismo português - cujo equilíbrio entre "órgãos de soberania" por vezes depende da personalidade do Chefe de Estado. Após algum ceticismo inicial com relação ao arranjo governativo da "geringonça", Marcelo Rebelo de Sousa promoveu importante arrefecimento de tensões com a opinião pública e a oposição, a bem da estabilidade administrativa. Em momentos posteriores, marcadamente após os incêndios florestais de 2017, foi porta-voz de insatisfações pontuais, com efeitos concretos nas respostas do governo.

7. A presidência de Marcelo Rebelo de Sousa é caracterizada pela proximidade com a população e demonstrações públicas de envolvimento afetivo com os graves eventos do país e forte presença na mídia - traço também herdado de seu histórico pregresso como comentador televisivo de política. Os índices de aprovação de seu mandato são bastante elevados. Outra marca de sua presidência é o tratamento institucional das matérias governativas, em que raramente instrumentos legislativos sofrem veto presidencial e quando sofrem normalmente são apontados vícios de forma. Durante as últimas Jornadas Mundiais da Juventude, no Panamá, em que Lisboa foi anunciada como sede da próxima edição do evento, em 2022, o Presidente Rebelo de Sousa manifestou intenção de concorrer à reeleição em 2021.

8. Em 6 de outubro próximo, serão realizadas eleições legislativas no país, na sequência de eleições europeias em maio, e de eleição para o Governo da Região Autónoma da Madeira, em setembro. Pesquisas recentes apontam a provável recondução do Primeiro-Ministro António Costa ao Palácio de São Bento, mas com quadro de sustentação parlamentar ainda incerto, na medida em que o Partido Socialista poderá não alcançar a maioria absoluta e o possível acordo para renovação da "geringonça" pode diferir em alguns aspectos do arranjo atual.

9. São demonstrações do entendimento profícuo entre Brasil e Portugal as cinco viagens em nível de Chefe de Estado ou Governo ocorridas nesse período. Em 1º de novembro de 2016, o Primeiro-Ministro António Costa deslocou-se a Brasília para a XII Cimeira Brasil- Portugal - concomitante à XI Cúpula da CPLP; em 10 de janeiro de 2017, o então Presidente Michel Temer participou, em Lisboa, das exéquias do ex-Presidente Mário Soares; em 10 de junho de 2017, o Presidente Rebelo de Sousa e o Primeiro-Ministro António Costa realizaram as celebrações do Dia de Portugal, em São Paulo e no Rio de Janeiro; em 30 de agosto de 2017, o então Presidente Michel Temer foi recebido pelo Presidente Rebelo de Sousa no Palácio de Belém; e, em janeiro de 2019, o Presidente Rebelo de Sousa viajou a Brasília para as cerimônias de posse do Presidente Jair Bolsonaro e reunião bilateral.

10. No nível de Ministros das Relações Exteriores, o então Ministro Aloysio Nunes avistou-se com o Ministro Augusto Santos Silva nas seguintes ocasiões: em março de 2017, em Brasília, para reunião bilateral; em julho de 2017, em Brasília, à margem da Reunião de Ministros da CPLP; em julho de 2018, em Santa Maria, Cabo Verde, no Conselho de Ministros da CPLP; e, em outubro de 2018, em reunião bilateral em Lisboa.

11. Destaco ainda as visitas a Lisboa dos Ministros de Estado: da Defesa (fev/17; jan/18); da Saúde (abr/17); do Desenvolvimento Social e Agrário (abr/17); da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (jul/17); da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (jul/17); do Trabalho e Emprego (nov/17; mar/18; dez/18); da Cultura (maio/18); da Transparência e da Controladoria-Geral da União (jun/18); do Esporte (jun/18; jul/18); da Educação (set/18); dos Direitos Humanos (set/18) e das Minas e Energia (out/18); e da Procuradora-Geral da República (set/18).

POLÍTICA EXTERNA E REGIONAL

12. A política externa portuguesa tem nos eixos europeu, atlântico, lusófono e, mais recentemente, também no eixo mediterrâneo, suas áreas prioritárias de atuação.

13. No tocante à União Europeia, Portugal tem sido grande apoiador do projeto europeu, com discurso pró-Europa em todas as áreas do Governo. Em diversas ocasiões, altas autoridades portuguesas expressaram que a UE tem contribuído significativamente para a construção da democracia e para a consolidação do desenvolvimento econômico e social da região, além de reforçar que Portugal tem mantido o "espírito construtivo" a favor da integração europeia. O país tem expressado, igualmente, a necessidade de diminuir as assimetrias entre os países-membros para que o bloco consiga responder aos desafios contemporâneos mais prementes e que possa ser efetivamente instrumento efetivo para a promoção da coesão e da solidariedade entre povos e cidadãos.

14. Sobre o "Brexit", Portugal tem também mantido posição coesa em relação às decisões da UE, lamentando, em diversas ocasiões, a decisão do Reino Unido de sair do bloco europeu. No início de 2019, o Governo português apresentou plano de contingência na eventualidade de não ser aprovado o acordo de saída do Reino Unido. O plano descreve uma série de medidas unilaterais para resguardar direitos comunitários aos cidadãos britânicos residentes em Portugal ainda sem registro permanente (cerca de 10 mil, de acordo com estimativas do Governo português). O referido plano garante aos cidadãos britânicos, ainda, o direito de residência permanente após cinco anos, bem como o reconhecimento das suas qualificações profissionais, das contribuições para a segurança social, do acesso ao Serviço Nacional de Saúde e das carteiras de motorista. Cabe ressaltar que o projeto em apreço contém "cláusula de suspensão" caso não haja reciprocidade do Reino Unido quanto às medidas de proteção aos cidadãos portugueses residentes naquele país.

15. Ainda sobre a União Europeia, vale ressaltar que, de acordo com o mais recente "Eurobarômetro", publicado pelo Parlamento Europeu em outubro de 2018, 78% dos portugueses consultados consideraram que o país se tem beneficiado por pertencer à União Europeia, percentual acima dos 68% do conjunto dos europeus inquiridos. De acordo com o levantamento, a maioria dos portugueses (72%) votaria a favor da permanência na UE em eventual referendo semelhante ao "Brexit".

16. Sobre o eixo atlântico da política externa, o Governo português tem ampliado sua área de interesse na América do Sul, especialmente no tocante à situação da Venezuela. Portugal possui importante comunidade lusodescendente naquele país e, por isso, tem expressado constantemente sua preocupação em relação a seus cidadãos frente à crise ora vigente na Venezuela. Portugal compõe, igualmente, o Grupo de Contato Internacional para a Venezuela, cuja primeira reunião foi realizada em Montevidéu em fevereiro passado, e contou com a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva.

17. Em relação aos Estados Unidos, o Governo português tem afirmado que Portugal passará a ser o país da União Europeia geograficamente mais próximo dos Estados Unidos após o "Brexit". Em visita àquele país, em junho de 2018, António Costa declarou que os empresários norte-americanos poderiam considerar Portugal como "segunda casa que lhes permita manter sua presença na União Europeia".

18. Sobre o eixo lusófono, ademais de sua forte atuação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e diversos projetos de cooperação em curso com os países lusófonos,



Portugal tem procurado fortalecer as relações com Moçambique e Angola, que tinham sido alvo, nos últimos anos, de alguns percalços diplomáticos. No tocante a Moçambique, o Primeiro-Ministro António Costa participou, em Maputo, em julho do ano passado, da III Cimeira Luso-Moçambicana. Analistas políticos portugueses destacaram, na ocasião, o período de quatro anos passados desde a última Cimeira bilateral, bem como o desconforto criado entre os dois países em virtude da ausência de informações sobre a investigação do desaparecimento, em 2016, do empresário português Américo Sebastião, na Beira. O encontro cordial entre as duas autoridades em Maputo representaria um claro sinal de evolução no diálogo bilateral.

19. Com Angola houve um movimento ainda mais claro de aproximação, após a resolução do caso referente ao processo judicial movido contra Manuel Vicente, ex-Vice-Presidente de Angola, no contexto da Operação Fizz, com a decisão de maio passado do Tribunal da Relação de Lisboa de enviar a Angola o processo em questão. As visitas do Primeiro-Ministro António Costa a Luanda, em setembro passado, do Presidente angolano João Lourenço a Lisboa, em novembro de 2018, e do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa a Angola em março deste ano, expressaram a chamada "normalização" das relações diplomáticas bilaterais.

20. Quanto ao Mediterrâneo, ademais de buscar o fortalecimento dos laços bilaterais, Portugal tem procurado maior engajamento com a região por meio dos foros multilaterais (ONU, UE, Diálogo 5+5, "Med Group" e a União para o Mediterrâneo - UpM). Sobre este último foro, realizou-se, em outubro passado, em Lisboa, a 4ª conferência de alto nível da UpM, sob o tema "Mulheres constroem sociedades inclusivas no Mediterrâneo". Além das relações históricas-geográficas e do comércio e investimento com os países integrantes (Marrocos e Argélia são os principais parceiros comerciais de Portugal na África, após Angola), a intensificação das relações com o grupamento coaduna-se, também, com a política de Portugal de promoção do desenvolvimento em países africanos, como forma de enfrentamento do terrorismo e da crise migratória.

## DEFESA

21. A cooperação em defesa, para além de seus elementos tradicionais, ocupa presentemente espaço central nas relações bilaterais entre Brasil e Portugal, parceiros no desenvolvimento de alta tecnologia aeronáutica, com destaque para o projeto do avião cargueiro KC-390.

22. A posição da Embraer em Portugal tem sido fortalecida nos últimos anos, com o envolvimento incremental de suas estruturas fabris de Évora e da unidade de Alverca da OGMA - Indústrias Aeronáuticas de Portugal - na produção de partes de aeronaves comerciais e do KC-390. Os frutos da aposta no projeto KC-390 tornam-se palpáveis com o anúncio pelo Conselho de Ministros, em junho de 2017, de que o governo português decidiu adquirir cinco unidades do KC-390, com opção de mais uma, ademais de simulador de voo. Espera-se que brevemente possa ser anunciada a conclusão das negociações de compra das aeronaves, com a inclusão dessas operações na Lei de Programação Militar.

23. Há interesse de ambas as partes em avançar na integração de cadeias produtivas na base industrial e militar de defesa. Destaque-se, a respeito, a realização do I Diálogo das Indústrias de Defesa de Portugal e do Brasil, no Porto, em fevereiro de 2017, com a participação do então Ministro Raul Jungmann.

24. Militares brasileiros participam todos os anos de cursos de formação oferecidos pelo Ministério da Defesa e por instituições acadêmicas, bem como de exercícios das Forças Armadas portuguesas, inclusive em operações conjuntas no âmbito da OTAN e da UE.

25. Destaco, igualmente, a assinatura, em 2018, de Acordo Técnico entre os Ministérios da Defesa dos dois países para viabilizar a participação de militares brasileiros na Missão de Treino da União Europeia na república Centro-Africana (EUTM-RCA). Com o instrumento, três oficiais do Exército Brasileiro ora integram o contingente português em Bangui, com previsão de substituição semestral.

#### CANDIDATURAS

26. No plano multilateral, Portugal e Brasil mantiveram estreita relação de apoio em candidaturas a cargos em organismos internacionais.

27. Portugal apoia a candidatura do Embaixador Marcos Vinicius Pinta Gama ao cargo de Secretário-Adjunto da Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB). Ademais, juntamente com os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), endossou a candidatura do Brasil a um assento não-permanente no Conselho de Segurança (mandato 2022-2023). Portugal apoiou, também, a eleição da Deputada Mara Gabrilli ao Comitê sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), mandato 2019-2022; do Secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, ao cargo de Secretário-Geral da Associação Internacional de Seguridade Social (AISS), mandato 2019-2024; e às candidaturas brasileiras ao Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT), mandato 2019-2022; e ao Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO, categoria "B").

28. Brasil e Portugal trocaram apoios nas respectivas candidaturas a membros da Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, mandato 2017-2022. Os dois países manifestaram apoio mútuo, também, nas exitosas eleições do Brasil ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO (mandato 2017-2021) e de Portugal ao Conselho Executivo da UNESCO (mandato 2017-2021).

#### COOPERAÇÃO JURÍDICA

29. Desde outubro de 2016, a Embaixada recebeu mais de 1200 pedidos ativos de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos (em sua maioria, pedidos de natureza cível).

30. Tem-se verificado queda nos pedidos de extradição, devido a reiteradas negativas de admissibilidade pelas autoridades locais, em grande parte, devido à aquisição ou atribuição de nacionalidade portuguesa.

31. Ademais dos casos regulares de cooperação jurídica internacional, cumpre mencionar que autoridades locais portuguesas e outras instituições demandam à Embaixada, diretamente, informações sobre o paradeiro de pessoas, no Brasil e em Portugal.

32. No período de minha gestão foram tramitados os seguintes processos de cooperação jurídica, judiciária e administrativa - civil e penal:

(i) pedidos novos transmitidos para as autoridades portuguesas por via diplomática: mais de 1200;

(ii) pedidos diligenciados pelas autoridades locais, tramitados e devolvidos pela Embaixada ao Brasil: 930;

(iii) pedidos de paradeiro: mais de 1400;

(iv) pedidos remetidos pelas autoridades portuguesas no âmbito de temas consulares: mais de 700; e

(v) demandas diretas de autoridades judiciais brasileiras: cerca de 30.

33. Em matéria cível, o nível de cumprimento das diligências situa-se próximo dos 65%.

34. Em matéria penal, as principais demandas são de comunicação de atos processuais, obtenção de provas, pedidos de informação, medidas sobre ativos (bloqueio, indisponibilidade de bens, direitos), localização de pessoas, reconhecimento e execução de sentenças, transferência de procedimento criminal (persecução penal, quando há a negativa de extradição e o Estado brasileiro transmite o processo para Portugal), medidas cautelares e assistência jurídica gratuita.

#### RELAÇÕES FEDERATIVAS E PARLAMENTARES

35. A Embaixada manteve interlocução próxima com parlamentares portugueses, dos quais merece destaque o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Brasil. Desses contatos, verificou-se o forte interesse português em aprofundar as relações com o Congresso Nacional do Brasil e em estimular ações nas áreas de grandes temas da agenda bilateral.

36. Do lado brasileiro, além do número significativo de visitas e missões oficiais de parlamentares a Portugal, vale ressaltar também a recente reinstalação, em 5 de fevereiro de 2019, do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal.

37. As raízes comuns no pensamento do Direito, o reforço de laços pessoais e institucionais e a crescente cooperação acadêmica têm fomentado um nicho particular e de elevado perfil de diálogo no campo político-jurídico. São exemplos desse intercâmbio o Seminário Luso-Brasileiro de Direito - atualmente em sua sétima edição, organizado pelo Instituto Brasiliense de Direito (IDP) em parceria com a Universidade de Lisboa - e os Seminários Internacionais de Direito do Trabalho - igualmente promovidos na Universidade de Lisboa.

38. Enuncio, a seguir, as principais missões e visitas de autoridades parlamentares e do Poder Executivo que contaram com o apoio do Posto durante minha gestão:

- do então Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira (junho/17); do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, em novembro/17, no âmbito do IV Seminário Internacional de Direito do Trabalho, e em junho/18, em visita oficial, quando se reuniu com o Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues;

- dos Governadores dos Estados: do Pará (nov/16 e nov/17); Piauí (jan/17 e fev/17); Bahia (maio/17 e nov/18); do Rio Grande do Norte (out/17); e Distrito Federal (mar/19).

- dos Deputados Federais: Felipe Bornier (PROS/RJ), novembro/2016; Hildo Rocha (PMDB/MA) julho/2017; Carlos Eduardo Cadoca (PDT/PE), Luiz Lauro Filho (PSB/SP) e Valadares Filho (PSB/PPE), julho/2017; Julio Lopes (PP/RJ), outubro/2017; Paulo Azi (DEM/BA), José Carlos Aleluia (DEM/BA), e Efraim Filho (DEM/PB), novembro de 2017, Daniel Vilela (PMDB/GO), novembro de 2017; Jorge Solla (PT/BA), Carmen Zanotto (PPS/SC), Marcus Pestana (PSDB/MG), e Hiran Gonçalves (PP/RR), fevereiro/2018; Joaquim Passarinho (PDB/PA), maio/2018; Rodrigo de Castro (PSDB/MG), novembro/2018; Juscelino Filho (DEM/MA), Alexandre Serfiotis (PSD/RJ), Odorico Monteiro (PSB/CE), Diego Garcia (PODE/PR), Carmen Zanotto (PPS/SC), Eduardo Barbosa (PSDB/MG), janeiro/2019; e Antonio Brito (PSD/BA), fevereiro/2019;
- Prefeitos dos Municípios: de São Paulo, João Doria, abril/2017; Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, novembro/2017; Estância Turística de Atibaia-SP, Saulo Pedroso, fevereiro/2018; Araraquara-SP, Edison Silva, novembro/2018;
- Missão da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), novembro/2018. Integraram o grupo a prefeita de São Bento do Uma/PE, Débora Almeida (PSB/PE), o prefeito de Abaetetuba/PA, Alcides Negrão (MDB/PA), o prefeito de Rio Grande/RS, Alexandre Lindenmeyer (PT/RS), o prefeito de Santa Clara do Sul/RS, Paulo Kohlrausch (MDB/RS), e o prefeito de Gurjão/PB, Ronaldo Ramos de Queiroz (PSC/PB);
- do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Dimas Ramalho, outubro/2017; da Deputada Distrital Telma Rufino (PROS/DF), novembro/2018; do Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar, fevereiro/2019; do Secretário de Turismo do Estado do Espírito Santo, Nerleio Caus de Souza, outubro/2017; do Secretário de Relações Internacionais do Estado do Ceará, Helio Parente, julho/2018 e setembro/2018.

## ASSUNTOS ECONÔMICOS

### EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

39. Alguns anos antes de minha chegada ao posto, Portugal havia enfrentado a mais grave crise econômica desde a restauração da democracia. Na esteira da crise financeira internacional iniciada em 2008, a crescente falta de liquidez do sistema financeiro português nacional e a contínua elevação das taxas de juros dos títulos da dívida soberana do país forçaram, em abril de 2011, o governo de José Sócrates (Partido Socialista) a pedir resgate internacional.
40. Em maio seguinte, Portugal firmou Memorando de Entendimento com o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional (a chamada "troika"), por meio do qual o país recebeu empréstimo de EUR 78 bilhões, por três anos, tendo como contrapartida a adoção de rigoroso programa de ajuste econômico.
41. A implementação do programa deu-se já no governo do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, que sucedeu ao de José Sócrates, e baseou-se em elevação de impostos e corte de despesas públicas. Portugal enfrentou três anos de recessão, com repetidas quedas do PIB (2011: -1,83%; 2012: -4,03%; 2013: -1,13%) e forte aumento da taxa de desemprego, que chegou a atingir 16,2% da população economicamente ativa em 2013.
42. O programa de resgate da troika encerrou-se em maio de 2014, em meio a críticas de certos setores aos níveis de austeridade e aos resultados alcançados. De toda forma, a economia

havia voltado a crescer (2014: 0,9%; 2015: 1,8%) e taxa de desemprego recuara (2014: 13,9%; 2015: 12,4%). O déficit público, que chegara a atingir 11,2% em 2010, reduziu-se a 4,4% em 2015. A relação dívida pública/PIB havia saltado de 71,7%, em 2008, para o pico de 130,6%, em 2014, reduzindo-se ligeiramente (128,8%) em 2015.

43. Quando de minha assunção, em outubro de 2016, a economia já se encontrava, portanto, em processo de recuperação moderada do crescimento, que se tem mantido desde então (2016: 1,9%, 2017: 2,8% e 2018: 2,1%). Destaca-se o crescimento da economia em 2017 (2,8%), que constituiu verdadeiro marco: representou o maior crescimento do PIB desde o ano 2000 e superou a média da zona euro (2,5%).

44. Em 2018, o PIB cresceu 2,1% em termos reais, ancorado em incrementos do investimento (5,6%); das exportações de bens e serviços (3,7%); do consumo privado (2,5%); e do consumo público (0,8%). O crescimento se deu com uma melhoria significativa no desempenho do mercado de trabalho, que registrou a geração de 110 mil empregos no ano passado.

45. O Ministério das Finanças atribuiu a desaceleração do crescimento com respeito a 2017 (-0,7%) ao "cenário de maior incerteza no plano geopolítico internacional que penaliza as maiores economias da Europa e, por essa via, as exportações portuguesas". Embora esse fator tenha seja admitido pela maioria dos analistas locais, há quem considere a desaceleração da economia no ano passado como indicativo de que o atual ciclo de crescimento terá atingido seu pico em 2017.

46. A despeito da desaceleração econômica em 2018, o país completou 21 trimestres consecutivos de crescimento na virada do ano, o que se traduziu em incremento de 10% no PIB desde o último trimestre de 2013. Trata-se do mais longo ciclo de crescimento econômico em Portugal desde a criação do euro, em 1999. O país logrou outro feito em 2018: pela primeira vez, cresceu acima da média da zona do euro e da União Europeia por dois anos consecutivos.

47. Prevê-se que a economia continuará a crescer a taxas moderadas em 2019 e nos anos seguintes. Para 2019, a previsão de crescimento do governo (Ministério das Finanças), formulada em outubro de 2018, é de 2,2%. Há expectativa entre os analistas locais de que esse valor seja revisado em abril corrente, quando da apresentação do Plano de Estabilidade, para algo em torno de 2,0%, valor mais compatível com as últimas estimativas de entidades relevantes, tais como FMI (1,8%), OCDE (2,1%), Comissão Europeia - CE (1,7%) e Banco de Portugal - BdP (1,7%). Deverão ser igualmente revistas as atuais previsões do governo para o crescimento do PIB em 2020 (2,3%) e 2021 (2,2%), muito acima de outras estimativas disponíveis, a saber, FMI: 1,5%; OCDE: 1,9%; CE: 1,7%; BdP: 1,7% (para 2020); e FMI: 1,4% e BdP: 1,6% (para 2021).

48. No contexto da zona do euro (ZE-19), as perspectivas para 2019 dão margem a interpretações distintas. Sob um ângulo positivo, Portugal deverá manter crescimento acima da média prevista para a ZE-19 (1,3%) pela Comissão Europeia. Por um prisma negativo, o país somente deverá crescer mais do que cinco países - Itália, Alemanha, França, Bélgica e Áustria - todos situados entre os de renda mais elevada, ao passo que terá desempenho inferior aos dos outros treze integrantes da zona, os quais, em sua maioria, têm renda 'per capita' na mesma faixa de Portugal.

49. A evolução de outros dados macroeconômicos entre fins de 2016 e os dias de hoje é ilustrativa das significativas melhoras observadas na economia portuguesa. O exemplo mais eloquente é o da taxa de desemprego, que caiu de 11,1% em 2016 para 7,0% em 2018 e deverá baixar até 6,0% em 2021. O déficit público evoluiu de 2,0% do PIB em 2016 para 0,5% em 2018. Conforme as previsões do governo, o saldo das contas públicas deverá ser nulo em 2019 e tornar-se superavitário a partir de 2020. Igualmente positiva é a progressiva redução da relação dívida pública/PIB, que caiu de 129,2% em 2016 para 121,5% em 2018. Quanto a esse indicador, as metas do governo para este ano e os dois seguintes são: 118,5% (2019), 114,9% (2020) e 107,3% (2021). A propósito da redução da dívida, o governo antecipou, em 10/12/2018, o pagamento dos últimos montantes devidos ao FMI, no valor de EUR 4,7 bilhões.

50. Analistas locais têm louvado o rígido controle das contas públicas pelo governo, refletida na expressiva melhora da situação fiscal do país. Por outro lado, membros da oposição, diversos segmentos da sociedade, e mesmo dos parceiros do governo socialista na "geringonça" (Bloco de Esquerda e Partido Comunista) têm repetidamente responsabilizado o controle orçamentário implementado pelo Ministro das Finanças, Mário Centeno pelo que consideram um "subfinanciamento" de serviços públicos básicos, como saúde e educação.

51. Esse esforço tem sido reconhecido pelas principais agências de 'rating', facilitando e barateando o pleno acesso de Portugal aos mercados. Desde outubro de 2018, o país voltou a ser avaliado em grau de investimento por todas as principais agências, após a Moody's ter subido a notação da dívida soberana portuguesa, que vinha sendo mantida abaixo do nível de investimento desde julho de 2011. Em 15 de março último, a Standard & Poor's elevou o grau da dívida portuguesa para BBB/A-2, dois níveis acima de investimento especulativo, com perspectiva estável. Essas graduações têm permitido a Portugal refinanciar-se com taxas de juros cada vez mais baixas, em cenário de convergência com as taxas praticadas para a dívida pública da Espanha e de descolamento das aplicadas à dívida da Itália.

52. Em relatório publicado em 18 de fevereiro último, a OCDE reconheceu a melhoria das condições econômicas em Portugal nos últimos anos, com destaque para a substancial queda do desemprego e para a política de consolidação orçamentária responsável. Entre as principais recomendações do relatório, poderiam ser destacadas:

- Manutenção do esforço gradual de consolidação orçamentária, de modo a assegurar uma redução apropriada da dívida pública;
- Simplificação do sistema tributário (inclusive com redução de isenções), com vistas a alargar a base de contribuintes e a promover ambiente de negócios mais amigável;
- Incremento e ampliação dos programas de capacitação de recursos humanos, com vistas a aumentar a produtividade, ainda uma das mais baixas entre os países da OCDE;
- Manutenção da política de redução do nível de empréstimos de liquidação duvidosa ('non performing loans') no sistema financeiro local, ainda muito elevado; e
- Melhoria das condições de competitividade nos mercados e no ambiente empresarial e de negócios.

#### TEMAS BILATERAIS

#### VII REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO LUSO-BRASILEIRA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, FINANCEIROS E COMERCIAIS

53. A Embaixada coordenou a preparação da VII Reunião da Subcomissão Luso-Brasileira de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, realizada por videoconferência, em 24/01/2018, bem como acompanhou presencialmente o encontro, junto à delegação portuguesa. Na reunião, foram repassados diversos temas de interesse da agenda comum, entre os quais se destacam:

- i) Evolução do comércio e de investimentos bilaterais;
- ii) Estado de negociação do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia;
- iii) Perspectivas de cooperação entre a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e seus congêneres brasileiros (ANVISA e DIPOA/DIPOV);
- iv) interesse de cooperação entre o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) e o SEBRAE;
- v) Possibilidades de colaboração técnica e científica entre o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) de Portugal e várias instituições brasileiras;
- vi) Questões relativas a transporte aéreo;
- vii) Colaboração entre a ANATEL e a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), sua homóloga portuguesa;
- viii) Expectativa brasileira de aquisição por Portugal de cinco aeronaves KC-390, fabricadas pela Embraer com participação portuguesa;
- ix) Interesse português na efetiva implementação de dois memorandos de entendimento sobre cooperação em matérias do setor marítimo-portuário firmados em 2015, um deles entre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)/Brasil e o Instituto da Mobilidade e do Transporte (IMT)/Portugal, e o outro entre a Secretaria de Portos da Presidência da República/Brasil e o Ministério da Economia/Portugal;
- x) Interesse no aprofundamento da cooperação no setor de energia, sobretudo em matéria de combustíveis fósseis e energias renováveis (as partes ficaram de acordar data para a celebração de protocolo já negociado);
- xi) Questões relativas à exportação de produtos agrícolas e alimentares portugueses, como frutas, vinhos e produtos lácteos dos Açores, entre outros;
- xii) Dificuldades alegadas por empresas portuguesas para participação em concorrências públicas no Brasil;
- xiii) Interesse brasileiro na participação de empresas portuguesas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

#### RENEGOCIAÇÃO DA CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.

54. Quando da realização da VI Reunião da Subcomissão Luso-brasileira de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, em 28/09/2016, pouco antes de minha assunção, o lado português incluiu na agenda a possibilidade de revisão da convenção bilateral para evitar a dupla tributação sobre a renda, celebrada em 16/05/2000. Argumentou-se que teria havido evolução na legislação tributária portuguesa e internacional, o que implicaria a necessidade de atualização do texto da convenção. Na ocasião, a Receita Federal solicitou esclarecimentos sobre os pontos a serem atualizados.

55. Não houve desenvolvimentos desde então, a despeito de a parte portuguesa haver-se comprometido a prestar os esclarecimentos solicitados, bem como a apresentar minuta de acordo para servir de base às negociações. Consultado pela Embaixada sobre o andamento do assunto,

em março de 2017, o Ministério das Finanças de Portugal informou que se teria decidido pelo adiamento das negociações, à espera de evolução na implementação do projeto BEPS ('Base Erosion and Profit Shifting'), acordado no âmbito da OCDE. Em reação a uma segunda consulta da Embaixada, formulada em agosto de 2018, interlocutor naquele Ministério informou "haver sido acordado com o Ministério da Fazenda/Receita Federal que seria útil Portugal transmitir um projeto de texto que revisse não apenas o texto da CDT à luz dos desenvolvimentos em matéria do BEPS, mas também sua aplicação aos regimes de tributação das pensões". Naquela ocasião, prometeu-se "uma proposta de texto em breve, da qual vos daremos nota", o que ainda não ocorreu.

#### REGIME FISCAL DA ILHA DA MADEIRA

56. A ilha da Madeira foi enquadrada pela Secretaria da Receita Federal, em 2010, em lista de "jurisdições com tributação favorecida", assim entendidas como "países ou dependências que não tributam a renda ou que a tributam à alíquota inferior a 20%" ou, ainda, cujas legislações internas não permitam acesso a informações sobre pessoas jurídicas neles constituídas. Trata-se da classificação correspondente aos países ou territórios considerados como "paraísos fiscais". Na sequência dessa medida, a exclusão da Madeira da referida lista passou a constituir pleito recorrente na pauta bilateral, havendo constado na agenda de encontros de autoridades e da mencionada VI Reunião da Subcomissão de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais.

57. Em decorrência de reformas efetuadas no regime tributário da Zona Franca da Madeira e de diversas gestões efetuadas pelo governo português, a Receita Federal expediu, em 21/12/2017, a Instrução Normativa RFB nº 1773, que retirou a ilha da Madeira da lista de jurisdições com tributação favorecida e incluiu o "regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CNIM)" na lista de "regimes fiscais privilegiados". Entre outras alterações, passou a ser de 15% a alíquota geral do Imposto de Renda Retido na Fonte aplicável às remessas para destinatários na ilha da Madeira não sujeitos ao regime do CINM, ficando a alíquota geral de 25% (a usual nas remessas para paraísos fiscais) restrita às empresas sujeitas àquele regime. O tema não voltou a ser suscitado pelo lado português.

#### QUESTÕES RELATIVAS A TRANSPORTE AÉREO

##### LIMITAÇÕES GEOGRÁFICAS APLICADAS ÀS TRANSPORTADORAS AÉREAS DESIGNADAS POR PORTUGAL

58. Por ocasião da mencionada VII Reunião da Subcomissão Luso-brasileira de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, realizada em 24/01/2018, a parte portuguesa solicitou o levantamento de limitações geográficas alegadamente impostas sobre os níveis máximos de capacidade (bilateralmente instituídos) aplicados às transportadoras aéreas designadas por Portugal. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC/Brasil) informou que o levantamento das limitações geográficas estaria pendente do desfecho da negociação de acordo aéreo entre o Brasil e a União Europeia, então em andamento (a propósito, o "Acordo entre a União Europeia e o Brasil sobre certos aspectos dos serviços aéreos" entrou em vigor em 09/10/2018).

##### REVISÃO DO ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS BRASIL-PORTUGAL

59. Autoridades brasileiras e portuguesas do setor de aviação civil reuniram-se à margem de encontro no âmbito da Organização de Aviação Civil Internacional - OACI, realizado em Nairobi, no período de 10 a 14/12/2018). Na ocasião, foram conduzidas negociações com vistas



à revisão do Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e Portugal, firmado em 11/11/2002. As partes manifestaram intenção de voltarem a se reunir no primeiro semestre de 2019.

#### TEMAS FITOSSANITÁRIOS E DO AGRONEGÓCIO

60. A Embaixada atuou regularmente na intermediação de expedientes relativos a questões fitossanitárias entre as autoridades competentes brasileiras e portuguesas, a saber: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) e Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (DIPOV), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil; e Direção Geral de Alimentação e Veterinária - DGAV, do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural de Portugal.

61. A Embaixada preparou e acompanhou missão a Portugal do então secretário-executivo do MAPA, Eumar Novacki, no período de 19 a 22/10/2018. Na ocasião, o secretário Novacki avistou-se com o secretário de Estado da Agricultura e Alimentação do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Vieira, e fez visitas técnicas a estabelecimentos produtores agroalimentares (queijaria e vinícolas). O secretário de Estado Vieira reiterou a disposição portuguesa de apoiar pleitos brasileiros no âmbito da União Europeia.

#### TEMAS MULTILATERAIS

62. A Embaixada realizou diversas gestões junto ao governo português com respeito a temas do relacionamento do Brasil ou do Mercosul com a União Europeia ou com outros organismos dos quais Portugal é membro. No que toca a essa vertente de atuação, que se beneficia da condição de Portugal como parceiro usual na promoção dos interesses brasileiros na Europa, podem ser destacadas as seguintes ações no período de minha gestão:

#### ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

63. A Embaixada atuou de forma continuada junto ao governo e à sociedade locais, sobretudo junto a formadores de opinião, tais como meios acadêmicos, empresariais e de imprensa, com vistas a ampliar a divulgação das vantagens para Brasil e Portugal da celebração de Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Em conjunto com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira e outros parceiros locais, a Embaixada promoveu a realização de duas conferências em Lisboa, em outubro de 2016 e novembro de 2017, com vistas a elevar o nível de apoio empresarial ao acordo e alimentar o debate público sobre o tema.

#### DEFESA COMERCIAL

64. A Embaixada atuou, em coordenação com a Missão junto à União Europeia, com vistas a que fosse obtida uma solução satisfatória para a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em processo de investigação 'antidumping' conduzido pela Comissão Europeia, relativo a produtos de ferro e aço plano laminados a quente importados do Brasil e processados pela empresa Lusosider, subsidiária portuguesa da CSN.

65. A investigação teve, num primeiro momento (julho de 2017), resultado considerado favorável pela CSN e pela Lusosider. A decisão original da Comissão Europeia, no entanto, foi radicalmente reformulada dois meses depois (setembro de 2017), em atendimento a queixas de fabricantes europeus encampadas pelos respectivos estados nacionais. Em vez de direitos 'ad

valorem`, limitados por preço mínimo de importação, houve a imposição de valores `antidumping` fixos por tonelada importada. A nova decisão foi considerada bastante insatisfatória pela CSN, que buscou revertê-la mediante a apresentação de compromisso de preço mínimo de exportação para o mercado comunitário. A proposta da empresa brasileira foi, no entanto, rejeitada pela Comissão Europeia em fins de 2017.

#### COMÉRCIO BILATERAL

66. No período em que estive à frente da Embaixada, o comércio bilateral evoluiu de forma expressiva. Os dados mais atualizados (MDIC) indicam que a corrente de comércio passou de US\$ 1,29 bilhão no final de 2016 para US\$ 2,39 bilhões no final de 2018, um crescimento de mais de 85%. O maior incremento verificou-se entre 2016 e 2017, quando a corrente de comércio bilateral cresceu 74,6%, atingindo US\$ 2,25 bilhões, enquanto entre 2017 e 2018 o crescimento foi mais modesto, de cerca de 6,2%.

67. Esta evolução favorável reflete o andamento de ambas as economias: do lado brasileiro, a renovação de esforços no sentido da saída de um período de estagnação do crescimento, e do lado português, o movimento ascendente resultante da superação de problemas de déficit orçamentário e de busca de convergência com a evolução econômica média da UE.

68. O valor das exportações brasileiras para Portugal apresentou aumento total de 135,3% no período, tendo passado de US\$ 654,5 milhões em 2016, para US\$ 1,54 bilhão em 2018. Em particular, verificou-se o aumento de 119,6% entre 2016 e 2017 e de 7,5% entre 2017 e 2018. Analogamente, o valor das importações brasileiras de produtos portugueses aumentou 33,5% entre 2016 e 2018, passando de US\$ 639,8 milhões em 2016 para US\$ 854,4 milhões em 2018. O aumento entre 2016 e 2017 foi de 29,2% e entre 2017 e 2018, 3,35%.

69. Apesar deste andamento favorável, os valores do comércio entre os dois países continuam a representar percentual em torno de apenas 1% do total do comércio exterior do Brasil, isto é, 0,61% do total da exportação brasileira e 0,47% de suas importações, taxas que colocam Portugal como o 35º cliente do Brasil e seu 38º fornecedor em 2018. A tabela a seguir apresenta o andamento do comércio bilateral nos anos em análise (em US milhões):

(i) Exportação Brasileira:  
(em 2016) 654,5; (em 2017) 1.432,6; (em 2018) 1.540,0;

(ii) Importação Brasileira:  
(em 2016) 639,8; (em 2017) 826,7; (em 2018) 854,4;

(iii) Saldo (deficit português):  
(em 2016) 14,7; (em 2017) 605,9; (em 2018) 685,6;

(iv) Corrente de comércio:  
(em 2016) 1.294,3; (em 2017) 2.259,3; (em 2018) 2.394,4

70. As principais exportações do Brasil para Portugal foram:

- óleos brutos de petróleo (representado 24% do total exportado em 2018 e 12,1% em 2016);
- minério de ferro e seus concentrados (17,1% em 2018);

- laminados planos, a frio e a quente, de ferro e aço (12% em 2018 e 11,8% em 2016);
- soja em grãos, mesmo triturada (11% em 2018 e 13% em 2016);
- milho em grão, exceto para sementeira (7,6% em 2018 e valores abaixo de 2% em 2016);
- combustíveis e lubrificantes (2% em 2018 e 2% em 2016);
- café em grão, cru (1,3% em 2018 e 3,75% em 2016);
- colofónias e ácidos resínicos (1,3% e 2,8% em 2016);
- outras gomas e resinas (1,4% em 2018 e 2,6% em 2016);
- goiabas, mangas e mangostões (0,97% em 2019 e 2,2% em 2016); e
- madeira em diversos estados (0,92% em 2018 e 2,4% em 2016).

71. Estes produtos representaram 79,6% do total exportado pelo Brasil em 2018 e 55,6% em 2016. Assim, na pauta das exportações brasileiras para Portugal prevalecem os produtos básicos e os insumos destinados à indústria manufatureira portuguesa. Esta característica é a dominante no perfil do intercâmbio bilateral e revela, por um lado, a importância do Brasil como provedor preferencial para o setor industrial português ao longo de seu processo evolutivo. Por outro lado, evidencia a existência de um amplo domínio onde as possibilidades de incremento do intercâmbio de bens de maior valor agregado se multiplicam.

72. As principais importações brasileiras de produtos portugueses no período sob análise foram:

- azeite de oliva virgem e refinado (30,3% do total em 2018 e 24,9% em 2016);
- óleos combustíveis, diesel e fuelóleo (8,9% em 2018 e 2,1% em 2016);
- vinhos (6,3% em 2018 e 4,6% em 2016); e
- peras frescas (4,4% em 2018 e 5,4% em 2016).

73. Dentre os dez principais produtos portugueses importados pelo Brasil no ano de 2018, contam-se ainda outros que não se encontravam integrados nesse grupo em 2016 tais como:

- peças de aeronaves (2,7% em 2018 e 18,2% em 2016);
- circuitos integrados (1,6% do total em 2018);
- partes e peças para transmissores (1,5%);
- produtos laminados a quente, de ferro ou aço (1,3%);
- abrasivos, pedras de amolar e similares (1,2%);
- moldes para plástico ou borracha (1,2%); e
- partes e peças para automóveis e tratores (1,1%).

74. Este conjunto de produtos representou 60,8% do total importado pelo Brasil de Portugal em 2018. Analogamente às exportações para Portugal, mais de 50% das importações brasileiras (52,4%) representam produtos básicos ou semimanufaturados, existindo, por isto, condições para a evolução do comércio no âmbito de produtos de maior tecnologia. Nesse aspecto, deve salientar-se o promissor intercâmbio de peças, materiais e equipamentos para aeronaves, consubstanciado em vendas brasileiras para Portugal em 2018 de mais de 5 milhões de dólares. Já em 2016, foi concretizada a venda de aeronaves completas para Portugal, no valor total de US\$ 35,6 milhões. Quanto ao estoque dos investimentos bilaterais (dados do Banco de Portugal), verificaram-se os seguintes valores nos respectivos finais de período (milhões de euros):

- (i) de Portugal no Brasil:  
(em 2016) 2.963,4; (em 2018) 2.825,5;

(ii) do Brasil em Portugal:  
(em 2016)3.533,0; (em 2018) 3.221,8.

75. A posição atual do estoque de investimentos bilaterais em confronto com o existente em 2016 denota a estabilização dos fluxos anuais. Representa a consolidação de movimentos de investimentos mútuos diante de economias em recuperação.

76. Cabe destaque, nos últimos dois anos, para o significativo crescimento do número de empresários brasileiros que buscam estabelecer-se em Portugal e aqui montam seus negócios, sem necessariamente se desfazerem daqueles que já detém no Brasil. A Embaixada e a Câmara de Comércio e Indústria Luso-brasileira têm trabalhado de modo coordenado a fim de prestar o melhor apoio possível a esses cidadãos, que diariamente procuram receber informações e orientações sobre como melhor fazer negócios em Portugal. De modo geral, esses empresários apontam o baixo custo de vida e da mão-de-obra, a estabilidade econômica, o clima ameno, o idioma, a cultura e, sobretudo, as condições de segurança como principais fatores de estímulo à sua instalação em Portugal. Quase sempre ressaltam a condição do país como "porta de entrada" ideal para a União Europeia.

77. Em razão do grande afluxo de empresários brasileiros para Portugal, várias empresas de consultoria foram estabelecidas em Portugal com vistas a oferecer variados tipos de serviços para auxiliar na instalação desses cidadãos e suas famílias. Vários escritórios de advocacia igualmente estabeleceram setores específicos dentro de suas estruturas funcionais voltados para os mesmos fins. Um dos resultados de tal afluxo é a participação brasileira no mercado imobiliário português nos últimos anos. Atualmente somos a segunda nacionalidade estrangeira que mais adquire imóveis residenciais em Lisboa e a primeira no Porto.

78. Cumpre também ressaltar, no período, a transferência do WebSummit da Irlanda para Portugal, seu estabelecimento e consolidação em Lisboa para os próximos dez anos, segundo contrato firmado com a prefeitura desta capital. O êxito dessa que é considerada a maior feira de tecnologia e inovação do mundo, tem atraído crescente número de startups e empresários brasileiros. Em sua última edição, calcula-se uma participação de 2 mil empresas/empresários brasileiros.

79. Vale ainda sublinhar o acompanhamento e gestões feitos pela Embaixada, durante o período em análise, em prol da venda da aeronave de transporte militar KC-390, desenvolvida e produzida pela Embraer em Portugal.

80. No período em questão, a Embaixada divulgou amplamente no território português as feiras comerciais realizadas no Brasil. Organizou ou apoiou, igualmente, a participação de empresas brasileiras em variadas feiras e eventos similares em território português, em setores tais como alimentação, artesanato e turismo (em ordem cronológica):

- Bazar Diplomático Lisboa (2016);
- Portugal Exportador. Lisboa (2016);
- Feira Alimentária & Horexpo. Lisboa (2017);
- WebSummit. Lisboa (2017);
- Apresentação do Calendário UBRAFE das Principais Feiras de Negócios do Brasil. Lisboa (2017);
- Bazar Diplomático. Lisboa (2017);
- Portugal Exportador. Lisboa (2017);

- Lançamento de alimentos tradicionais brasileiros no supermercado do El Corte Inglés. Lisboa e Porto (2018);
- Promoção da moda praia brasileira no El Corte Inglés. Lisboa (2018);
- Mercado da América Latina. Cascais (2018);
- 1ª Expo Amazônia. Lisboa (2018);
- Apresentação do Calendário UBRAFE das Principais Feiras de Negócios do Brasil. Lisboa (2018);
- Portugal Exportador. Lisboa (2018); e
- Feira Alimentária & Horexpo. Lisboa (2019).

81. Ao longo do período em questão, a Embaixada divulgou em Portugal, a pedido da APEX Brasil, variados eventos do Projeto Comprador, bem como forneceu, em diversas ocasiões, sugestões de empresas e empresários brasileiros para serem convidados para eventos organizados ou apoiados pela mencionada Agência em território brasileiro. Igualmente elaborou uma série de estudos de priorização de mercados em Portugal para os Projetos Setoriais da APEX Brasil.

82. A Embaixada apoiou a realização de diversas missões empresariais brasileiras a Portugal, sejam as que acompanharam autoridades governamentais de nível federal, estadual ou municipal em suas visitas oficiais, sejam aquelas organizadas por entidades patronais ou de classe nacionais, ou por órgãos tais como APEX Brasil e SEBRAE. Principais exemplos (em ordem cronológica):

- Missão do Governador do Piauí. Lisboa (2017);
- Missão do Governador do Rio Grande do Norte. Lisboa (2017);
- Missão empresarial da CNC. Lisboa (2017);
- Missão do Ministro do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Lisboa (2017);
- Missão da ABIMAPI. Lisboa (2018);
- Missão do Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Lisboa (2017);
- Missão da Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul. Lisboa (2017)
- Missão do Prefeito de Salvador. Lisboa (2017);
- Missão do Secretário de Turismo do Estado do Espírito Santo. Lisboa (2007);
- Missão que acompanhou o Ministro da Defesa no I Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil-Portugal. Porto (2017);
- Missão da CNI ao WebSummit. Lisboa (2018);
- Missão do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Lisboa (2018);
- Missão da Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Lisboa (2018);
- Missão da Digital Trees ao WebSummit. Lisboa (2018)
- Missão do Secretário de Assuntos Internacionais do Estado do Ceará. Lisboa (2018);
- Missão APEX - visita a Startup Lisboa. Lisboa (2018);
- Missão SINDPAN-Ceará. Lisboa (2018);
- Missão da APEX Brasil ao WebSummit. Lisboa (2018);
- Missão da FEDECOMERCIO Bahia. Lisboa (2018);

- Missão do Atlantic Hub ao WebSummit. Lisboa (2018);
- Missão do Diretor do DPR. Lisboa (2018);
- Missão do Ministro das Minas e Energia. Lisboa (2018); e
- Missão do Vice-Ministro da Agricultura do Brasil. Lisboa (2018).

83. A Embaixada também prestou, anualmente, apoio à Embratur na promoção do Brasil como destino turístico em Portugal. Além disso, divulgou os destinos turísticos brasileiros em vários eventos realizados anualmente no território português, dentre os quais cabe destaque para (em ordem cronológica):

- Bolsa de Turismo de Lisboa. Lisboa (2017);
- 42º Congresso Nacional da Associação Portuguesa das Agências de Viagens. Aveiro (2016).
- "Sunset Party" do Instituto de Promoção do Desenvolvimento da América Latina. Lisboa (2017);
- IX Fórum Turismo "Portugal-América Latina". Lisboa (2017);
- Feira de Viagens Mundo Abreu. Lisboa (2017);
- Mostra Brasil Junino. Lisboa (2017);
- Amazônia: Novos Portugais. "Workshop" de gastronomia paraense e rodada de negócios. Lisboa (2017);
- Bolsa de Turismo de Lisboa. Lisboa (2018);
- Evento de lançamento de nova rota para Lisboa de voos da LATAM. Lisboa (2018);
- X Fórum Turismo "Portugal-América Latina". Lisboa (2018);
- "Sunset Party" do Instituto de Promoção do Desenvolvimento da América Latina. Lisboa (2018);
- Mercado da América Latina". Cascais (2018); e
- Bolsa de Turismo de Lisboa. Lisboa (2019).

84. Durante minha gestão, participamos eu próprio e o Chefe do SECOM, Conselheiro Pedro Paulo d'Escagnolle-Taunay, tanto como palestrantes quanto como debatedores, de grande número de seminários, conferências, "workshops" e rodadas de negócios, com vistas a promover o comércio, os investimentos, a inovação e a tecnologia entre os dois países. Principais exemplos (em ordem cronológica):

- Conferência sobre o Acordo União Europeia-Mercosul. Lisboa (2016);
- "Encontro de Empresários Brasileiros em Portugal". Lisboa (2016);
- Conferência "Financiamento por Multilaterais de Projetos na América Latina". Lisboa (2017);
- Seminário "Acordo Mercosul-União Europeia". Lisboa (2017);
- "Prêmio Personalidade do Ano", organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira. Lisboa (2017);
- Seminário "Oportunidades de Negócio no Setor Agroalimentar na América Latina". Lisboa (2017);
- Conferência Internacional do Setor de Serviços. Lisboa (2017);
- Seminário "Inovação e Tecnologia: Ponte luso-brasileira". Lisboa (2017);

- Fórum Econômico Brasil-Portugal. Lisboa (2017);
- Seminário "Oportunidades de Comércio e Investimento: Portugal-América Latina". Leiria (2017);
- Inauguração da fábrica de produtos farmacêuticos e cosméticos Balestrand Pharma. Arruda dos Vinhos (2017);
- Seminário "Oportunidades de Negócios entre Brasil e Portugal nos Segmentos Tecnológicos". Lisboa (2017);
- Seminário "Brasil 2018, que Perspectivas?" Lisboa (2018);
- Seminário "Piauí, um Estado de Oportunidades", com a presença do Governador Wellington Dias. Lisboa (2018);
- Conferência "Marketing Desportivo e a Relação Bilateral Brasil-Portugal". Lisboa (2018);
- Seminário "Investimento & Internacionalização de Empresas: Brasil-Portugal". Lisboa (2018);
- "Projeto PME Connect". Lisboa (2018);
- Conferência "Women in Business: Hub Talk". Lisboa (2018);
- Seminário "Como Fazer Negócios com a CPLP: caso Brasil". Lisboa (2018);
- "Prêmio Personalidade do Ano", organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira. Lisboa (2018);
- Seminário "Oportunidades de Negócios e Parcerias entre Brasil e Portugal". Lisboa (2018);
- "Encontro de Empresários para a Cooperação Econômica e Comercial entre China e os Países de Língua Portuguesa". Lisboa (2018);
- Seminário "Exportação e Importação Brasil-Portugal". Lisboa (2018)
- "Demoday Startout Brasil". Lisboa (2018)
- Seminário "Relações Econômicas Brasil-Portugal". Lisboa (2018);
- Sessão de Networking. Empresas portuguesas e brasileiras da área de TI que estiveram presentes no Websummit. Lisboa (2018);
- Seminário "As Indústrias de Defesa no contexto da América Latina". Lisboa (2019);
- Apresentação da startup Cozinha de Rosália. Lisboa (2018).

85. Durante toda minha gestão, mantive contato estreito com os dirigentes das principais entidades portuguesas na área de comércio exterior, indústria, tecnologia e investimentos, tais como: Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal; Associação Industrial Portuguesa; Confederação Empresarial Portuguesa; Associação Empresarial de Portugal; Invest Lisboa; e diversas Câmaras de Comércio, entre outras. Cabe especial registro à parceria mantida pela Embaixada com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-brasileira, que inclui a organização conjunta de eventos.

86. O SECOM da Embaixada elaborou e/ou apoiou a confecção de publicações e estudos com vistas a promover os negócios e os investimentos entre Brasil e Portugal. Principais destaques:

- Guia "Como Exportar para Portugal" (2017); e
- Guia de Negócios para o Pequeno Empreendedor Brasileiro em Portugal (2018).

87. Foram as seguintes as principais atividades do SECOM, no período, em termos numéricos:

- 471 atendimentos de consultas empresariais;
- 31 elaborações de informações sobre produtos;
- 6 elaborações de publicações (estudos, boletins, revistas);
- 34 atendimentos sobre investimentos bilaterais;
- 33 inserções de feiras locais;
- 40 atos de divulgação de feiras no Brasil;
- 32 participações e apoios a participantes em feiras locais;
- 18 iniciativas de organização e apoio a missões empresariais, seminários, eventos, rodadas de negócios, "workshops", mostras e similares;
- 56 participações efetivas em seminários, eventos, rodadas de negócios, "workshops", mostras e semelhantes;
- 25 visitas, entrevistas, encontros com autoridades locais e agentes empresariais;
- 32 inserções no cadastro de empresas importadoras portuguesas na Invest & Export Brasil; e
- 463 validações de registros no cadastro de empresas portuguesas importadoras na Invest & Export Brasil.

#### MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

88. Desde outubro de 2016, a cooperação em temas de meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação tem sido importante fator de adensamento das relações bilaterais.

89. Temas ligados a ciência, tecnologia e inovação merecem atenção prioritária do governo português. O país vê no setor oportunidade de se tornar polo de inovação e empreendedorismo tecnológico no continente, aproveitando-se da mão de obra qualificada a custos mais baixos que em outros países europeus, bem como da infraestrutura de comunicações adequada e da localização privilegiada de que dispõe.

90. Sob minha Chefia, a embaixada continuou a dar apoio à cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação em andamento, em áreas como nanotecnologia, biotecnologia e mobilidade urbana, e avançou em campos de cooperação até então pouco explorados. Dentre essas novas frentes, destaco o desenvolvimento da cooperação em inovação industrial e startups.

91. A embaixada auxiliou missão da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) a Lisboa, em maio de 2018, para prospectar possibilidades de cooperação com instituições portuguesas ligadas à Indústria 4.0 e às startups. Em junho do mesmo ano, o então Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, em visita a Portugal, assinou o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Inovação e Empreendedorismo com o Ministério da Economia de Portugal, com o objetivo de estruturar a cooperação bilateral na área.

92. Lisboa foi palco do quinto ciclo do programa StartOut Brasil, fruto de parceria entre Itamaraty, Apex-Brasil, MDIC, Sebrae e Anprotec. Entre 9 e 16 de novembro de 2018, quinze "startups" brasileiras selecionadas tiveram, com apoio da embaixada, rica imersão no ecossistema de inovação português e intensa agenda voltada à prospecção de clientes, investidores e parceiros locais, resultando em perspectivas positivas de negócios e parcerias.



93. Ainda na área de inovação industrial e startups, em novembro de 2018, a ABDI lançou o edital Startup Indústria 4.0 e escolheu Portugal como primeiro parceiro internacional do programa, que fará o casamento entre grandes indústrias e startups dos dois países para o desenvolvimento de projetos conjuntos de inovação industrial.

94. Durante meu período no posto, aumentou significativamente a presença brasileira na Websummit, um dos maiores eventos mundiais de inovação que, desde 2016, é realizado em Lisboa. Na última edição do Websummit, o Brasil contou, pela primeira vez, com estandes dedicados da ABDI e da Apex-Brasil.

95. A estreita cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação teve ponto alto com a visita do então Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, entre 9 e 15 de julho de 2017. Na ocasião, visitou empresas de tecnologia e institutos de pesquisa portugueses e assinou, conjuntamente com representantes da União Europeia e África do Sul, a "Declaração de Belém sobre Cooperação em Pesquisa e Inovação no Atlântico", estabelecendo parceria trilateral para promover ampla cooperação em pesquisa transatlântica.

96. Relacionada à "Declaração de Belém" é a iniciativa de criação do Centro Internacional de Pesquisa no Atlântico (AIR Center). Na mencionada visita a Portugal, o Ministro Kassab participou do I Diálogo de Alto Nível Indústria-Academia-Governo sobre Interações Atlânticas. Por sua vez, em novembro de 2017, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, Manuel Heitor, participou em Florianópolis do II Diálogo de Alto Nível, ocasião em que foi assinada a "Declaração de Florianópolis" para o estabelecimento do AIR Center, com sede nos Açores. Ambas as autoridades estiveram presentes na terceira edição do Diálogo, que definiu as áreas com potencial de inclusão no programa científico do Centro.

97. A cooperação bilateral em assuntos do mar tem sido profícua, tanto na sua vertente científica, quanto no objetivo de assegurar a utilização sustentável dos recursos marinhos. Portugal tem organizado conferências anuais para tratar de assuntos relacionados à temática do desenvolvimento da economia azul e da sustentabilidade dos oceanos, as "Oceans Meetings", e deverá sediar, em 2020, a segunda Conferência das Nações Unidas para os Oceanos. Chefeei a delegação brasileira às últimas duas edições das Oceans Meetings, nas quais foram adotadas, por aclamação, respectivamente a "Declaração sobre Oceanos e Saúde Humana" e a "Declaração sobre Economia Circular Azul, Navegação Verde e Portos como Centro de Inovação".

98. Entre as áreas que julgo ter potencial de expansão no relacionamento bilateral, destaco a cooperação em assuntos do espaço. A embaixada tem acompanhado atentamente as iniciativas portuguesas para o setor. Com o lançamento do Programa Internacional do Atlântico de Lançamento de Satélites, que visa criar uma base de lançamento de satélites nos Açores, e o recente estabelecimento da Agência Espacial Portuguesa, abre-se importante frente de cooperação bilateral, já tendo o lado português manifestado intenção de estreitar relacionamento com entidades brasileiras como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Agência Espacial Brasileira (AEB).

## ENERGIA

99. Apresento um panorama dos principais temas afetos à área de energia e relaciono as visitas a Portugal de autoridades e e/ou lideranças empresariais brasileiras.

## ENERGIAS DE PORTUGAL (EDP)

100. O grupo EDP, privatizado em 2012, está entre os grandes operadores europeus do setor de energia. Desenvolve atividades nas áreas de produção, comercialização e distribuição de eletricidade e, em menor escala, na comercialização e distribuição de gás. Tem atuação marcada em Portugal e Espanha, mas também está presente em outros países europeus. Fora do continente, possui ativos no Brasil, em Angola, no Canadá, na China e nos Estados Unidos.

101. A empresa chinesa China Three Gorges (CTG), que detém 21,35% do capital do grupo, lançou em 11/05/2018 uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) para aumentar sua participação para mais de 50%. A oferta estende-se igualmente à EDP Renováveis, empresa na qual a EDP detém 83% do capital. A iniciativa embute planejamento de longo prazo para a EDP, em que se prevê a passagem de ativos e operações da CTG para a EDP em alguns mercados, como o Brasil. Passado quase um ano, a OPA não avançou, e diversos analistas locais têm dúvidas se, de fato, será algum dia concretizada. A demora deve-se ao fato de a oferta depender da aprovação de mais de uma dezena de reguladores.

102. O grupo EDP está presente no Brasil há 23 anos. As atividades do grupo no Brasil, por meio das subsidiárias Energias do Brasil e EDP Renováveis, respondem por 20% de seu faturamento global e têm apresentado resultados positivos de forma continuada, reforçando o caráter estratégico e de longo prazo da atuação da EDP no país. O grupo conta, no Brasil, com mais de 2.600 funcionários, e fornece energia elétrica a cerca de 3 milhões de clientes.

#### GALP

103. A Galp Energia é hoje o maior grupo integrado de produtos petrolíferos e gás natural de Portugal, atuando na exploração e produção de petróleo e gás natural, refino e distribuição de produtos petrolíferos, distribuição e venda de gás natural e geração de energia elétrica. Na área de exploração (em franca expansão), o grupo tem foco claro em Angola e no Brasil. Em refino e distribuição, conta com cerca de 1500 estações de serviço na Península Ibérica e na África. No setor de gás natural, comercializa para mais de 1,3 milhão de clientes em Portugal e Espanha.

104. As atividades de exploração de petróleo no pré-sal brasileiro têm cada vez mais importância no resultado operacional global da Galp. Os níveis de produção no Brasil têm crescido de maneira consistente, saltando de 60 mil para 110 mil barris por dia entre 2015 e 2017. A empresa espera atingir 200 mil barris/dia em 2021. Em linha com a prioridade que tem concedido às atividades no Brasil, a Galp venceu, em outubro de 2017, leilão pelos direitos de exploração da porção norte do bloco BM-S-8 (Carará), na bacia de Santos, em consórcio integrado também pelas empresas Statoil (Noruega) e ExxonMobil (EUA). O custo total da transação foi de EUR 800 milhões, dos quais 20% (EUR 160 milhões) caberão à empresa portuguesa.

105. A Galp e a Petrobras têm atuado em conjunto há quase vinte anos em numerosos projetos de exploração e produção de petróleo e gás no Brasil. São parceiras, por exemplo, na operação do campo petrolífero de Lula, na bacia de Santos, em que a Petrobras detém 65%, a Galp, 10% (por meio da subsidiária Petrogal) e a BG E&P Brasil (subsidiária da Royal Dutch Shell), os restantes 25%. Em outubro de 2016, a Galp e a Petrobras firmaram memorando de entendimento para cooperação em exploração e produção de petróleo e gás e treinamento de recursos humanos especializados. A nova parceria deverá abarcar atividades conjuntas em exploração e produção de petróleo e gás em diferentes regiões, em nível mundial.

## MEMORANDO DE ENTENDIMENTO NA ÁREA DE ENERGIA

106. Por iniciativa portuguesa, foi proposta a celebração de novo instrumento de cooperação no domínio da energia com o Brasil, em detrimento da preferência brasileira pela reativação de um Grupo de Trabalho em Energia, criado em 2010, no âmbito da Subcomissão Luso-brasileira de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais.

107. A assinatura do memorando de entendimento estava prevista para ocorrer à margem da II Reunião de Ministros de Energia da CPLP, realizada em Foz do Iguaçu, em 22/11/2017, mas foi frustrada pelo cancelamento da participação no evento do então ministro português de Economia, Manuel Caldeira Cabral. A celebração do instrumento foi reprogramada para acontecer durante missão a Lisboa do ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, no período de 14 a 17 de outubro de 2018, mas foi igualmente adiada, em função de reforma ministerial empreendida à véspera da missão, que resultou na demissão do ministro Caldeira Cabral e na transferência dos temas de energia para o renomeado Ministério do Ambiente e da Transição Energética.

## GRUPOS DE ESTUDOS SOBRE MINERAIS METÁLICOS NÃO-FERROSOS

108. Lisboa é sede de três grupos de estudos sobre minerais metálicos não-ferrosos, a saber, os Grupos Internacionais de Estudos sobre o Cobre, sobre o Níquel e sobre o Chumbo e o Zinco (respectivamente, ICSG, INSG e ILZSG, pelas siglas em inglês). Os grupos realizam anualmente duas reuniões nesta capital, uma a cada semestre, individualizadas por grupo, havendo em cada ocasião uma sessão conjunta dos três grupos. As reuniões têm caráter eminentemente técnico, consistindo em foro altamente especializado para discussão entre representantes governamentais e do setor privado que lidam diretamente com a produção e o comércio dos referidos metais.

109. Não houve participação de representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), pasta responsável pelo tema no Brasil, em nenhuma das reuniões realizadas durante minha gestão no posto. Nesse período, a participação governamental brasileira sempre esteve a cargo de diplomata da Embaixada, com o ocasional acompanhamento de algum representante dos respectivos setores da indústria no Brasil. Nesse sentido, a presença de representante do MME elevaria o nível da participação brasileira nas reuniões, com ganhos para os setores vinculados aos mercados de metais.

## VISITAS BILATERAIS

110. A Embaixada prestou apoio para o agendamento de encontros e/ou acompanhou visitas de autoridades e representantes do setor energético a Portugal, entre as quais se destacam, em ordem cronológica:

- Visita a Lisboa do então secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, Eduardo Azevedo, em 15/02/2017, ocasião em que se reuniu com o secretário de Estado da Energia de Portugal, Jorge Seguro Sanches, com o objetivo, entre outros, de trocar experiências sobre eficiência energética. Na ocasião, o lado português propôs a assinatura de memorando de entendimento em matéria de energia e estendeu convite para visita do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a Portugal.

- Visita a Lisboa da diretora-presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), Elizabeth Farina, em 17/02/2017, com vistas a tratar com interlocutores do governo

português de proposta de diretiva europeia sobre energias renováveis (conhecida como "RED II") e do Acordo de Associação Mercosul-UE.

- Visita a Lisboa da chefe de Gabinete do então diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Nara Rúbia de Souza, 19 e 23 de junho de 2017, para participar da "9th OECD Conference on Measuring Regulatory Performance" e manter encontro com interlocutores da "Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), contraparte portuguesa com a qual a ANEEL tem instrumento de cooperação firmado em 10 de julho de 2011.

- Visita a Portugal do então Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), José Jurhosa, em outubro de 2017, com o objetivo de conhecer a iniciativa de cidade inteligente "Évora InovCity", da Energias de Portugal (EDP), com agenda montada pela Embaixada.

- Missão a Portugal do então ministro de Minas e Energia, Wellington Moreira Franco, no período de 14 a 17 de outubro. Seus encontros incluíram, entre outros, o ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Fernandes; o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas; os presidentes das empresas Energias de Portugal (EDP), António Mexia; Galp Energia, Carlos Gomes da Silva; e grupo Mota-Engil, Gonçalo Moura Martins; e os presidentes da Confederação Empresarial de Portugal, António Saraiva, e da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira, Francisco Murteira Nabo.

## PROMOÇÃO CULTURAL

111. A difusão da cultura brasileira não só em Lisboa, mas em Portugal, tem sido uma das atividades mais intensas do posto, com múltiplas iniciativas em diferentes ramos culturais, como música, dança, teatro, literatura, artes visuais, cinema, dentre outros.

112. Nesse sentido, a Embaixada tem desenvolvido iniciativas próprias, de grande relevo, bem como tem prestado apoio institucional e financeiro a diversos projetos de instituições parceiras que divulgam aspectos da cultura brasileira neste país. Cumpre ressaltar a singularidade do grande e permanente interesse dos portugueses por manifestações culturais do Brasil, situação potencializada por nossos laços históricos e linguísticos.

113. De outubro de 2016, quando assumi a Chefia do posto, ao presente momento, procurei que a Embaixada priorizasse iniciativas de qualidade que contribuíssem para a promoção de campos culturais, cuja excelência de artistas brasileiros fosse menos conhecida do grande público. Ademais, o posto promoveu, com grande êxito, exposições de arte, mostras de cinema e espetáculos que muito contribuíram, a meu ver, para o alargamento do interesse do público local pela cultura brasileira.

114. Dentre as iniciativas que, julgo, merecem destaque particular, estão:

- a) a participação da Embaixada na Feira do Livro de Lisboa, evento que conta, anualmente, com público superior a 500 mil pessoas. O estande do posto é parte do tradicional circuito de visitas do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa quando da abertura da feira;

- b) a realização da 1ª Mostra de Cinema do Brasil em Lisboa, em julho de 2018. Apesar da constante presença de produções nacionais nos diversos Festivais de Cinema que

ocorrem nesta capital, essa foi a primeira Mostra a contar somente com filmes brasileiros, empreendida pelo posto;

c) a realização da exposição itinerante do Museu da Língua Portuguesa "A Língua Portuguesa em Nós", no MAAT – Central Tejo, em outubro de 2018. A exposição abriu em Lisboa após cumprir etapa africana, em Cabo Verde, Angola e Moçambique, e atraiu mais de 8 mil visitantes durante as três semanas em que esteve aberta ao público;

d) a realização do espetáculo de dança "Duelo", com o bailarino Thiago Soares e o maestro Marcelo Bratke, no Teatro Tivoli BBVA, em 20 de fevereiro de 2019. O evento, iniciativa do posto, contou com bilheteria esgotada (1.200 espectadores) e evidenciou o talento de artistas brasileiros no campo da música erudita e do ballet clássico;

e) a realização da exposição "Aquarelas do Descobrimento", de Carybé, no Palácio da Independência, ainda em cartaz, após abertura ao público em 9 de março último. A mostra, que trouxe para Portugal conjunto de 52 aquarelas do artista plástico brasileiro que nunca haviam sido expostas no exterior, já conta com mais de 1.000 visitantes.

115. Ademais dos eventos listados acima, julgo digno de nota o apoio do posto aos principais Festivais de Cinema de Lisboa. Os referidos apoios não só permitiram maior presença do cinema nacional nos eventos, como viabilizaram a presença na cidade de atores, diretores e produtores brasileiros quando da realização dos festivais.

116. Ressalto, ainda, o fato de que produções audiovisuais nacionais são correntemente vencedoras das competições principais dos mencionados Festivais, bem como recebem recorrentes menções honrosas dos júris.

117. A música brasileira integra, de forma já tradicional, a agenda cultural portuguesa, frequentemente lotando as mais tradicionais casas de espetáculo. São inúmeros os concertos realizados por artistas brasileiros, de todos os gêneros, não só em Lisboa como por todo o país. A presença de músicos nacionais vivendo em Portugal nos últimos anos reforça o mencionado fenômeno.

118. A título de ilustração, menciono que nos últimos 12 meses se apresentaram em Portugal cantores como Maria Bethânia, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Chico Buarque, Zeca Pagodinho, Luan Santana, Bebel Gilberto, Anitta, Vanessa da Matta, Nando Reis, Roberta Miranda, Os Tribalistas, Jota Quest, entre outros. São, igualmente, realizados em Portugal os festivais Rock n'Rio e Villa Mix, ambos com grande afluência de público.

119. Ademais, destaco o reiterado apoio da Embaixada para viabilizar apresentações musicais de artistas brasileiros em espaço culturais de porte médio. Cito como exemplo de eventos ocorridos no último ano o Clube do Choro, no Museu do Fado, em março de 2018, o pianista André Mehmari, no Hot Club de Lisboa, em setembro, o violonista Guinga e o duo Bossa Primos, na Casa da América Latina, respectivamente em abril e setembro, o cantor Bernardo Lobo, no lançamento de seu CD "C'alma", no Teatro do Bairro em outubro.

120. No campo da literatura, autores brasileiros são amplamente editados em Portugal, sendo algumas de suas obras parte do Plano Nacional de Leitura adotado pelas escolas, como é o caso de Jorge Amado ("O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá") e do quadrinista Marcelo D'Saete ("Cumbe"), que cito a título de exemplo.

121. Além de contribuir com os principais festivais literários portugueses, como o FOLIO (Óbidos), Correntes d'Escritas (Póvoa do Varzim, cidade-natal de Eça de Queiroz) e POEIRAS da Língua Portuguesa (Lisboa), a Embaixada também atua no processo de lançamento de livros, dos quais são exemplos "Força estranha", de Nelson Motta; "Naquela Língua – cem poemas e alguns mais", antologia organizada por Francisco José Viegas; "O Cachorro e o lobo" e "Pelo fundo da agulha", ambos de Antonio Torres, e "Vera Cruz", primeira biografia romanceada de Pedro Álvares Cabral, escrita pelo historiador português João Morgado.

122. Merece destaque, neste campo, a parceria entre a Embaixada e a editora portuguesa POLVO, no âmbito da Amadora BD, principal evento de literatura em quadrinhos de Portugal. A presença de autores brasileiros no evento é sempre muito requisitada e objeto de matérias na imprensa. Ressalto o apoio do posto à vinda do quadrinista Marcelo D'Salete na edição de 2018 do festival, dias antes de D'Salete ser agraciado com o Prêmio Jabuti pela obra "Angola Janga".

123. No tocante às artes visuais, a Embaixada concedeu apoio para a viabilização de galerias e artistas brasileiros na "ArcoLisboa" (feira de arte contemporânea), bem como apoiou diversas mostras individuais. Destaco o apoio na realização da exposição "Modernismo Brasileiro na Coleção da Fundação Edson Queiroz", no prestigioso Museu Berardo, durante os meses de outubro e novembro de 2017. A Mostra reuniu um magnífico acervo de todos os principais artistas plásticos brasileiros de 1920 a 1960, como Tarsila do Amaral, Ligia Clark, Hélio Oiticica, Di Cavalcanti e Portinari.

124. Julgo ser digno de destaque o apoio concedido à exposição "Infinito vão - 90 anos de arquitetura moderna no Brasil", realizada pela renomada Casa da Arquitectura, de Matosinhos. Segundo seus organizadores, trata-se da maior mostra já realizada sobre arquitetura moderna brasileira. A exposição contou com curadoria dos brasileiros Fernando Serapião e Guilherme Wisnik. Proferi discurso no evento de abertura, ao lado de personalidades como os arquitetos Paulo Mendes da Rocha e Álvaro Siza Vieira, ambos laureados com o Prêmio Pritzker.

125. No campo do teatro, o interesse do público português por peças brasileiras é permanente. O grande número de atores brasileiros atualmente residindo em Lisboa tem multiplicado o número de espetáculos na cidade. A Embaixada tem prestado apoio financeiro pontualmente e apoio institucional e de divulgação em todos os casos. Registro, com satisfação, o apoio concedido a edição de 2019 do FITA – Festival Internacional de Teatro do Alentejo, maior evento do gênero no país, ocorrendo simultaneamente em 15 cidades alentejanas.

126. Por fim, registro que a ausência de espaço cultural próprio nesta capital é um limitador da atuação do posto, tendo em vista o alto perfil construído pela Embaixada na cena cultural lisboeta. A possibilidade de aluguel de espaço multicultural contribuiria, de forma decisiva, para ampliar o número de iniciativas próprias a serem desenvolvidas pelo posto.

#### TEMAS EDUCACIONAIS

127. As relações educacionais entre Brasil e Portugal são caracterizadas por intenso dinamismo, intensificado pela língua comum e pelas afinidades culturais existentes entre os dois países. Ao longo dos últimos anos, a Embaixada buscou fortalecer e ampliar, sempre que possível, o estabelecimento de parcerias entre universidades portuguesas e brasileiras.

128. Atualmente, a população de alunos brasileiros inscritos em instituições de ensino superior em Portugal é de cerca de 13 mil alunos. Embora este já seja um dado expressivo, estima-se que o número de alunos brasileiros cursando os ensinos fundamental e médio seja ainda maior. A dificuldade de obtenção de dados precisos nestes casos deve-se ao fato de que a maior parte dos alunos não goza de vistos de estudante, mas, sim, de residentes, em função dos vistos de seus pais.

129. O incremento do número de alunos brasileiros em Portugal pode ser medido pelo considerável aumento do volume de declarações emitidas pelo Setor Educacional do posto. Enquanto em 2016, foram emitidas 2.955 declarações e realizados 2.720 atendimentos presenciais, em 2018, foram 5.580 declarações e 6.985 atendimentos.

130. Ressalto que os dados acima somente levam em consideração os atendimentos feitos de forma presencial, não contabilizando aqueles realizados por telefone e/ou correio eletrônico, que ocorrem na mesma proporção.

131. No corrente exercício, até a presente data já foram emitidas 1.600 declarações, superando a marca de 500 declarações por mês, o que tem gerado desafios importantes para o bom no funcionamento do Setor, tendo-se em conta a inexistência de sistema de informática que auxilie na elaboração dos documentos.

132. Permanece como ponto relevante na relação bilateral o fato de os alunos brasileiros pagarem anuidades superiores aos demais alunos provenientes de países de língua portuguesa nas universidades locais. A diferença no valor cobrado pode chegar o sete vezes o valor cobrado de alunos portugueses.

133. A justificativa oferecida pelas universidades é a de que o Estatuto do Estudante Internacional, promulgado por Portugal em 2014, não inclui o Brasil na lista de países cujos nacionais teriam direito, em determinados casos, ao pagamento de anuidades semelhantes à dos alunos portugueses.

134. A Embaixada tem estado em contato constante com autoridades e universidades portuguesas, em busca de esclarecer questões relativas ao tema e encaminhar soluções para as demandas dos alunos brasileiros.

# **1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE**

**2**





**SENADO FEDERAL**  
Senador FLÁVIO BOLSONARO

## **PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 26, de 2019 (Mensagem nº 195, de 20 de maio de 2019, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco.



SF/19604.66894-01

**RELATOR: Senador FLÁVIO BOLSONARO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

O indicado é filho de Walter de Almeida Serra e Maria Helena de Andrade Serra e nasceu em 4 de dezembro de 1949, no Rio de Janeiro – RJ, é bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara (1972).

O diplomata apontado iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1972, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Também no Instituto, concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE) em 1991. Na oportunidade, defendeu tese com o seguinte título: “A Perestroika na URSS: algumas percepções”. Ascendeu a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe em 1994; e a Ministro de Primeira Classe em 2005. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: assessor e Chefe substituto da Divisão da África I (1984/86); assessor e Substituto do Secretário de Controle Interno (1986/88); e Subchefe da Secretaria de Relações com o Congresso (1994/96).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Embaixada em Paris (1991/94); Ministro-Conselheiro e Encarregado de negócios na Embaixada em Bonn (1996-00); Ministro-Conselheiro e Encarregado de negócios na Embaixada em Berlim (2000/03); Embaixador em Acra (2006/11); Embaixador cumulativo em Uagadugu (2006-08); Embaixador em Singapura (2011/16); e, desde 2016, Embaixador na Coreia do Sul.

Além do currículo do diplomata, nossa Chancelaria fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Francesa e o Principado de Mônaco. Nesse sentido, o Itamaraty enviou amplo relatório sobre os dois países, incluindo as relações bilaterais com cada um deles. Recolhemos desse documento, que está à disposição dos senhores senadores, algumas informações que visam subsidiar os membros desta Comissão em sua sabatina.

Considerada tradicional polo de disseminação das artes e da cultura ocidental, a França segue sendo o país mais visitado do mundo. Essa circunstância é, por si, bastante eloquente da sua importância no concerto das nações. Some-se a isso o fato de que os franceses contam com modernas indústrias aeroespaciais, de biotecnologia e de telecomunicações. Distinguem-se, ainda, como potência econômica, militar e nuclear. A França é, por igual, um dos pilares da União Europeia (EU), ao lado da Alemanha.



SF/19604.66894-01

O histórico relacionamento com Brasil funda-se em bases sólidas e expressivas. Dado revelador desse convívio próspero convívio é o número de acordos bilaterais a nos vincular. Em 2006, as relações atingiram patamar de Parceria Estratégica, o que possibilitou o estabelecimento de uma agenda de intercâmbio e cooperação bastante abrangente. Nesse sentido, foi instituído em 2008 um plano de ação da parceria franco-brasileira. Esse instrumento contempla distintas perspectivas que vão do diálogo político às relações econômicas e comerciais; da cooperação nas áreas de defesa, espaço e energia nuclear aos temas migratórios e transfronteiriços.

A França é tradicional parceira do nosso país nos campos da ciência, tecnologia e inovação. Dessa forma, o país se tornou destino habitual para estudantes e pesquisadores brasileiros. Vem daí a consistente cooperação no domínio das tecnologias sensíveis. A expressão mais firme dessa troca materializa-se, nos dias de hoje, no setor da defesa. Nesse campo, os programas de desenvolvimento de submarino e de desenvolvimento e nacionalização de helicópteros associados à colaboração nos setores espacial e de supercomputadores demonstram o grau de sofisticação e maturidade das relações bilaterais.

Disso resulta forte presença de empresas e investimentos franceses na economia brasileira, valorizada tanto por nosso significativo mercado interno quanto por ser ponto de apoio para incursões nos demais países da região em que estamos inseridos. Merece realce, por igual, o fato de Brasil e França compartilharem 730 quilômetros de fronteira, que justificam o trabalho contínuo da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça.

Outro aspecto relevante no relacionamento bilateral é a superlativa comunidade brasileira em solo francês estimada, sem contar os binacionais, em mais de 23 mil pessoas na França metropolitana. Some-se a esse número o contingente de brasileiros em situação migratória irregular. Segundo estimativas do nosso Consulado-Geral em Paris, 70 mil pessoas encontram-se nessa condição. Para o atendimento dessa comunidade, o Itamaraty dispõe do referido consulado-geral e de 11 consulados honorários (Bastia, Bordeaux, Dijon, Estrasburgo, Le Havre, Lille, Lyon, Nantes, Pau, Toulouse e na Córsega). Há, ainda, Consulado-Geral em Caiena (Guiana Francesa) e Consulado em Saint-Georges de l'Oyapock.

Em relação ao comércio bilateral, ele reflete o denso relacionamento franco-brasileiro. Nesse sentido, as trocas são expressivas e diversificadas. Contudo, o fluxo de transações tem sofrido oscilações nos últimos anos por conta dos desafios enfrentados pela economia brasileira. Ele,



SF/19604.66894-01

entretanto, segue sendo bastante respeitável. Foram US\$ 6,56 bilhões em 2018. O dado desfavorável é o contínuo déficit em desfavor do Brasil. Exportamos resíduos alimentares (farelo de soja e outros), minérios, pastas de madeira e máquinas mecânicas; e importamos máquinas elétricas e mecânicas, químicos orgânicos e insumos das indústrias químicas.

Sobre Mônaco, vale destacar que se trata do segundo menor país do mundo, atrás do Vaticano. O Principado está encravado na costa mediterrânea da França e é governado desde 1297 pela dinastia dos Grimaldi. Cuida-se, como se sabe, de luxuoso centro de turismo internacional, que tem nas atividades financeiras sua principal fonte de renda. A cooperação entre Brasil e Mônaco teve início com o estabelecimento de relações consulares em 1911. O relacionamento diplomático, no entanto, só foi estabelecido em 2010. No momento atual, a Embaixada brasileira em Paris tem competência para gerir as relações bilaterais.

No plano econômico, o relacionamento tem dinamismo compatível com a economia local. Digno de nota é a circunstância de as atividades de cooperação judiciária bilateral terem adquirido expressão nos últimos anos. Desse modo, foram tramitados pela Embaixada em Paris, 12 casos de extradição, solicitados tanto por autoridades brasileiras quanto monegascas. O número de brasileiros residentes no Principado é de 84. Trata-se da terceira maior comunidade do hemisfério americano residente em Mônaco, depois da estadunidense e da canadense.

Diante do exposto, penso que os membros desta Comissão dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2019

(nº 195/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

## MENSAGEM Nº 195

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco.

Os méritos do Senhor Luís Fernando de Andrade Serra que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de maio de 2019.

EM nº 00133/2019 MRE

Brasília, 10 de Maio de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Otávio Brandelli*

00001.002787/2019-52

OFÍCIO Nº 143/2019/CC/PR

Brasília, 20 de maio de 2019.

A sua Excelência o Senhor  
Senador Sérgio Petecão  
Primeiro Secretário  
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002787/2019-52 SEI nº 0000000



**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL LUIS FERNANDO DE ANDRADE SERRA**

CPF.: 102.479.041-04

ID.: 2082 MRE

1949      Filho de Walter de Almeida Serra e Maria Helena de Andrade Serra, nasce em 4 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

**Dados Acadêmicos:**

1972      Direito pela Universidade do Estado da Guanabara  
1972      CPCD - IRBr  
1991      CAE - IRBr - A Perestroika na URSS: Algumas Percepções

**Cargos:**

1974      Terceiro-secretário  
1977      Segundo-secretário, por merecimento  
1980      Primeiro-secretário, por merecimento  
1987      Conselheiro, por merecimento  
1994      Ministro de segunda classe, por merecimento  
2005      Ministro de primeira classe, por merecimento

**Funções:**

1974      Divisão de Fronteiras, assistente  
1974-75   Divisão de América Meridional-II, assistente  
1975-77   Embaixada em Santiago, Terceiro-Secretário  
1977-81   Embaixada no Vaticano, Terceiro, Segundo e Primeiro-Secretário  
1981-84   Embaixada em Túnis, Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios  
1984-86   Divisão da África I, assessor e Chefe, substituto  
1986      Secretário de Controle Interno, assessor

- 1986-88 Secretaria de Controle Interno, Delegado Regional de Contabilidade e Finanças, e Substituto do Secretário
- 1988-91 Embaixada em Moscou, Conselheiro e Encarregado de Negócios, durante a ausência do titular
- 1991-94 Embaixada em Paris, Conselheiro
- 1994-96 Secretaria de Relações com o Congresso, Subchefe
- 1996-2000 Embaixada em Bonn, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
- 2000-03 Embaixada em Berlim, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
- 2003 Ministério das Comunicações, Assessoria Internacional, Assessor Chefe
- 2004-06 Agência Nacional de Telecomunicações, Assessoria Internacional, Assessor Chefe
- 2006-11 Embaixada em Acra, Embaixador
- 2006-08 Embaixada em Uagadugu, Embaixador cumulativo
- 2011-16 Embaixada em Singapura, Embaixador
- 2016-18 Embaixada na Coreia do Sul, Embaixador

### **Condecorações**

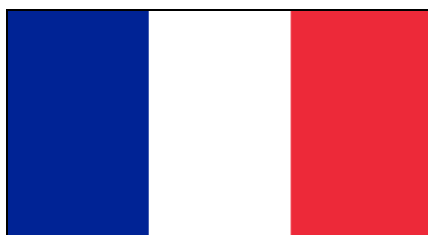
- 1981 Ordem de São Gregório Magno, Cavaleiro
- 2002 Ordem do Mérito Naval, Comendador
- 2005 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
- 2012 Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial
- 2016 Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial

**ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO**  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
Departamento de Europa  
Divisão de Europa I

**FRANÇA**



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
Abril de 2019

### DADOS BÁSICOS SOBRE A FRANÇA

<b>NOME OFICIAL:</b>	República Francesa
<b>GENTÍLICO:</b>	francês
<b>CAPITAL:</b>	Paris
<b>ÁREA:</b>	552.000 km²
<b>POPULAÇÃO (2014):</b>	66.9 milhões de habitantes ( <a href="https://www.insee.fr/en/statistiques/2382601?sommaire=2382613">https://www.insee.fr/en/statistiques/2382601?sommaire=2382613</a> )
<b>LÍNGUA OFICIAL:</b>	Francês
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Catolicismo 61%; Sem religião 25%; Islamismo 7%; Protestantismo: 4%; Judaísmo: 1%; Outras 2%;
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	República parlamentarista
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Bicameral: Assembleia Nacional ("l'Assemblée nationale"), composta por 577 membros, eleitos para mandatos de 4 anos; bem como Senado ("le Sénat"), composto por 348 membros, com mandatos de 6 anos.
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Presidente Emmanuel Macron (desde 14 de maio de 2017)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Primeiro-Ministro Édouard Philippe (desde 15 de maio de 2017)
<b>CHANCELER:</b>	Jean-Yves Le Drian (desde 17 de maio de 2017)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):</b>	USD 2,58 trilhões (2017)
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):</b>	USD 2,88 trilhões (2017)
<b>PIB PER CAPITA (2017)</b>	USD 40,288 (2017)
<b>PIB PPP PER CAPITA (2017)</b>	USD 44,868 (2017)
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	1,6% (2017) 1,2% (2016); 1,3% (2015); 0,7% (2014)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2017):</b>	0,901/24º lugar entre 189 países
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2017):</b>	82,7 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2017):</b>	N/D
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):</b>	9,2% ( <a href="https://data.oecd.org/france.htm">https://data.oecd.org/france.htm</a> )
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	Euro
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Michel Miraillet
<b>BRASILEIROS NO PAÍS:</b>	Há registro oficial de 43.383 brasileiros residentes na França (total estimado de 110.000 nacionais brasileiros).

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-FRANÇA (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC						
Brasil → França	2007	2009	2011	2013	2015	2017
<b>Intercâmbio</b>	6.997	6.521	9.784	9.893	6.703	5.947
<b>Exportações</b>	3.472	2.905	4.319	3.394	2.245	2.224
<b>Importações</b>	3.52	3.616	5.465	6.499	4.457	3.723
<b>Saldo</b>	-53	-710	-1.146	-3.105	-2.212	-1.499

## APRESENTAÇÃO

A França é um país localizado na Europa Ocidental, com várias ilhas e territórios ultramarinos localizados em outros continentes. A França metropolitana estende-se do mediterrâneo ao canal da Mancha e ao mar do norte; e do rio Reno ao oceano Atlântico, partilhando fronteiras com a Bélgica e Luxemburgo a norte; Alemanha a nordeste; Suíça e Itália a leste; Espanha ao sul e com as micronações de Mônaco e Andorra. Os territórios ultramarinos franceses incluem a Guiana Francesa, na América do Sul, e diversas ilhas nos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico. Composto administrativamente por 18 regiões (das quais cinco situam-se em territórios de ultramar), o país tem uma área de 643.801 quilômetros quadrados.

A capital da França é Paris, a maior e mais importante aglomeração urbana do país. Outros centros urbanos relevantes são: Marseille, Lyon, Lille, Nice, Toulouse e Bordeaux. A nação é o maior país da União Europeia em área e o terceiro maior da Europa, atrás apenas da Rússia e da Ucrânia (incluindo seus territórios ultramarinos, como a Guiana Francesa, o país torna-se maior que o território ucraniano).



## PERFIS BIOGRÁFICOS

### **Emmanuel Macron** **Presidente da República**

Emmanuel Macron foi eleito em 7/5/17. Nascido em Amiens (Departamento de Somme), em 21 de dezembro de 1977, estudou filosofia na Universidade Paris Nanterre, cursou mestrado em Relações Públicas na "Sciences Po" e graduou-se, em 2004, na Escola Nacional de Administração (ENA).

Além de mais jovem eleito (39 anos), Macron é o primeiro presidente da República Francesa a jamais ter disputado uma eleição ou ocupado cargo eletivo de qualquer natureza. Ex-Ministro da Economia, Indústria e Assuntos Digitais (agosto 2014 a agosto de 2016) do governo François Hollande, Macron deixou o cargo para fundar seu próprio movimento ("En Marche!") e lançar sua candidatura às eleições presidenciais.

Chamado de social-liberal por analistas políticos, não se considera nem de direita nem de esquerda, mas “progressista”, em contraposição aos “conservadores”. Europeísta, defende programa mais liberal (livre mercado e redução do déficit público) no que diz respeito aos temas econômicos, e agenda mais à esquerda no que se refere aos temas sociais (casamento homoafetivo, aborto, entre outros).



**Édouard Philippe**  
**Primeiro-Ministro**

Nascido em Rouen (Seine Maritime, Normandia), em 28 de novembro de 1970, Édouard Philippe foi nomeado primeiro-ministro da República Francesa em 15/5/17. Formou-se em direito na "Sciences Po" e graduou-se na École National d'Administration (ENA), em 1997.

Prefeito do Havre (desde 2010, reeleito em 2014 em primeiro turno) e deputado (eleito em 2012 por Seine-Maritime) do Les Républicains (LR), iniciou sua carreira pública no Conselho de Estado. Sua nomeação atende aos principais critérios estabelecidos pelo novo presidente para a função: juventude, experiência parlamentar, nunca ter ocupado cargo ministerial e originário de partido da direita.



**Jean-Yves Le Drian**  
**Ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros**

Foi nomeado ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros, em 17/5/17, juntamente com os outros ministros do governo de Édouard Philippe. Nascido em Lorient (Departamento de Morbihan, Bretanha), em 30 de junho de 1947, tornou-se professor de história e geografia em 1973. Em 1974, aderiu ao Partido Socialista (PS) e sagrou-se deputado em 1978, tendo sido reeleito em diversos pleitos seguintes.

Durante o governo de François Mitterrand, foi secretário de Estado do Mar, entre 1991 e 1992. De 1981 a 1998, foi prefeito de sua cidade natal, função que acumulou, durante certo período, com o posto de

deputado do Departamento de Morbihan (de 1978 a 1991 e de 1997 a 2007). Em 2004, foi eleito presidente do conselho regional da Bretanha.

Veterano político do Partido Socialista (PS) e amplamente respeitado pela opinião pública, Le Drian foi ministro da Defesa durante os cinco anos do mandato de François Hollande (maio de 2012 a maio de 2017), tendo sido responsável por dois importantes legados: as operações militares na África e no Oriente Médio e os números recordes das exportações de material militar.

## **RELAÇÕES BILATERAIS**

Brasil e França mantêm laços expressivos, que transcendem os vínculos entre a América Latina e a Europa. A importância crescente das relações entre os dois países foi reconhecida quando os Presidentes Lula e Chirac firmaram Parceria Estratégica (2006), com ampla agenda de intercâmbio e cooperação. O Plano de Ação da Parceria Estratégica franco-brasileira (2008) centrou-se sobre eixos como diálogo político e governança internacional; relações econômicas e comerciais; cooperação nas áreas de defesa, espaço, energia nuclear, desenvolvimento sustentável; domínios da educação, línguas, ciência e tecnologia; temas migratórios e transfronteiriços; e atuação conjunta em terceiros países, em particular na África.

A Parceria Estratégica com a França ultrapassa os setores propriamente estratégicos e de defesa; teve, contudo, nestas áreas – que envolvem tecnologias sensíveis e sujeitas a controles mais rígidos – a expressão mais firme da determinação dos dois países de construir associação de natureza especial. As iniciativas implementadas no setor de defesa, com dois grandes programas em submarinos e helicópteros, e o desenvolvimento da cooperação nos setores espacial e de supercomputadores, tornaram-se emblemáticas do alto nível de entendimento.

A cooperação nos campos da ciência, tecnologia e inovação é outra vertente importante das relações bilaterais. Um dos parques tecnológicos mais avançados do mundo, a França conta com capacidades autônomas em setores-chave da economia. Trata-se, ademais, de tradicional destino para estudantes e pesquisadores brasileiros.

A França apoia a ampliação do Conselho de Segurança da ONU em ambas as categorias de membros, incluindo um assento permanente para o Brasil. O país é um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e também ocupa a quinta posição entre as maiores economias do mundo. Trata-se de importante parceiro do Brasil em questões de paz e segurança, desarmamento e não-proliferação, comércio, finanças, desenvolvimento sustentável e mudança do clima.

O interesse recíproco deve-se a uma série de fatores, dentre os quais se destacam: i) fronteira compartilhada (Guiana francesa-Amapá); ii) desenvolvimento conjunto de projetos em áreas sensíveis e de alta tecnologia (PROSUB, SGDC, H-XBR, Supercomputador); iii) forte presença de empresas e investimentos franceses na economia brasileira, valorizada por seu mercado interno e como ponto de apoio regional; iv) existência de expressiva comunidade brasileira na França; v) atuação conjunta e apoio recíproco em foros multilaterais; vi) intensificação recente da cooperação no campo da segurança e da inteligência; vii) forte intercâmbio educacional; viii) influência cultural mútua.

### **Parceria estratégica**

Os resultados mais emblemáticos da parceria estratégica entre Brasil e França são projetos de alta tecnologia, grande complexidade e de longo prazo. Nessa área, o diferencial francês está na disposição e autonomia para incluir a transferência de tecnologia nos acordos de cooperação. O objetivo amplo dessas parcerias é conjugar as economias, mercados e acervos tecnológicos dos dois países em áreas estruturantes, dividindo custos e com foco no mercado mundial. Dois desses projetos estão concluídos: o Supercomputador e o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC). O computador mais potente da América Latina, adquirido da empresa francesa Atos/Bull como primeira etapa de possível cooperação na área de supercomputação, funciona hoje em Petrópolis. O SGDC, por sua vez, foi lançado em maio de 2017, a partir da base de Kourou (Guiana Francesa). O satélite, construído pela empresa Thales Alenia Space em Cannes, com a presença de técnicos brasileiros e transferência de tecnologia, permitiu a conexão de todo o território com internet de banda larga e o oferecimento de canal seguro para comunicações militares, sob o controle das autoridades brasileiras.



O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), orçado em 6,7 bilhões de euros, é o maior projeto de cooperação internacional na área de defesa desenvolvido pelo Brasil. O objetivo da iniciativa é dotar o Brasil da capacidade de projetar e construir de forma autônoma submarinos de propulsão nuclear. Como etapas para essa meta, o programa prevê a concepção e construção de quatro submarinos de propulsão convencional (diesel-elétrica), um submarino de propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval. O primeiro dos submarinos de propulsão convencional, o Riachuelo, foi lançado ao mar em 14 de dezembro de 2018.

O Programa de Desenvolvimento e Nacionalização de Helicópteros (H-XBR) envolve a aquisição, para emprego pelas três Forças Armadas e pela Presidência da República, de 50 helicópteros H-225M, cuja produção vem sendo gradualmente efetuada pela Helibrás, filial brasileira da Airbus Helicopters (ex-Eurocopter). O custo total é de 1,8 bilhões de euros. Em março de 2019, 34 unidades já haviam sido entregues. Sua conclusão é prevista para 2022.

A cooperação franco-brasileira em defesa e domínios estratégicos comporta também vertente de reflexão político-estratégica conjunta. Para tanto, foi iniciado, em 2009, exercício periódico de Diálogo Estratégico bilateral, no formato 2+2 (chancelarias e ministérios da Defesa), com o objetivo de propiciar intercâmbio franco, a partir de viés diplomático-militar, sobre questões globais e regionais de interesse para os dois países. Além disso, Brasil e França também coincidiram na participação ativa em duas operações de paz: a MINUSTAH e a UNIFIL.

### **Assuntos transfronteiriços**

A cooperação fronteiriça entre Brasil e França tem como principais vertentes o estabelecimento da primeira ligação terrestre entre os dois países, que visa a romper o isolamento geográfico da Guiana Francesa, e o aprofundamento das instâncias de cooperação sobre desenvolvimento e combate a ilícitos transfronteiriços. Pronta desde 2011, a ponte sobre o rio Oiapoque foi inaugurada parcialmente em 18/3/2017. Além das obras físicas, a abertura da ponte exigiu a negociação de acordos que regulamentam o fluxo de pessoas, veículos e mercadorias.

O principal mecanismo de coordenação é a Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França (CMT), criada pelo Acordo-

Quadro de Cooperação, de 1996. A CMT possui subgrupos de trabalho em áreas de interesse para as populações ribeirinhas, como saúde, defesa civil, meio ambiente, cooperação policial e formação técnica. Sua última reunião ocorreu em dezembro de 2016.

### **Segurança**

Para além das operações conjuntas na área de fronteira, a cooperação bilateral na área de segurança aprofundou-se consideravelmente no contexto dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016). Contatos bilaterais entre as forças de segurança e inteligência (do lado brasileiro, em especial a Polícia Federal e a ABIN) permitiram conhecer a experiência da Polícia Nacional francesa e demais órgãos de segurança pública na prevenção e gestão de crise associadas a ataques terroristas. Adidância da ABIN foi instalada na Embaixada do Brasil em Paris, em fevereiro de 2017. A Embaixada já conta com adido da Polícia Federal.

### **Cooperação educacional**

A cooperação entre Brasil e França cresceu de forma exponencial no último decênio. Há hoje aproximadamente 750 acordos e convênios bilaterais sobre o tema firmados diretamente entre universidades brasileiras e francesas, ante um número de 300 acordos do tipo em 2009. Tradicionalmente o segundo país em número de estudantes brasileiros e o segundo principal parceiro do Brasil em produção científica, em 2017 a França, de acordo com a CAPES, superou os Estados Unidos e se tornou o país de destino do maior número de bolsistas do governo.

Durante o período de vigência do Programa Ciência sem Fronteiras (2011-2016), foi o terceiro país que mais recebeu estudantes universitários e pesquisadores depois de Estados Unidos e Canadá, com mais de sete mil bolsistas, 947 instituições brasileiras e 165 francesas.

Para promover a língua portuguesa e a literatura brasileira nas universidades francesas, o MRE financia atualmente professor selecionado pela CAPES na Universidade de Clermont-Ferrand.

### **Assuntos consulares**

O Itamaraty tem Consulado-Geral em Paris, Consulado-Geral em Caiena, na Guiana Francesa, e Consulado em Saint-Georges de l'Oyapock, também naquele Departamento Ultramarino. Há igualmente consulados honorários em Bastia, Bordeaux, Dijon, Estrasburgo, Le Havre, Lille, Lyon, Nantes, Pau, Toulouse e na Córsega.

As estatísticas oficiais do Governo francês, apuradas pelo Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE) no censo de 2015 (atualizadas em 2017) e utilizadas pelo Ministério do Interior, apontam para comunidade brasileira composta por 23.004 pessoas na França metropolitana. Essa população não inclui os cidadãos com dupla nacionalidade (brasileiros que adquiriram a nacionalidade francesa ou que residem na França na condição de nacional de um terceiro país). Nesse caso, o total de brasileiros atingiria 36.859 nacionais, conforme outra pesquisa realizada pelo INSEE (censo de 2015, atualizado em 2017). Entre os 36.859 brasileiros que residem regularmente na França, 22.831 (61,9%) são mulheres e 14.028 (38%) são homens. O Consulado-Geral em Paris estima em 70.000 pessoas o contingente de brasileiros em situação migratória irregular.

### **Empréstimos e financiamentos oficiais**

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da França.

## **POLÍTICA INTERNA**

O presidente Emmanuel Macron iniciou seu mandato de cinco anos à frente do Palácio do Eliseu em 14 de maio de 2017, após vencer as eleições presidenciais daquele ano. Macron tornou-se o oitavo e mais jovem presidente da Vª República Francesa. Com discurso moderado, europeísta, renovador, em prol da superação da tradicional dicotomia esquerda-direita, Macron garantiu vitória no segundo turno das eleições, em 7 de maio de 2017, quando derrotou Le Pen (66,1% contra 33,9% dos votos válidos).

A eleição de Macron marcou a ascensão, pela primeira vez na história da Vª República, de presidente não vinculado às tradicionais forças partidárias: o Partido Socialista, de François Hollande, e o “Les

Républicains”, de Nicolas Sarkozy, predecessor de Hollande. Desde então, a crise de representatividade desses partidos tradicionais vem se aprofundando. O caso do Partido Socialista (PS) é emblemático: se em 2012 o grupo possuía maioria das cadeiras na Assembleia Nacional e no Senado, hoje conta com bancada reduzida de parlamentares e suas principais lideranças deixaram o partido. Também o “Les Républicains” vem enfrentando profunda renovação geracional. Tudo indica que a disputa entre os partidos anti-establishment de Macron (REM- République en Marche) e de Le Pen (rebatizado em 2018 de “Rassemblement National”) se repetirá nas eleições para o Parlamento Europeu de maio de 2019 em termos muito parecidos aos da eleição de Macron: de um lado, o projeto social-liberal e europeísta do REM; de outro, o nacionalismo eurocético do “Rassemblement National”.

Ao longo dos quase dois anos desde que assumiu o poder, o governo Macron enfrentou considerável desgaste na opinião pública. Em abril de 2018, diversas categorias entraram em greve, como os ferroviários, os funcionários da Air France e os estudantes. Estes últimos opunham-se à proposta do governo de reforma educacional. A crise atingiu também a cúpula do governo em agosto de 2018. Desde então, diversos assessores próximos ao presidente pediram demissão, como o popular Nicolas Hulot (então ministro da Transição Ecológica e Solidária) e o ministro do interior, Gerard Collomb.

A crise nas ruas ampliou-se em outubro de 2018, com o início dos protestos dos coletes amarelos. Inicialmente, eles eram contrários ao aumento dos impostos sobre combustíveis, no contexto das medidas voltadas à transição ecológica do país; desde então, contudo, as críticas evoluíram para uma contestação mais ampla, que contribuiu para ampliar a impopularidade de Macron. Sua imagem já estava desgastada em decorrência da adoção de medidas relacionadas à diminuição de impostos para as classes mais altas e redução de direitos sociais.

Em resposta aos protestos dos coletes amarelos, bem como a uma crítica geral de que ele seria um presidente avesso ao diálogo, o presidente Emmanuel Macron lançou, entre janeiro e março de 2019, grande debate nacional para tratar das demandas da sociedade francesa. Durante esse período, o presidente percorreu o país, colhendo contribuições da sociedade sobre temas como sistema tributário e gastos públicos, organização do Estado e dos serviços públicos, transição ecológica e democracia. Pesquisas

realizadas em fevereiro demonstraram que a iniciativa rendeu frutos, com a recuperação parcial da imagem de Macron, cujo índice de aprovação subiu para 36%.

## **POLÍTICA EXTERNA**

Os discursos, visitas e atos de Emmanuel Macron, tanto durante a campanha, quanto após sua assunção como presidente, indicam a prevalência do signo da continuidade sobre o da mudança, na política externa francesa.

Principal tema de política externa das eleições presidenciais, a integração europeia constitui prioridade do governo. Vários gestos nesse sentido têm sido feitos, tais como a mudança do nome oficial do Quai d'Orsay de ministério de Assuntos Estrangeiros e Desenvolvimento Internacional para ministério da Europa e dos Assuntos Estrangeiros e a nomeação do europeísta Philippe Étienne para a chefia da célula diplomática do Eliseu.

Macron tem defendido reiteradamente reformas na União Europeia, destacando que só a integração mais robusta, com nova roupagem, permitiria reverter o euroceticismo crescente em território francês, alimentado pela decisão do Reino Unido de deixar o bloco. As dúvidas sobre a atitude de Trump em relação à OTAN e o Brexit são vistos por analistas locais como oportunidades para avançar a cooperação em áreas ainda como a industrial-militar. O conceito de "Europa da Defesa", surgido e abandonado nos anos 50 e retomado agora por Hollande e Macron, tende a trazer ganhos expressivos em setor em que a França é altamente competitiva e, de fato, o único país do bloco com capacidade de projeção de poder. A assinatura do Tratado de Aix-la-Chapelle com a Alemanha, em fevereiro deste ano, constitui um passo nessa direção. Embora criticado por analistas por adotar poucas medidas concretas, ele lançou a pedra fundamental da “Europa da Defesa” ao estabelecer cláusula de defesa mútua entre as duas nações fundadoras da UE.

Em entrevista que concedeu ao jornal Le Monde no início de sua gestão à frente do Quai d'Orsay, o ministro Le Drian elencou cinco prioridades para a política externa francesa: combate ao terrorismo;

mudança do clima; diplomacia econômica; difusão da cultura francesa e defesa dos valores da França; "dimensão europeia refundada".

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

Os dados do Instituto de Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE) indicam que a economia francesa retornou ao seu ritmo habitual de crescimento na segunda metade de 2018, após dois trimestres em que teve resultados abaixo da expectativa. O PIB francês cresceu 0,4% e 0,3%, respectivamente, no terceiro e no quarto trimestres do ano passado. Ao longo do ano, a atividade econômica avançou 1,5%, aquém do crescimento observado em 2017, de 2,3%, bem como das previsões do próprio governo: no início de 2018, por ocasião da apresentação do programa de estabilidade em Bruxelas, o governo francês previra crescimento de 2%.

O baixo crescimento pode ser explicado, em parte, pela elevação de impostos e da Contribuição Social Generalizada (CSG) no início do ano, que pesaram sobre o consumo. Se, já no segundo semestre, o governo operou no sentido contrário, reduzindo contribuições salariais e taxas (como a Taxa de Habitação, que teve corte de 30%), a recuperação do consumo acabou não ocorrendo conforme o planejado.

Afetado pelo movimento dos “coletes amarelos” (‘gilets jaunes’), o consumo das famílias, que havia crescido 0,4% no terceiro trimestre, permaneceu estável no quarto trimestre de 2018. O governo reagiu com pacote de medidas anunciada em 10 de dezembro pelo presidente Emmanuel Macron, entre elas o aumento de 100 euros do salário mínimo e cortes de impostos.

O ano de 2018 ficou marcado, portanto, como aquele em que, diante da pressão vinda das ruas, o governo francês deixou de lado sua opção macroeconômica inicial, de incentivar o crescimento pela oferta, aumentando o poder de compra das famílias para acalmar setores específicos da população e incentivando o consumo de forma geral.

A consequência imediata da “mudança de método”, segundo expressão utilizada pelo primeiro-ministro Edouard Philippe, é uma conta de 10 bilhões de euros, entre redução de arrecadação e aumento de gastos, a qual deverá traduzir-se em um déficit público superior a 3,0% em 2019. Diante do cenário, o alto escalão do governo elevou o tom do discurso de necessidade de redução dos impostos e de gastos, de forma a dinamizar a

economia francesa e a torná-la mais competitiva globalmente. Para 2019, o governo aguarda taxa de crescimento de 1,7%.

### **A economia francesa por setores**

A França é a maior potência agrícola da União Europeia, contabilizando um quarto da produção agrícola comunitária. No entanto, esse setor representa apenas pequena proporção do PIB (1,7%) do país e emprega menos de 3% de sua população. A atividade agrícola francesa recebe subsídios significativos, oriundos principalmente da União Europeia. Os principais produtos agrícolas da França são o trigo, o milho, a carne e o vinho.

A indústria manufatureira do país é muito diversificada, contudo, a França encontra-se, segundo analistas, em franco processo de desindustrialização, com transferência de empresas para países, na própria UE, com menores cargas tributárias e menos regulamentação. Seus setores industriais chave são: telecomunicações, eletrônica, automobilístico, aeroespacial e armamentos.

O setor terciário representa perto de 80% do PIB francês e emprega mais de três quartos da população ativa. A França é o primeiro destino turístico do mundo, com 86,9 milhões de turistas estrangeiros em 2017.

### **Comércio bilateral e investimentos**

O intercâmbio comercial entre Brasil e França é sólido e diversificado. A corrente de comércio elevou-se de algo em torno de US\$ 3 bilhões, no começo do século, para o recorde histórico de US\$ 10,02 bilhões, em 2012. Naquele ano, o Brasil exportou US\$ 4,11 bilhões para a França e importou US\$ 5,91 bilhões, com déficit de US\$ 1,81 bilhões para o Brasil. De 2013 a 2017, o fluxo das transações de comércio sofreu redução, em função, sobretudo, das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira, que passou por período de forte retração no biênio 2015-2016. Em 2018, a corrente de comércio bilateral voltou a crescer, tendo se expandido cerca de 10,3%, para US\$ 6,56 bilhões. O saldo comercial continuou deficitário para o Brasil, em US\$ 1,32 bilhões.

Os principais grupos de produtos exportados em 2018 foram: (i) resíduos alimentares (farelo de soja e outros); (ii) minérios; (iii) pastas de madeira; e (iv) máquinas mecânicas. No mesmo período, os principais

produtos adquiridos da França foram: (i) máquinas elétricas; (ii) máquinas mecânicas; (iii) químicos orgânicos; e (iv) outros insumos das indústrias químicas.

O panorama dos investimentos entre Brasil e França caracteriza-se pela participação de importantes empresas francesas em projetos estratégicos para o governo brasileiro, como a presença da TOTAL no consórcio do Campo de Libra e a liderança da ENGIE (antiga GDF SUEZ) no consórcio que construiu a Hidrelétrica de Jirau. Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), o estoque de investimentos franceses, de acordo com o critério do “controlador final”, era de US\$ 29,03 bilhões em 2016. Além disso, existiam, em 2015, 890 empresas com ao menos 10% de capital acionário francês instaladas no Brasil, entre as quais o PÃO DE AÇÚCAR, controlado pelo Grupo CASINO, que corresponde ao maior empregador privado no país.

Entre os principais investimentos recentes, destacam-se o acordo assinado entre a TOTAL e a PETROBRAS para a participação da empresa francesa nas plataformas Lara e Lapa da bacia de Santos; a ampliação da capacidade produtiva da empresa de projetos VOLTALIA no setor eólico; o acordo da ALBIOMA com a VALE para cogeração de energia no Paraná; a abertura de hotéis de luxo da marca MGallery do GRUPO ACCOR; a compra das fábricas da LEVORIN pelo grupo MICHELIN; a abertura de escritório da TRADELAB (startup do setor de mídia) em São Paulo; e a aquisição dos sites KANUI e TRICAE pela empresa DAFITI (venda por internet) .

No que se refere aos setores de defesa e alta tecnologia, praticamente todos os principais grupos franceses encontram-se implantados no Brasil ou em vias de ampliar investimentos locais e associações com parceiros nacionais. É o caso da DCNS (defesa naval), THALES (eletrônica de defesa e espaço), SAFRAN (motores e equipamentos de defesa aeroespaciais), DASSAULT (aviões de caça), MBDA (mísseis), NEXTER (artilharia e comunicações) e o conglomerado de empresas da EADS: ASTRIUM (espaço), CASSIDIAN (sistemas eletrônicos e VANTs), EUROCOPTER (helicópteros) e AIRBUS MILITARY (aviões de transporte militar).

Em relação aos investimentos brasileiros na França, merecem destaque a presença da MAGNESITA, ALPARGATAS, BANCO DO BRASIL, BANCO ITAÚ, BRASIL FOODS, GRANADO, NATURA,



STEFANINI, WEG, e a atividade mineradora desenvolvida pela VALE na Nova Caledônia.

### **CRONOLOGIA HISTÓRICA**

1939 - Início da II Guerra Mundial; a França declara guerra à Alemanha;  
1940 - Ocupação alemã; início do Governo colaboracionista de Vichy;  
1943 - O General de Gaulle cria um Comitê de Libertação Nacional;  
1944 - A França é libertada pela ação dos Aliados e da Resistência Francesa; é instalado em Paris o Governo Provisório da República Francesa, chefiado pelo General de Gaulle;  
1946 - De Gaulle pede demissão em janeiro; nova Constituição estabelece a Quarta República; Vincent Auriol torna-se Presidente;  
1950 - França insere-se cada vez mais em processo de integração europeia;  
1951 - Assembleia Nacional Francesa ratifica o Tratado de Paris;  
1954 - Descolonização da Indochina; retirada da França após a derrota na Batalha de Dien Bien Phu;  
1956 - A França concede independência à Tunísia e ao Marrocos;  
1958 - Promulgada a Constituição da Quinta República; o General de Gaulle é eleito Presidente da República;  
1962 - Acordos de Evian põem fim à guerra da Argélia, que conquista sua independência; reforma constitucional introduz voto direto para eleição do Presidente da República;  
1965 - Vitória nas urnas de Charles de Gaulle sobre François Mitterrand;  
1968 - “Maio de 68”: greve geral de proporções revolucionárias na França;  
1969 - De Gaulle renuncia à Presidência; é sucedido por Georges Pompidou;  
1970 - Morte de Charles de Gaulle em 9 de novembro;  
1974 - Valéry Giscard d’Estaing é eleito Presidente da República;  
1981 - François Mitterrand é eleito Presidente da República;  
1986 - “Cohabitation” entre um Presidente socialista (François Mitterrand) e um Primeiro-Ministro de direita (Jacques Chirac);  
1988 - Reeleição de François Mitterrand à Presidência;  
1995 - Jacques Chirac é eleito Presidente da República;  
1997 - Segunda “cohabitation”, de Chirac, como Presidente, com o socialista Lionel Jospin, como Primeiro-Ministro;

2002 - Chirac é reeleito em segundo turno contra o candidato da extrema-direita Jean-Marie Le Pen, que batera o PM Jospin no primeiro turno;  
2005 - Eleitores rejeitam, em plebiscito, o Tratado Constitucional Europeu;  
2005 - Episódios de violência nos subúrbios franceses;  
2007 - Nicolas Sarkozy é eleito Presidente da República;  
2008 - Nicolas Sarkozy assume a Presidência rotativa da UE em 1º de julho;  
2012 - François Hollande é eleito Presidente da República;  
2014 - Manuel Valls torna-se Primeiro-Ministro;  
2017 – Emanuel Macron é eleito Presidente da República.

### **CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

1825 - França é o primeiro país europeu a reconhecer a independência do Brasil;  
1959 - Inauguração da Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris;  
1964 - Visita do Presidente Charles de Gaulle ao Brasil;  
1976 - Visita do Presidente Ernesto Geisel à França;  
1981 - Presidente João Baptista Figueiredo visita à França  
1996 - Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à França  
2001 - Visita de Estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso à França; Visita do PM Lionel Jospin ao Brasil;  
2003 - O Brasil participa, a convite da França, da Cúpula do G8 em Evian;  
2004 - Lançamento, por iniciativa dos Presidentes Lula e Chirac, da Ação contra a Fome e a Pobreza, com o objetivo de identificar mecanismos inovadores de financiamento ao desenvolvimento; Criação da MINUSTAH;  
2005 - Ano do Brasil na França; Visita de Estado do Presidente Lula à França;  
2006 - Visita de Estado do Presidente Jacques Chirac ao Brasil;  
2008 - Missão do Ministro da Defesa à França; visita do General Roland Gilles; encontro dos Presidentes Lula e Sarkozy na Guiana Francesa; IV Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França, em Caiena;  
2008 - Visita do Presidente Sarkozy ao Brasil, em dezembro;  
2009 - Visitas do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Paris para reuniões com o Ministro Bernard Kouchner e o Conselheiro Diplomático do Eliseu, Emb. Levitte; Visita do Presidente Lula a Paris para encontro com o Presidente Sarkozy; visita ao Brasil da

Secretária de Comércio Exterior da França, Anne-Marie Idrac; visita ao Rio de Janeiro do Ministro Kouchner;

2011- Visitas da Ministra das Relações Exteriores, Michèle Alliot-Marie, e do Primeiro-Ministro François Fillon;

2012- Participação do Presidente François Hollande na Conferência Rio+20, ocasião em que foi recebido para almoço de trabalho pela Presidenta Dilma Rousseff; Visita do Chanceler Antonio Patriota a Paris; Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à França;

2013- Visita de Estado do Presidente François Hollande ao Brasil;

2014- Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo a Paris;

2015- Viagem do Ministro Mauro Vieira a Paris, ocasião em que mantém reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Desenvolvimento Internacional da França, Laurent Fabius (3 de junho);

2015- Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Desenvolvimento Internacional da França, Laurent Fabius, a Brasília (22 de novembro);

2015- Viagem da Presidente Dilma Rousseff a Paris, por ocasião da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima - COP21 (30 de novembro);

2016- Reunião de trabalho do Ministro Mauro Vieira com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Desenvolvimento Internacional da França, Laurent Fabius, à margem da Conferência Internacional de Apoio à Síria e Região, em Londres (4 de fevereiro);

2016- O presidente François Hollande esteve no Rio de Janeiro, por ocasião dos Jogos Olímpicos;

2017- O ministro Aloysio Nunes visita Paris, ocasião em que mantém reunião de trabalho com o ministro da Europa e dos Assuntos Estrangeiros de França, Jean-Yves Le Drian (28 de agosto);

2017 - Inaugurada a adidância da ABIN na Embaixada em Paris;

2017 – Inauguração da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, entre o Brasil e a Guiana Francesa.

2018- Lançamento ao mar do submarino Riachuelo.

## ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Assuntos	Entrada em Vigor	Status da Tramitação
Acordo de Coprodução Cinematográfica e Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Cooperação Artístico-cultural</b>	Data de celebração: 08/05/2017  Data de entrada em vigor: indefinida	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Emenda ao Acordo de Segurança Relativo à Troca de Informação de Caráter Sigiloso entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, assinado em 2 de outubro de 1974	<b>Defesa e Assuntos Militares</b>	01/08/2016	Em Vigor
Acordo para Aplicação do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, Assinado em 15 de Dezembro de 2011	<b>Previdência Social</b>	22/04/2013	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as Localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de L'Oyapock (França)	<b>Fronteiras e Soberania Territorial</b>	21/10/2016	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Aduanas, Impostos e Tarifas</b>	03/06/2014	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa para o Estabelecimento de Regime de Circulação Transfronteiriça entre Brasil e Guiana	<b>Fronteiras e Soberania Territorial</b>	13/06/2014	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas	<b>Transporte Rodoviário</b>	20/11/2016	Em Vigor

Acordo Sobre um Programa de Férias-Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Vistos e Imigração</b>	01/03/2018	Em Promulgação
Declaração de Intenções Foro Econômico Brasil - França	<b>Cooperação Econômica</b>	12/12/2013	Em Vigor
Declaração de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre o Conselho do Rio Oiapoque	<b>Meio Ambiente</b> Cooperação Técnica	Data de celebração: 14/12/2012  Data de vigor: *	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência	<b>Saúde</b> Fronteiras e Soberania Territorial	01/12/2015	Em Vigor
Declaração de Intenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países	<b>Cooperação Técnica</b>	Data de celebração: 11/12/2012.  Data em vigor: *	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa em Matéria de Cooperação de Saúde na Zona Transfronteiriça Brasil-Guiana Francesa	<b>Saúde</b>	Data de celebração: 11/12/2012.  Data em vigor: *	Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa em Matéria de Previdência Social	<b>Previdência Social</b>	01/09/2014	Em Vigor
Declaração de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para a Implementação de Projeto de Cooperação Bilateral em Computação de Alto Desempenho ("Supercomputação")	<b>Intenções</b> Cooperação Científica e Tecnológica	22/02/2011	Em Vigor
Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Cooperação Artístico-cultural</b>	03/08/2010	Em Vigor

Declaração de Intenções entre o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa.	<b>Intenções</b>	10/09/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério da Imigração, da Integração, da Identidade Nacional e do Desenvolvimento Solidário da República Francesa para a Criação de um Mecanismo Bilateral de Consultas sobre Questões Migratórias	<b>Migrações</b>	07/09/2009	Em Vigor
Protocolo Adicional ao Acordo de Parceria e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa com Vistas à Criação de um Centro de Cooperação Policial	<b>Segurança Pública</b>	01/02/2013	Em Vigor
Declaração de Intenções entre o Ministro da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministro da Defesa da República Francesa	<b>Defesa e Assuntos Militares</b>	07/09/2009	Em Vigor
Arranjo Administrativo na Área dos Transportes entre o Ministério dos Transportes da República Federativa do Brasil e o Ministério da Ecologia, da Energia, do Desenvolvimento Sustentável e do Mar, Encarregado das Tecnologias Verdes e das Negociações sobre o Clima da República Francesa	<b>Transporte Fluvial e Marítimo</b>	Data de celebração: 07/09/2009.  Data em vigor: *	Em Vigor
Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa	<b>Relações Diplomáticas e Consulares</b> Declaração Conjunta	23/12/2008	Em Vigor
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para Criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica	<b>Meio Ambiente</b>	23/12/2008	Em Vigor

Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico, tanto do Lado Brasileiro como do Lado Francês	<b>Meio Ambiente</b>	Data de celebração: 23/12/2008.  Data em vigor: *	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área da Luta contra a Exploração Ilegal do Ouro em Zonas Protegidas ou de Interesse Patrimonial	<b>Recursos Naturais</b>	20/02/2014	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos	<b>Defesa e Assuntos Militares</b>	13/05/2011	Em Vigor
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre Cooperação no Domínio do Ensino Profissional	<b>Cooperação Artístico-cultural Cooperação Educacional e Esportiva</b>	23/12/2008	Em Vigor
Declaração de Intenções entre o Ministro da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministro da Defesa da República Francesa	<b>Defesa e Assuntos Militares</b>	Data de celebração: 30/06/2008.  Data em vigor: *	Em Vigor
Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada	<b>Cooperação Técnica</b>	03/10/2011	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças	<b>Defesa e Assuntos Militares</b>	03/02/2011	Em Vigor
Declaração Conjunta sobre Biocombustíveis	<b>Declaração Conjunta</b>	25/05/2006	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Francesa sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	<b>Consultas Diplomáticas</b>	25/05/2006	Em Vigor

Protocolo de Cooperação sobre a Promoção Recíproca dos Idiomas no Ensino entre o Brasil e a França	<b>Cooperação Artístico-cultural</b>	25/05/2006	Em Vigor
Protocolo de Cooperação entre o Brasil e a França Referente a Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa	<b>Cooperação Universitária</b> Cooperação Artístico-cultural	16/09/2009	Em Vigor
Acordo Relativo do Intercâmbio de Diplomatas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil o Ministério dos Negócios Estrangeiros da França	<b>Cooperação Artístico-cultural</b> Relações Diplomáticas e Consulares	25/05/2006	Em Vigor
Protocolo de Intenções referente à Cooperação na Área das Tecnologias Avançadas e de suas Aplicações	<b>Cooperação Científica e Tecnológica</b> Intenções	15/07/2005	Em Vigor
Acordo para Cooperação na Área da Aeronáutica Militar	<b>Defesa e Assuntos Militares</b>	27/09/2006	Em Vigor
Acordo relativo ao Fornecimento de Materiais e Serviços no âmbito da Aeronáutica Militar	<b>Defesa e Assuntos Militares</b>	22/12/2005	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá	<b>Obras Públicas</b>	01/06/2007	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Desenvolvimento das Utilizações Pacíficas da Energia Nuclear.	<b>Energia Nuclear</b>	05/07/2005	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, para Supressão da Obrigação de Vistos de Curta Duração para Nacionais Brasileiros na Polinésia Francesa, Complementar ao Acordo sobre Supressão de Vistos, celebrado em 28/05/1996	<b>Vistos e Imigração</b>	10/12/2001	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre o Projeto de Construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque.	<b>Obras Públicas</b>	01/09/2002	Em Vigor



Ajuste, por troca de notas, que modifica o Acordo Relativo ao Emprego Assalariado dos Familiares dos Agentes das Missões Oficiais de cada Estado no Outro.	<b>Dependentes - Atividades Remuneradas</b>	16/03/2001	Em Vigor
Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	<b>Espaço Exterior</b>	30/12/2004	Em Vigor
Acordo de Parceria e de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa em Matéria de Segurança Pública	<b>Cooperação Interinstitucional</b>	01/09/2007	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa para a Modernização e o Reparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça da República Federal do Brasil.	<b>Cooperação Interinstitucional</b>	22/01/1998	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, sobre Supressão de Vistos, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Vistos e Imigração</b>	27/06/1996	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente à Cooperação no Âmbito da Reforma do Estado e da Modernização da Administração Pública.	<b>Política Administrativa</b>	28/05/1996	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo ao Emprego Assalariado dos Familiares dos Agentes de Missões Oficiais de cada Estado no Outro.	<b>Dependentes - Atividades Remuneradas</b>	01/11/2003	Em Vigor
Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Cooperação Científica e Tecnológica</b>	01/04/1997	Em Vigor

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular	<b>Relações Diplomáticas e Consulares</b>	24/08/2001	Em Vigor
Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Extradicação</b>	01/09/2004	Em Vigor
Acordo de Cooperação em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Direito Civil</b>	01/10/2000	Em Vigor
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Direito Penal</b>	01/03/2000	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, que Emenda o Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, de 18 de março de 1993	<b>Aduanas, Impostos e Tarifas</b>	01/09/1995	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Aduanas, Impostos e Tarifas</b>	01/09/1995	Em Vigor
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica nos Setores Aeronáutico e Espacial	<b>Espaço Exterior</b>	15/02/1989	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa em Matéria de Cooperação Oceanológica.	<b>Recursos Naturais</b>	09/01/1987	Em Vigor

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, referente a Cooperação a Recepção e o Tratamento de Dados SPOT entre a COBAE e o CNES entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	<b>Espaço Exterior</b> Cooperação Técnica	05/08/1987	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Franco-Brasileiro de Cooperação Técnica e Científica de 16 de janeiro de 1967, sobre o Projeto "Organização Territorial e Funções Econômicas da Região Centro-Oeste" entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	<b>Cooperação para Unidades da Federação</b>	24/07/1986	Em Vigor
Troca de Cartas a Respeito do Projeto Brasil-França entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	<b>Cooperação Artístico-cultural</b>	14/10/1985	Em Vigor
Troca de Cartas de Intenções sobre Projetos no Campo da Saúde entre a República Federativa do Brasil e República Francesa.	<b>Saúde</b>	14/10/1985	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, de Modificação no Quadro de Rotas do Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	<b>Transporte Aéreo</b>	15/05/1985	Em Vigor
Acordo que põe em vigor o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o CNPq e o CNES para a Execução de Vôos de Balões Estratosféricos em Território Brasileiro	<b>Espaço Exterior</b> Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	23/02/1983	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa de Cooperação Técnica e Científica de 16 de janeiro de 1967, sobre o projeto de cooperação técnica "organização territorial e funções econômicas do Centro-Oeste".	<b>Cooperação Técnica</b>	17/01/1983	Em Vigor

Acordo por Troca de Notas Verbais, pondo em vigor o Ajuste entre o Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Groupement d'estudes et de Recherches pour le Development de la Agriculture Tropicale (GERDAT) entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	<b>Cooperação Interinstitucional</b> Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica Cooperação Técnica	08/11/1982	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas Verbais, pondo em vigor o Ajuste entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o "Centre D'Etudes Supérieures Des Matières Premières" (CESMAT) entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	<b>Cooperação Interinstitucional</b>	Data de celebração: 08/11/1982.  Data em vigor: *	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, pondo em vigor o Ajuste entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a "Formation International Aéronautique et Spatiale" entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	<b>Cooperação Interinstitucional</b> Cooperação Científica e Tecnológica	26/05/1982	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, pondo em vigor o Ajuste entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o "Institut National de La Santé Et de La Recherche Médicale" entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	<b>Cooperação Interinstitucional</b> Cooperação Científica e Tecnológica Cooperação Técnica	26/05/1982	Em Vigor
Adendo aos Protocolos Financeiros Relativos ao Financiamento das Usinas Hidrelétricas de Balbina e Corumbá e ao Financiamento de Equipamentos e serviços destinados à Exploração Petrolífera Brasileira entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	<b>Cooperação Financeira</b>	30/10/1981	Em Vigor
Acordo sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa	<b>Meios de Comunicação</b>	09/03/1981	Em Vigor
Comunicado Conjunto Brasil-França	<b>Declaração Conjunta</b>	30/01/1981	Em Vigor

Convênio Complementar de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa no Campo da Pesquisa e da Tecnologia Biomédicas.	<b>Cooperação Científica e Tecnológica</b>	30/01/1981	Em Vigor
Convênio Complementar de Cooperação sobre Metrologia, Normalização e Controle de Qualidade entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa.	<b>Cooperação Técnica</b>	30/01/1981	Em Vigor
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Cooperação em Matéria Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa	<b>Relações Diplomáticas e Consulares</b>	30/01/1981	Em Vigor
Acordo no Campo da Propriedade Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Cooperação Industrial</b>	25/01/1983	Em Vigor
Ajuste entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre Cooperação Tecnológica e Industrial no Campo do Carvão Mineral	<b>Recursos Naturais</b>	30/01/1981	Em Vigor
Tratado de Delimitação Marítima entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa	<b>Fronteiras e Soberania Territorial</b>	19/10/1983	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, Estabelecendo as Condições de Utilização do Hexafluoreto de Urânio, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Energia Nuclear</b>	06/01/1981	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa pondo em vigor os Convênios Firmados entre a Embrapa, pela parte Brasileira, e o Gerdat, o Orstom e o Inra, pela parte Francesa	<b>Cooperação Interinstitucional</b>	07/11/1980	Em Vigor

Troca de Notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente aos Trabalhos da Quinta Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa para a Demarcação das Fronteiras entre o Brasil e o Departamento da Guiana	<b>Comissão Mista</b>	18/07/1980	Em Vigor
Convênio Complementar Franco-Brasileiro de Cooperação Econômica no Campo do Carvão	<b>Recursos Naturais</b>	20/05/1980	Em Vigor
Ajuste Complementar entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Comitê de Estudos sobre a Formação de Engenheiros.	<b>Cooperação Interinstitucional</b>	14/01/1979	Em Vigor
Protocolo Financeiro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Cooperação Financeira</b>	09/10/1979	Em Vigor
Troca de Notas Modificativa do Anexo do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Francesa, de 29 de outubro de 1965.	<b>Transporte Aéreo</b>	26/09/1979	Em Vigor
Troca de Cartas para a Implementação do Acordo Complementar no Campo da Energia Solar e Outras Formas Não-Convencionais de Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Energia</b>	05/10/1978	Em Vigor
Acordo de Cooperação Tecnológica Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa.	<b>Cooperação Industrial</b>	05/10/1978	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Gratuidade Parcial da Execução das Cartas Rogatórias em Matéria Penal	<b>Cartas Rogatórias</b>	17/06/1991	Em Vigor
Declaração Conjunta Franco-Brasileira	<b>Declaração Conjunta</b>	05/10/1978	Em Vigor

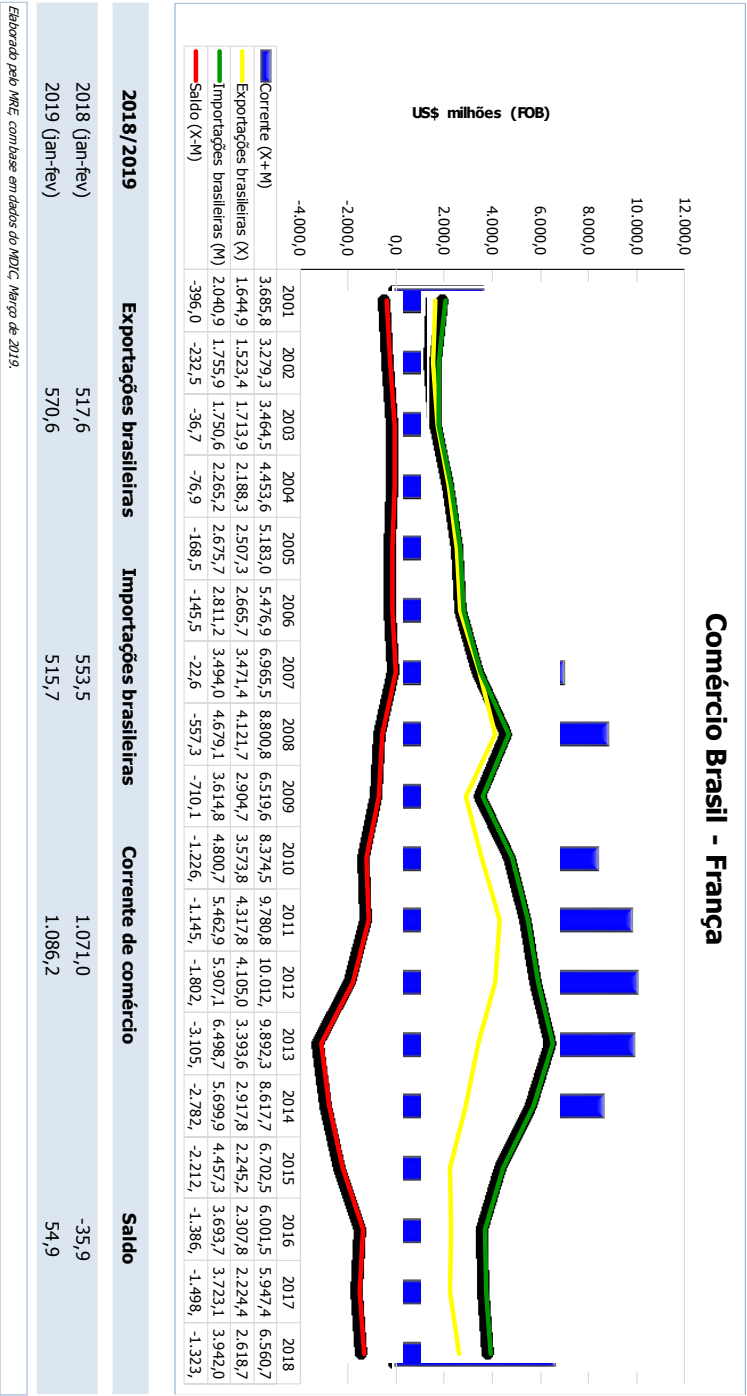
Declaração de Intenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa.	<b>Declaração Conjunta</b>	03/10/1978	Em Vigor
Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa Modificando o Quadro de Rotas constante do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 29 de outubro de 1965, Modificado por Troca de Notas de 08 de janeiro e 22 de abril de 1976.	<b>Transporte Aéreo</b>	22/03/1977	Em Vigor
Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa Modificando o Quadro de Rotas constante do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 29 de outubro de 1965, Modificado por Troca de Notas de 08 de janeiro e 22 de abril de 1976.	<b>Transporte Aéreo</b>	22/03/1977	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Franco-Brasileiro de Assistência Técnico-Militar entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	<b>Defesa e Assuntos Militares</b>	04/01/1977	Em Vigor
Acordo Complementar entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa no Campo da Energia Solar e de Outras Formas não Convencionais de Energia	<b>Energia</b>	02/04/1977	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa	<b>Declaração Conjunta</b>	28/04/1976	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnico-Militar entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa	<b>Defesa e Assuntos Militares</b>	26/02/1976	Em Vigor
Comunicado Conjunto de Imprensa entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa	<b>Declaração Conjunta</b>	30/01/1976	Em Vigor
Comunicado Conjunto à Imprensa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Declaração Conjunta</b>	24/10/1975	Em Vigor
Acordo Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa	<b>Transporte Fluvial e Marítimo</b>	01/11/1979	Em Vigor

Acordo de Cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e o Centro Nacional de Pesquisa Científica da França	<b>Cooperação Interinstitucional</b>	21/10/1975	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o CNET e a TELEBRÁS	<b>Cooperação Interinstitucional</b>	12/06/1975	Em Vigor
Protocolo Financeiro entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	<b>Cooperação Financeira</b>	27/02/1975	Em Vigor
Acordo de Segurança Relativo a Troca de Informação de Caráter Sigiloso entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa.	<b>Defesa e Assuntos Militares</b>	02/10/1974	Em Vigor
Acordo para a Cooperação no domínio das Atividades Espaciais entre o CNES, da França e a COBAE do Brasil entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	<b>Espaço Exterior</b> Cooperação	11/12/1973	Em Vigor
Acordo de Cooperação Franco-Brasileira no Domínio da Informática	<b>Cooperação Interinstitucional</b>	16/04/1973	Em Vigor
Protocolo Financeiro Relativo ao Financiamento do Equipamento das Centrais Hidroelétricas de Água Vermelha e Ilha Solteira e Protocolo de Acordo Constituindo Anexo à Apólice de Seguro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa.	<b>Cooperação para Unidades da Federação</b>	01/03/1973	Em Vigor
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento.	<b>Aduanas, Impostos e Tarifas</b>	10/05/1972	Em Vigor
Acordo para Estabelecimento de uma Estação de Telemídia no Território Brasileiro entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa.	<b>Meios de Comunicação</b>	20/06/1968	Em Vigor
Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa referente à Transferência das Usinas Brasileiras de Açúcar S/A (Société Des Sucrearies Brésilienses) para o Brasil.	<b>Cooperação Industrial</b>	29/11/1967	Em Vigor



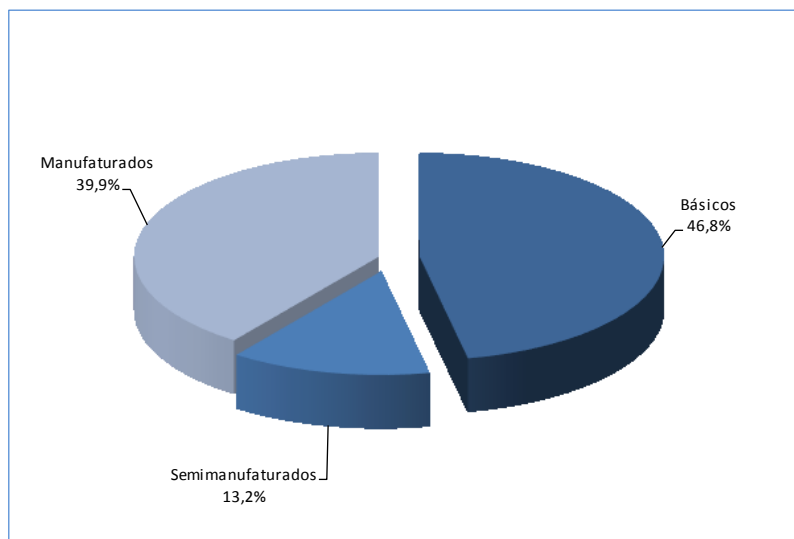
Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Francesa.	<b>Cooperação Científica e Tecnológica</b>	03/08/1968	Em Vigor
Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa para um Programa de Desenvolvimento e Modernização das Telecomunicações no Brasil.	<b>Meios de Comunicação</b>	25/07/1966	Em Vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa.	<b>Transporte Aéreo</b>	19/02/1967	Em Vigor
Acordo para a Consolidação da Dívida Comercial Brasileira entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa.	<b>Pagamentos e Resgates</b>	10/10/1964	Em Vigor
Acordo sobre Privilégios e Vantagens a Peritos e Técnicos Franceses entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa.	<b>Privilégios e Imunidades</b>	22/01/1963	Em Vigor
Acordo Relativo a Cooperação Técnico Administrativa entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa	<b>Cooperação Técnica</b>	06/10/1959	Em Vigor
Ajuste sobre Modificações dos Quadros de Rotas do Acordo sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa	<b>Transporte Aéreo</b>	17/06/1954	Em Vigor
Entendimento sobre Tráfego Marítimo das Duas Bandeiras entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa.	<b>Transporte Fluvial e Marítimo</b>	14/07/1951	Em Vigor
Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa.	<b>Cooperação Artístico-cultural</b>	06/11/1950	Em Vigor
Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa.	<b>Arbitragem e Conciliação</b>	27/06/1911	Em Vigor

## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

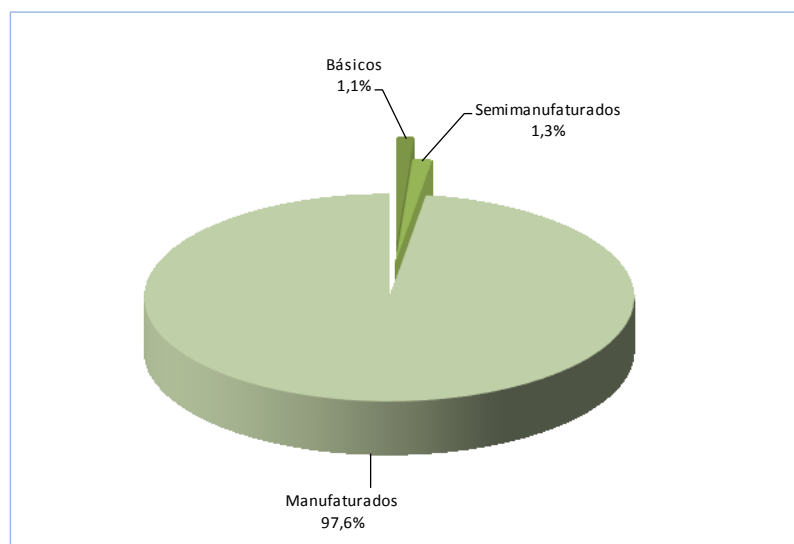


### Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2018

#### Exportações



#### Importações



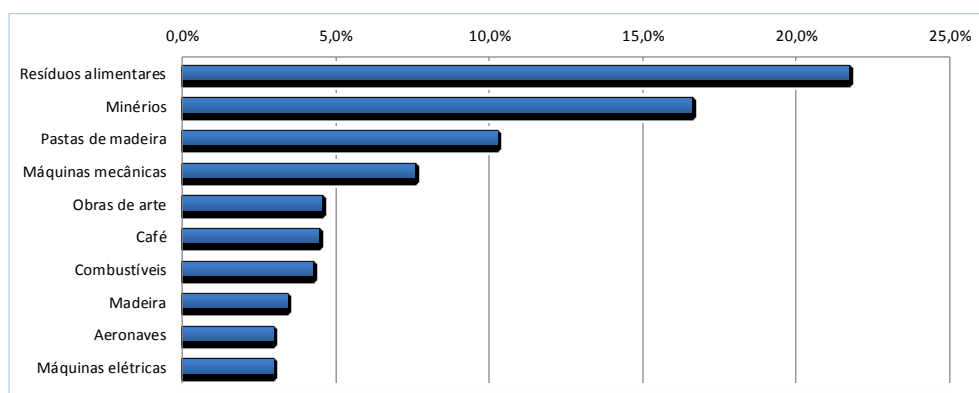
*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.*

**Composição das exportações brasileiras para a França**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Resíduos alimentares	614,9	26,6%	497,7	22,4%	568,5	21,7%
Minérios	294,0	12,7%	422,9	19,0%	434,8	16,6%
Pastas de madeira	178,4	7,7%	177,3	8,0%	268,4	10,2%
Máquinas mecânicas	179,2	7,8%	162,1	7,3%	197,7	7,5%
Obras de arte	4,1	0,2%	3,0	0,1%	118,5	4,5%
Café	133,5	5,8%	131,0	5,9%	116,1	4,4%
Combustíveis	25,9	1,1%	21,1	0,9%	111,0	4,2%
Madeira	69,3	3,0%	75,9	3,4%	88,8	3,4%
Aeronaves	127,3	5,5%	47,5	2,1%	77,6	3,0%
Máquinas elétricas	49,4	2,1%	58,7	2,6%	76,9	2,9%
<b>Subtotal</b>	<b>1.675,9</b>	<b>72,6%</b>	<b>1.597,1</b>	<b>71,8%</b>	<b>2.058,3</b>	<b>78,6%</b>
<b>Outros</b>	<b>631,9</b>	<b>27,4%</b>	<b>627,3</b>	<b>28,2%</b>	<b>560,4</b>	<b>21,4%</b>
<b>Total</b>	<b>2.307,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.224,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.618,7</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018**

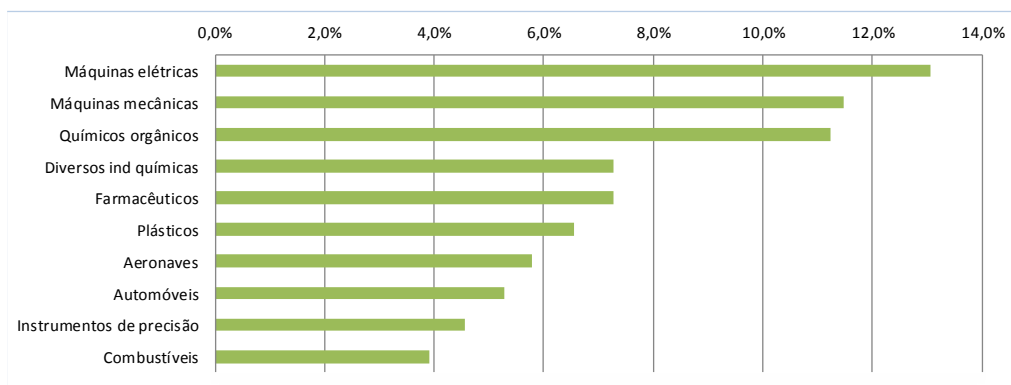


**Composição das importações brasileiras originárias da França**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	327,5	8,9%	405,9	10,9%	514,9	13,1%
Máquinas mecânicas	642,8	17,4%	415,3	11,2%	451,9	11,5%
Químicos orgânicos	341,7	9,3%	391,1	10,5%	443,3	11,2%
Diversos ind químicas	335,3	9,1%	354,3	9,5%	286,8	7,3%
Farmacêuticos	342,3	9,3%	317,9	8,5%	286,3	7,3%
Plásticos	204,1	5,5%	215,4	5,8%	258,2	6,5%
Aeronaves	178,0	4,8%	339,1	9,1%	227,6	5,8%
Automóveis	310,9	8,4%	188,5	5,1%	208,6	5,3%
Instrumentos de precisão	154,4	4,2%	159,2	4,3%	179,5	4,6%
Combustíveis	24,3	0,7%	83,5	2,2%	153,8	3,9%
<b>Subtotal</b>	<b>2.861,4</b>	<b>77,5%</b>	<b>2.870,3</b>	<b>77,1%</b>	<b>3.011,0</b>	<b>76,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>832,4</b>	<b>22,5%</b>	<b>852,8</b>	<b>22,9%</b>	<b>931,0</b>	<b>23,6%</b>
<b>Total</b>	<b>3.693,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.723,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.942,0</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.*

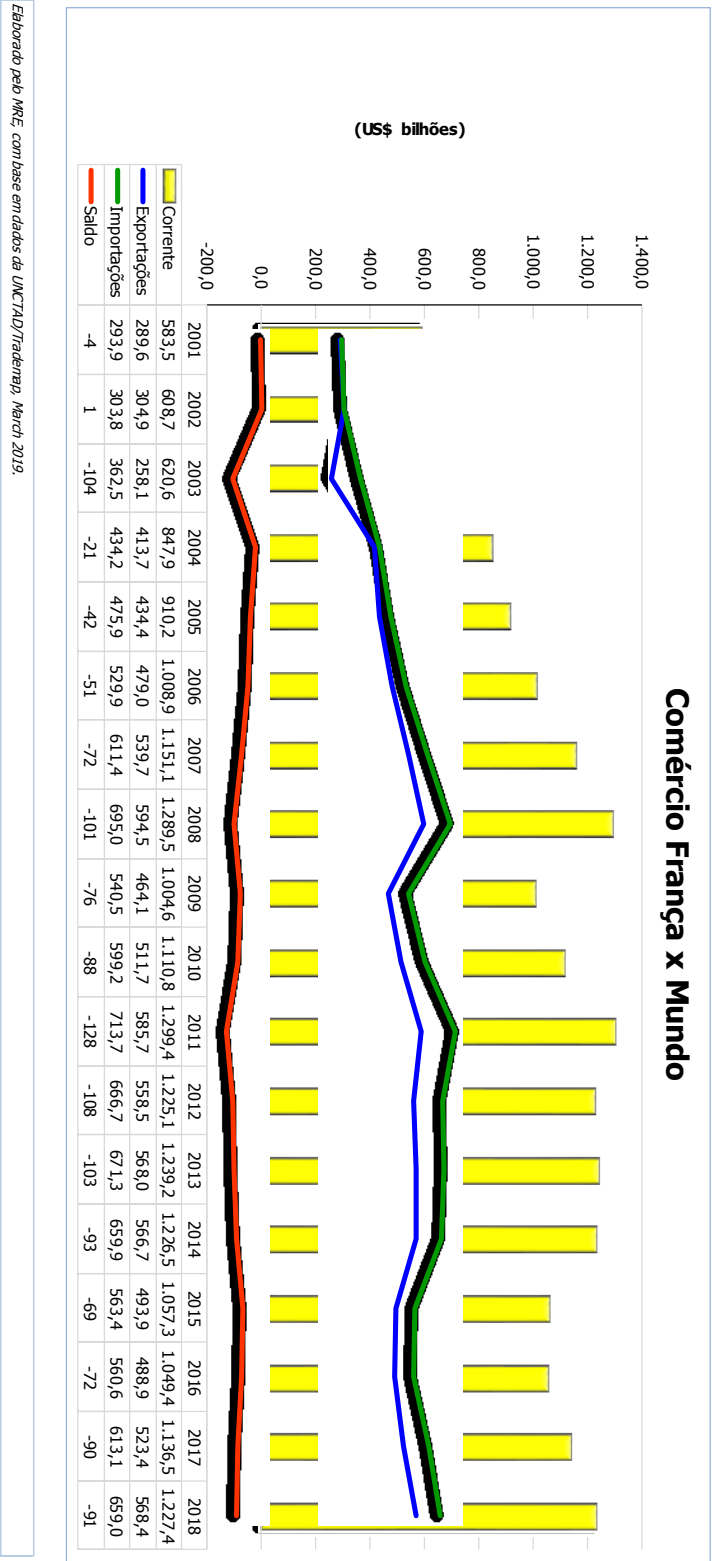
**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
<b>Exportações</b>					
Aeronaves	7,6	1,5%	160,4	28,1%	Aeronaves 28,1%
Resíduos alimentares	91,9	17,8%	127,1	22,3%	Resíduos alimentares 22,3%
Minérios	52,3	10,1%	61,5	10,8%	Minérios 10,8%
Pastas de madeira	49,3	9,5%	46,2	8,1%	Pastas de madeira 8,1%
Máquinas mecânicas	34,6	6,7%	26,8	4,7%	Máquinas mecânicas 4,7%
Café	24,6	4,7%	22,4	3,9%	Café 3,9%
Madeira	15,3	3,0%	19,8	3,5%	Madeira 3,5%
Combustíveis	21,5	4,2%	18,8	3,3%	Combustíveis 3,3%
Calçados	16,5	3,2%	14,3	2,5%	Calçados 2,5%
Máquinas elétricas	12,0	2,3%	11,3	2,0%	Máquinas elétricas 2,0%
<b>Subtotal</b>	<b>325,5</b>	<b>62,9%</b>	<b>508,6</b>	<b>89,1%</b>	
<b>Outros</b>	<b>192,1</b>	<b>37,1%</b>	<b>62,0</b>	<b>10,9%</b>	
<b>Total</b>	<b>517,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>570,6</b>	<b>100,0%</b>	
Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
<b>Importações</b>					
Químicos orgânicos	74,0	13,4%	65,8	12,8%	Químicos orgânicos 12,8%
Máquinas mecânicas	72,1	13,0%	65,1	12,6%	Máquinas mecânicas 12,6%
Farmacêuticos	45,3	8,2%	45,8	8,9%	Farmacêuticos 8,9%
Combustíveis	4,1	0,7%	40,0	7,8%	Combustíveis 7,8%
Máquinas elétricas	77,0	13,9%	37,4	7,2%	Máquinas elétricas 7,2%
Plásticos	49,0	8,9%	32,8	6,4%	Plásticos 6,4%
Instrumentos de precisão	25,4	4,6%	24,6	4,8%	Instrumentos de precisão 4,8%
Perfumaria	16,4	3,0%	23,8	4,6%	Perfumaria 4,6%
Diversos ind químicas	23,2	4,2%	20,9	4,0%	Diversos ind químicas 4,0%
Aeronaves	17,4	3,1%	5,4	1,1%	Aeronaves 1,1%
<b>Subtotal</b>	<b>403,9</b>	<b>73,0%</b>	<b>361,5</b>	<b>70,1%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>149,5</b>	<b>27,0%</b>	<b>154,2</b>	<b>29,9%</b>	
<b>Total</b>	<b>553,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>515,7</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Março de 2019.





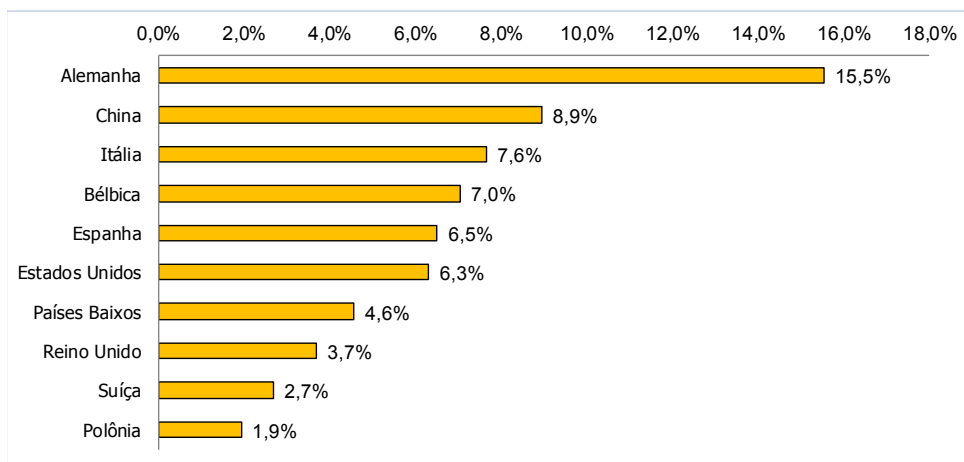


**Principais origens das importações da França**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2018</b>	<b>Part.% no total</b>
Alemanha	102,34	15,5%
China	58,90	8,9%
Itália	50,39	7,6%
Bélgica	46,37	7,0%
Espanha	42,88	6,5%
Estados Unidos	41,54	6,3%
Países Baixos	30,05	4,6%
Reino Unido	24,27	3,7%
Suíça	17,63	2,7%
Polônia	12,70	1,9%
...		
<b>Brasil (33º lugar)</b>	<b>3,44</b>	<b>0,5%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>430,50</b>	<b>65,3%</b>
<b>Outros países</b>	<b>228,46</b>	<b>34,7%</b>
<b>Total</b>	<b>658,95</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.*

**10 principais origens das importações**

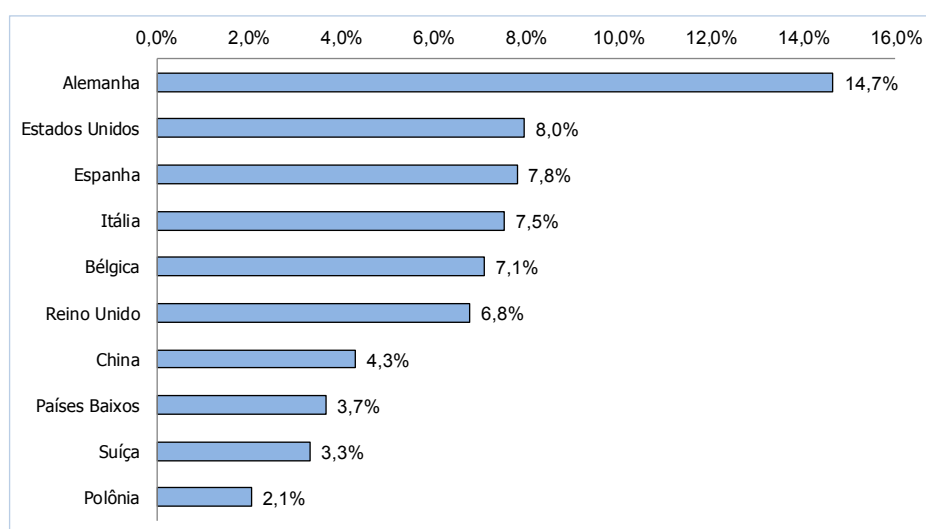


**Principais destinos das exportações da França**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2018</b>	<b>Part.% no total</b>
Alemanha	83,28	14,7%
Estados Unidos	45,28	8,0%
Espanha	44,33	7,8%
Itália	42,81	7,5%
Bélgica	40,35	7,1%
Reino Unido	38,57	6,8%
China	24,50	4,3%
Países Baixos	20,87	3,7%
Suíça	18,91	3,3%
Polônia	11,70	2,1%
...		
<b>Brasil (22º lugar)</b>	<b>5,33</b>	<b>0,9%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>375,93</b>	<b>66,1%</b>
<b>Outros países</b>	<b>192,52</b>	<b>33,9%</b>
<b>Total</b>	<b>568,45</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.*

**10 principais destinos das exportações**



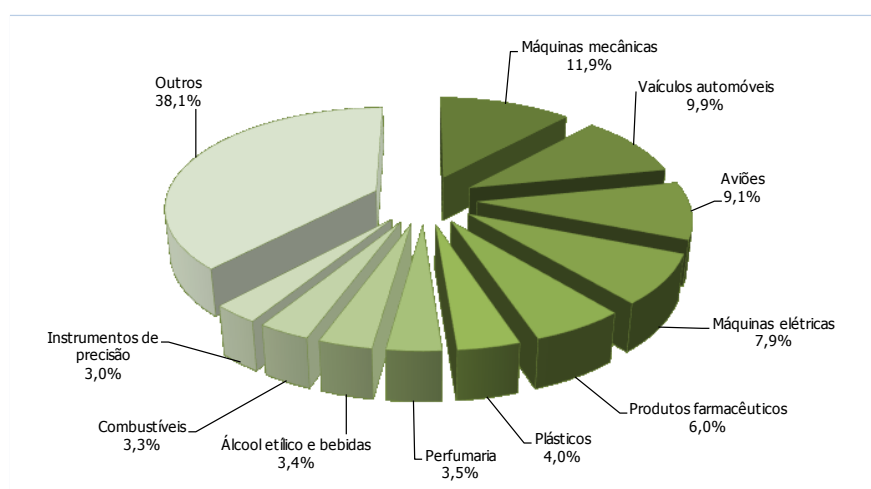


**Composição das exportações da França**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos (SH2)</b>	<b>2018</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	67,69	11,9%
Vaículos automóveis	56,50	9,9%
Aviões	51,85	9,1%
Máquinas elétricas	44,86	7,9%
Produtos farmacêuticos	33,84	6,0%
Plásticos	22,58	4,0%
Perfumaria	19,70	3,5%
Álcool etílico e bebidas	19,40	3,4%
Combustíveis	18,69	3,3%
Instrumentos de precisão	16,91	3,0%
<b>Subtotal</b>	<b>352,02</b>	<b>61,9%</b>
<b>Outros</b>	<b>216,43</b>	<b>38,1%</b>
<b>Total</b>	<b>568,45</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.*

**10 principais grupos de produtos exportados**

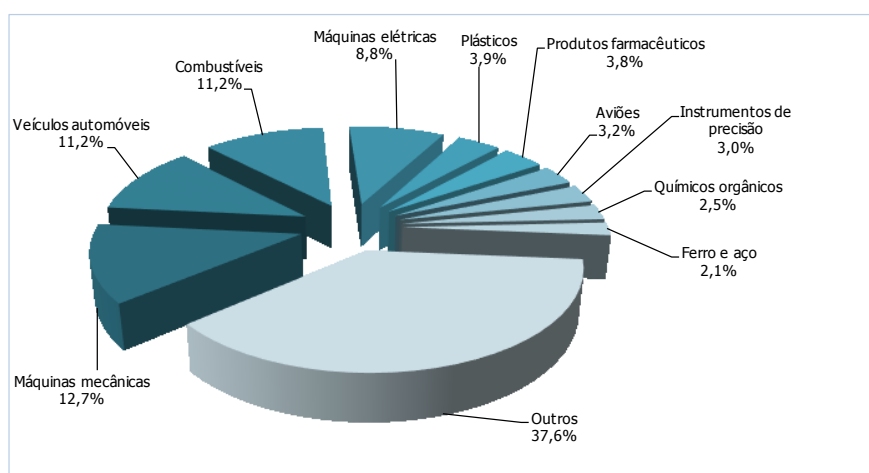


**Composição das importações da França**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos (SH2)</b>	<b>2018</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas mecânicas	83,65	12,7%
Veículos automóveis	73,94	11,2%
Combustíveis	73,74	11,2%
Máquinas elétricas	58,14	8,8%
Plásticos	25,97	3,9%
Produtos farmacêuticos	25,22	3,8%
Aviões	21,06	3,2%
Instrumentos de precisão	19,49	3,0%
Químicos orgânicos	16,31	2,5%
Ferro e aço	13,93	2,1%
<b>Subtotal</b>	<b>411,44</b>	<b>62,4%</b>
<b>Outros</b>	<b>247,52</b>	<b>37,6%</b>
<b>Total</b>	<b>658,95</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.*

**10 principais grupos de produtos importados**



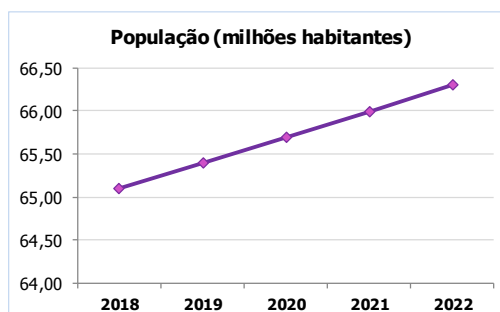
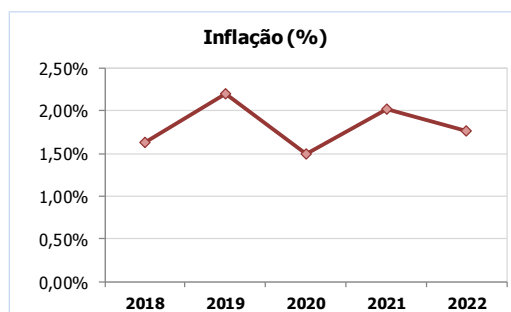
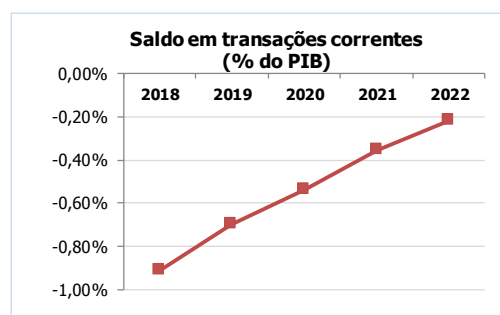
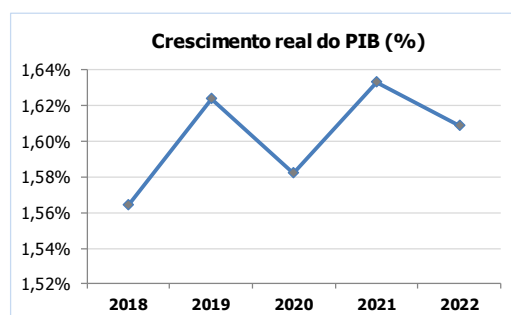
### Principais indicadores socioeconômicos da França

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	1,56%	1,62%	1,58%	1,63%	1,61%
PIB nominal (US\$ bilhões)	2.794,70	2.844,70	2.979,44	3.100,10	3.234,65
PIB nominal "per capita" (US\$)	42.930	43.499	45.352	46.974	48.789
PIB PPP (US\$ bilhões)	2.968,53	3.081,00	3.189,40	3.301,82	3.417,38
PIB PPP "per capita" (US\$)	45.601	47.113	48.548	50.030	51.545
População (milhões habitantes)	65,10	65,40	65,70	66,00	66,30
Desemprego (%)	8,84%	8,47%	8,12%	7,82%	7,58%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	1,63%	2,20%	1,49%	2,02%	1,77%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,92%	-0,70%	-0,54%	-0,35%	-0,22%
<b>Origem do PIB ( 2017 Estimativa )</b>					
Agricultura	1,7%				
Indústria	19,5%				
Serviços	78,8%				

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
Departamento de Europa  
Divisão de Europa I

## MÔNACO



## MAÇO OSTENSIVO

Maio de 2019

## DADOS BÁSICOS

<b>NOME OFICIAL</b>	Principado de Mônaco
<b>CAPITAL</b>	Cidade de Mônaco
<b>ÁREA</b>	2 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO</b>	38.897 habitantes (censo 2016)
<b>IDIOMAS</b>	Francês (oficial), Inglês, Italiano e Monegasco
<b>RELIGIÃO</b>	Católicos (90%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	Monarquia parlamentarista
<b>LEGISLATIVO</b>	Conselho Nacional
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Príncipe Alberto II (desde abril de 2005)
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Serge Telle (desde fevereiro de 2016)
<b>CHANCELER</b>	Gilles Tonelli (desde fevereiro de 2015)
<b>PIB nominal (dado oficial)</b>	EUR 5.68 billion (2017)
<b>PIB PPP</b>	n/d
<b>PIB nominal <i>per capita</i> (dado oficial)</b>	EUR 67.786 (2017)
<b>PIB PPP <i>per capita</i></b>	n/d
<b>VARIAÇÃO DO PIB (DADO OFICIAL)</b>	-3.5% (2017)
<b>IDH</b>	Um dos 25 Estados que não constam da lista elaborada pelo PNUD
<b>EXPECTATIVA DE VIDA</b>	89,57 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO</b>	99%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Euro
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA</b>	84 pessoas (2008)



**PERFIS BIOGRÁFICOS****Príncipe Alberto II de Mônaco**  
Chefe de Estado

Nascido em 14 de março de 1958, o Príncipe Alberto II é filho do Príncipe Rainier III e da Princesa Grace Kelly. Graduou-se, em 1981, em Ciências Políticas pela Amherst College, Massachusetts, Estados Unidos. Recebeu, em 1996, título de Doutor Honoris Causa em filosofia pela Pontifícia Universidade de Maynooth, Irlanda, e, em 2000, foi nomeado Professor Honorário de estudos Internacionais da Faculdade do Condado de Tarrant, Texas.

Participa da condução dos negócios estatais desde 1984. Chefia, desde 1993, a delegação monegasca junto à Assembléia Geral da ONU. Em 2005, sucedeu seu pai no trono, tornando-se o Chefe da Casa de Grimaldi. Em 2006, criou a Fundação Príncipe Alberto II de Mônaco, cujo objetivo central é a proteção ambiental. Como Príncipe, visitou o Brasil em 2012, por ocasião da Rio+20, e em 2014, no âmbito da Copa do Mundo.

**Serge Telle**  
Ministro de Estado (chefe de governo)



Nascido em 5 de maio de 1955, em Nantes, Serge Telle é o atual Ministro de Estado do Principado de Mônaco. Funcionário público e diplomata francês, começou sua carreira diplomática em Dar-es-Salam, Tanzânia, em 1982. A partir de 1984, serviu na Missão Permanente da França junto às Nações Unidas, onde foi responsável pela área de direitos humanos e questões humanitárias. Entre 1988 e 1992, foi conselheiro diplomático do Ministro da Saúde e da Ação Humanitária, Bernard Kouchner. A partir de 1993, serviu na Embaixada da França em Londres.

Em 1997, foi convidado pelo Primeiro Ministro Leonel Jospin para trabalhar como assessor de Gabinete. Em outubro de 2002, foi nomeado Cônsul-Geral e, posteriormente, Embaixador Plenipotenciário da França em Mônaco. Entre 2007 e 2008, serviu como Diretor-adjunto do Gabinete do Ministro de Assuntos Estrangeiros e Europeus, Bernard Kouchner. Recebeu, ainda, as seguintes condecorações: 1) comandante da ordem de Saint-Charles; 2) cavaleiro da Legião da Honra, 3) e cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito.

**Gilles Tonelli**

Conselheiro do Governo para Relações Exteriores e da Cooperação



Nascido em 27 de novembro de 1957, o senhor Tonelli é formado em engenharia pela École Supérieure des Travaux Publics, com diploma de pós-graduação em matemática pela Université de Nice.

Desde 1984, tem trabalhado em diversas funções no Governo de Mônaco. Já foi Secretário-Geral do Ministro de Estado (2000-2005), Conselheiro em Finanças e Economia (2006-2009) e Representante do Principado de Mônaco junto a Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo e União Europeia (2011-2015). Desde fevereiro de 2016, exerce a função de Conselheiro para Relações Exteriores e Cooperação.

**RELAÇÕES BILATERAIS**

A cooperação entre Brasil e Mônaco iniciou-se com o estabelecimento de relações consulares, em 1911. A partir dessa data, foram realizadas atividades de cooperação em áreas como o comércio e Justiça, mas não havia contatos políticos regulares. Brasil e Mônaco estabeleceram relações diplomáticas em 14 abril de 2010. Atualmente, a Embaixada brasileira em Paris tem a competência de gerir as relações entre os dois países.

Não obstante seu limitado escopo, o relacionamento diplomático entre Brasil e Mônaco tem revelado potencial para cooperação, em particular nas áreas cultural, humanitária, ambiental e de cooperação judiciária. Uma das principais linhas dos entendimentos bilaterais diz respeito à cooperação técnica e os temas de meio ambiente, sobre os quais Mônaco procura manter uma atuação destacada.

O Príncipe Alberto II foi o primeiro Chefe de Estado ou de Governo a confirmar presença na Conferência Rio+20. Mônaco, sobretudo em função do ativismo da família governante, desempenha papel internacional relevante na promoção de causas ambientais, sobretudo as relacionadas ao ambiente marítimo. O Príncipe Alberto II, como o restante da família Grimaldi, mantém laços estreitos com o Brasil. Nos dias 3 a 5 de maio de 2011, o Príncipe realizou programa cultural em São Paulo, tendo comparecido à exposição “Os Anos Grace Kelly”. Em 2014, realizou nova visita ao Brasil, por ocasião da Copa do Mundo.

Além disso, desde que se tornou membro pleno das Nações Unidas, o voto monegasco ganhou importância em temas como a reforma do Conselho de Segurança daquela Organização. Foram realizadas, desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, gestões regulares junto às autoridades monegascas no que diz respeito a temas de política multilateral e candidaturas de autoridades brasileiras a cargos internacionais. O Brasil recebeu o apoio monegasco a candidaturas brasileiras para a Corte Internacional de Justiça, para o Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres e para a Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Longe de apresentar conteúdo apenas protocolar, as relações com o Principado se revestem de algum dinamismo na esfera econômica. Entre 2005 e 2014 o comércio bilateral entre o Brasil e Mônaco cresceu 69,2%, evoluindo de US\$ 4,3 milhões para US\$ 7,2 milhões. Em 2013, o intercâmbio apresentou a segunda maior corrente de comércio na história das relações bilaterais, no valor de US\$ 12,0 milhões, superada anteriormente em 2008, quando se atingiu o patamar de US\$ 22,6 milhões. Em 2018, as exportações foram de US\$ 370 mil, e as importações de US\$ 4,91 milhões, de forma que a balança comercial segue tendência desfavorável para o Brasil.

As principais categorias de produtos exportados pelo Brasil em 2018 foram: (i) demais produtos manufaturados (46% do total); (ii) carne bovina congelada, fresca ou refrigerada (24%); e (iii) consumo de bordo – qualquer outra mercadoria para

embarcações (14%). Os principais produtos importados pelo Brasil em 2018 foram: *i*) compostos organoinorgânicos (71% do total); *ii*) compostos de funções nitrogenadas (16% do total); e *iii*) partes e peças para veículos automóveis e tratores (6,9%).

Com respeito às relações bilaterais, cabe destaque, ainda, às atividades de cooperação judicial. Entre 2008 e 2015, foram tramitados pela Embaixada em Paris 12 casos de extradição ou de cooperação judiciária, solicitados tanto por autoridades judiciais brasileiras quanto monegascas.

### **Assuntos consulares**

O número de brasileiros residentes no Principado constitui aspecto de relevo no âmbito do relacionamento bilateral. Segundo o último recenseamento (de 2008), 84 brasileiros (51 do sexo masculino; 33, do feminino) viviam em Mônaco. O percentual de nacionais é bastante baixo, se o compararmos às demais nacionalidades, representando 0,27% da população total, mas seu crescimento demográfico, de 27,38%, é significativo na comparação com 2000, quando foram recenseados 61 brasileiros. No cômputo geral, a nacionalidade brasileira figura como a terceira maior comunidade do hemisfério americano residente em Mônaco, depois da estadunidense e da canadense.

## POLÍTICA INTERNA

O Principado de Mônaco é um pequeno enclave com 2 km<sup>2</sup> de território e população de aproximadamente 35 mil habitantes. Foi estabelecido ainda no século XIII, pela família Grimaldi, e manteve sua autonomia durante os séculos seguintes, apesar da relação de dependência com a França e de período em que foi incorporado ao Estado francês, na Revolução francesa. O Estado monegasco, em seu formato atual, foi fundado em 1866, pelo Príncipe Charles III.

A Constituição monegasca, de 17 de dezembro de 1962 (modificada em 2 de abril de 2002), define o regime político e institucional do Principado como “monarquia hereditária e constitucional” e estabelece a soberania e a independência do Estado no quadro dos princípios gerais do Direito Internacional e das convenções particulares firmadas com a República Francesa.

O Poder Legislativo é compartilhado pelo Príncipe, que detém a competência originária de proposição de leis, e pelo Conselho Nacional, que as vota. O Conselho Nacional (*Conseil National*) é composto por 24 representantes: 16 deles eleitos por lista em sistema majoritário, 8 eleitos por sistema proporcional, ambos para um período de cinco anos. Nas últimas eleições, realizadas em 11 de fevereiro de 2018, o partido político mais votado foi o “Primo! Priorite Monaco”, liderado por Stéphane Valeri, com 58% dos votos e conquistou 21 assentos. O “Horizon Monaco” recebeu 26% dos sufrágios, que equivaleram a 2 assentos, enquanto que o “Union Monégasque” recebeu 16%, para ocupar apenas 1 assento.

O Poder Executivo emana da autoridade soberana do Príncipe, sendo exercido por um Ministro de Estado que o representa, assistido pelo Conselho de Governo. Dispõe, para o exercício de determinadas prerrogativas constitucionais, de dois órgãos consultivos: o Conselho da Coroa e o Conselho de Estado.

O atual Ministro de Estado, nomeado em fevereiro de 2016, é Serge Telle, embaixador francês. O Conselho de Governo é integrado por cinco membros, cada qual responsável por uma Pasta: Departamento do Interior; Departamento de Finanças e Economia; Departamento de Assuntos Sociais e de Saúde; Departamento de Bens Públicos, Meio-Ambiente e Urbanismo; e Departamento de Relações Exteriores e Cooperação. Este último é dirigido, desde fevereiro de 2015, pelo Conselheiro Gilles Tonelli.

## POLÍTICA EXTERNA

A política externa de Mônaco está fortemente relacionada à da França. Apesar de seu status soberano, o Principado vive, desde suas origens, em situação de dependência com relação a este país. Como seus antecessores, o atual Ministro de Estado de Mônaco, Michel Roger, é alto funcionário francês, e foi Inspetor-Geral da Educação Nacional e Diretor de Gabinete do Ministro da Educação Nacional da França, entre 1987-1988.

A partir dos anos 1990, a integração política, econômica, financeira e monetária da Europa provocou a emergência de tensões entre os dois países, especialmente no tocante a questões relativas à gestão de bens imobiliários e ao estatuto de “paraíso fiscal” de Mônaco. A intensidade das críticas originadas de autoridades financeiras francesas levou o Príncipe Rainier III a defender, já em 2000, a revisão dos acordos bilaterais com a França, com vistas a recuperar, ainda que parcialmente, algumas das prerrogativas sobre a gestão dos assuntos internos do Principado.

As negociações conduziram à assinatura do Tratado de 24 de outubro de 2002, que modificou o conceito de “amizade protetora”, assegurada pela França em acordo de 1918, para o de “comunhão de destinos”. O novo diploma incluiu duas modificações fundamentais aos acordos vigentes até então: (i) em lugar da absoluta conformidade da soberania do Principado aos interesses franceses, passou a vigorar o compromisso de que as iniciativas soberanas de Mônaco estejam “em acordo com os interesses fundamentais da República Francesa”, o que veio a realizar-se por meio de uma “concertação apropriada e regular” entre os dois países; e (ii) o arranjo institucional de 1918, que previa a incorporação do território do Principado à França, na qualidade de Protetorado, em caso de interrupção da linhagem dinástica, foi alterado para uma sucessão estipulada pela constituição monegasca, ainda que sujeita à concordância prévia do Governo francês.

Após a assinatura do novo tratado com a França, as autoridades monegascas passaram a trabalhar no sentido de formalizar as relações diplomáticas com diversos países. Mônaco mantém, hoje, relações diplomáticas com 121 Estados. O Principado conta com oito embaixadores residentes, que asseguram a representação diplomática do Principado junto a 17 países: Alemanha, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Suíça e Vaticano. Nomearam-se, igualmente, dois embaixadores não-residentes, acreditados junto a Austrália, China, Índia, Japão e Portugal. Há, ainda, quatro Representantes Permanentes junto a Organizações Internacionais: (ONU, Nova Iorque; ONU, Genebra; Comunidades Europeias, Bruxelas; e Conselho da Europa, Estrasburgo).

Quanto ao contexto mais amplo da Europa, deve-se observar que Mônaco não é membro da União Europeia, embora haja uma relativa integração *de facto*, em

virtude dos acordos aduaneiro e monetário com a França. Em 1º. de julho de 1968, o Principado ingressou, em virtude de sua relação privilegiada com a França, na união aduaneira da Comunidade Europeia. Tornou-se, também, zona de acesso ao “Espaço Schengen”. No âmbito da unificação monetária, o Principado concluiu Convenção com a França e as Comunidades Europeias para, em dezembro de 2001, utilizar o euro como moeda.

No quadro da diplomacia multilateral, o Principado de Mônaco tornou-se membro observador das Nações Unidas em junho de 1956. Sua adesão plena ocorreu em maio de 1993, havendo Mônaco inaugurado sua participação na Assembleia Geral naquele mesmo ano, com discurso pronunciado pelo então Príncipe-Herdeiro Albert. Após sua ascensão ao trono, em abril de 2005, Albert II participou da Cúpula em celebração do sexagésimo aniversário da organização, bem como da Reunião de Alto Nível sobre Mudanças Climáticas, em setembro de 2007.

As prioridades monegascas na ONU restringem-se à defesa dos direitos humanos, à promoção dos direitos da infância e a defesa do desenvolvimento sustentável. Atualmente, Mônaco integra as Comissões de Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento Social. Participa, igualmente, do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Mônaco é membro-fundador da Organização Internacional da Francofonia, criada em 1970. Participa de diversas modalidades de cooperação desenvolvidas no seio dessa organização, dentre as quais o financiamento de projetos de gestão sustentável de recursos hídricos e de luta contra a desertificação no Burkina Faso, no Mali, no Níger e no Senegal.

Ressalte-se, ainda, que o Príncipe Albert II integra, desde 1985, a título pessoal, o Comitê Olímpico Internacional; como se sabe, os membros do COI, nos termos da Carta Olímpica, não são considerados delegados nacionais, mas sim representantes do Comitê, encarregados de “promover os interesses do COI e do Movimento Olímpico nos seus respectivos países”.



## ECONOMIA

Em função de sua localização geográfica e do alto grau de dependência em relação a seus vizinhos, sobretudo a França, o Principado de Mônaco foi afetado pelas incertezas que prejudicaram a economia europeia a partir de 2009, e somente em 2012 o patamar do PIB monegasco foi recobrado. Em 2017, o PIB de Mônaco foi de € 5,68 bilhões – uma queda de 3,5% em relação ao ano anterior. O Principado apresenta alta renda *per capita* e elevado nível de desenvolvimento humano. A economia monegasca, apesar de sua limitada dimensão, é variada, destacando-se as atividades de pesquisa científica, serviços financeiros e turismo receptivo. Cerca de 80% dos empregos diretos do Principado originam-se do setor terciário.

A concessão de status de residente ou da cidadania monegasca a estrangeiros com elevado nível de renda é fonte importante de receitas fiscais para o Principado. O orçamento foi, em 2013, de aproximadamente EUR 930 milhões. Após déficits registrados nos anos de 2009 a 2011, o Principado voltou a apresentar superávit nas contas públicas, que, em 2013, atingiu EUR 12 milhões. Quase 50% das receitas do Estado monegasco advêm do TVA, imposto sobre consumo equivalente ao ICMS.

Relativamente ao comércio exterior, as transações comerciais de Mônaco têm apresentado tendência de déficit: em 2018, o saldo da balança comercial foi de EUR -1,69 bilhão. As exportações foram de EUR 959 milhões, ao passo que as importações foram de EUR 2,28 bilhões. Os principais bens importados foram produtos industriais “em geral” (52,5%), equipamentos elétricos e eletrônicos (17%) e materiais de transporte (14%).

A União Europeia é o principal destino do comércio exterior de Mônaco, representando 65% das exportações e 75% das importações nacionais. Fora do bloco, a África é o segundo destino das exportações (14%), seguida pela Ásia (10%), América (8%) e Oriente Médio (2%). No caso das importações, a UE é seguida de Ásia (15%, particularmente a China), América (4,9%), África (3,8%%) e Oriente Médio (0,4%).

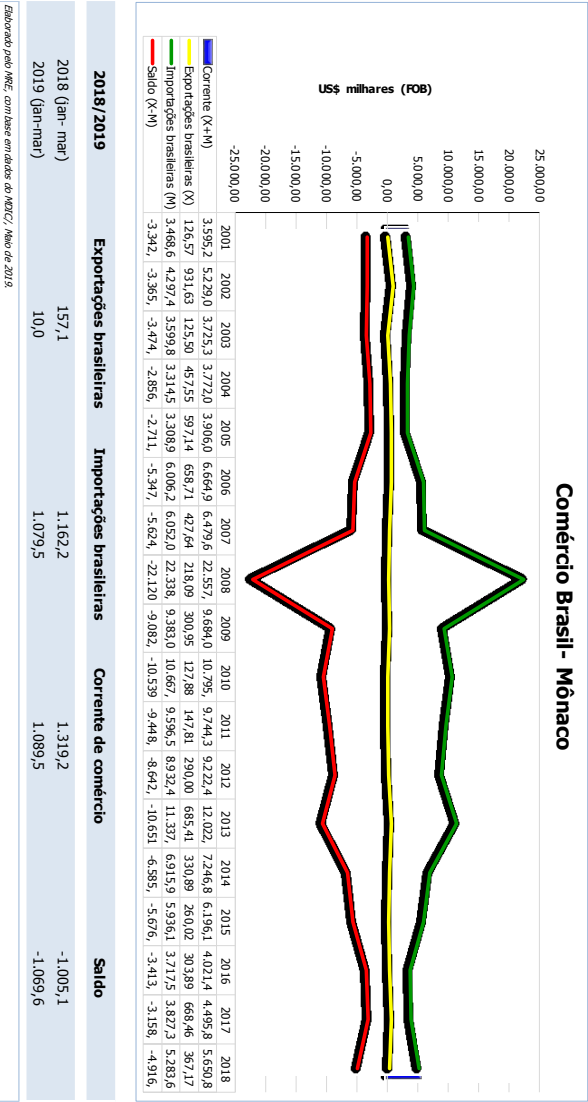
### CRONOLOGIA HISTÓRICA DE MÔNACO

Ano	Evento
1297	Fundação do Principado, pela Casa de Grimaldi;
1866	Fundação do Estado monegasco, por Charles III;
1918	Acordo sobre as relações França-Mônaco. O Principado alinha sua política à francesa, com previsão de incorporação à França, caso a família Grimaldi não continue sua linhagem;
1956	Mônaco torna-se membro observador das Nações Unidas;
1962	Promulgação da Constituição do Principado de Mônaco;
1968	Em virtude de acordo com a França, Mônaco ingressa na união aduaneira da Comunidade Econômica Europeia;
1993	Mônaco torna-se membro pleno das Nações Unidas;
2001	Em virtude de acordo com a França, Mônaco passa a integrar a "Zona Euro";
2002	Novo tratado regulando as relações entre Mônaco e a França. O Principado amplia sua atuação externa. Elimina-se a possibilidade de incorporação à França em razão da ruptura da linhagem Grimaldi;
2005	Assunção do Príncipe Alberto II de Mônaco.

**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

<b>Ano</b>	<b>Evento</b>
1911	Estabelecimento de relações consulares;
2010	Estabelecimento de relações diplomáticas e apresentação de credenciais do Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco;
2012	Participação do Príncipe Alberto II na Conferência Rio +20.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

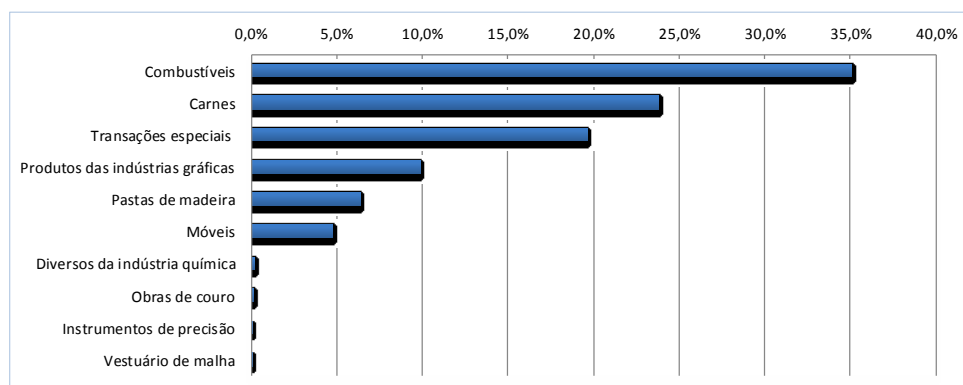


**Composição das exportações brasileiras para Mônaco**  
US\$ milhares

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	128,81	35,1%
Carnes	0,00	0,0%	0,00	0,0%	87,29	23,8%
Transações especiais	140,56	46,3%	59,03	8,8%	72,08	19,6%
Produtos das indústrias gráficas	0,37	0,1%	0,00	0,0%	36,22	9,9%
Pastas de madeira	0,00	0,0%	0,00	0,0%	23,49	6,4%
Móveis	0,00	0,0%	0,02	0,0%	17,45	4,8%
Diversos da indústria química	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,85	0,2%
Obras de couro	0,00	0,0%	0,28	0,0%	0,41	0,1%
Instrumentos de precisão	0,50	0,2%	0,15	0,0%	0,34	0,1%
Vestuário de malha	0,00	0,0%	12,12	1,8%	0,15	0,0%
Objetos de arte, coleção e antiguidades	1,69	0,6%	558,62	83,6%		
<b>Subtotal</b>	<b>143,11</b>	<b>47,1%</b>	<b>630,23</b>	<b>94,3%</b>	<b>367,09</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros</b>	<b>160,78</b>	<b>52,9%</b>	<b>38,24</b>	<b>5,7%</b>	<b>0,09</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>303,89</b>	<b>100,0%</b>	<b>668,46</b>	<b>100,0%</b>	<b>367,17</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Maio de 2019.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018**

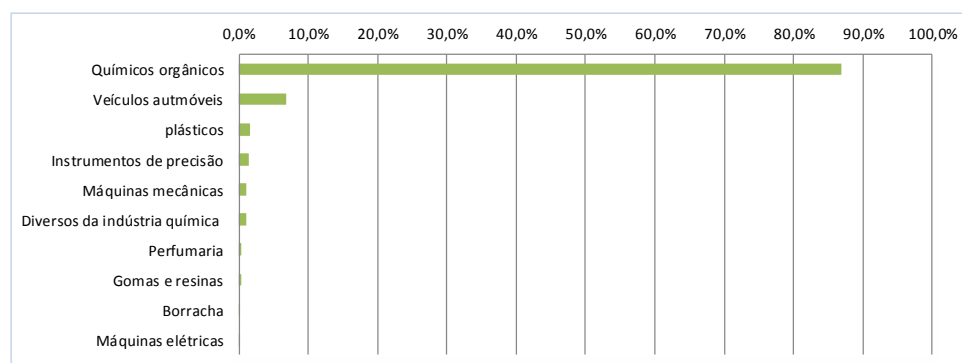


**Composição das importações brasileiras originárias de Mônaco**  
**US\$ milhares**

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos orgânicos	3.362,57	90,5%	3.449,50	90,1%	4.592,07	86,9%
Veículos autônomos	61,38	1,7%	89,67	2,3%	363,03	6,9%
plásticos	103,54	2,8%	120,70	3,2%	82,70	1,6%
Instrumentos de precisão	1,82	0,0%	0,85	0,0%	70,05	1,3%
Máquinas mecânicas	46,77	1,3%	53,34	1,4%	56,04	1,1%
Diversos da indústria química	64,90	1,7%	81,91	2,1%	56,02	1,1%
Perfumaria	39,22	1,1%	8,10	0,2%	21,92	0,4%
Gomas e resinas	23,18	0,6%	1,69	0,0%	15,79	0,3%
Borracha	0,58	0,0%	6,19	0,2%	9,64	0,2%
Máquinas elétricas	10,12	0,3%	11,42	0,3%	9,44	0,2%
<b>Subtotal</b>	<b>3.714,07</b>	<b>99,9%</b>	<b>3.823,37</b>	<b>99,9%</b>	<b>5.276,70</b>	<b>99,9%</b>
<b>Outros</b>	<b>3,45</b>	<b>0,1%</b>	<b>3,99</b>	<b>0,1%</b>	<b>6,95</b>	<b>0,1%</b>
<b>Total</b>	<b>3.717,52</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.827,36</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.283,65</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Maio de 2019.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhares**

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
<b>Exportações</b>					
Sabões e preparações para lavagem	0,00	0,0%	8,78	88,2%	
Hostalijas	0,00	0,0%	0,35	3,5%	
Vestuário de malha	0,00	0,0%	0,30	3,0%	
Frutas	0,00	0,0%	0,23	2,3%	
Metais e pedras preciosas	0,00	0,0%	0,14	1,4%	
Leite/ovos/mel	0,00	0,0%	0,12	1,2%	
Diversos da indústria química	0,00	0,0%	0,05	0,5%	
Combustíveis	128,81	82,0%	0,00	0,0%	
Transações especiais	28,24	18,0%	0,00	0,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>157,05</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,95</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>157,05</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,95</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
<b>Importações</b>					
Químicos orgânicos	985,54	84,8%	994,30	92,1%	
Máquinas mecânicas	18,98	1,6%	24,41	2,3%	
Veículos automóveis	74,72	6,4%	18,78	1,7%	
Instrumentos de precisão	0,59	0,1%	12,25	1,1%	
Plásticos	61,37	5,3%	8,25	0,8%	
Gomas e resinas	0,00	0,0%	7,08	0,7%	
Diversos da indústria química	5,82	0,5%	6,45	0,6%	
Borracha	0,11	0,0%	6,45	0,6%	
Perfumaria	9,63	0,8%	1,42	0,1%	
Máquinas elétricas	5,43	0,5%	0,15	0,0%	
<b>Subtotal</b>	<b>1.162,19</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.079,54</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>1.162,19</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.079,54</b>	<b>100,0%</b>	

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Maio de 2019.*

**EMBAIXADA DO BRASIL NA FRANÇA****RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS**

Transmito, a seguir, relatório de gestão simplificado relativo ao período de minha chefia da embaixada do Brasil em Paris, iniciado em 15 de julho de 2015.

**ASPECTOS GERAIS DA RELAÇÃO BILATERAL**

2. As relações entre o Brasil e França amparam-se em histórico de laços políticos, econômicos, educacionais, culturais e científicos. Nos últimos anos, contudo, o Brasil e a América Latina perderam espaço na política externa francesa, à luz da conjuntura internacional e das prioridades estabelecidas pelas gestões dos presidentes François Hollande (maio de 2012 a maio de 2017) e Emmanuel Macron (a partir de maio de 2017), centradas em torno do combate ao terrorismo que possa atingir o solo francês. As crises internas tanto no Brasil quanto na França contribuíram para acentuar essa situação. Durante o período em que estive na condução do posto, a embaixada atuou no sentido de preservar o patrimônio diplomático acumulado entre os dois países, orientando-se pelo Plano de Ação da Parceria Estratégica, iniciado em 2008.

3. No período sob análise, realizaram-se contatos de alto nível entre os dois países, como i) a visita do secretário-geral, embaixador Sérgio Danese, em julho de 2015, para consultas bilaterais; ii) a visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Marcos Pereira, e das Relações Exteriores, José Serra, em junho de 2016, este último para participar do encontro ministerial da OCDE, ocasião em que se reuniu com seu homólogo francês; iii) a viagem do presidente François Hollande ao Rio de Janeiro, nos jogos olímpicos, em 2016; iv) a visita do ministro Moreira Franco para apresentar o Programa de Parcerias e Investimentos, em 2016; v) a visita do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em 2017, no contexto do pedido de acesso do Brasil à OCDE; vi) a visita dos ministros da Defesa, Raul Jungman, e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella Lessa, em 2017; vii) a visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, em agosto de 2017, ocasião em que se reuniu com seu homólogo francês; viii) a visita do ministro do Turismo, Marx Beltrão, em 2017; ix) a visita dos ministros da Cultura, Sérgio Sá Leitão, e da Educação, Rossieli Soares, em 2018. Diversas delegações de parlamentares e membros do Judiciário, governadores e prefeitos de municípios também cumpriram agenda em Paris, com apoio da embaixada.

**POLÍTICA INTERNA**

4. Os últimos quatro anos foram marcados por atentados terroristas em solo francês e por profunda crise do sistema político, em contexto de reduzido crescimento econômico. François Hollande terminou seu mandato com índice recorde de impopularidade, levando-o a desistir da candidatura à reeleição. Assim, Emmanuel Macron projetou-se, nas eleições de 2017, como "outsider" tanto da política tradicional quanto da dicotomia esquerda-direita. Eleito presidente



com base ampla na Assembleia Nacional, conseguiu implementar reformas liberalizantes no seu primeiro ano de governo. O descontentamento de parte significativa da população com sua gestão, contudo, passou a ganhar corpo em agosto de 2018, nas pesquisas de opinião, e em novembro do mesmo ano, nas ruas, com os protestos dos "coletes amarelos" que duram até o momento.

5. Embora desgastado, Macron continua a dominar a política francesa, em especial pela fragmentação de seus adversários e pela falta de alternativa política. No momento, a principal força de oposição é o "Rassemblement National"(ex-"Front National") de Marine Le Pen, a exemplo do que ocorreu nas gestões anteriores de Sarkozy e de Hollande.

## TERRORISMO

6. Nas últimas décadas, a França foi alvo de inúmeros ataques terroristas, o que se atribui a tensões resultantes do traumático processo de descolonização, sobretudo na Argélia; a seu engajamento em intervenções militares na África e no Oriente Médio; e a sua condição de potência ocidental percebida como aliada de Israel e "anti-muçulmana". Os mais dramáticos incidentes ocorreram em 2015: em janeiro, os atentados no periódico "Charlie Hebdo" e em mercado judaico na região metropolitana de Paris revelaram a vulnerabilidade do território francês à ameaça terrorista; e em novembro, o país sofreu o mais grave conjunto de ataques terroristas de sua história – com bares e restaurantes metralhados, explosões nas proximidades do Stade de France e invasão na casa de espetáculos "Bataclan" -, reivindicados pelo autoproclamado "Estado Islâmico" (EI). No 14 de julho de 2016, atentado em Nice vitimou grande número de pessoas.

7. A maior resposta interna do governo francês à ameaça terrorista foi o lançamento e perenização da operação "Sentinelle", na qual milhares de militares estão encarregados de patrulhar as ruas das cidades francesas, em trabalho assemelhado ao policiamento ostensivo. A luta contra o terror é igualmente prioritária no plano externo, em que a França busca, de um lado, a estabilização de países como Síria, Iraque, Líbia e Mali e, de outro, o combate ao financiamento do terrorismo.

## POLÍTICA EXTERNA

### Europa

8. O enfraquecimento político de François Hollande, acentuado a partir da metade de seus cinco anos de mandato, dificultou a projeção da França na Europa. Como consequência, a liderança franco-alemã da integração do bloco foi capitaneada por Berlim durante o período 2015-2017. Com a ascensão de Macron e o enfraquecimento de Merkel, a parceria alcançou maior equilíbrio. A ascensão de governos "eurocéticos" nos últimos anos é a principal ameaça ao projeto europeu de Macron, embora o Eliseu também encontre obstáculos internos significativos na própria França. As reformas propostas por Paris para a União Europeia têm apresentado poucos avanços. Na área financeira, enquanto a ideia de união bancária encontra

forte oposição da Alemanha e do bloco liderado por Países Baixos e Finlândia, o projeto de orçamento comum é criticado pela deficitária Itália. No tema da imigração, Macron é igualmente objeto de duras críticas por parte dos países do Leste europeu e da Itália.

9. Mais ao Leste, as relações com a Rússia são complexas e incontornáveis. A ascensão de Macron permitiu a retomada de diálogo pragmático com Moscou. A suposta "ameaça russa" permanece, contudo, presente no imaginário francês. Embora ancorada na realidade, a "ameaça" é não raro utilizada como forma de justificar os elevados gastos militares franceses.

### África

10. Primordiais para a França, as relações com a África fundamentam-se em heranças históricas, sobretudo no tocante às ex-colônias, e nos interesses estratégicos no continente. Cerca de 10% da população francesa é de origem africana e aproximadamente 40 mil empresas francesas estão diretamente implicadas em trocas comerciais com o continente. A francofonia e suas reverberações culturais e educacionais também são consideradas fundamentais para a densidade do relacionamento.

11. Ao longo dos últimos anos, a abordagem francesa sobre a África tem se pautado nos seguintes desafios: a) recrudescimento do *jihadismo*, com dois principais focos de tensão no Sahel (Mali e Lago Chade); ii) instabilidade política (com maior ou menor grau de impactos securitários), a exemplo de Líbia, Argélia, República Centro Africana e Sudão; iii) fluxos migratórios e dramas humanitários associados (cerca de 40% das demandas de asilo na França são de africanos); e iv) entraves ao desenvolvimento econômico.

12. Macron tem procurado fortalecer os dois pilares da ação externa para África - segurança e desenvolvimento - também presentes em governos anteriores. Nesse espírito, a restabilização do Sahel tem recebido atenção prioritária, por meio de iniciativas reestruturantes, como a Aliança para o Sahel, e da atuação militar concretizada pela Operação Barkhane. Criada em 2014 (gestão Hollande), a Barkhane dirige-se ao combate ao terrorismo no Mali. A partir do início de 2017, a França passou a apoiar a Força G-5 Sahel, instituída naquele ano por Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Niger.

13. A cooperação na esfera securitária também se traduz na participação em operações de paz (Saara Ocidental, Mali, Libéria, República Democrática do Congo e República Centrafricana), em missões de treinamento no âmbito da União Europeia e em iniciativas de caráter bilateral afetas à formação de tropas, troca de informações, doutrina, treinamento, logística, entre outros.

14. Em matéria de desenvolvimento, o engajamento francês progride através de investimentos externos diretos e de projetos destinados ao fortalecimento da governança e do Estado de Direito. França é o 3º maior investidor no continente, atrás de Reino Unido e Estados Unidos. Em 2017, excedente comercial com a África Subsaariana alcançou 2,9 bilhões de euros.

15. A presença do capital francês na África vincula-se, sobremaneira, a empréstimos, financiamentos e doações da "Agence Française de Développement (AFD)". Conforme anunciado em agosto passado, as verbas para a rubrica "aide publique au développement" deverão triplicar, passando a equivaler a 0,55% do PIB francês, em 2022. Nesse contexto, previu-se reforma da AFD, com enfoque em cinco áreas temáticas: (1) educação; (2) combate a crises; (3) mudança climática e biodiversidade, aí incluídas energias renováveis; (4) igualdade de gênero; e (5) aprimoramento de sistemas de saúde. A maior parte dos países beneficiários a serem priorizados estão na África.

#### Oriente Médio

16. A Síria tem tido e deverá continuar a ser o foco da atenção do governo francês no Oriente Médio, defendendo o papel da Europa na luta contra o terrorismo e a reconstrução do país levantino. Mais recentemente, o anúncio de retirada das tropas norte-americanas do território representa desafio para a tradicional política externa francesa no conflito. Paris julga que o Estado Islâmico, apesar de "mais enfraquecido do que nunca", continua a constituir ameaça, utilizando-se de território reduzido no país. A França vem acompanhando com atenção, igualmente, os desdobramentos do conflito no Iêmen e deverá manter as diretrizes diplomáticas de propugnar o ingresso de ajuda humanitária com segurança e que as partes beligerantes deponham armas e se engajem em processo de paz. Com o Irã, o governo Macron mantém diálogo construtivo, baseado no respeito de Teerã ao "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPOA) e em visão clara do futuro do programa nuclear civil persa. Com relação ao conflito entre Israel e Palestina, o governo francês avalia que palestinos e israelenses não poderão alcançar suas aspirações a longo prazo às custas do outro. A França segue defendendo a solução de dois estados, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas e com Jerusalém como a capital de ambos, com base em parâmetros acordados por seguidas resoluções da ONU.

#### Américas

17. A atenção externa francesa para a América Latina foi reduzida substancialmente a partir do final de 2015, quando o governo de François Hollande redirecionou sua política exterior para temas de segurança e combate ao terrorismo, respondendo a conjuntura interna que se seguiu aos ataques terroristas de 2015. Em termos econômicos, cabe notar que as trocas comerciais com a região representam apenas 5% do total do comércio exterior francês. O Brasil constitui o principal mercado da França na América Latina. As autoridades francesas veem o continente como parceiro relevante para enfrentar desafios globais como as transições ecológica e energética, o declínio do multilateralismo e o combate às desigualdades, ao crime organizado, ao narcotráfico e à corrupção. No que concerne aos EUA, Macron buscou favorecer relação de cunho pessoal com Donald Trump, com o intuito de mitigar a atual crise na aliança transatlântica. Essa abordagem, contudo, mostrou-se pouco vantajosa em termos concretos.

#### Ásia-Pacífico

18. A China constitui "parceiro estratégico global" da França diante de temas como estabilização

e desenvolvimento econômico na África, preservação do acordo nuclear iraniano (JCPoA), luta contra o terrorismo e programa nuclear norte-coreano. Paris espera de Pequim maior "reciprocidade", "transparência" e "respeito às normas ambientais" e posiciona-se com cautela diante da iniciativa "Belt & Road" e da perspectiva de uma economia mundial com características hegemônicas chinesas.

19. Ao mesmo tempo, a França estende sua política de defesa e segurança até suas ilhas nos oceanos Pacífico (Polinésia, Nova Caledônia, etc.) e Índico (Mayotte e Réunion) e tem fortemente defendido um "novo Eixo Indo-Pacífico", articulado sobretudo com a Índia e a Austrália (principais mercados para produtos de defesa franceses), juntamente com o Japão (em vista do alinhamento de interesses estratégicos), para preservar o desenvolvimento econômico baseado em regras liberais e contrapor-se à hegemonia chinesa na região.

#### COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA

20. A área de defesa é a mais emblemática da parceria estratégica entre Brasil e França, tendo em conta a alta tecnologia, o grau de complexidade e o longo prazo dos projetos. Nessa área, o diferencial francês está na disposição e autonomia para incluir a transferência de tecnologia nos acordos de cooperação. Para o Brasil, trata-se de absorver tecnologia e promover a indústria de defesa.

21. Dois desses projetos estão concluídos: o Supercomputador e o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC). O computador mais potente da América Latina, como primeira etapa de possível cooperação na área de supercomputação, funciona hoje em Petrópolis. O SGDC, por sua vez, foi lançado em 4 de maio de 2017, a partir da base de Kourou (Guiana Francesa), e já se encontra em sua órbita. O satélite, construído pela empresa Thales Alenia Space em Cannes, com a participação de técnicos brasileiros e transferência de tecnologia, permitiu conectar todo o território com Internet de banda larga e oferece canal seguro para comunicações militares, sob o controle das autoridades brasileiras.

22. Com base no tripé transferência de tecnologia, nacionalização e capacitação de pessoal, dois projetos bilaterais ainda estão em curso: o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e o Programa de Desenvolvimento e Nacionalização de Helicópteros (H-XBr). Firmado em 2008 e orçado em 6,7 bilhões de euros, o PROSUB tem como objetivo dotar o Brasil da capacidade de projetar e construir de forma autônoma quatro submarinos convencionais e um de propulsão nuclear, além de construção de estaleiro e base naval. Apesar dos desafios inerentes a empreendimentos dessa envergadura, o PROSUB avança de maneira satisfatória, inclusive em termos de transferência de tecnologia, qualificação da indústria brasileira e capacitação de pessoal. O primeiro submarino (Riachuelo) foi lançado ao mar em 14 de dezembro de 2018. A transferência da primeira seção do "Humaitá", o segundo dos quatro submarinos convencionais, foi realizada em 25 de abril último. O traslado ocorre da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas para o Estaleiro de Construção, em Itaguaí-RJ, onde a primeira seção receberá sensores e equipamentos, e será unida às demais, que também serão

transferidas até o final de junho próximo. Quanto ao submarino de propulsão nuclear, a previsão é de que seja lançado no fim de 2029.

23. Também de 2008, o H-XBr é liderado pelo ministério da Defesa e operado pela Helibrás, filial brasileira da Airbus Helicopters instalada em Itajubá (MG). O custo total aproximado do programa é de 4 bilhões de euros, o que inclui a aquisição de 50 helicópteros EC-725 Caracal e o apoio logístico inicial, no valor total de 1,9 bilhão de euros. Até o momento, 32 helicópteros já foram entregues: 12 para a Força Aérea Brasileira (sendo 2 para uso exclusivo da presidência da República), 10 para o Exército Brasileiro e 10 para a Marinha do Brasil.

24. Adicionalmente, avalia-se que a decisão do Brasil pelo caça Gripen (da sueca Saab), em detrimento do Rafale, representou revés para os laços em matéria de defesa e para as relações bilaterais. A França tampouco foi escolhida no processo de concorrência para "main contractor" do Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval (Tamandaré), lançado pela Marinha do Brasil em 2017, e dirigido à produção de quatro corvetas da classe Tamandaré. Em abril do corrente, anunciou-se a vitória do consórcio Águas Azuis, liderado pelo grupo alemão ThissenKrupp.

25. O governo e o setor privado brasileiros, por sua vez, empreendem esforços em favor de produtos de defesa nacionais, de modo a reequilibrar o aspecto comercial na parceria estratégica. A promoção das aeronaves KC-390 e Super Tucano se inserem nesse contexto.

26. Do ponto de vista político, a cooperação nessa esfera se estende a encontros regulares de alto nível. Além de reuniões anuais entre chefes de Estados Maiores Conjuntos, concentrada em temas militares, ocorrem Diálogos Políticos Militares (2+2), os quais contam com a participação de representantes das pastas de Defesa e de Relações Exteriores do Brasil e da França. Esses Diálogos direcionam-se ao acompanhamento de projetos conjuntos, bem como ao debate sobre cenários regionais e temas globais afetos à segurança internacional. Os últimos encontros no âmbito do 2+2 ocorreram em março de 2017 (6ª edição, em Brasília) e outubro de 2015 (5ª edição, em Paris). Está prevista, para este ano, a realização da próxima versão do evento, na capital francesa.

27. Vale sublinhar, ainda, o intenso fluxo de militares para programas de intercâmbio, capacitação e participação em feiras de materiais de defesa. LAAD (Brasil), Eurosatory, Bourget, Milipol e Euronaval são exemplos dessas feiras, das quais fazem parte grupos empresariais de diversas partes do mundo.

28. No tocante à atuação em terceiros países, Brasil e França coincidiram na participação ativa em duas operações de paz: a MINUSTAH e a UNIFIL. A parte francesa lamentou, todavia, a recusa brasileira, dadas as restrições orçamentárias, ao convite transmitido em 2017 para atuação na MINUSCA, na República Centroafricana. Cumpre destacar o interesse recorrentemente manifestado por Paris pelo maior engajamento do Brasil em esforços securitários na África, por meio de operações de manutenção da paz das Nações Unidas e da cooperação naval no Golfo da Guiné.

## QUESTÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

29. Sendo a maior fronteira terrestre da França a linha que separa o departamento da Guiana Francesa do estado do Amapá (cerca de 730km), a cooperação transfronteiriça foi objeto de constante acompanhamento durante minha gestão, que enfatizou a importância da integração e o aproveitamento sustentável dos recursos da região. Visitei a Guiana Francesa em novembro de 2015, ocasião em que mantive contatos de alto nível com o objetivo de resolver pendências importantes, em particular no que concerne ao regime assimétrico de vistos e o início da operacionalização da ponte no Oiapoque. Nesse sentido, cumpre destacar a suavização, por parte da França, em 2016, da exigência de vistos para empresários, passageiros em trânsito e viajantes frequentes. A embaixada seguiu enfatizando a necessidade de medidas adicionais que levassem total eliminação da assimetria.

30. A ponte binacional sobre o rio Oiapoque foi inaugurada em 2017, ampliando as possibilidades para dinamizar a integração regional. Realizei gestões voltadas à plena abertura da ponte, cujo funcionamento a contento, além da eliminação do regime assimétrico de vistos, ainda requer a superação de dificuldades ligadas à disparidade entre os valores de seguros para veículos automotores, bem como avanços em termos de transporte de passageiros e mercadorias. Esse tema tem avançado e pode-se vislumbrar alguma evolução no curto prazo.

31. Outro tema que demanda ações de ambos os lados da fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa é o da erradicação da mosca da carambola, praga que atinge o cultivo de frutas na região Norte do Brasil. Tendo em vista que a França não tem planos de desenvolver a agricultura na Guiana, realizei esforços para conscientizar as autoridades locais sobre os prejuízos que a sua inação poderia causar. Em 2017, conversações técnicas entre autoridades dos dois países, realizadas em Brasília, resultaram na proposta de criação de zona tampão no território guianense na qual deverão ser realizadas ações de erradicação da praga. Até o presente, contudo, não foram tomadas medidas práticas. O Ministério da Agricultura e da Alimentação da França afirma que ainda não foi possível definir fonte de financiamento para o projeto.

## COOPERAÇÃO JURÍDICA E DESCENTRALIZADA

32. A cooperação jurídica manteve sua dinâmica nos últimos anos, amparada em acordos de cooperação em matéria penal, civil, de extradição, e de parcerias envolvendo forças policiais dos dois países. O posto buscou dirimir divergências na interpretação do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil (artigo 23) e na aplicação da Convenção da Apostila, que tem trazido dificuldades em termos de legalização e reconhecimento de documentos.

33. A cooperação descentralizada, por seu turno, após momento inicial profícuo, até 2015, apresenta dificuldades institucionais em ambos os países. A "Cités Unies de France" (CUF), que reúne as coletividades territoriais da França, tem enfrentado obstáculos internos para manter ativo seu "grupo Brasil". No caso brasileiro, os desafios parecem decorrer da dificuldade de se promover iniciativas em nível subnacional, em função da diferença entre atores e significativas

restrições de orçamento e de pessoal na maioria dos municípios brasileiros. As gestões do posto, nos últimos anos, foram no sentido de identificar interesses do empresariado francês na cooperação do gênero com o Brasil, em especial nas áreas de transporte, energia, meio ambiente e saúde.

#### COOPERAÇÃO NA ÁREA DE INTELIGÊNCIA

34. A cooperação bilateral em inteligência foi aprofundada e institucionalizada por meio da instalação de Adidância da ABIN junto à embaixada em Paris, em fevereiro de 2017, proposta que vinha sendo avaliada desde 2010. Ressalto a preparação de missão do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), general Sergio Etchegoyen, que manteve agenda oficial em Paris (20/01/2017) e em Lille (24 e 25/01/2017). Em 2018, a embaixada ofereceu apoio a nova visita do ministro-chefe do GSI/PR à França (22 e 24/01), assim como à missão técnica GSI-ABIN que se seguiu, entre 28 e 29/01, com o objetivo de conhecer a experiência francesa na área de segurança da informação e de defesa cibernética.

35. Foi atribuída atenção especial ao tema de segurança de grandes eventos, no contexto da organização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016). Contatos bilaterais entre as forças de segurança e inteligência (do lado brasileiro, em especial a Polícia Federal e a ABIN) permitiram conhecer a experiência da Polícia Nacional francesa e demais órgãos de segurança pública na prevenção e gestão de crise associadas a ataques terroristas.

36. Com o objetivo de aprimorar a segurança física e de conhecimentos sensíveis da embaixada, solicitei à ABIN que fosse aplicado no posto o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível. Missão da ABIN realizou trabalho de prospecção de ameaças entre 3 a 14/12/2018.

#### CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

37. À luz do potencial da cooperação bilateral em matéria de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), mediante a atração de investimentos, possibilidades de internacionalização de empresas nacionais e a transferência de tecnologias, busquei aprofundar iniciativas na área e estruturar o setor de CT&I do posto. Entre os resultados concretos alcançados, destaco o supercomputador Santos Dumont, instalado no Laboratório Nacional de Computação Científica, em Petrópolis/RJ, e o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas. Atualmente em operação, ambos os projetos contribuem para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Assinalo, também, outras iniciativas de destaque: (i) a realização de reunião do Grupo de Trabalho Brasil-França de Inovação, em 2016; (ii) a instalação em 2016 do *hub* da "French Tech" em São Paulo, buscando atrair empresas para o Brasil; (iii) a missão a Paris, em 2017, de 14 *startups* brasileiras, para prospecção de clientes e investidores e conexão com ambientes de inovação; e (iv) a organização de missão de *startups* brasileiras para participar do salão de tecnologia Viva Technology (Paris, 16-18/05/2019).

## MEIO AMBIENTE

38. A questão ambiental também recebeu atenção no período, sobretudo no contexto da COP 21 (dezembro de 2015), ocasião em que foi adotado o Acordo de Paris sobre clima, marco nas discussões internacionais na matéria. O evento exigiu mobilização da embaixada, em apoio aos representantes brasileiros durante seu processo preparatório. A delegação brasileira foi chefiada pela então presidente da República e integrada pelos então ministros das Relações Exteriores e do Meio Ambiente, parlamentares e diversas outras autoridades. No plano bilateral, foi desenvolvida cooperação técnica em áreas como biodiversidade e cidades sustentáveis (transportes e tratamento de resíduos), do que são exemplo: o projeto de cooperação científica Guyamazon; projetos nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Paraná na área de transportes sustentáveis; e a cooperação técnica atualmente em curso em matéria de tratamento de resíduos sólidos, que incluiu visita de delegação brasileira à França em março de 2019. Convém destacar, ainda, a atuação da embaixada junto às autoridades francesas com vistas a incentivar o engajamento da França na Plataforma para o Biofuturo, iniciativa promovida pelo Brasil que visa a desenvolver inovação em biocombustíveis.

## ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

39. A França, como maior produtor agrícola da UE e maior beneficiário da Política Agrícola Comum (PAC), tem interesse em restringir o acesso de produtos agroalimentares ao mercado europeu, de modo a evitar a competição com seus próprios produtos. O país parece, portanto, não estar disposto a facilitar a conclusão das negociações do acordo de livre comércio com o Mercosul. Recentemente, o tema da carne bovina ganhou relevo não apenas no contexto das negociações entre os dois blocos, mas também na imprensa francesa, que deu destaque para as descobertas reveladas pela operação Carne Fraca. Em que pese esse cenário contrário, realizei frequentes gestões junto a autoridades governamentais e empresariais, bem como junto à imprensa especializada, em favor da conclusão das negociações, seja chamando atenção para os benefícios a serem colhidos pela economia francesa em setores como o industrial e o de serviços, seja evitando a disseminação das percepções equivocadas de que a agricultura brasileira agrediria sistematicamente o meio ambiente e de que os seus produtos, principalmente a carne bovina, não seriam seguros para o consumo.

## ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

40. Até março de 2018, conduzi a relação entre o Brasil e a OCDE. A relação possuía duas dimensões: por um lado, tratava-se de gerir a presença brasileira no grande número de comissões das quais o país, que desfrutava do status de "key partner", já participava; por outro, de cultivar contatos com os membros efetivos do organismo e com o seu secretariado. As inúmeras gestões realizadas durante esse período permitiram o rápido adensamento das relações que culminaram, em maio de 2017, na apresentação de candidatura à acessão à OCDE. Desde então, foi possível, a partir de uma série de encontros e reuniões, angariar apoio praticamente unânime ao pleito brasileiro.



## PROMOÇÃO COMERCIAL, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E TURISMO

41. Destaco a preparação dos Fóruns Econômicos Brasil-França, para os quais o posto empenhou-se firmemente na manutenção do alto nível de participação. Na última edição realizada em Paris (2016), estiveram presentes quatro ministros de estado brasileiros. Atualmente, a importante presença francesa no mercado brasileiro é elemento de estratégia global de expansão para as cerca de 850 empresas francesas que contam com filiais no Brasil, as quais geram aproximadamente 500 mil empregos diretos, em inúmeros setores de atividade, totalizando IED de 23,6 bilhões de euros em 2017 (6º maior investidor, para o qual o Brasil é o 11º receptor geral; o 1º entre os emergentes). Durante minha gestão, procurei ressaltar o potencial a ser explorado no sentido do adensamento do comércio bilateral em termos de quantidade, equilíbrio e qualidade, com estímulos à parceria em segmentos de alto conteúdo tecnológico e em setores estratégicos dos dois países, à ampliação da presença de empresas francesas no Brasil em setores chave para o desenvolvimento do país e à associação de empresas de médio porte, especialmente em setores de elevado conteúdo tecnológico.

42. O posto também atuou decisivamente no acompanhamento e no apoio direto e indireto à participação de empresas brasileiras no vasto calendário de eventos comerciais realizados na França e para a participação ampliada do Brasil no MIPIM - maior evento mundial do setor imobiliário e de hotelaria e turismo, que nos últimos anos vem proporcionando ao Brasil reforço da internacionalização de serviços de arquitetura, divulgação do desenvolvimento da infraestrutura e facilidades do ambiente de negócios do setor. Tais esforços fizeram-se refletir, ainda, na criação de *hub* do grupo Air France-KLM em Fortaleza, tendo o voo inaugural de Paris sido realizado em 2018; e na promoção de eventos de turismo de luxo, realizados em parceria com a BLTA (Brazilian Luxury Travel Association). Outro exemplo desse esforço foram as participações brasileiras no Salão Internacional da Alimentação (SIAL), maior evento mundial do setor agroalimentar, que, em 2018, contou com a presença de 166 empresas brasileiras em estandes cuja área somada atingiu mais de 3.200 metros quadrados, e mais de 160.000 visitantes.

## EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

43. Atribuí especial atenção à cooperação acadêmica e universitária com a França. Segundo informado pela CAPES, sob minha gestão, a França ultrapassou os Estados Unidos e passou, da segunda posição que historicamente ocupava, para a primeira como principal destino de bolsistas do governo brasileiro no exterior.

44. Procuramos impulsionar programas e parcerias bilaterais como o BRAFITEC, que, nos últimos anos, permitiu a mais de 9 mil graduandos, mestrandos e doutorandos brasileiros, de áreas de ciência e tecnologia, cursarem parte de suas formações na França, e a três mil estudantes franceses fazerem o mesmo no Brasil; e o BRAFAGRI, programa análogo na área das ciências agrônômicas, que permitiu números próximos de intercâmbios entre estudantes e instituições dos dois países. Nos últimos quatro anos, a embaixada participou, com estande próprio, na maior feira para estudantes da França, com o objetivo de promover o Brasil como destino para estudantes franceses.

45. Durante meu período no posto, o Setor de Educação tornou-se o Setor de Educação e de Promoção da Língua Portuguesa, tendo adquirido como objetivo primordial a promoção de nossa língua na França. Além de apoiar sistematicamente a abertura de novos cursos de português em universidades e escolas, a embaixada envolveu-se na abertura da primeira seção internacional brasileira em um liceu francês, a leste de Paris, cujos alunos têm aulas diárias de português, mas também de história e geografia do Brasil e de literatura brasileira. Foi possível realizar, ainda, o três primeiros Encontros de Professores de Língua Portuguesa na França, sempre na embaixada, que se mostraram ocasiões muito propícias ao intercâmbio de experiências, mas que também tiveram papel importante na transmissão, aos professores brasileiros na França e aos professores franceses que ensinam o português, de que o governo brasileiro acompanha e valoriza o seu trabalho.

46. A embaixada sediou ainda encontros, em coordenação com o Consulado Geral em Paris, voltados para a comunidade brasileira na França, dedicados à promoção do português como língua de herança. Por fim, sob minha gestão foi realizado projeto de mapeamento dos estudos de português e luso-brasileiros na França, que produziram como resultado uma página virtual que permite rápido acesso a uma extensa lista de professores, pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa que trabalham com o português e com temáticas brasileiras, de modo geral, na França.

47. Foram, ainda, mantidos dois leitorados brasileiros, um na Universidade Sorbonne Nouvelle, em Paris, e um em Clermont-Ferrand, na Universidade Clermont Auvergne. Pelo lado francês, há, porém, demanda para aumentar esse número - demandas de outras universidades que manifestaram interesse em receber leitorados brasileiros não puderam ser contempladas. Um total de seis universidades aplicam o exame CELPE-Bras, exame de proficiência em língua portuguesa de responsabilidade do governo brasileiro. A embaixada coordena o recebimento, a aplicação e a devolução das provas no território francês, e recebeu com entusiasmo, sob minha gestão, a notícia de que o Ministério da Europa e das Relações Exteriores francês passou a considerar o exame como uma das provas aceitas para progressão na carreira diplomática francesa.

## CULTURA

48. No setor cultural, foi mantido, nos últimos três anos, o apoio a eventos tradicionalmente apoiados pelo Posto, como o Salão do Livro de Paris, do qual o Brasil tem participado de forma ininterrupta desde 2012, e os festivais de cinema de Clermont-Ferrand, Annecy e Paris. Considerado o maior festival de curtas-metragens do mundo e o segundo maior festival de cinema da França, atrás apenas do Festival de Cannes, Clermont-Ferrand tem contado com crescente participação de produções brasileiras, premiadas em diversas ocasiões.

49. Realizado anualmente em Annecy, o Festival Internacional do Filme de Animação, o mais importante do gênero no mundo, tem-se consolidado como um espaço importante de projeção cultural do Brasil. Compareci à edição de 2018, juntamente com o então ministro da Cultura,

quando o Brasil foi o país homenageado. Segundo o diretor artístico do festival, a escolha deveu-se ao desejo de "sublinhar a emergência de uma verdadeira cinematografia de animação", premiada em duas edições seguidas (2013 e 2014) com o Cristal de melhor longa-metragem pelos filmes "Uma história de amor e fúria", de Luiz Bolognesi, e "O menino e o mundo", de Alê Abreu. Em paralelo ao festival, houve exposição de cartazes em comemoração ao centenário do cinema de animação no Brasil.

50. Atualmente em sua 21ª edição, o Festival do Cinema Brasileiro de Paris é o principal evento dedicado a produções brasileiras na França. Produzido pela Associação Jangada, o festival apresenta, todos os anos, alguns dos melhores filmes brasileiros produzidos no ano anterior, muitas vezes antecipando-se ao lançamento no circuito comercial francês.

51. Na área das artes plásticas cumpre destacar o apoio à exposição da artista Érika Verzutti, no Centre Pompidou - que proporcionou parceria inédita entre a embaixada e o Beaubourg.

52. Na área da música, além do apoio institucional a músicos brasileiros que se apresentaram na França, foi possível realizar uma série de concertos comemorativos do centenário da elevação da legação brasileira em Paris à condição de embaixada.

#### UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DA EMBAIXADA

53. Finalmente, vale destacar a intensa utilização das dependências da embaixada, nos últimos quatro anos, para a realização de eventos de promoção comercial, culturais, educacionais, de articulação e planejamento diplomático, bem como de atividades vinculadas às atividades militares. As cifras anuais demonstram a intensidade e amplitude dessas atividades: 2015 (143); 2016 (160); 2017 (104); 2018 (109); e 2019 (36 eventos até abril).

#### DESAFIOS PARA O FUTURO CHEFE DO POSTO

##### Nova etapa da Parceria Estratégica

54. O Plano de Ação da Parceria Estratégica completou dez anos em 2018 e constitui-se em importante marco orientador das relações bilaterais, permitindo avanços em várias áreas. Tendo em vista o papel importante da França no contexto internacional, seria conveniente buscar a atualização das atividades contidas no Plano, reforçando e ampliando os já sólidos laços que unem os dois países.

##### Preservar o capital físico e intelectual no setor de defesa

55. Dois temas na área de defesa requerem especial atenção. Em função da capacidade ociosa no período entre o fim da construção dos submarinos convencionais e o início da construção do submarino de propulsão nuclear, abre-se a oportunidade para consideração de novos projetos no complexo naval de Itaguaí (cujo estaleiro é administrado por consórcio entre a ICN - Itaguaí Construções Navais - e o Naval Group). Há que se evitar a perda de capacitação das equipes

técnicas envolvidas e a subutilização da estrutura estabelecida. A questão legal de alteração do contrato constitutivo da ICN, para atingir esse objetivo, vem sendo tratada pelas autoridades brasileiras competentes.

56. A mesma preocupação se verifica quanto ao programa H-XBr. No atual ritmo da linha de produção das aeronaves, em 2022, todas as 50 unidades previstas terão sido entregues. É necessária, assim, discussão sobre novos empreendimentos na fábrica, bem como sobre a utilização de recursos tecnológicos, materiais e humanos em outras atividades estratégicas.

#### Conferir renovado impulso ao Foro Econômico

57. O Foro Econômico Brasil-França constitui plataforma valiosa para promoção de investimentos, parcerias comerciais e tecnológicas, e debate sobre acesso a mercados e financiamento de projetos. Proporciona também ambiente para discussões temáticas sobre questões prioritárias, como energias renováveis, agroindústria, infraestrutura, cidades sustentáveis, saúde e inovação. Desde sua criação em 2013, já houve cinco edições do Foro. Em contraste com o alto nível da representação empresarial em todas as edições, nota-se necessidade de elevar o nível da delegação governamental francesa quando o Foro ocorre no Brasil. Em 2015, não houve representante governamental francês de alto nível e, em 2017, a França não enviou delegação governamental. A próxima edição do Foro deverá ser realizada em Paris, no segundo semestre de 2019.

#### Agenda Estruturada de Ciência, Tecnologia e Inovação

59. A cooperação em CT&I com a França é dinâmica, envolve diversos setores e atores, além de abranger iniciativas não acompanhadas diretamente pelos órgãos setoriais no governo federal, incluindo ações desenvolvidas diretamente pelo setor privado ou entre órgãos de pesquisa. Há potencial para o aprofundamento da cooperação, incluindo áreas consideradas prioritárias pela França - como inovação, *startups*, ainda pouco exploradas na cooperação bilateral; mundo digital e inteligência artificial; ou que não apresentaram avanços significativos nos últimos anos - a exemplo de nanotecnologia e biotecnologia. A cooperação com a parte francesa poderia ser útil para estimular a atração de investimentos, o acesso a novas tecnologias e mercados de exportação. Além disso, poderia ser avaliada, em eventual atualização do Plano de Ação da Parceria Estratégica, a conveniência de incluir naquele documento seção específica sobre CT&I, de modo a agrupar todas as iniciativas e a dar maior visibilidade à cooperação no setor.

#### Cooperação Transfronteiriça

60. Essenciais para o pleno funcionamento da ponte sobre o rio Oiapoque, continuam sem solução a eliminação do regime assimétrico de vistos e as disparidades entre os valores de seguro para veículos automotores. Embora regimes especiais venham sendo implementados pelo lado francês nos últimos anos, suavizando a exigência de vistos, toda a agenda de cooperação transfronteiriça é limitada pela falta de avanço nessa frente. Haveria de se incentivar o lado francês a produzir soluções razoáveis (para as condições locais) quanto aos valores dos seguros.

**EMBAIXADA DO BRASIL EM PARIS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO – PRINCIPADO DE MÔNACO**  
**EMBAIXADOR PAULO CESAR DE OLIVEIRA CAMPOS**

Transmito, a seguir, relatório de gestão simplificado relativo ao período de minha chefia da embaixada do Brasil junto ao Principado de Mônaco, iniciado em 15 de julho de 2015.

**ESTRUTURA INTERNA DO PRINCIPADO**

2. O Principado de Mônaco é um pequeno enclave com 2 km<sup>2</sup> de território e população de aproximadamente 38 mil habitantes. O Principado foi estabelecido ainda no século XIII, pela família Grimaldi, e manteve sua autonomia durante os séculos seguintes, apesar da relação de dependência com a França. O Estado monegasco, em seu formato atual, foi fundado em 1866, pelo Príncipe Charles III.

3. A Constituição monegasca, de 17 de dezembro de 1962 (modificada em 2 de abril de 2002), define o regime político e institucional do Principado como "monarquia hereditária e constitucional". O diploma estabelece a soberania e a independência do Estado no quadro dos princípios gerais do Direito Internacional e das convenções particulares firmadas com a República Francesa. O Poder Executivo emana da autoridade soberana do Príncipe, sendo exercido por um "Ministro de Estado", que o representa, e assistido pelo Conselho de Governo (integrado por cinco membros, responsáveis por uma pasta governamental, dentre as quais se encontra o "Departamento de Relações Exteriores").

4. O Poder Legislativo, que inclui a responsabilidade pela elaboração do Orçamento, é compartilhado pelo Príncipe, que detém a competência originária de proposição de leis, e pelo Conselho Nacional (criado em 1911), que as vota. Na Constituição de 1962, o Conselho Nacional recebeu o status de Assembleia, com competências legislativas e orçamentárias. É composto por 24 membros, eleitos por sufrágio universal direto em listas eleitorais, com mandato de cinco anos.

5. Apesar de seu status soberano, o Principado vive em situação de dependência com relação à França, nos âmbitos securitário, econômico e governamental. A partir dos anos 1990, a integração europeia provocou a emergência de tensões entre os dois países, o que levou a pleito monegasco pela revisão dos acordos bilaterais, com vistas a recuperar, ainda que parcialmente, algumas das prerrogativas de gestão de seus assuntos internos. As negociações conduziram à assinatura do Tratado de 24 de outubro de 2002, que modificou o conceito de "amizade protetora" a ser assegurada pela França, conforme prevista no acordo de 1918. O novo ajuste substituiu a absoluta conformidade aos interesses franceses por compromisso segundo o qual as iniciativas soberanas de Mônaco devem estar "em acordo com os interesses fundamentais da República Francesa", via "concertação apropriada e regular" a ser realizada entre as duas nações.

## ASPECTOS GERAIS DA RELAÇÃO BILATERAL

6. A embaixada em Paris exerce cumulativamente as funções de embaixada do Brasil junto ao Principado de Mônaco. As relações diplomáticas plenas com Mônaco foram estabelecidas em 14 de abril de 2010. Antes dessa data, o relacionamento bilateral apresentava natureza eminentemente consular. Relativamente recente, o estabelecimento de relações diplomáticas plenas abriu oportunidades a serem exploradas, notadamente nas áreas empresarial e comercial, assim como nas de cooperação judiciária, esportiva e em saúde. A comunidade brasileira residente no Principado é de 110 habitantes. Mônaco é membro da ONU desde 1993, assim como de vários organismos internacionais, possuindo direito a voto em eleições próximas, que envolvem candidaturas brasileiras, como no Conselho Executivo da UNESCO (mandato 2019-2023), no Conselho da Organização Marítima Internacional – IMO (mandato 2020-2021), no Conselho de Direitos Humanos (mandato 2020-2022), no Tribunal Internacional do Direito do Mar (mandato 2020-2029) e na condição de membro não-permanente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (mandato 2022-2023).

7. Realizei visita oficial ao Principado de Mônaco em duas ocasiões durante a minha gestão. Na primeira oportunidade, em 27 de outubro de 2015, apresentei minhas credenciais a Sua Alteza Sereníssima Príncipe Albert II. Entre 23 e 28 de abril de 2017, compareci à abertura da 1ª Sessão da Assembleia da Organização Hidrográfica Internacional (OHI), quando voltei a encontrar-me com o monarca. Participei, ainda, de recepção oficial no navio brasileiro "Vital de Oliveira" no porto de Mônaco, organizada pela Marinha do Brasil. A reforçada presença brasileira na Assembleia da OHI tinha por objetivo fortalecer a candidatura de almirante brasileiro a secretário-geral e diretor da Organização.

8. Ressalto que há importante capital de simpatia das autoridades monegascas, especialmente da família principesca, para com o Brasil. O Príncipe Albert II, como o restante da família Grimaldi, mantém laços estreitos com o país e realiza visitas regulares ao Brasil, inclusive a turismo. Em agosto de 2016, acompanhou os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, na condição de membro do Comitê Olímpico Internacional (COI).

## POLÍTICA EXTERNA DE MÔNACO

9. Mônaco não é, "de juri", membro integrante da União Europeia, ainda que esteja associado "de facto" ao bloco, em virtude dos acordos aduaneiro e monetário estabelecidos com a França. Em 1º de julho de 1968, o Principado ingressou, em virtude de sua relação privilegiada com a França, na união aduaneira da Comunidade Europeia. Tornou-se, também, zona de acesso ao Espaço Schengen. No âmbito da unificação monetária, o Principado concluiu Convenção com a França e as Comunidades Europeias, em dezembro de 2001, passando a utilizar o euro como moeda.

10. O Principado de Mônaco tornou-se membro observador das Nações Unidas em junho de 1956. Sua adesão plena ocorreu em maio de 1993. As prioridades monegascas na ONU concentram-se na defesa dos direitos humanos e na promoção dos direitos da infância, dos

esportes e da defesa do desenvolvimento sustentável. O Príncipe Albert II dedica-se, pessoalmente, às questões relacionadas ao meio ambiente, principalmente o marinho, e a projetos humanitários nas áreas de saúde e educação. Sua política ambiental concentra-se nos temas de mudança climática, biodiversidade, recursos hídricos e desertificação, bem como no importante papel desempenhado pelo Principado na defesa dos oceanos. Como membro fundador da Organização Internacional da Francofonia, criada em 1970, Mônaco confere prioridade à difusão da língua francesa e dos “valores comuns” da Francofonia, como diversidade cultural, paz mundial, democracia e consolidação do Estado de Direito. Além disso, o monarca atribui grande importância à sua participação no COI, que entende transcender a promoção da prática de esportes para englobar filosofia humanista do papel da comunidade internacional.

#### CANDIDATURAS BRASILEIRAS

11. Foram realizadas gestões regulares junto às autoridades monegascas no que diz respeito a temas de política multilateral e candidaturas brasileiras a cargos internacionais. Ao longo de 2016, o Principado de Mônaco apoiou a proposta brasileira de criação do Santuário de Baleias no Atlântico Sul (SBAS), apreciada na 66ª reunião plenária da Comissão Internacional da Baleia, em Portoroz, Eslovênia, em 25 de outubro de 2016. Concedeu apoio, ainda, à candidatura brasileira a uma vaga no Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), para o mandato de 2017 a 2019.

12. Em 2017, três vitórias brasileiras contaram com o voto monegasco: a eleição do embaixador Sílvio José Albuquerque e Silva como perito do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) da ONU, em 22 de junho, para o mandato de 2018 a 2022; a reeleição do professor Antonio Augusto Cançado Trindade para o cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça; e a reeleição do Brasil ao Conselho da IMO, categoria B, para o biênio 2018-2019.

13. Em 2018, foram realizadas diversas gestões (pessoais e por nota) relativas às seguintes candidaturas brasileiras: reeleição para o Conselho Executivo da UNESCO (mandato 2019-2023), nas eleições que se realizarão em Paris, em novembro de 2019; reeleição do para o Conselho da IMO (mandato 2020-2021), em eleições que ocorrerão em Londres, em novembro e dezembro de 2019; e candidatura do Professor Rodrigo Fernandes More ao cargo de Juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (mandato 2020-2029), nas eleições a terem lugar durante reunião dos Estados-Partes da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar, em junho de 2020. No âmbito das Nações Unidas, foi solicitado apoio do Principado para candidatura brasileira para o Conselho de Direitos Humanos, mandato 2020-2022, na eleição prevista para ocorrer durante a 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2019; candidatura para o Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (mandato 2021-2023), nas eleições previstas para novembro de 2020, em Nova York; e candidatura a um assento não permanente no Conselho de Segurança, biênio 2022-2023, nas eleições que ocorrerão no âmbito da Assembleia Geral, em junho de 2021.

## ORGANIZAÇÃO HIDROGRÁFICA INTERNACIONAL

14. Sediada em Mônaco, a OHI é responsável pela elaboração de aspectos técnicos dos padrões de hidrografia e da cartografia náutica, que afetam diretamente a atuação de um serviço hidrográfico nacional, como é caso da Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil (Niterói, RJ), a qual representa o país na Organização. Todas as cartas e publicações náuticas, assim como o serviço de atualização (serviço de aviso aos navegantes e de avisos-rádio náuticos) dependem desse padrão.

15. O Brasil participa ativamente nos trabalhos da OHI, integrando três Comissões Hidrográficas Regionais: a Comissão Hidrográfica do Atlântico Sudoeste (CHA/ISO/SWAtHC); a Comissão Hidrográfica da Meso América e do Mar do Caribe (CHMAC/ MACHC); e a Comissão Hidrográfica na Antártica (CHA/HCA). Essas comissões são responsáveis pela implementação das recomendações, das decisões e dos padrões da OHI em cada região, bem como pela harmonização das atividades dos serviços hidrográficos nacionais que compõem essas Comissões.

16. O posto teve parte na preparação e no acompanhamento de 1ª Sessão da Assembleia da OHI, realizada em Mônaco, na semana de 23 a 28 de abril de 2017. No dia 24/04/2017, compareci à abertura do evento, bem como realizei breve alocução em recepção oferecida a bordo do navio de pesquisa hidroceanográfico da Marinha do Brasil, “Vital de Oliveira” (H 39), atracado no “Port Hercule”. O Brasil apresentou, na ocasião, estande elaborado pela Diretoria Nacional de Hidrografia da Marinha, que foi visitado pelo Príncipe Albert II. Estavam expostos vídeos e material informativo sobre os navios hidrográficos brasileiros e meios colocados pelo governo brasileiro para a pesquisa hidrográfica.

17. Os pontos mais relevantes para o Brasil durante a Assembleia da OHI foram a eleição para os cargos de secretário-geral e diretores da OHI, aos quais concorreu candidato brasileiro, o Almirante (na reserva) Luiz Fernando Palmer Fonseca, e a discussão sobre a atualização de documento cartográfico “S-23”, no que se refere à denominação do mar situado entre a Península Coreana e o Japão. Foi acordado, ainda, realizar revisão do atual plano estratégico e atribuir ao Conselho da OHI mandato para preparar eventuais propostas de emendas, de modo que estejam em condição de serem apreciadas na próxima sessão da Assembleia, em 2020. O Almirante Palmer Fonseca foi eleito Vice-Presidente do Conselho da OHI, para o triênio 2017-2020, e tomou posse em outubro de 2017.

## RELAÇÕES BILATERAIS

18. O Príncipe Albert II realizou visitas regulares ao Brasil no período. Entre 3 e 4 de abril de 2016, cumpriu missão oficial em São Paulo, onde participou do evento "Monaco Blue Initiative" (sobre aquicultura e proteção à biodiversidade marinha) e de cerimônia de assinatura de acordo entre a Federação de Comércio de São Paulo (Fecomercio) e a Câmara de Comércio de Mônaco ("Monaco Chamber of Commerce"). De 1º a 14 de agosto de 2016,



o mandatário visitou o Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Olímpicos e de reuniões no âmbito do COI. Para a abertura do Fórum Mundial da Água, em 19 de março de 2018, o monarca designou o ministro de Estado de Mônaco, Serge Telle, para representá-lo.

19. Tendo em vista a dimensão do Principado e de sua população, o intercâmbio comercial bilateral tem sido relativamente pequeno. Entre 2015 e 2018, o fluxo comercial entre os dois países retraiu-se de USD 6,2 milhões (2015) para USD 5,65 milhões (2018). O saldo da balança comercial, historicamente desfavorável ao Brasil, registrou diminuição no valor do déficit brasileiro, de USD 5,68 milhões (2015) para USD 4,91 milhões (2018). Os principais produtos da pauta de exportação brasileira em 2018 foram: produtos manufaturados (46%), carne bovina (24%), mercadorias para uso e consumo em embarcações (14%) e pedras preciosas (5,5%). Na pauta de importação de 2018, predominaram produtos químicos orgânicos e inorgânicos (71%), compostos de funções nitrogenadas, em geral para a indústria de beleza (16%) e partes e peças para veículos (6,9%).

20. No relacionamento bilateral, destaca-se, ainda, a cooperação marítima entre os países, notadamente o constante acolhimento pelo Principado de navios-escola da Marinha do Brasil. Em 2016, por exemplo, o navio-escola “Brasil” foi recepcionado pela Conselheira de Governo/Ministra do Equipamento, do Meio Ambiente e do Urbanismo de Mônaco, Marie Pierre Gramaglia.

21. Cabe ressaltar também as atividades de cooperação judicial entre Brasil e Mônaco. No período de 2015 e 2019, foram tramitados pela Embaixada em Paris cerca de dez casos de cooperação judiciária, solicitados tanto por autoridades judiciais brasileiras quanto monegascas. Dando continuidade aos contatos consulares já estabelecidos, foi renovado, em julho de 2018, pelo prazo de quatro anos, o Senhor Joseph André Ernest De Montigny como Cônsul Honorário em Mônaco.

## CRONOLOGIA

1911 - estabelecimento de relações consulares.

2010 - estabelecimento de relações diplomáticas e apresentação de credenciais do então Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco.

2012 - Participação do Príncipe Albert II na Conferência Rio+20.

2014 – Visita do Príncipe Albert II ao Brasil por ocasião da Copa do Mundo de Futebol.

2015 – Apresentação de credenciais do Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco.

2016 - Visita do Príncipe Albert II ao Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Olímpicos.

2017 – Participação do Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco na abertura da 1ª Sessão da Assembleia da Organização Hidrográfica Internacional (OHI), realizada em Monte Carlo.

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**1**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

## RELATÓRIO Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 23, de 2019 (Mensagem nº 199/2019, na origem), do Senhor Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.*



Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

### I – RELATÓRIO

A Constituição Federal de 1988 trata, em seu art. 52, inciso III, alínea *f*, da competência privativa do Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, em arguição pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Em seu art. 11, parágrafo único, a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, estabelece que “são privativas do Presidente da República a escolha e a nomeação do Diretor-Geral da ABIN, após aprovação de seu nome pelo Senado Federal”.

Dessa forma, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 23, de 2019, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES para o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

## **I.I – INFORMAÇÕES SOBRE O INDICADO**

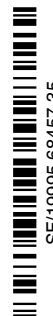
A Casa Civil da Presidência da República encaminhou o currículo do indicado, do qual extraímos as informações a seguir.

ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, 47 anos, filho de João Rodrigues e Anna Beatriz Antongini Ramagem, graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 2000), é Delegado de Polícia do Departamento de Polícia Federal desde 2005.

O currículo do ora indicado dá notícia de atuação nos três campos de atividade do órgão: polícia judiciária, polícia administrativa e atividade meio.

Ele completou o curso de Formação da Academia Nacional de Polícia em 2005 e tomou posse no Estado de Roraima. Desde então, passou por ciclos de especialização, bem como cursos de aperfeiçoamento profissional para cada uma das classes da carreira, até a Classe Especial, onde se encontra na atualidade.

Após passagem exitosa pela Superintendência Regional em Roraima, o órgão central da Polícia Federal requisitou, em 2011, sua lotação em Brasília visando a criação e a chefia da Unidade de Repressão a Crimes contra a Pessoa. Na sequência e à vista dos conhecimentos adquiridos em gestão de estrutura policial e logística operacional mediante participação em diversas operações policiais, ingressou na atividade meio da Polícia Federal. Assim, foi responsável pelas Divisões de Administração de Recursos Humanos (2013/14) e de Estudos, Legislações e Pareceres da Polícia Federal (2016/17).



SF/19995.68457-35



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Em 2017, tendo em conta a evolução dos trabalhos da operação Lava Jato no Rio de Janeiro, foi convidado a integrar a equipe de policiais responsáveis pela investigação e inteligência de polícia judiciária no âmbito dessa operação. À vista das atividades desenvolvidas, foi designado responsável pela coordenação do trabalho da Polícia Federal junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro.

O indicado assumiu, em 2018, a Coordenação de Recursos Humanos da Polícia Federal, na condição de substituto, ao Diretor de Gestão de Pessoal da Polícia Federal. Também no ano passado, ele foi incumbido, em razão de seus conhecimentos operacionais, de segurança e de inteligência, da Coordenação de Segurança do então candidato à Presidência da República, o Senhor Jair Messias Bolsonaro.

No romper de 2019, o Delegado Alexandre Ramagem foi requisitado para atuar como Assessor Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República, em função direta de auxílio ao Ministro de Estado Carlos Alberto Santos Cruz, na qual se encontra até o momento presente.

Além das qualificações descritas, o indicado atua, desde 2012, como professor da Academia Nacional de Polícia ministrando as seguintes disciplinas: Repressão a Homicídios e Grupos de Extermínio; Gestão de Pessoas; e Aperfeiçoamento em Planejamento e Gestão de Operações Policiais. Participou, ainda, na coordenação de grandes eventos, tais como: membro da coordenação da Conferência das Nações Unidas Rio+20 (2012); Coordenador-Ouro da Copa das Confederações (2013); Coordenador-Ouro da Copa do Mundo (2014); e Coordenador Operacional das Olimpíadas do Rio (2016).



SF/19995.68457-35



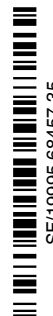
SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Em conformidade com a legislação, o indicado apresentou documento escrito, no qual demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e atributos morais para o exercício do cargo de Diretor-Geral da ABIN.

Nos termos do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, apresentou declaração, também por escrito de que:

- 1) Seu irmão, Bruno Ramagem Rodrigues, exerce a função de Agente de Polícia Federal, lotado na Diretoria Executiva da Polícia Federal (2005 até o momento);
- 2) Não participa no presente, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;
- 3) Não se encontra em polo passivo de ação judicial e figura na condição de autor da ação de responsabilidade civil por danos morais (0908050-61.2011.8.23.0010 – TJERR) contra a Empresa Folha da Manhã S/A, Editora Boa Vista Ltda, Google Brasil Internet Ltda. Ação julgada procedente em primeira instância e confirmada em segunda. Encontra-se agora em cumprimento de sentença.
- 4) Não atuou, nos últimos cinco anos, em júzoz ou tribunais.

O indicado entregou, ainda, certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, bem como certidão negativa de débitos junto à Fazenda Pública do Distrito Federal.



SF/19995.68457-35



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

## **I.II – AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

No tocante à ABIN, é válido recordar que ela é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência.

É consabido que a atividade de inteligência tem como missão precípua reunir dados e produzir conhecimentos para assessorar o processo decisório em diferentes instâncias governamentais.

No caso da ABIN, o destinatário final da informação produzida é o Presidente da República.

Reveste-se, pois, de superlativa importância o cargo de Diretor-Geral da Agência.

Em momento no qual o Brasil e o mundo passam por profundas transformações, e que os países se veem diante de ameaças como terrorismo, crime organizado e espionagem, o emprego da atividade de inteligência é ainda mais imprescindível.

Nesse sentido, a fixação da Política Nacional de Inteligência (PNI), por meio do Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, deu a esse ofício novo e importante impulso.

Destarte, é fundamental que à frente da Agência Brasileira de Inteligência esteja um profissional qualificado, com experiência e que tenha condições de dialogar com os diferentes parceiros do Sistema Brasileiro de Inteligência, bem como de contribuir para que os resultados dessa atividade tão relevante sejam utilizados em prol da sociedade e do Estado brasileiro.



SF/19995.68457-35



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator







# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) Nº 23, DE 2019

(nº 199/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

**AUTORIA:** Presidência da República



[Página da matéria](#)

## MENSAGEM Nº 199

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Brasília, 21 de maio de 2019.

00001.002993/2019-62

OFÍCIO Nº 147/2019/CC/PR

Brasília, 21 de maio de 2019.

A sua Excelência o Senhor  
Senador Sérgio Petecão  
Primeiro Secretário  
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002993/2019-62

SEI nº 00000000

## Curriculum



### Alexandre Ramagem Rodrigues

Exerce o cargo de Delegado de Polícia Federal, Classe Especial - Departamento de Polícia Federal. Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2000). Atualmente é Mestrando em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB e Professor da Academia Nacional de Polícia. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Penal, Administrativo, Constitucional, Polícia Judiciária e Ciência Política.

### Dados Pessoais

Filiação: João Rodrigues e Anna Beatriz Antongini Ramagem

Nascimento: 08/05/1972 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil

Identidade: 088993265 IFP/RJ

CPF: 025.189.637-40

Tel.: 61-98161-6336

Endereço residencial: SQNW 110 Bloco B apt. 508 Ed. Via Parque, Noroeste, CEP 70.686-510 Brasília/DF

Email: alexandre.ramagem@presidencia.gov.br

### Formação Acadêmica

- Bacharel em Direito pela PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) – 2000;
- Mestrando em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB;
- Professor da Academia Nacional de Polícia – ANP/PF.

### Atuação Profissional

Assessor Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República (2019 até o momento)

Delegado de Polícia do Departamento de Polícia Federal (2005-2019)

*NR*

Cargos e Funções:

- Assessor Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República (2019 até o momento);
- Superintendente da Polícia Federal no Estado do Ceará – Nomeado 2019;
- Diretor de Gestão de Pessoal substituto – Órgão Central/PF – 2018-2019;
- Coordenador de Recursos Humanos da Polícia Federal – Órgão Central/PF 2018-2019;
- Coordenador da Segurança do candidato e Presidente da República Eleito Jair Messias Bolsonaro – 2018-2018;
- Coordenador da Polícia Federal na Operação Lava Jato junto ao TRF da 2ª Região – Rio de Janeiro – 2017-2018;
- Chefe da Divisão de Estudos, Legislações e Pareceres da Polícia Federal – Órgão Central/PF – 2016-2017;
- Coordenador Operacional do Evento Olimpíadas Rio 2016 – 2016;
- Coordenador do Grupo de Investigações Sensíveis – Repressão a Entorpecentes – Base Operacional Região Norte – 2015/2016;
- Coordenador-Ouro do Evento Copa do Mundo – 2014;
- Chefe da Divisão de Administração de Recursos Humanos – Órgão Central/PF – 2013/2014;
- Coordenador-Ouro do Evento Copa das Confederações – 2013;
- Membro da coordenação do Evento Conferência das Nações Unidas Rio+20 – 2012;
- Professor da Academia Nacional de Polícia – 2011 até o momento;
- Chefe da Unidade de Repressão a Crimes contra a Pessoa – Órgão Central/PF – 2011/2013 – Coordenador de Operações de Repressão a Grupos de Extermínio – Presidente das Investigações da Polícia Federal em Incidentes de Deslocamento de Competência do STJ;
- Delegado Regional Executivo – Superintendência Polícia Federal Roraima – 2009/2011 – Superintendente Regional substituto;
- Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado – Superintendência Polícia Federal Roraima – 2006/2009 – Coordenador de Operações de Polícia Judiciária;



- Representante Regional da Interpol – Superintendência Polícia Federal Roraima – 2006/2008;
- Chefe da Delegacia de Defesa Institucional – Superintendência Polícia Federal Roraima – 2006.

Principais operações policiais como investigador e executor:

- Operação Cadeia Velha – Desdobramento da Operação Lava Jato no Estado do Rio de Janeiro – Desvio de recursos públicos com envolvimento de parlamentares e presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ.  
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/pf-investiga-desvios-de-r-183-bilhoes-em-tributos-na-operacao-cadeia-velha>  
<https://m.youtube.com/watch?v=E3GoQhGvfrE>  
<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/executivo-legislativo-e-tce-do-rj-formaram-organizacao-criminosa-diz-pf.ghtml>  
<https://www.valor.com.br/politica/5193793/crime-organizado-no-rj-e-confraria-com-comando-horizontal-diz-pf>
- Operação Hecatombe – Combate à atividade de grupos de extermínio com núcleo no Estado do Rio Grande do Norte.  
<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/quadrilha-pres-a-no-rn-queria-matar-delegada-promotor-e-policia-federal.html>  
<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/pf-divulga-imagens-de-armas-usadas-por-grupo-de-extermio-pres-a-no-rn.html>  
<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/ultimo-foragido-da-operacao-hecatombe-e-pres-a-na-grande-natal.html>
- Operação Squadre - Combate à atividade de grupos de extermínio com núcleo no Estado da Paraíba e Pernambuco.  
<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pf-prende-50-policiais-suspeitos-de-integrarem-grupos-de-extermio-em-pb,958031>  
[http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/justica-condena-onze-acusados-da-operacao-squadre.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/justica-condena-onze-acusados-da-operacao-squadre.html)

*raa*

- Operação Arcanjo – Repressão a crime de pedofilia – Prisão do Procurador-Geral do Estado de Roraima e empresários da região.

<https://extra.globo.com/noticias/brasil/procurador-geral-de-roraima-outros-sete-sao-presos-por-suspeita-de-pedofilia-522880.html>

<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL592342-5598,00-pf+nega+perseguiacao+a+procurador+preso+por+pedofilia.html>

- Operação Metástase – Repressão a desvio de recursos públicos no âmbito da FUNASA – Prisão do Coordenador da FUNASA, servidores públicos e empresários.

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2710200716.htm>

<https://terrasindigenas.org.br/noticia/50200>

Assessor de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

- Desembargador Wellington Jones Paiva – 1997-2000;
- Desembargador Mario Guimarães Neto – 2000-2001.

#### **Idiomas**

- Português (nativo)
- Inglês (nível fluente)
- Espanhol (nível básico)

#### **Principais participações em eventos**

- Curso de Formação de Tutores, 2016;
- Curso de Suprimento de Fundos, 2016;
- Curso de Ferramentas de Inteligência (Sinapse, Busca, BI e Sisdoc), 2016;
- Curso de Teoria e Prática Educacional, 2012;
- Curso Tático de Operador de Fuzil, 2010;
- Curso de Repressão a Homicídios e Combate a Grupos de Extermínio, 2010;
- I Seminário Internacional sobre Ciências Policiais e Política Criminal, 2010;
- Curso de Ferramentas de Inteligência (I2 e Analyst Notebook), 2010;
- Conferência Nacional de Segurança Pública, 2009. Atribuições da Polícia

15/05/2019



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES**  
**CPF: 025.189.637-40**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:38:05 do dia 15/05/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/11/2019.

Código de controle da certidão: **AC2F.3C54.8EF9.CB1A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Federal;

- Curso de Investigação e Inteligência Financeira, 2009;
- Curso de Gerenciamento e Negociação em Crises, 2009;
- Seminário Internacional de Perícias em Crimes Financeiros - ICFinancial Crimes, 2009;
- Curso de Repressão a Desvios de Recursos Públicos, 2008;
- ATF/USA - Small Arms Trafficking Program, 2008;
- Curso de Aperfeiçoamento em Planejamento e Gestão de Operações Policiais, 2008;
- Conferencista no(a) Encontro de Delegados Regionais Executivos, 2008. Aspectos da repressão a delitos transfronteiriços na região norte;
- Curso Básico de Inteligência, 2008;
- Encontro sobre Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro, 2008. (Encontro) .
- FBI/USA Latin American Transnational Threat Finance Conference, 2008;
- Curso de Atualização em Procedimentos Administrativos Disciplinares, 2007;
- Curso de Instrução de Controle de Distúrbio Civil, 2006.

#### **Medalha e Referência Elogiosa**

Medalha da Ordem de Rio Branco, conferida pelo Ministério das Relações Exteriores, no grau Oficial, pelo desempenho de serviços excepcionais (2017).

15 de maio de 2019.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
ASSESSORIA ESPECIAL

APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DO INDICADO

1. De que existem parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos:

Resposta: SIM, irmão BRUNO RAMAGEM RODRIGUES, Agente de Polícia Federal, lotado na Diretoria Executiva da Polícia Federal (2005 até o momento).

2. De que participa ou participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, com a discriminação dos referidos períodos:

Resposta: SIM. Nenhuma no momento. Já participei das seguintes:

EMPRESA	SITUAÇÃO	ENTRADA	SAÍDA	CNPJ
FLD ENSINO DE IDIOMAS LTDA	SÓCIO COTISTA	13/12/2000	22/12/2000	03.447.862/0001-55
FLM ENSINO DE IDIOMAS LTDA	SÓCIO COTISTA	11/10/1999	15/12/1999	03.447.825/0001-47
FPC ENSINO DE IDIOMAS LTDA	SÓCIO COTISTA	04/07/2003	11/12/2007	03.447.834/0001-38
FFM ENSINO DE IDIOMAS LTDA	SÓCIO COTISTA	01/04/2003	31/07/2006	03.736.874/0001-08
ART A2 CONSULTORIA LTDA	SÓCIO ADMINISTRADOR	22/12/2003	02/06/2004	05.534.259/0001-36
RM CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA	SÓCIO COTISTA	28/11/2002	02/10/2009	05.410.948/0001-39

3. De regularização fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal:

Em anexo, apresento a Declaração de Imposto de Renda do Exercício de 2019, ano base 2018; a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; a Certidão Negativa de Débitos do Distrito Federal, junto ao GDF e a órgãos públicos; e a Certidão de Dívida Ativa – Negativa do Distrito Federal, junto ao GDF e a órgãos públicos.

4. De ações judiciais, seja como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual:

Resposta: SIM

Como Autor, ação de responsabilidade civil por danos morais (0908050-61.2011.8.23.0010 - TJRR), em face de EMPRESA FOLHA DA MANHA S/A, EDITORA BOA VISTA LTDA, GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.

Procedente em primeira instância, confirmada em segunda instância, neste momento, em cumprimento de sentença.

5. De juízos e tribunais perante os quais tenha atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação:

Resposta: NÃO atuei nos últimos cinco anos em juízos ou tribunais.

Brasília/DF, 15 de maio de 2019.

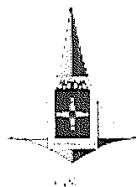
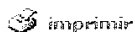


ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES

Delegado de Polícia Federal

Assessor Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República

15/05/2019

[www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite\\_certidao.cfm](http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm)

DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 155-00.704.059/2019  
NOME : ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES  
ENDEREÇO : AV ARMANDO LOMBARDI NRO 701 COB 01  
CIDADE : BARRA DA TIJUCA  
CPF : 025.189.637-40  
CNPJ :  
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

\_\_\_\_\_ CERTIFICAMOS QUE \_\_\_\_\_

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

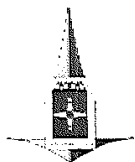
*Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.*

Válida até 13 de Agosto de 2019.

Brasília, 15 de Maio de 2019.

Certidão emitida via internet às 17:46:27 e deve ser validada no endereço [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br)

15/05/2019

[www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite\\_certidao.cfm](http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm)

DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA

## CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 155-00.704.060/2019  
NOME : ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES  
ENDEREÇO : AV ARMANDO LOMBARDI NRO 701 COB 01  
CIDADE : BARRA DA TIJUCA  
CPF : 025.189.637-40  
CNPJ :  
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

\_\_\_\_\_ CERTIFICAMOS QUE \_\_\_\_\_

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

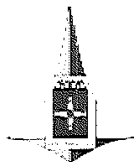
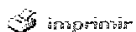
*Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.*

**Válida até 13 de Agosto de 2019.**

Brasília, 15 de Maio de 2019.

Certidão emitida via internet às 17:46:48 e deve ser validada no endereço [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br)

15/05/2019

[www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite\\_certidao.cfm](http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm)

DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 155-00.704.026/2019  
NOME : ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES  
ENDEREÇO : AV ARMANDO LOMBARDI NRO 701 COB 01  
CIDADE : BARRA DA TIJUCA  
CPF : 025.189.637-40  
CNPJ :  
CF/DF :  
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

\_\_\_\_\_ CERTIFICAMOS QUE \_\_\_\_\_

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

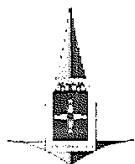
*Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.*

Válida até 13 de Agosto de 2019.

Brasília, 15 de Maio de 2019.

Certidão emitida via internet às 17:40:17 e deve ser validada no endereço [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br)

15/05/2019

[www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite\\_certidao.cfm](http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm)

DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA

## CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 155-00.704.034/2019  
NOME : ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES  
ENDEREÇO : AV ARMANDO LOMBARDI NRO 701 COB 01  
CIDADE : BARRA DA TIJUCA  
CPF : 025.189.637-40  
CNPJ :  
CF/DF :  
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

\_\_\_\_\_ CERTIFICAMOS QUE \_\_\_\_\_

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

*Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.*

**Válida até 13 de Agosto de 2019.**

Brasília, 15 de Maio de 2019.

Certidão emitida via internet às 17:41:52 e deve ser validada no endereço [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
ASSESSORIA ESPECIAL

Em atenção à indicação de meu nome para o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, apresento, de forma sucinta, a minha experiência profissional e informações relativas à formação técnica adequada às afinidades intelectual e moral para o exercício da referida função.

Em quase quinze anos de carreira na Polícia Federal, exercendo o cargo de Delegado de Polícia Federal, aprez-me sublinhar a trajetória de exercício de funções e missões por todo o nosso país, alcançando reconhecidos resultados durante a atuação nos três pilares do órgão: polícia judiciária, polícia administrativa e atividade meio.

Após completar curso de formação na Academia Nacional de Polícia em 2005, tomei posse no Estado de Roraima, oriundo da primeira turma de Delegados de meu concurso, ocasião em que recebemos estrutura carente de efetivo, culminando na responsabilidade por diversas atribuições concomitantes, no meu caso como titular de Delegacia de Defesa Institucional, responsável pela Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários e pelo Núcleo de Inteligência Policial.

Desde o início da carreira, iniciei ciclos de especialização, além dos cursos de aperfeiçoamento profissional para cada uma das classes superiores, até a classe Especial, destacando-se as seguintes capacitações: Curso de Formação de Tutores, 2016; Curso de Suprimento de Fundos, 2016; Curso de Ferramentas de Inteligência (Sinapse, Busca, BI e Sisdoc), 2016; Curso de Teoria e Prática Educacional, 2012; Curso Tático de Operador de Fuzil, 2010; Curso de Repressão a Homicídios e Combate a Grupos de Extermínio, 2010; I Seminário Internacional sobre Ciências Policiais e Política Criminal, 2010; Curso de Ferramentas de Inteligência (I2 e Analyst Notebook), 2010; Conferência Nacional de Segurança Pública, 2009. Atribuições da Polícia

A small, stylized blue ink signature or mark.



Federal; Curso de Investigação e Inteligência Financeira, 2009; Curso de Gerenciamento e Negociação em Crises, 2009; Seminário Internacional de Perícias em Crimes Financeiros - ICFinancial Crimes, 2009; Curso de Repressão a Desvios de Recursos Públicos, 2008; ATF/USA - Small Arms Trafficking Program, 2008; Curso de Aperfeiçoamento em Planejamento e Gestão de Operações Policiais, 2008; Conferencista no Encontro de Delegados Regionais Executivos, 2008. Aspectos da repressão a delitos transfronteiriços na região norte; Curso Básico de Inteligência, 2008; Encontro sobre Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro, 2008. (Encontro); FBI/USA Latin American Transnational Threat Finance Conference, 2008; Curso de Atualização em Procedimentos Administrativos Disciplinares, 2007; Curso de Instrução de Controle de Distúrbio Civil, 2006.

Em 2007, fui nomeado Delegado Regional de Combate a Crime Organizado, com atribuições diretamente ligadas ao Superintendente Regional, período em que a Polícia Federal em Roraima demonstrou capacidade operacional elevada, com repressão a crimes financeiros, fazendários, combate a entorpecentes e demais ilícitos. Na oportunidade, fui convidado ainda à função de Corregedor Regional substituto, com o fito de empreender normatização de procedimentos de investigação com diretriz de melhoria de resultados.

Neste período de 2007 a 2009, conseguimos desenvolver técnicas de investigação, aliadas a serviços e ferramentas de inteligência que culminaram em operações policiais de combate a pedofilia, desvio de recursos públicos e delitos transfronteiriços, dentre outros.

Em 2010, houve o convite para assumir a Delegacia Regional Executiva da Superintendência de Roraima, função atrelada como substituto do Superintendente Regional, ingressando, assim, na atuação de gestão do órgão policial. Neste período, a Superintendência de Roraima executou planejamento de atuação em pleito eleitoral, que se tornou um dos modelos para emprego pelo órgão central a outras unidades.

No ano de 2011, o órgão central da Polícia Federal requisitou minha lotação para Brasília/DF objetivando criação e chefia da Unidade de Repressão a Crimes contra a Pessoa. Tornou-se um período de intensa capacitação do efetivo da Polícia Federal nesta



expertise, com integração de entes e órgãos de diversos estados da federação. Como resultado, assumi a presidência de todas as investigações da Polícia Federal em Incidentes de Deslocamento de Competência do STJ. Operações policiais de sucesso foram deflagradas em vários estados do nordeste, centro-oeste, sudeste e norte do país.

Após este ciclo, face aos conhecimentos das lotações e realidade do efetivo em diversos estados da federação, inclusive em regiões de fronteira, assim como atuação em gestão de estrutura policial e logística operacional em razão da presidência de diversas operações policiais, ingressei na atividade meio da Polícia Federal, sendo responsável pela Divisão de Administração de Recursos Humanos (2013/2014) e Divisão de Estudos, Legislações e Pareceres da Polícia Federal (2016/2017). O conhecimento da estrutura meio abriu meus horizontes da percepção como gestor público, defesa da instituição e cuidado com os servidores.

Cabe assinalar que, a partir de 2012, após capacitação e habilitação como docente, iniciei atividade como Professor da Academia Nacional de Polícia, na matéria Repressão a Homicídios e Grupos de Extermínio (a partir de 2012); Gestão de Pessoas (a partir de 2015); e Aperfeiçoamento em Planejamento e Gestão de Operações Policiais (a partir de 2016).

Nestes anos em exercício no órgão central da Polícia Federal, culminou de sempre ocorrer minha requisição para auxílio nas demandas da instituição em prol do interesse público, face a meus conhecimentos operacionais, de inteligência e gestão, a participar das atuações de coordenação do órgão nas atividades de polícia administrativa, nos grandes eventos previstos. Com capacitação de organização, inteligência e logística, fui responsável nas seguintes atividades: membro da coordenação do Evento Conferência das Nações Unidas Rio+20 – 2012; Coordenador-Ouro do Evento Copa das Confederações – 2013; Coordenador-Ouro do Evento Copa do Mundo – 2014; e Coordenador Operacional do Evento Olimpíadas Rio 2016 – 2016.

Pelo trabalho de segurança e inteligência realizado como Coordenador Operacional do Evento Olimpíadas Rio 2016, após reconhecimento da excepcional atuação pelo Comitê Olímpico Internacional – COI, fui agraciado, em 2017, com a



Medalha da Ordem de Rio Branco, conferida pelo Ministério das Relações Exteriores, no grau Oficial.

Ainda a salientar as atividades de repressão e inteligência desenvolvidos no período, fui convidado, em 2015, a desenvolver base operacional e de inteligência no Estado do Amazonas, como Coordenador do Grupo de Investigações Sensíveis – GISE – de repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes, com atuação em operações contra facções FDN, PCC e CV na região norte e ainda integração de repressão com países estrangeiros, com resultado de apreensões de entorpecentes no México, Canadá, EUA e Venezuela.

No ano de 2017, após o desenvolvimento dos trabalhos da operação Lava-Jato no Rio de Janeiro, fui convidado a integrar a equipe de policiais responsável pela investigação e inteligência de polícia judiciária. Em razão do desenvolvimento dos trabalhos em diversas instâncias judiciais, acabei responsável pela coordenação do trabalho da Polícia Federal junto ao TRF da 2ª Região. Como resultado, deflagramos a operação Cadeia Velha, com envolvimento de parlamentares e presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ.

Os trabalhos na coordenação da operação Lava-Jato no Rio de Janeiro continuaram, todavia, em 2018, fui convidado a assumir a Coordenação de Recursos Humanos da Polícia Federal, função atrelada como substituto do Diretor de Gestão de Pessoal da Polícia Federal, com atuação de gestão sob todo efetivo policial e administrativo e superintendências regionais, além de atuação junto à esplanada dos ministérios e outros poderes nos assuntos concernentes à instituição.

Em 2018, fui requisitado a deixar a Direção de Gestão de Pessoal, em razão de meus conhecimentos operacionais, de segurança e inteligência, além de gestão logística e de efetivo, para assumir a Coordenação da Segurança do candidato e Presidente da República Eleito Jair Messias Bolsonaro, após o infortúnio que quase o fez perder sua vida. Esta missão de coordenação culminou no empreendimento de trabalho intenso de inteligência, inclusive de forma integrada a outros órgãos e entes, possibilitando levar o Presidente até o evento Posse Presidencial com todos cuidados e análises inerentes.





No começo do ano de 2019, fui convidado a assumir a Superintendência da Polícia Federal no Estado do Ceará, face aos eventos de crise de segurança pública retratados naquele momento naquela unidade federativa. Acabei sendo nomeado à função de Superintendente, todavia, não entrei em exercício, vez que fui requisitado para atuar como Assessor Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República, em função direta de auxílio ao Ministro de Estado Carlos Alberto Santos Cruz, a qual exerço até o presente momento.

Por ter exercido funções nas diferentes áreas da Polícia Federal, perante o executivo federal, demonstro ter desenvolvido diferentes experiências em distintos grupos de trabalhos, ampliando minha visão institucional e experiências de gestão. Essa trajetória permitiu consolidar conceitos, atributos pessoais e atitudes como servidor do Estado, privilegiando a estrita observância da conduta ética e na busca da experiência no trabalho em benefício da sociedade brasileira e dos valores e princípios fundamentais consagrados pela Constituição da República.

Dessa forma, ao apresentar em linhas gerais as experiências pessoal e profissional adquiridas nestes anos de serviço na atividade policial e de gestão, dirijo-me aos Excelentíssimos Senhores Senadores que compõe tão significativa e importante Comissão, a fim de submeter o meu nome à aprovação dessa eminente Casa, para desempenhar a função de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, com a certeza de que continuarei a cumprir as tarefas que me forem confiadas com o mesmo fervor, entusiasmo e conduta republicana que tive ao me dedicar à atividade de servidor policial.

Brasília/DF, 15 de maio de 2019.



ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES

Delegado de Polícia Federal

Assessor Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República

## **2ª PARTE - DELIBERATIVA**

**2**

**RELATÓRIO Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 25, de 2019 (MSG nº 174/2019), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.*



SF/19908.64532-06

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI nasceu em 3 de dezembro de 1960, na cidade de Santo André, em São Paulo. É filho de Agostinho de Souza Bitelli e Rosemary Glinternick Bitelli.

Obteve título de bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo-SP em 1983 e de mestre em Administração Pública pela *Harvard Kennedy School* em 2003. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1985; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1994; e o Curso de Altos Estudos em 2007, ocasião em que apresentou a tese “A Argentina, o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: baliza da parceria estratégica ou trincheira de uma rivalidade minguante?”.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1986 e Segundo-Secretário em 1991. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1997, a Conselheiro em 2004, a Ministro de Segunda Classe em 2008 e a Ministro de Primeira Classe em 2015.

Entre as funções por ele ocupadas, destacamos as seguintes: Primeiro-Secretário na Embaixada em Washington (1999-2003); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires (2003-2007); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em La Paz (2007-2010); Coordenador-Executivo dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável na Rio+20 (2012); Embaixador em Túnis (2013-2015); Chefe de Gabinete do Ministro (2015-2016); Chefe de Delegação na I Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Secretaria Iberoamericana, Cartagena (2015); e Embaixador em Bogotá (2016).

Recebeu diversas condecorações, entre elas: a Ordem do Libertador San Martín, Argentina, no grau de Oficial, e Ordem do Mérito Civil, Espanha, no grau de Comendador, ambas no ano de 1988; Medalha do Pacificador em 2012; Ordem de Rio Branco, no grau de Grã-Cruz, Ordem do Mérito da Defesa e Aeronáutico, no grau de Grande Oficial, e Medalha Mérito Tamandaré, todas em 2015; Ordens do Mérito Militar e Naval, as duas no grau de Grande Oficial, em 2017.



SF/19908.64532-06

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino do Marrocos. Constatam-se informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Com capital em Rabat e população de 34 milhões de habitantes, o Reino do Marrocos é uma monarquia constitucional que conta com Parlamento bicameral e Produto Interno Bruto da ordem de US\$ 118 bilhões. Sua localização geográfica lhe confere importância internacional: é ponto de confluência entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, bem como de encontro entre a África e a Europa.

A história do país remonta à Antiguidade. Ademais, merece destaque o fato de ter sido a única parte do norte da África que se manteve independente do Império Turco-Otomano. Como fator de estabilidade política do país, aponta-se a constância da dinastia reinante: é a mesma desde 1611.

Aliás, o processo de mudanças políticas promovido pelo monarca Mohamed VI, entronizado em 1999, parece ser o responsável pelo fato de a chamada “primavera árabe” não ter atingido o Reino como em outros países.

No campo econômico, o Marrocos se mostra diversificado e integrado às cadeias regionais e globais de produção. Conta com um dos maiores percentuais de terras cultiváveis do mundo árabe com sistema financeiro e setor de serviços desenvolvidos. Desde meados da década de 1990, o Marrocos adota políticas de viés reformista e orientação liberal, consistentes em privatizações, simplificações tributárias e reforma no sistema de subsídios a bens básicos de consumo. Segundo o Banco Mundial, em 2018, o Marrocos alcançou o patamar de 5ª maior economia da África.





No âmbito das relações bilaterais, a partir da década de 2000, verificou-se adensamento. No período, houve intensificação do fluxo de visitas setoriais e de alto nível, assim como ampliação e diversificação da pauta de cooperação bilateral. Ademais, experimentou-se grande expansão do intercâmbio comercial, aumentado em mais de nove vezes entre 2000 e 2012, ano em que alcançou seu pico histórico.

Entretanto, o comércio bilateral apresenta desequilíbrio em favor do Marrocos (déficit de US\$ 417 milhões para o Brasil, em 2018). Está agrupado em poucos produtos. As importações brasileiras têm-se concentrado em produtos derivados de fosfato (correspondentes a mais de 85% da pauta de importações) e as exportações para o Marrocos têm sido tradicionalmente reunidas em produtos agrícolas, com destaque para o açúcar (57% das exportações em 2018).

Politicamente, o relacionamento bilateral tem sido marcado por diálogo fluido e por trocas de votos e apoios mútuos a candidaturas em foros multilaterais. Os dois países contam com mecanismo de consultas políticas, estabelecido em 1999. A última edição foi realizada em maio de 2017, em Rabat.

Vale o registro de que, em anos recentes, verificou-se intensificação do contato entre parlamentares brasileiros e marroquinos, mormente com a criação, em 2015, dos grupos parlamentares Brasil-Marrocos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19908.64532-06



## SENADO FEDERAL

### MENSAGEM (SF) Nº 25, DE 2019

(nº 174/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

## MENSAGEM Nº 174

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Os méritos do Senhor Julio Glinternick Bitelli que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de maio de 2019.

EM nº 00113/2019 MRE

Brasília, 26 de Abril de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JULIO GLINTERNICK BITELLI**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JULIO GLINTERNICK BITELLI** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo*

00001.002550/2019-71

OFÍCIO Nº 128/2019/CC/PR

Brasília, 9 de maio de 2019.

A sua Excelência o Senhor  
Senador Sérgio Petecão  
Primeiro Secretário  
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002550/2019-71 nº 0000000

**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JULIO GLINTERNICK BITELLI**

CPF.:069.349.688-67

ID.: 9059 MRE

1960 Filho de Agostinho de Souza Bitelli e Rosemary Glinternick Bitelli, nasce em 3 de dezembro, em Santo André/SP

**Dados Acadêmicos:**

1983 Direito pela Universidade de São Paulo  
 1985 CPCD - IRBr  
 1994 CAD - IRBr  
 2003 Mestrado em Administração Pública pela Harvard Kennedy School  
 2007 CAE - IRBr. "A Argentina, o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: baliza da parceria estratégica ou trincheira de uma rivalidade minguante?" (conceito "com louvor")

**Cargos:**

1986 Terceiro-Secretário  
 1991 Segundo-Secretário  
 1997 Primeiro-Secretário, por merecimento  
 2004 Conselheiro, por merecimento  
 2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento  
 2015 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

**Funções:**

1986-87 Divisão das Nações Unidas, assistente  
 1988-89 Departamento de Organismos Internacionais, assistente  
 1989-90 Divisão de Assuntos Humanitários e do Meio Ambiente, assistente  
 1989 VII Conferência dos Estados-Partes na Convenção para a Proteção de Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES), Lausanne, Chefe de delegação  
 1990-91 Divisão Especial do Meio Ambiente, assistente  
 1991-94 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Segundo-Secretário  
 1994-96 Embaixada em Montevideú, Segundo-Secretário  
 1996-99 Presidência da República, Assessoria Especial, Adjunto  
 1999-2003 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário  
 2003-07 Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário e Conselheiro  
 2007-10 Embaixada em La Paz, Conselheiro e Ministro-Conselheiro  
 2010-13 Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro  
 2012 Rio+20. Coordenador-Executivo dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável  
 2013-15 Embaixada em Túnis, Embaixador  
 2015-16 Gabinete do Ministro, Chefe de Gabinete  
 2015 I Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Secretaria Iberoamericana, Cartagena, Chefe da Delegação.  
 2016 Embaixada em Bogotá, Embaixador

**Condecorações:**

1997 Ordem do Cedro, Líbano, Cavaleiro  
 1997 Ordem do Mérito da República Italiana, Cavaleiro  
 1998 Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Oficial  
 1998 Ordem do Mérito Civil, Espanha, Comendador  
 2008 Medalha Amigo da Marinha do Brasil  
 2010 Ordem do Marechal Andrés de Santa Cruz, Bolívia, Comendador

---

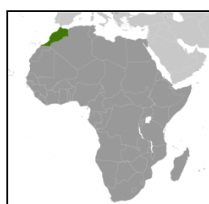
2012	Medalha do Pacificador
2015	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz
2015	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial
2015	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2015	Medalha Mérito Tamandaré
2017	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial
2017	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial

**Publicações:**

1989	A Política Brasileira para a África e a Descolonização dos Territórios Portugueses, in Ensaios de História Diplomática, FUNAG
------	---

**JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS**

Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****REINO DO MARROCOS**

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**  
**Abril de 2019**



<b>DADOS BÁSICOS SOBRE O MARROCOS</b>	
<b>NOME OFICIAL:</b>	Reino de Marrocos
<b>GENTÍLICO:</b>	marroquino, marroquina
<b>CAPITAL:</b>	Rabat
<b>ÁREA:</b>	446 550 km²
<b>POPULAÇÃO:</b>	34 milhões (CIA, 2017)
<b>LÍNGUA OFICIAL:</b>	árabe, berbere, francês
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	islamismo sunita (99%), cristianismo, judaísmo, islamismo xiita (menos de 1%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO:</b>	Monarquia constitucional
<b>PODER LEGISLATIVO:</b>	Parlamento bicameral: Câmara dos Representantes (Majlis Al-Nowaab), composta por 395 membros eleitos para mandatos de 5 anos; e Câmara de Conselheiros (Majlis Al-Mustasharin), composta por 120 membros eleitos para mandatos de 6 anos
<b>CHEFE DE ESTADO:</b>	Rei Mohammed VI (desde 30 de julho de 1999)
<b>CHEFE DE GOVERNO:</b>	Saad Eddine el-Othmani (desde 5 de abril de 2017)
<b>CHANCELER:</b>	Nasser Bourita (desde 5 de abril de 2017)
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):</b>	US\$ 118 bilhões (FMI)
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):</b>	US\$ 315 bilhões (FMI)
<b>PIB PER CAPITA (2018)</b>	US\$ 3 360 (FMI)
<b>PIB PPP PER CAPITA (2018)</b>	US\$ 8 960 (FMI)
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	3,2% (2018); 4,1% (2017); 1,1% (2016)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016)</b>	0,667 (123ª posição entre 189 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2017):</b>	76,1 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2017):</b>	69,4%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):</b>	9,3% (Fonte: PNUD)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	dírhham marroquino
<b>EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:</b>	Nabil Adghoughi
<b>BRASILEIROS NO PAÍS:</b>	Há registro de 268 brasileiros residentes no Marrocos

<b>INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MARROCOS (fonte: MDIC) - FOB US\$ bilhões</b>											
<b>Brasil → Marrocos</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>Intercâmbio</b>	0,18	0,29	0,43	0,73	0,97	0,88	2,01	2,12	1,23	1,48	1,41
<b>Exportações</b>	0,12	0,19	0,23	0,41	0,44	0,54	0,81	0,69	0,49	0,62	0,50
<b>Importações</b>	0,06	0,10	0,20	0,31	0,53	0,34	1,20	1,43	0,74	0,87	0,91
<b>Saldo</b>	0,06	0,09	0,02	0,10	-0,09	0,20	-0,39	-0,75	-0,25	-0,25	-0,42

## APRESENTAÇÃO

O Reino do Marrocos é uma monarquia constitucional, com população de 34 milhões de habitantes e PIB de US\$ 118 bilhões. Sua localização, no extremo oeste do Magrebe, faz do país não apenas o ponto africano de confluência entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, mas também o ponto de encontro entre a África e Europa, tendo fronteira terrestre com as cidades de Ceuta e Melilla, que pertencem à Espanha. Essa inserção geopolítica multifacetada concorre para a importância internacional do país.

A história do Marrocos remonta à antiguidade, havendo evidências arqueológicas de diversos reinos de etnia berbere, da qual provém o idioma tamazight, até hoje um dos mais falados no país. Mais recentemente, o país foi a única parte do norte da África a manter-se independente do Império Turco-Otomano. A dinastia reinante Alauíta, estabelecida em 1611, persiste até os dias atuais, não obstante os períodos de protetorado espanhol e francês (1912-1956), durante os quais o poder de fato foi exercido por aqueles dois países europeus. Essa longa continuidade política é apontada como um dos fatores de estabilidade política do Marrocos.

O atual monarca, Mohamed VI, entronizado em 1999, tem empreendido processo de mudanças políticas que ganhou ímpeto renovado após a eclosão da chamada "primavera árabe", em 2011, a qual, graças ao rápido anúncio de reformas pelo monarca e a ambiente político já então relativamente inclusivo, não degenerou em protestos de maior monta como aqueles ocorridos na região. Ainda em 2011 foi aprovada reforma constitucional que apresentou avanços no fortalecimento da capacidade legiferante do Legislativo, da independência do Judiciário e dos próprios atributos da chefia de governo.

A economia marroquina apresenta-se diversificada e integrada às cadeias regionais e globais de produção. O país também possui sistema financeiro e setor de serviços desenvolvidos, além de um dos maiores percentuais de terras aráveis no mundo árabe. O Marrocos tem adotado, desde meados dos anos 1990, políticas de viés reformista e liberalizante que incluem privatizações, simplificações tributárias e reforma no sistema de subsídios a bens básicos de consumo. Essas medidas têm sido vistas, ao lado da estabilidade política, como importante fator do crescimento econômico continuado do país (3,2%, em 2018). Em 2018, o Marrocos posicionou-se como a 5ª economia da África e apresentou o terceiro melhor ambiente para negócios entre os países

africanos, segundo o Banco Mundial.

No plano externo, a política marroquina tem-se voltado à questão do Saara Ocidental, cujo território é disputado entre o Marrocos e a Frente Polisario, que proclamou, de forma unilateral, a criação da República Árabe Democrática Saaraui (RASD) em 1976. A controvérsia tem sido mediada no âmbito das Nações Unidas, com vistas à obtenção de uma solução mutuamente aceitável para as partes. O Marrocos também constitui ator relevante na promoção da paz e da estabilidade regionais, com atuação na República Centro-Africana, tendo também histórico de mediação na crise da Líbia. O país integra, ainda, uma série de organizações e agremiações internacionais, entre as quais a Liga dos Estados Árabes, a Organização da Conferência Islâmica e a União do Magrebe Árabe. No início de 2017, o Marrocos foi reintegrado à União Africana, após mais de trinta anos afastado devido a questões relacionadas ao diferendo em torno do Saara Ocidental. No plano multilateral, o Marrocos tem tido protagonismo em temas como migrações e combate ao terrorismo.

## **PERFIS BIOGRÁFICOS**

**MOHAMMED VI**

**Rei do Marrocos**



Filho de Hassan II, Mohammed VI nasceu em 21 de agosto de 1963, em Rabat. Graduiu-se pela Universidade Mohammed V, em 1985, em Direito, e em Ciências Políticas em 1987. Em 1993, concluiu doutorado em Direito pela Universidade Nice-Antipolis, França. Em 2000, recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade George Washington, EUA. Em 1994, foi promovido a Major-General do Exército e tornou-se comandante em chefe das Forças Armadas marroquinas. Desde jovem, viu-se encarregado de representar seu pai em diversas funções e desempenhar missões do estado marroquino. Em 1983, chefiou a delegação marroquina à Conferência de Cúpula dos Não-Alinhados, em Nova Deli, na Índia. Com a morte de Hassan II, em 26 de julho de 1999, foi declarado Rei do Marrocos e, sob o título de Mohammed VI,

entronizado em 30 de julho de 1999, aos 36 anos de idade. Casou-se, em 12 de julho de 2002, com a Princesa Lalla Salma. Em 8 de maio de 2003, tornou-se pai do Príncipe Herdeiro Moulay el-Hassan e, em 28 de fevereiro de 2007, nasceu sua filha, a Princesa Lalla Khadija.

**SAADEDINI EL-OTHMANI**  
**Primeiro-ministro**



Nascido em 1956, El-Othmani é formado em Medicina (1986), com especialização em Psiquiatria (1994) e em Estudos Islâmicos (1999). Atuou como médico e psiquiatra entre 1987 e 1997. Iniciou sua carreira política em 1981, tendo sido eleito sucessivamente para a Câmara de Representantes em 1997, 2002, 2007, 2011 e 2016. Membro fundador do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), ocupou os cargos de Secretário-Geral Adjunto (1999 e 2004) e Secretário-Geral (2004 e 2008) do partido. Foi vice-presidente da Câmara de Representantes entre 2010 e 2011 e ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de 2012 e 2013. Assumiu o cargo de chefe do governo do Marrocos em abril de 2017.

**RELAÇÕES BILATERAIS**

As relações entre Brasil e Marrocos passaram por inédito processo de adensamento a partir da década de 2000, período que coincide com a intensificação do fluxo de visitas setoriais e de alto nível entre os dois países e com a ampliação e diversificação da pauta de cooperação bilateral. Também ao longo desse período, observa-se grande expansão do intercâmbio comercial, que se multiplicou em mais de nove vezes entre 2000 e 2012, ano em que atingiu seu pico histórico. No plano político, o relacionamento bilateral tem sido marcado por diálogo fluido e por trocas de votos e apoios mútuos a candidaturas em foros multilaterais. Brasil e Marrocos possuem mecanismo de consultas políticas, estabelecido em 1999, cuja última edição foi realizada em maio de 2017, em Rabat. O contato entre as sociedades brasileira e marroquina tem sido facilitado pela presença de voos operados pela empresa Royal Air Maroc (RAM), que ligam Casablanca a São Paulo (desde 2013) e ao Rio de Janeiro (desde 2016). A

linha operada pela RAM constitui, até o momento, a única ligação direta entre a América do Sul e a África do Norte. Desde sua inauguração, vem crescendo o número de turistas de lado a lado. Em 2018, cerca de 60 mil brasileiros visitaram o Marrocos e mais de 5 mil marroquinos visitaram o Brasil, segundo dados do Ministério do Turismo e da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

### **Histórico e troca recente de visitas bilaterais**

As relações Brasil-Marrocos remontam ao século XIX. Entre 1850 e o início do século XX, estima-se que cerca de quatro mil judeus de origem marroquina imigraram para a região norte do país e se estabeleceram, sobretudo, em Belém e em Manaus. Em 1861, o Brasil abriu consulado em Tânger, o qual permaneceu em funcionamento até 1929. Em 1906, seis anos antes de o Marrocos tornar-se protetorado francês e espanhol, o ministro plenipotenciário brasileiro em Lisboa, Júlio Henrique de Melo Alvim, apresentou, pela primeira vez, as credenciais de um diplomata brasileiro a um monarca marroquino. Em 1956, Brasil e Marrocos restabeleceram relações diplomáticas, após a independência marroquina da França. Em 1963, foi aberta a Embaixada brasileira em Rabat. Em 1980, o então primeiro-ministro marroquino Maati Bouabide, realizou a primeira visita de alto nível marroquina ao Brasil, retribuída, em 1984, pelo então presidente João Figueiredo.

A entronização do Rei Mohammed VI (1999) e o início do processo de reformas no Marrocos, com maior abertura política e econômica, refletiram-se, no plano externo, em maior diversificação das parcerias internacionais do país, com maior abertura para o Atlântico e para os países do sul. Esse contexto, assim como a busca do Brasil por estreitar relações com seus parceiros africanos, contribuíram para conferir dinamismo sem precedentes às relações bilaterais ao longo da década de 2000. Marco importante desse novo momento foi a visita do Rei Mohammed VI a Brasília, em 2004, a primeira, e, até o momento, única visita de um chefe de estado marroquino ao Brasil. Na ocasião, foi assinado o acordo-quadro sobre comércio entre o Mercosul e o Reino do Marrocos, com vistas ao estabelecimento de uma área de livre comércio, e foram firmados, no âmbito bilateral, acordo de cooperação entre academias diplomáticas e acordo de cooperação em matéria de turismo.

Desde a visita histórica do monarca marroquino, visitaram o Brasil os então chanceleres Mohamed Benaïssa (2006) e Saadedini El-Othmani (2013), o qual esteve presente no país em duas outras ocasiões posteriores, na qualidade

de primeiro-ministro do Marrocos, para participar do 8º Fórum Mundial da Água (Brasília, março de 2018), e da posse do presidente da República, Jair Bolsonaro (Brasília, janeiro de 2019). Durante a visita bilateral do então chanceler Saadedini El-Othmani, em 2013, foi celebrado o acordo de cooperação jurídica em matéria civil entre Brasil e Marrocos. Houve também, no período destacado, duas visitas do então primeiro-ministro do Marrocos, Abdelillah Benkirane, para participar da Conferência Rio+20 (Rio de Janeiro, 2012), e para a cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff (Brasília, 2014), bem como visitas dos ministros marroquinos do Meio Ambiente (2005); da Agricultura e Pesca Marítima (2009); da Indústria, Comércio e Novas Tecnologias (2010); do Comércio Exterior (2010); e de Equipamentos, Transportes e Logística (2015).

Pelo lado brasileiro, o então chanceler Celso Amorim visitou Marraquexe, em 2005, para participar da reunião preparatória da I Cúpula América do Sul-Países Árabes. Em 2008, realizou visita bilateral ao Marrocos, no contexto da qual foi realizada a I reunião da Comissão Mista Bilateral (Comista), que lançou processo de aprofundamento do conhecimento mútuo do potencial da cooperação entre os dois países. No ano seguinte, o então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, acompanhado de missão empresarial, visitou o Marrocos. Na ocasião, foi celebrado memorando de entendimento para a promoção do comércio e dos investimentos. Em 2011, o então chanceler Antonio Patriota realizou visita bilateral ao Marrocos, na qual foram discutidas perspectivas de adensamento das relações bilaterais e trocadas percepções sobre temas da agenda internacional, em particular aqueles relativos à “Primavera Árabe”. Em 2012, na qualidade de ministro da Defesa, Celso Amorim realizou nova visita ao Marrocos. Na ocasião, foi dado início às tratativas para as negociações de acordo de cooperação bilateral na área de defesa. Em 2013, no contexto da realização do Fórum de Negócios Brasil-Marrocos, o então secretário-executivo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ricardo Schaefer, visitou o Marrocos acompanhado de missão empresarial.

A ida ao Marrocos do então chanceler Mauro Vieira, em 2016, acompanhado de missão empresarial, foi a última visita bilateral de alto nível entre os dois países. No contexto de reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada em Marraquexe, o então chanceler Aloysio Nunes esteve no Marrocos em outubro de 2017. Embora sua viagem ao país não

se tenha revestido de caráter bilateral, o chanceler manteve encontro com o ministro da Indústria, Comércio e Investimentos do Marrocos, Moulay el-Alamy. Em novembro de 2018, o então chanceler Aloysio Nunes visitou novamente em Marraquexe, desta vez no contexto da Conferência Intergovernamental para Adoção do Pacto Global sobre Migração Segura, Ordenada e Regular.

### **Diálogo interparlamentar**

Em anos recentes, tem-se intensificado o contato entre parlamentares brasileiros e marroquinos, sobretudo após a criação, em 2015, dos grupos parlamentares Brasil-Marrocos na Câmara dos Deputados, atualmente presidido pelo Deputado Cléber Verde (PRB/MA), e no Senado Federal. No momento de elaboração da presente informação, o cargo de presidente do grupo parlamentar Brasil-Marrocos no Senado Federal encontrava-se vago.

Em 2015, o senador Cristovam Buarque (PDT/DF) realizou visita ao Marrocos, quando manteve encontros com autoridades marroquinas do Executivo e do Legislativo, inclusive os presidentes da Câmara dos Conselheiros (alta) e da Câmara dos Representantes (baixa). Também naquele ano, foi enviada ao Marrocos delegação do Grupo Brasil-Marrocos da Câmara dos Deputados, composta por César Halum (PRB/TO), Cléber Verde (PRB/MA), Irajá Abreu (PSD/TO), João Carlos Bacelar (PR/BA) e Rosângela Gomes (PRB/RJ). Em 2017, o senador Fernando Collor de Mello (PTC/AL), na qualidade de presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, realizou duas visitas ao Marrocos, quando manteve encontros com interlocutores de alto nível, entre os quais o primeiro-ministro marroquino, Saadedini El-Othmani, e o chanceler Nasser Bourita. Em março de 2018, no contexto da participação do primeiro-ministro Saadedini El-Othmani no 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, foi enviada ao Brasil missão parlamentar marroquina, chefiada pelo vice-presidente da Câmara de Conselheiros, Abdessamad Kayouh. Na ocasião, foi realizada reunião conjunta entre os Grupos de Amizade Brasil-Marrocos dos Paramentos dos dois países.

### **Cooperação bilateral**

No campo da cooperação, em que pese a assinatura, em 1984, de acordo de cooperação técnica, científica e tecnológica, ainda não há projetos de cooperação técnica entre os dois países. Na sequência da realização da I reunião da Comissão Mista Brasil Marrocos (Rabat, 2008), a Agência Brasileira de

Cooperação (ABC) enviou missões ao país, as quais, em parceria com representantes do governo marroquino, formularam propostas de projetos de cooperação nas áreas de formação profissional, desenvolvimento urbano, saúde e meio ambiente, nenhuma das quais, contudo, implementada até o momento. Em 2011, foi assinado memorando de entendimento sobre cooperação entre a Embrapa e instituição homóloga marroquina, o Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas (INRA). No ano seguinte, realizou-se em Rabat, seminário voltado à troca de experiências na área social.

Além da agricultura e do desenvolvimento social, outras áreas em que Brasil e Marrocos têm buscado intensificar a cooperação, por meio da negociação de instrumentos bilaterais, incluem exploração de minas e energia, defesa, segurança pública, cooperação jurídica e treinamento diplomático.

### **Comércio e investimentos**

No plano comercial, as relações bilaterais experimentaram adensamento sem precedentes ao longo das últimas duas décadas, sobretudo em função da crescente integração de adubos e fertilizantes marroquinos à base de fosfato à cadeia de produção agrícola no Brasil. Entre 2000 e 2012, o intercâmbio comercial passou de US\$ 221 milhões para o valor recorde de US\$ 2,15 bilhões. O comércio bilateral, contudo, tem-se mostrado desequilibrado em favor do Marrocos (déficit de US\$ 417 milhões para o Brasil, em 2018), bem como concentrado em poucos produtos. Enquanto as importações brasileiras têm-se concentrado em produtos derivados de fosfato (correspondentes a mais de 85% da pauta de importações), as exportações para o Marrocos têm sido tradicionalmente concentradas em produtos agrícolas, com destaque para o açúcar (57% das exportações em 2018).

A importância das trocas de "commodities" contribui para o caráter ainda oscilatório do intercâmbio bilateral, que depende de variações de safra e preço internacionais, bem como do desempenho da produção agrícola no Brasil. Após manter-se superior ao patamar de US\$ 2 bilhões por três anos consecutivos (2011, 2012 e 2013), o intercâmbio comercial sofreu forte retração no triênio seguinte, devido, sobretudo, à redução das importações brasileiras. Em 2016, o nível de comércio foi de apenas US\$ 1,14 bilhão, cerca de 50% daquele registrado em 2012, com recuperação marginal nos dois anos seguintes. Em 2018, as exportações brasileiras para o Marrocos somaram cerca de US\$ 496 milhões, com retração de quase 20% em relação ao ano anterior, ocasionada pela queda do valor das exportações de açúcar. Entre os países de origem das



importações marroquinas, o Brasil posicionou-se em 18º lugar naquele ano. Por sua vez, as importações provenientes do Marrocos atingiram US\$ 913 milhões em 2018, tendo o Brasil se posicionado como 8º principal destino das exportações marroquinas.

Do lado brasileiro, o maior investidor no Marrocos, atualmente, é o Grupo Votorantim, após aquisição de fábrica de cimentos do grupo português CIMPOR, em 2012. Do lado marroquino, a estatal Office Cherifien des Phosphates (OCP), primeira fornecedora mundial de fosfato, mantém escritório de vendas em São Paulo desde 2009. A OCP detém entre 25% e 30% do mercado brasileiro de fertilizantes e tem estratégia de expansão de investimentos diretos no país. Com vistas à impulsionar a presença de empresas brasileiras no Marrocos e de empresas marroquinas no Brasil, os dois países mantêm negociações para assinatura, em breve, de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI).

Encontra-se, atualmente, em negociação, acordo de livre comércio (ALC) entre o Mercosul e o Marrocos, o qual, um vez assinado, contribuirá não apenas para a intensificação do comércio bilateral com o Brasil, mas também para a diversificação da pauta. Acordo-quadro entre o Mercosul e o Marrocos visando ao estabelecimento do ALC foi assinado em novembro de 2004, por ocasião da visita do Rei Mohammed VI ao Brasil. Em novembro de 2017, diante do interesse renovado das partes em avançar no tema, foi realizada nova rodada negociadora em Brasília, após quase dez anos desde a última reunião de negociação do ALC. O Marrocos possui, atualmente, ALCs com Estados Unidos, União Europeia, EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio), Turquia, Emirados Árabes Unidos, sendo também parte do GAFTA (Grande Área Árabe de Livre Comércio) e do Acordo de Agadir (Egito, Jordânia e Tunísia).

Com o objetivo de ampliar, equilibrar e diversificar as relações econômico-comerciais, têm sido frequentes as missões empresariais entre Brasil e Marrocos nos últimos anos. Pelo lado brasileiro, é possível destacar as visitas ao Marrocos do então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Miguel Jorge, em 2009; do então secretário-executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, em 2013; do então chanceler Mauro Vieira, em 2016, acompanhado de missão empresarial; bem como a organização de missão empresarial, em 2014, pelo Grupo LIDE, e a participação do Brasil no Salão Internacional da Agricultura do Marrocos (SIAM) em anos recentes. Pelo lado

marroquino, destaca-se o envio de missão ao Brasil do Centro Marroquino de Promoção das Exportações, em 2015.

#### **Assuntos consulares**

O setor consular da Embaixada brasileira em Rabat presta o apoio necessário à comunidade brasileira no Marrocos, estimada em 268 pessoas. O Brasil também possui consulados honorários nas cidades de Casablanca e Marraquexe.

O consulado honorário brasileiro em Casablanca, cujo titular é o Sr. Jamil Mekouar, tem contribuído para a prestação de assistência adequada a nacionais brasileiros que desembarcam no aeroporto Mohammed V, localizado naquela cidade, do qual partem e chegam voos da companhia aérea Royal Air Maroc que fazem ligação direta entre o Brasil e o Marrocos. O consulado honorário em Marraquexe, cujo titular é o Sr. Hadi Otero Akkouh, por sua vez, visa a contribuir para a assistência a nacionais brasileiros residentes ou visitantes na cidade, que é, atualmente, o principal destino turístico do Marrocos.

#### **Empréstimos e financiamentos oficiais**

Não há registro de créditos oficiais do Brasil a tomador soberano no Marrocos.

### **POLÍTICA INTERNA**

O Marrocos é uma monarquia constitucional na qual o rei é o Chefe de Estado, com efetivos poderes, e também líder religioso do país, com o título “Comandante dos Crentes”. O Parlamento é bicameral (Câmara de Representantes, 395 assentos, e Câmara de Conselheiros, 120 assentos). O país é considerado politicamente estável. O Rei Mohamed VI tem empreendido processo controlado de transformações políticas, que ganhou ímpeto renovado após o início de 2011, no contexto da chamada "Primavera Árabe", quando o monarca marroquino anunciou a adoção de reforma constitucional, que conferiu maior independência e representatividade ao governo e ao cargo do primeiro-ministro, bem como promoveu a descentralização política e administrativa.

Em outubro de 2016, houve eleições legislativas para renovar todos os 395 assentos da câmara baixa do Parlamento. Desses assentos, 305 foram preenchidos por meio de voto proporcional em lista fechada, enquanto os outros 90 foram eleitos de uma lista nacional, para a qual puderam se candidatar apenas mulheres e jovens (menos de 40 anos). O

Partido Justiça e Desenvolvimento (PJD), foi o grande vencedor da eleição, conquistando 125 assentos, um aumento de 18 em relação à legislatura anterior.

No entanto, após mais de cinco meses de tentativas, Abdelilah Benkirane, líder do PJD e então chefe do governo, não logrou construir uma coalizão governamental. Foi então substituído por Saad Eddine el-Othmani, que, em abril de 2017, constituiu um governo com apoio de cinco outros partidos, de diversas colorações ideológicas. A atual coalizão segue liderada pelo PJD, com 125 assentos na Câmara de Representantes (de um total de 395). Integram a base governista, ainda, os partidos: Agremiação Nacional dos Independentes (RNI - 37 assentos); União Socialista das Forças Populares (USFP - 20 assentos); Movimento Popular (MP - 27 assentos); União Constitucional (UC - 19 assentos); e o Partido do Progresso e do Socialismo (PPS - 12 assentos). Os principais partidos de fora dessa coalizão são: o Partido da Autenticidade e Modernidade (PAM - 102 assentos), considerado como a principal voz de oposição; e o Partido da Independência (Istiqlal - 35 assentos).

### POLÍTICA EXTERNA

A questão do **Saara Ocidental**, território ao sul do país pleiteado pelo Marrocos e pela Frente Polisario, que ali proclamou a República Árabe Saaraui Democrática (RASD), é o principal tema da política externa marroquina. Trata-se de questão de enorme sensibilidade e é objeto de consenso entre todas as forças políticas marroquinas.

As relações exteriores ocupam lugar de destaque na agenda política do país, seja pela importância fundamental da questão do Saara Ocidental, seja pela relevância de que se revestem as interações econômicas e políticas com parceiros como a França, a Espanha, os EUA ou a Arábia Saudita. A existência de um vasto contingente de marroquinos no exterior (mais de 4 milhões, sobretudo na França, Espanha, Israel, Bélgica, Itália e Países Baixos) contribui para a atenção voltada à dimensão externa. O país integra uma série de organizações e agremiações internacionais, entre as quais a Liga dos Estados Árabes, a Organização da Conferência Islâmica, o Movimento dos Países Não-Alinhados e o Grupo dos 77.

Com vistas a obter solução política para a questão do Saara Ocidental, a ONU tem buscado mediar negociações entre as partes envolvidas na disputa: o Reino do Marrocos e a Frente Polisario. Desde

1991, o tema tem sido tratado prioritariamente pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No início de 2017, no contexto da política africanista promovida pelo rei Mohammed VI, o Marrocos retornou à União Africana (UA). O país havia se retirado da Organização da Unidade Africana (precursora da UA) em 1984, quanto esta reconheceu a autoproclamada RASD, que reivindica o território do Saara Ocidental.

Em março de 2019, o Marrocos organizou, na cidade de Marraquexe, conferência ministerial sobre o papel da União Africana no processo político conduzido pela ONU em torno da questão do Saara Ocidental. Compareceram 37 países africanos – inclusive sete que reconhecem a RASD (Angola, Chade, Etiópia, Nigéria, Ruanda, Sudão do Sul e Tanzânia) –, que, ao final, emitiram declaração na qual confirmam a exclusividade das Nações Unidas como espaço de busca de solução política, mutuamente aceitável, realista, pragmática e durável para a questão do Saara. A realização da conferência representou importante triunfo diplomático para o Marrocos, ao marcar seu crescente protagonismo na UA, após mais de trinta anos ausente do grupo.

O Brasil tem, tradicionalmente, defendido solução justa, pacífica e mutuamente aceitável para a questão do Saara Ocidental, baseada no princípio da autodeterminação e nas resoluções pertinentes da ONU, sem prejudicar o status final do território. O governo brasileiro avalia que solução duradoura para a questão somente poderá ser alcançada por meio do fortalecimento da confiança mútua e da negociação entre as partes. Juntamente com a grande maioria dos atores da comunidade internacional, o Brasil favorece os esforços da ONU voltados à obtenção de solução política para a questão do Saara Ocidental.

Ao resguardar o equilíbrio e a continuidade histórica da sua posição, o Brasil tem logrado afastar possíveis tensões desnecessárias tanto com o Marrocos, quanto com outros parceiros que reconhecem a RASD e apoiam suas posições. A posição brasileira está em harmonia, ademais, com os princípios das relações internacionais do País, arrolados no art. 4º da Constituição Federal de 1988, tais como a prevalência dos direitos humanos; a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a defesa da paz; e a solução pacífica das controvérsias.

As relações do Marrocos com outros países da região são igualmente condicionadas, em maior ou menor grau, pela posição que cada um deles assume sobre a questão do Saara Ocidental.

### **Argélia**

As relações do Marrocos com a vizinha Argélia, com quem compartilha fronteira de cerca de 1.600 quilômetros, são historicamente complexas. Os dois países enfrentaram-se logo após a independência da Argélia, em 1962. Tanto Argel quanto Rabat acusavam-se mutuamente de abrigar extremistas vinculados a grupos opositores aos governos estabelecidos em seus países. Desde 1994, na sequência de um ataque terrorista em Marraquexe, no qual Rabat alegou participação argelina, a fronteira entre os dois países está fechada. Não obstante, os vizinhos mantêm relações diplomáticas e embaixadas residentes, além de possuírem acordo de isenção de vistos e realizarem intercâmbio comercial regular. A Argélia reconhece a RASD.

Em novembro de 2018, por ocasião do 43º aniversário da “Marcha Verde” (organizada pelo governo do Marrocos em 1975 no Saara Ocidental), o rei do Marrocos proferiu discurso em que formulou proposta de criação de “mecanismo político conjunto de diálogo e concertação” com a Argélia. De acordo com o Marrocos, o objetivo do mecanismo seria a superação de todas as questões bilaterais pendentes, o que incluiria a questão do Saara Ocidental, com vistas ao fortalecimento da integração do Magrebe. Em reação, a Argélia propôs fortalecer a concertação regional no âmbito da União do Magrebe Árabe (UMA), com a convocação de uma reunião em nível ministerial.

Os desentendimentos em torno da questão do Saara Ocidental têm, em certa medida, dificultado o enfrentamento comum dos problemas de segurança regional e constituem uma das principais dificuldades para o desenvolvimento da União do Magrebe Árabe (UMA), organização criada em 1989 para promover a integração econômica sub-regional entre Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia.

### **União Africana**

O Marrocos, depois de mais de trinta anos ausente da União Africana (ainda denominada Organização da Unidade Africana – OUA, quando da

saída do Marrocos, em 1984), retornou à organização em 2017. Outro ponto da atuação marroquina que favorece a aspiração do país como ator de relevo, sobretudo em questões de segurança, é a participação de suas tropas em missões de paz no continente: o Marrocos está entre os dez países que mais contribuem com tropas para a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro Africana (MINUSCA), com contingente de 751 soldados.

## **Europa**

O Marrocos confere importância ao aprofundamento de suas relações com a Europa, principalmente com os países do Mediterrâneo. Com a União Europeia (UE), origem e destino de mais de 50% das trocas comerciais marroquinas, o país busca, principalmente, obter acesso preferencial aos mercados do bloco. O país africano dispõe de “status avançado” de associação, que lhe faculta tratamento aduaneiro preferencial e maior grau de acesso aos mercados de trabalho dos países da UE. Desde 2000 vigora acordo de livre comércio entre Marrocos e UE, que levou à desgravação tarifária de diversos produtos. Em fevereiro de 2012, o Parlamento Europeu aprovou acordo de liberalização recíproca com o Marrocos do comércio de produtos agrícolas e da pesca.

O Conselho da União Europeia aprovou, em 4 de março de 2019, o Acordo de Parceria Sustentável de Pesca entre o bloco e o Marrocos, cuja implementação, nos próximos quatro anos, deverá gerar uma contribuição financeira europeia de EUR 208 milhões, em troca de oportunidades de pesca nas águas do Marrocos e do Saara Ocidental. Estima-se que cerca de 130 embarcações europeias serão beneficiadas pelo instrumento.

A **Espanha** é o principal parceiro comercial do Marrocos (em 2018, as importações marroquinas com origem na Espanha ultrapassaram US\$ 8 bilhões, e as exportações do Marrocos para a Espanha alcançaram quase US\$ 7 bilhões). A questão migratória também é importante para o relacionamento bilateral. A Espanha administra dois enclaves no norte da África (Ceuta e Melilla) que fazem fronteira terrestre com o Marrocos e a cooperação das autoridades marroquinas para gerenciamento da fronteira e controle dos fluxos migratórios irregulares é muito relevante. Em novembro de 2018, o presidente de governo da Espanha, Pedro Sánchez, realizou sua primeira visita ao Marrocos, acompanhado do ministro do Interior, evidenciando a prioridade representada pela cooperação bilateral,

inclusive em temas de segurança e migrações. Em fevereiro de 2019, o rei espanhol Felipe VI realizou visita oficial ao Marrocos, a convite do rei Mohammed VI.

Em novembro de 2018, o Reino do Marrocos abrigou a Conferência Intergovernamental das Nações Unidas para a Adoção do Pacto Mundial sobre Migração Segura, Ordenada e Regular.

### **América Latina e Caribe**

O Marrocos organizou, em outubro de 2018, o congresso “Parceria Mundo Árabe – América Latina e Caribe: uma dinâmica renovada”, destacando o comércio entre o Mercosul e o Marrocos e o almejado papel do reino magrebino como ponte de cooperação entre os países do Sul, aproveitando-se de sua localização estratégica entre a Europa, o mundo árabe, a África e o litoral atlântico.

O embaixador do Marrocos em Brasília encontrou-se com o presidente encarregado da **Venezuela**, Juan Guaidó, em fevereiro de 2019, em Brasília. O fato repercutiu na imprensa marroquina, que assinalou haver Guaidó reconhecido que o Marrocos foi o primeiro país árabe e africano a manifestar seu apoio ao mandatário venezuelano. Recorde-se que, no final de janeiro, o Ministro de Assuntos Estrangeiros e Cooperação Internacional do Marrocos, Nasser Bourita, havia mantido contato telefônico com Guaidó.

## **ECONOMIA**

Com PIB nominal de US\$ 118 bilhões, o Marrocos posicionou-se, em 2018, como a 5ª maior economia no continente africano. A economia marroquina beneficia-se da grande disponibilidade de recursos naturais. O Marrocos possui grandes reservas de fosfato, estoques significativos de ferro, cobre, chumbo, zinco e manganês e um dos maiores percentuais de terra arável no mundo árabe (cerca de 18%), bem como um dos litorais mais piscosos do planeta. A abundância de recursos naturais, contudo, ainda não é aproveitada em todo seu potencial. O relativo baixo grau de mecanização limita a produção pesqueira e agrícola, responsável por 13% do PIB do país, e o reduzido percentual de terras irrigadas (cerca de 4%) torna as culturas marroquinas vulneráveis a variações no regime de chuvas. Com vistas a tornar mais dinâmica a atividade agrícola, o governo marroquino lançou, em 2009, o plano “Marrocos

Verde”, por meio do qual busca mobilizar até 2020 cerca de US\$ 1 bilhão em investimentos voltados para a modernização da agricultura, da pecuária e do agronegócio. Em 2014, o plano "Marrocos Verde" foi fundamental para que o país fosse distinguido pela FAO por ter alcançado o primeiro Objetivo do Milênio para o Desenvolvimento, relativo ao combate à fome.

A economia marroquina é diversificada e apresenta setores industrial e de serviços bem desenvolvidos. A produção industrial marroquina, responsável por 30% do PIB, é, tradicionalmente, vinculada à mineração e à fabricação de fertilizantes, bem como ao setor têxtil, maior empregador industrial do país. A localização estratégica do Marrocos, o acesso privilegiado ao mercado africano, árabe e europeu, a mão de obra competitiva e a estabilidade política e econômica do país também têm contribuído para a crescente integração do setor produtivo marroquino a cadeias de produção globais, sobretudo de empresas europeias. O setor automotivo constitui bom exemplo dessa integração: o Marrocos abriga plantas do grupo francês Renault que produzem cerca de 460 mil automóveis/ano (2ª maior produção automobilística na África), em sua maioria para exportação à Europa e a terceiros mercados. Do mesmo modo, o governo tem incentivado a instalação de polo aeronáutico em Casablanca, com participação crescente nas exportações do país. No setor de serviços, responsável por cerca de 57% do PIB, o turismo desponta como a principal atividade econômica. As atividades financeiras também vêm ganhando proeminência: ao longo dos últimos anos, o Marrocos tem consolidado ampla rede bancária em seu território, a maior no Norte da África, e expandido sua presença financeira na África subsaariana, em particular na África Ocidental.

Desde meados da década de 1990, o Marrocos vem adotando política econômica de viés predominantemente reformista e liberalizante, que inclui, entre outras medidas, privatizações, simplificações tributárias, assinatura de acordos de livre comércio com parceiros europeus, árabes e africanos. Essas medidas têm sido apontadas como importante fator para o crescimento contínuo do PIB do país (3,2% em 2018) e a melhora dos indicadores macroeconômicos nos últimos anos. A inflação tem-se mantido em níveis baixos (1,5 a 2,4% ao ano, nos últimos anos). A reforma no sistema de subsídios a insumos básicos também tem contribuído, em anos recentes, para a redução da dívida pública, estabilizada em cerca de 65% do PIB. O déficit público, que, em 2012, havia atingido um pico de 6,8% do PIB, foi reduzido, em 2018, para 3,7%, sobretudo em razão da diminuição dos subsídios para aquisição de combustíveis, cujo



preço havia sido impactado pelo aumento da cotação internacional do petróleo no início da presente década. Além disso, o Marrocos tem obtido êxito em promover-se como destino atrativo para investimentos estrangeiros. No relatório "Doing Business 2018", do Banco Mundial, o Marrocos figura na terceira posição entre os países africanos no que se refere a perspectivas favoráveis de negócios (69ª posição no ranking mundial). Em 2018, o país recebeu US\$ 3,5 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, cujo estoque total atingiu US\$ 66,6 bilhões naquele ano.

Os benefícios do crescimento e da diversificação da economia marroquina têm sido sentidos, contudo, de maneira desigual. Cerca de 40% da população do país ainda vive no campo, embora a participação do setor primário na economia se tenha reduzido ao longo dos anos. A taxa de desemprego, atualmente estimada em 9,8%, eleva-se a 19% entre os jovens detentores de diploma universitário, e a 43% entre os jovens moradores de áreas urbanas. Ainda que o Marrocos tenha logrado reduzir o percentual de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza de 15 para 10% durante a última década, registrou-se, no mesmo período, elevação de seu coeficiente de Gini, de 39,5, para 40,6%. Persiste, além disso, elevada taxa de analfabetismo no país, cerca de 30%.

A economia marroquina apresenta grande dependência do setor externo. O intercâmbio comercial do país com o exterior tem-se mantido, desde 2014, no patamar de 80% do PIB, sendo cerca de 50% dessas trocas externas concentradas em parceiros europeus. A balança comercial do Marrocos é historicamente deficitária (déficit de cerca de US\$ 22 bilhões em 2018), tendo o equilíbrio na balança de pagamentos sido assegurado, até o momento, pelas receitas do setor de turismo, pelas remessas de nacionais marroquinos que vivem no exterior e por investimentos estrangeiros. As reservas internacionais do país são estimadas, atualmente, em US\$ 26 bilhões. Em 2018, as exportações marroquinas somaram US\$ 29,3 bilhões, e tiveram como principais destinos França, Espanha, Estados Unidos e Itália. Por sua vez, as importações atingiram US\$ 51,3 bilhões e concentraram-se em produtos como combustíveis, maquinário, automóveis e plásticos, adquiridos, principalmente, da União Europeia, em especial a Espanha, seguida de China, Estados Unidos e Turquia. O Brasil figurou em 18º lugar entre os principais países de origem das importações marroquinas. Como forma de reduzir a expressiva dependência do país da importação de hidrocarbonetos, o Marrocos tem investido, em anos

recentes, em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias ligadas a energias renováveis. O “Programa Integrado de Energia Solar” constitui um dos eixos principais da estratégia energética marroquina, cujo objetivo é o de prover, a médio e longo prazos, pelo menos 42% de suas necessidades energéticas com fontes renováveis.

### CRONOLOGIA HISTÓRICA

<b>Século VII</b>	Árabes conquistam a região que constitui hoje o Marrocos, tradicionalmente habitada por povos berberes. Introdução do Islã e da língua árabe
<b>Século XII</b>	A dinastia berbere dos Almoádas domina o país, e parte para conquistas na Península Ibérica
<b>Século XIII</b>	Declínio dos Almoádas
<b>Século XVI</b>	Invasores otomanos, vindos da Argélia, tentam conquistar Marrocos, mas são repelidos
<b>1578</b>	Marrocos derrota as forças portuguesas na Batalha de Alcácer-Quibir, em que desaparecerá o Rei D. Sebastião. Pelos próximos três séculos as potências europeias não realizarão incursões contra o território marroquino
<b>Século XVII</b>	Início da dinastia alauíta, que ainda reina no país
<b>1830</b>	Marrocos se envolve na guerra franco-argelina, mas se retira após protestos franceses
<b>1859</b>	Guerra com a Espanha pelos territórios de Ceuta e Melilla
<b>1906</b>	Conferência de Algeciras media disputa franco-germânica pelo Marrocos e enfraquece o poder do sultanato local
<b>1912</b>	Início do protetorado francês sobre o Marrocos
<b>1955</b>	Início do reinado de Mohammed V
<b>1956</b>	Independência do Marrocos
<b>1961</b>	Morte de Mohammed V. Início do reinado de Hassan II. Período de instabilidade política
<b>1975</b>	O Rei Hassan II lança a “Marcha Verde” em direção ao território do Saara Ocidental, com a mobilização de cerca de 350 mil civis voluntários; a Espanha deixa o território saaraui
<b>1976</b>	A administração do território do Saara Ocidental é dividida entre Marrocos e Mauritânia; é autoproclamada a República Árabe Saaraui Democrática (RASD); conflito entre as Forças Armadas marroquinas e a Frente Polisario; rompimento de relações diplomáticas entre Argélia e Marrocos
<b>1984</b>	O Marrocos deixa a Organização da Unidade Africana,

	precursora da União Africana, em protesto à admissão da RASD no organismo
<b>1988</b>	Normalização das relações diplomáticas com a Argélia
<b>1991</b>	O Reino do Marrocos e a Frente Polisario assinam um acordo de cessar-fogo. Iniciam-se as operações da MINURSO
<b>1994</b>	As fronteiras entre Marrocos e Argélia são fechadas, em novas tensões em torno da questão do Saara Ocidental
<b>1999</b>	Morte de Hassan II; assume Mohammed VI
<b>2003</b>	Ataques terroristas em Casablanca deixam mais de 40 mortos
<b>2003</b>	Normalização das relações com a Espanha, após impasse sobre a ilha de Perejil, situada no Estreito de Gilbratar
<b>2004</b>	O norte do Marrocos é atingido por terremoto, que deixa mais de 600 mortos
<b>2007</b>	Marrocos lança plano de autonomia para o território do Saara Ocidental, rejeitado pela Frente Polisario
<b>2011</b>	Após diversas manifestações populares nas principais cidades do país, o Rei Mohamed VI anuncia a reforma da Constituição, com vistas à descentralização do poder e ao fortalecimento das instituições democráticas
<b>Jul/2011</b>	Constituição aprovada em referendo popular, por ampla margem de votos.
<b>Nov/2011</b>	Realização de eleições legislativas, com vitória do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD); Abdelilah Benkirane é indicado ao cargo de primeiro-ministro
<b>Set/2015</b>	Realização de eleições para os conselhos municipais e regionais, e subsequentemente, eleição dos presidentes das 12 regiões administrativas.
<b>Out/2016</b>	Realização de eleições legislativas, com vitória do PJD
<b>Jan/2017</b>	O Marrocos é readmitido na União Africana
<b>Abr/2017</b>	Saadedini El-Othmani, do PJD, é indicado como novo primeiro-ministro
<b>Nov/2018</b>	Por ocasião do 43º aniversário da "Marcha Verde", o Rei Mohamed VI propõe a criação de mecanismo político de concertação com a Argélia
<b>Dez/2018</b>	Realização de mesa redonda sobre o Saara Ocidental, em Genebra, sob os auspícios da ONU, com participação de Marrocos, Frente Polisario, Argélia e Mauritânia
<b>Mar/2019</b>	Realização de nova mesa redonda sobre o Saara Ocidental, em Genebra

### CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

<b>Século XIX</b>	Cerca de quatro mil judeus de origem marroquina migram para o Brasil e se estabelecem no norte do país
<b>1861</b>	Abertura do consulado brasileiro em Tânger
<b>1906</b>	Estabelecimento de relações diplomáticas. É criada representação brasileira junto ao Marrocos, cumulativa com a Embaixada brasileira em Lisboa
<b>1956</b>	Restabelecimento de relações diplomáticas após a independência marroquina
<b>1963</b>	Abertura da Embaixada brasileira em Rabat
<b>1967</b>	Abertura da Embaixada marroquina no Brasil
<b>1975</b>	Assinatura de acordo sobre transportes aéreos
<b>1980</b>	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Maati Bouabide
<b>1984</b>	Visita ao Marrocos do presidente João Figueiredo; assinatura do acordo de cooperação científica, técnica e tecnológica e do acordo cultural entre Brasil e Marrocos
<b>Jan/1992</b>	Visita ao Marrocos do ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek
<b>Jun/1992</b>	Participação do Príncipe Sidi Mohammed na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), no Rio de Janeiro
<b>1994</b>	Visitas ao Marrocos do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em abril e em outubro
<b>1999</b>	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Abdellatif Filali; assinatura de memorando de entendimento para estabelecimento de mecanismo de consultas políticas bilaterais.
<b>2004</b>	Visita ao Brasil do Rei Mohammed VI; assinatura do acordo-quadro de comércio entre o MERCOSUL e o Marrocos; assinatura de acordos bilaterais nas áreas do turismo e da cooperação entre academias diplomáticas
<b>Mar/2005</b>	Visita a Marraquexe do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, no contexto da realização de reunião preparatória para a I Cúpula América do Sul-Países Árabes
<b>Jul/2005</b>	Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente do Marrocos, Mohamed Elyazghi
<b>2006</b>	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Mohamed Benaïssa
<b>2008</b>	Realização da I reunião da Comissão Mista Brasil-Marrocos, em Rabat, com participação do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; assinatura do acordo na área de

	saúde animal, entre outros atos bilaterais
<b>Jan/2009</b>	Visita ao Marrocos do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, acompanhado de missão empresarial; assinatura de memorando de entendimento para a promoção do comércio e dos investimentos
<b>Mar/2009</b>	Visita ao Brasil do ministro de Agricultura e Pesca Marítima do Marrocos, Aziz Akhannouch
<b>Mar/2010</b>	Realização, em Brasília, da I reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos Brasil-Marrocos
<b>2010</b>	Visita ao Brasil dos ministros marroquinos da Indústria, Comércio e Novas Tecnologias, Ahmed Chami; e do Comércio Exterior, Abdellatif Mazouz
<b>Abr/2011</b>	Visita ao Marrocos do ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence; assinatura de memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de agricultura familiar e desenvolvimento rural
<b>Set/2011</b>	Visita ao Marrocos do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota
<b>Fev/2012</b>	Visita ao Marrocos do ministro da Defesa, Celso Amorim
<b>Mai/2012</b>	Visita ao Brasil do presidente da Câmara de Conselheiros do Marrocos, Mohamed Cheikh. Encontro com o presidente do Senado Federal, José Sarney
<b>Jun/2012</b>	Participação do primeiro-ministro do Marrocos, Abdelilah Benkirane, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Rio de Janeiro
<b>2013</b>	A Royal Air Maroc passa a operar voos diretos entre Casablanca e São Paulo
<b>Set/2013</b>	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Saadedini El-Othmani; assinatura do acordo de cooperação jurídica em matéria civil
<b>Dez/2013</b>	Visita ao Marrocos do secretário-executivo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ricardo Schaefer, acompanhado de missão empresarial. Realização do Fórum de Negócios Brasil-Marrocos
<b>Jan/2014</b>	Visita ao Brasil do primeiro-ministro do Marrocos, Abdelillah Benkirane, por ocasião da posse da presidente da República, Dilma Rousseff
<b>Nov/2014</b>	Participação da ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, no II Fórum Mundial de Direitos Humanos, em Marraquexe
<b>2015</b>	Constituição dos grupos parlamentares Brasil-Marrocos na

	Câmara dos Deputados e no Senado Federal
<b>Jul/2015</b>	Visita ao Marrocos do Senador Cristovam Buarque (PDT/DF)
<b>Jul/2015</b>	Visita ao Brasil do ministro marroquino de Equipamentos, Transportes e Logística, Aziz Rabbah
<b>Set/2015</b>	Envio de missão do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos da Câmara de Deputados ao Marrocos, composta pelos Deputados César Halum (PRB/TO), Irajá Abreu (PSD/TO), João Carlos Bacelar (PR/BA), Rosângela Gomes (PRB/RJ), Joaquim Passarinho (PSD/PA), Cléber Verde (PRB/MA), Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) e Evair de Melo (PV-ES)
<b>2016</b>	Visita do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, ao Marrocos, acompanhado de missão empresarial
<b>2016</b>	A Royal Air Maroc passa a operar voos diretos entre Casablanca e o Rio de Janeiro
<b>Abr/2017</b>	Realização, em Rabat, da II reunião de consultas políticas
<b>Jul/2017</b>	Visita do Senador Fernando Collor de Mello (PTC/AL), na qualidade de presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, ao Marrocos, onde é recebido pelo primeiro-ministro Saadedini El-Othmani
<b>Out/2017</b>	Participação do ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira em reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Marraquexe
<b>Nov/2017</b>	Visita do Senador Fernando Collor de Mello (PTC/AL), na qualidade de presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, ao Marrocos, onde mantém encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Nasser Bourita, entre outras autoridades marroquinas
<b>Mar/2018</b>	Participação do primeiro-ministro do Marrocos, Saadedini El-Othmani, no 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, onde se encontra com o presidente Michel Temer.
<b>Mar/2018</b>	Envio ao Brasil de missão parlamentar marroquina, chefiada pelo vice-presidente da Câmara de Conselheiros (câmara alta), Abdessamad Kayouh; realização de reunião conjunta entre os Grupos de Amizade Brasil-Marrocos dos dois Parlamentos.
<b>Nov/2018</b>	Participação, do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, na Conferência Intergovernamental para Adoção do Pacto Global sobre Migração Segura, Ordenada e Regular, em Marraquexe
<b>Jan/2019</b>	Visita ao Brasil do primeiro-ministro do Marrocos, Saadedini El-Othmani, por ocasião da posse do presidente da República, Jair Bolsonaro

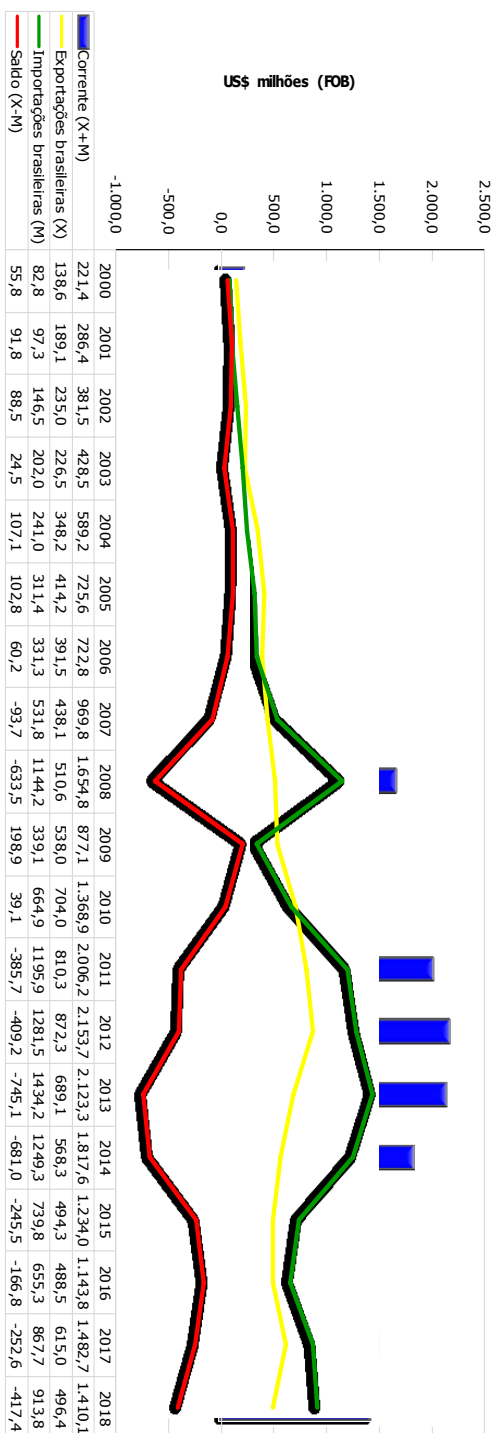
### ACORDOS BILATERAIS

<b>Título</b>	<b>Data Celebração</b>	<b>Entrada em vigor</b>	<b>Publicação</b>
Acordo sobre transportes aéreos regulares	30/04/1975	17/05/1978	07/03/1979
Acordo de cooperação científica, técnica e tecnológica	10/04/1984	13/07/1990	18/03/1991
Acordo cultural	10/04/1984	16/07/1991	25/09/1991
Acordo sobre dispensa de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço	10/04/1984	10/04/1984	14/11/1984
Acordo de cooperação na área do turismo	26/11/2004	26/12/2013	10/04/2019
Acordo a respeito de cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Real Marroquina de Diplomacia	26/11/2004	11/02/2006	03/02/2006
Acordo na área de saúde animal e de inspeção de produtos de origem animal	25/06/2008	20/09/2011	13/11/2014
Acordo de cooperação jurídica em matéria civil	18/09/2013	-	Tramitação Ministérios/Casa Civil

## **DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS**



### Comércio Brasil-Marrocos



**2018 / 2019**

**Exportações brasileiras**

**Importações brasileiras**

**Corrente de comércio**

**Saldo**

2018 (jan-mar)  
2019 (jan-mar)

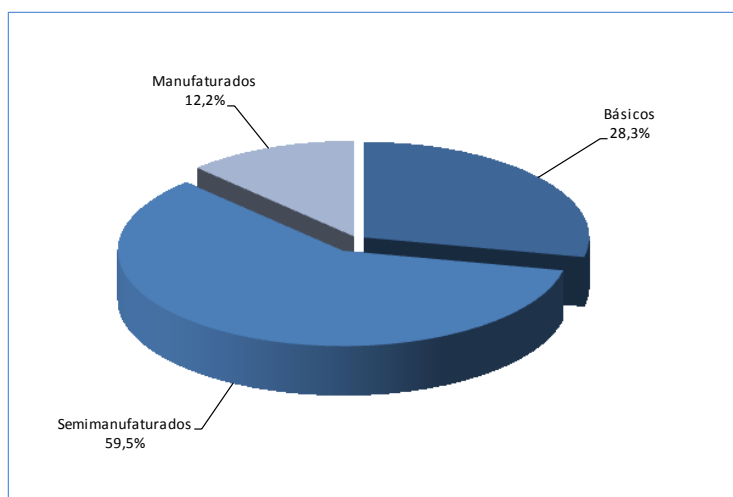
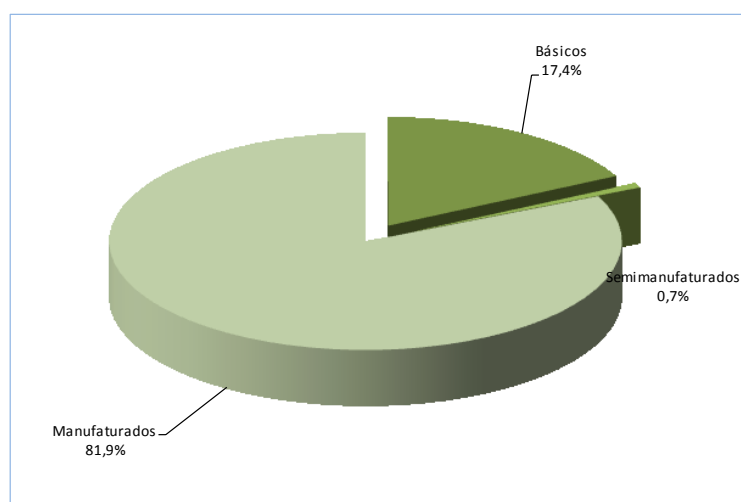
140,6  
146,2

135,5  
131,4

276,0  
277,5

5,1  
14,8

Elaborado pelo INE/PP4/GRO, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2019.

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado  
2018****Exportações****Importações**

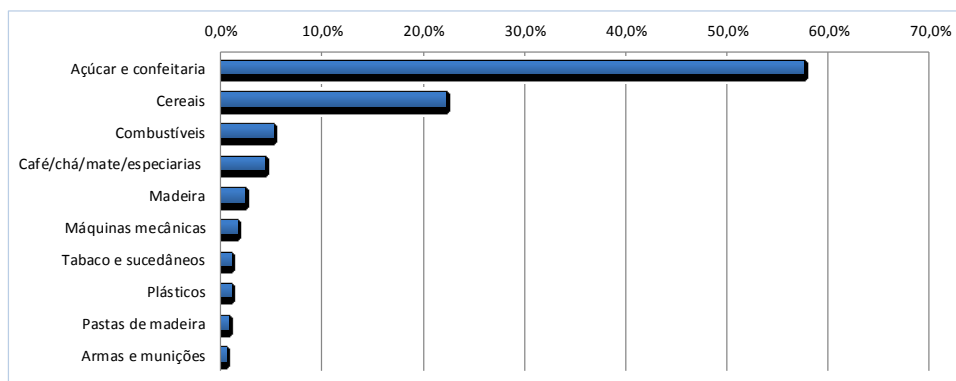
*Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2019.*

**Composição das exportações brasileiras para o Marrocos**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar e confeitaria	365,1	74,7%	445,2	72,4%	285,5	57,5%
Cereais	27,8	5,7%	76,0	12,4%	110,2	22,2%
Combustíveis	33,2	6,8%	0,0	0,0%	25,5	5,1%
Café/chá/mate/especiarias	2,0	0,4%	9,4	1,5%	21,3	4,3%
Madeira	6,2	1,3%	6,0	1,0%	11,8	2,4%
Máquinas mecânicas	11,5	2,3%	7,7	1,2%	7,7	1,6%
Tabaco e sucedâneos	0,7	0,2%	1,9	0,3%	5,1	1,0%
Plásticos	3,5	0,7%	8,0	1,3%	5,1	1,0%
Pastas de madeira	1,3	0,3%	5,1	0,8%	3,9	0,8%
Armas e munições	7,5	1,5%	16,5	2,7%	2,7	0,5%
<b>Subtotal</b>	<b>459</b>	<b>93,9%</b>	<b>576</b>	<b>93,6%</b>	<b>479</b>	<b>96,5%</b>
<b>Outros</b>	<b>30</b>	<b>6,1%</b>	<b>39</b>	<b>6,4%</b>	<b>17</b>	<b>3,5%</b>
<b>Total</b>	<b>489</b>	<b>100,0%</b>	<b>615</b>	<b>100,0%</b>	<b>496</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Março de 2019.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018**

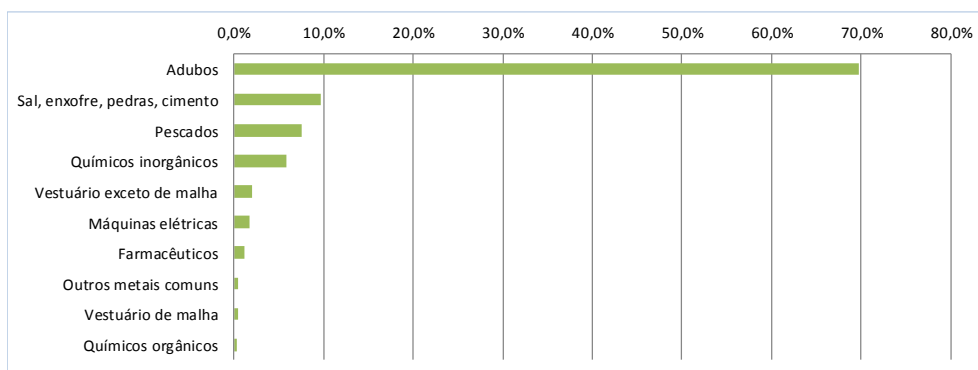


**Composição das importações brasileiras originárias do Marrocos**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adbos	474,1	72,3%	644,4	74,3%	637,7	69,8%
Sal, enxofre, pedras, cimento	50,4	7,7%	78,0	9,0%	88,0	9,6%
Pescados	41,0	6,3%	55,5	6,4%	69,4	7,6%
Químicos inorgânicos	19,3	3,0%	31,3	3,6%	54,0	5,9%
Vestuário exceto de malha	17,5	2,7%	20,4	2,4%	18,2	2,0%
Máquinas elétricas	21,0	3,2%	18,8	2,2%	15,8	1,7%
Farmacêuticos	5,0	0,8%	1,1	0,1%	10,1	1,1%
Outros metais comuns	1,2	0,2%	3,7	0,4%	4,7	0,5%
Vestuário de malha	3,1	0,5%	3,3	0,4%	3,8	0,4%
Químicos orgânicos	3,2	0,5%	1,7	0,2%	2,6	0,3%
<b>Subtotal</b>	<b>636</b>	<b>97,0%</b>	<b>858</b>	<b>98,9%</b>	<b>904</b>	<b>99,0%</b>
<b>Outros</b>	<b>19</b>	<b>3,0%</b>	<b>9</b>	<b>1,1%</b>	<b>9</b>	<b>1,0%</b>
<b>Total</b>	<b>655</b>	<b>100,0%</b>	<b>868</b>	<b>100,0%</b>	<b>914</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Março de 2019.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018**

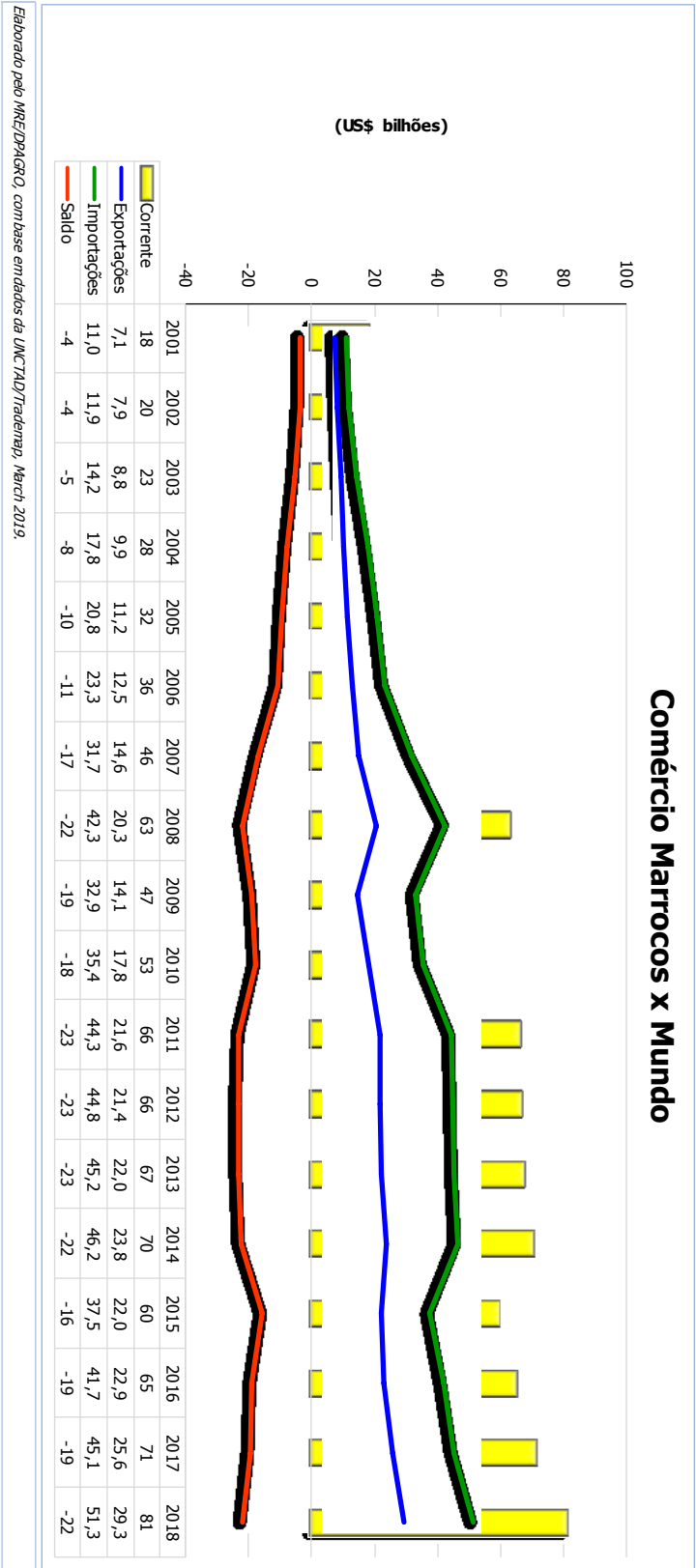


**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**  
**US\$ milhões**

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
<b>Exportações</b>					
Cereais	13,9	9,9%	70,4	48,1%	Cereais 48,1%
Açúcar e confeitaria	78,3	55,7%	51,3	35,1%	Açúcar e confeitaria 35,1%
Máquinas mecânicas	1,8	1,3%	8,3	5,7%	Máquinas mecânicas 5,7%
Café/chá/mate/especiarias	10,8	7,7%	4,2	2,8%	Café/chá/mate/especiarias 2,8%
Madeira	2,1	1,5%	3,4	2,3%	Madeira 2,3%
Tabaco e sucedâneos	0,0	0,0%	1,2	0,8%	Tabaco e sucedâneos 0,8%
Pescados	0,0	0,0%	1,1	0,8%	Pescados 0,8%
Instrumentos de precisão	0,1	0,1%	0,8	0,5%	Instrumentos de precisão 0,5%
Papel e cartão	0,4	0,3%	0,6	0,4%	Papel e cartão 0,4%
Carnes	0,6	0,4%	0,5	0,4%	Carnes 0,4%
<b>Subtotal</b>	<b>108</b>	<b>76,9%</b>	<b>142</b>	<b>97,0%</b>	
<b>Outros</b>	<b>32</b>	<b>23,1%</b>	<b>4</b>	<b>3,0%</b>	
<b>Total</b>	<b>141</b>	<b>100,0%</b>	<b>146</b>	<b>100,0%</b>	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
<b>Importações</b>					
Azubos	69,7	51,5%	67,8	51,6%	Azubos 51,6%
Sal, enxofre, pedras, cimento	21,1	15,6%	22,0	16,7%	Sal, enxofre, pedras, cimento 16,7%
Pescados	12,5	9,3%	19,6	14,9%	Pescados 14,9%
Químicos inorgânicos	13,7	10,1%	9,9	7,6%	Químicos inorgânicos 7,6%
Vestuário exceto de malha	4,3	3,1%	3,8	2,9%	Vestuário exceto de malha 2,9%
Máquinas elétricas	5,3	3,9%	2,7	2,1%	Máquinas elétricas 2,1%
Farmacêuticos	3,2	2,4%	2,4	1,8%	Farmacêuticos 1,8%
Vestuário de malha	0,8	0,6%	0,8	0,6%	Vestuário de malha 0,6%
Químicos orgânicos	1,1	0,8%	0,5	0,4%	Químicos orgânicos 0,4%
Hortaliças	0,2	0,1%	0,4	0,3%	Hortaliças 0,3%
<b>Subtotal</b>	<b>132</b>	<b>97,3%</b>	<b>130</b>	<b>98,9%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>4</b>	<b>2,7%</b>	<b>1</b>	<b>1,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>100,0%</b>	<b>131</b>	<b>100,0%</b>	

Elaborado pelo MRE/DPA/AGRO, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Março de 2019.

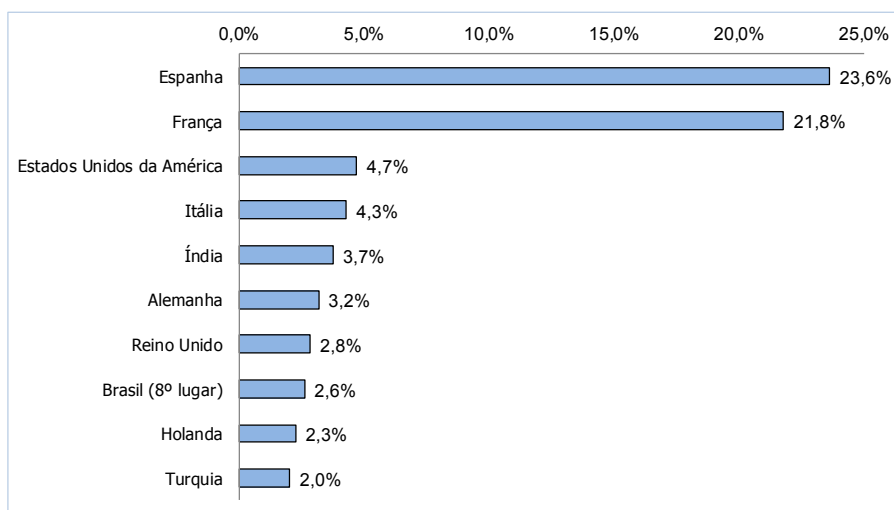


**Principais destinos das exportações do Marrocos**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2018</b>	<b>Part.% no total</b>
Espanha	6,93	23,6%
França	6,39	21,8%
Estados Unidos da América	1,38	4,7%
Itália	1,26	4,3%
Índia	1,10	3,7%
Alemanha	0,93	3,2%
Reino Unido	0,83	2,8%
<i><b>Brasil (8º lugar)</b></i>	<i><b>0,76</b></i>	<i><b>2,6%</b></i>
Holanda	0,66	2,3%
Turquia	0,59	2,0%
...		
<b>Subtotal</b>	<b>20,82</b>	<b>71,0%</b>
<b>Outros países</b>	<b>8,51</b>	<b>29,0%</b>
<b>Total</b>	<b>29,33</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.*

**10 principais destinos das exportações**

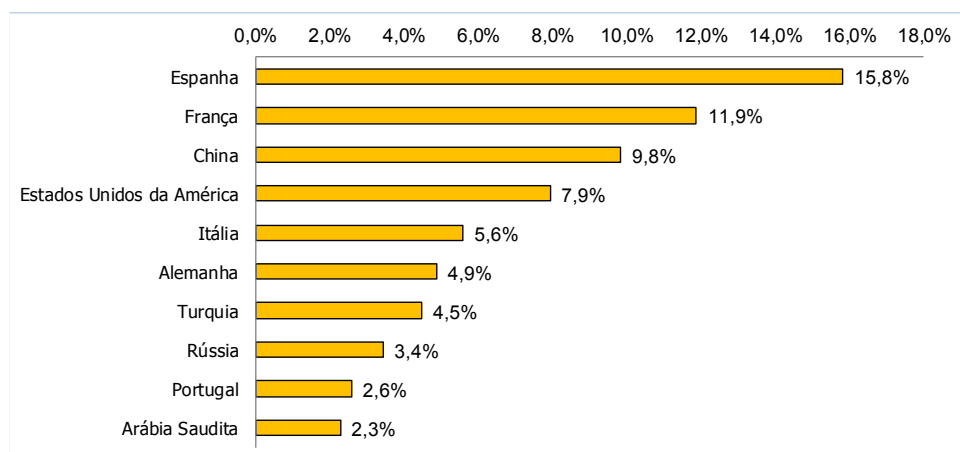


**Principais origens das importações do Marrocos**  
**US\$ bilhões**

<b>Países</b>	<b>2018</b>	<b>Part.% no total</b>
Espanha	8,11	15,8%
França	6,09	11,9%
China	5,04	9,8%
Estados Unidos da América	4,07	7,9%
Itália	2,86	5,6%
Alemanha	2,50	4,9%
Turquia	2,29	4,5%
Rússia	1,76	3,4%
Portugal	1,33	2,6%
Arábia Saudita	1,17	2,3%
...		
<b>Brasil (18º lugar)</b>	<b>0,62</b>	<b>1,2%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>35,84</b>	<b>69,9%</b>
<b>Outros países</b>	<b>15,41</b>	<b>30,1%</b>
<b>Total</b>	<b>51,25</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.*

**10 principais origens das importações**



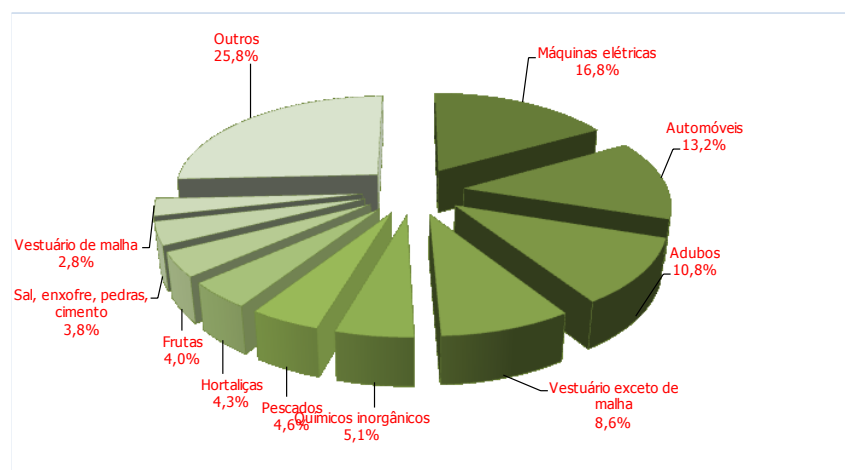


**Composição das exportações do Marrocos**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de Produtos (SH2)</b>	<b>2 0 1 8</b>	<b>Part.% no total</b>
Máquinas elétricas	4,93	16,8%
Automóveis	3,88	13,2%
Adubos	3,16	10,8%
Vestuário exceto de malha	2,53	8,6%
Químicos inorgânicos	1,50	5,1%
Pescados	1,36	4,6%
Hortaliças	1,27	4,3%
Frutas	1,18	4,0%
Sal, enxofre, pedras, cimento	1,12	3,8%
Vestuário de malha	0,83	2,8%
<b>Subtotal</b>	<b>21,78</b>	<b>74,2%</b>
<b>Outros</b>	<b>7,55</b>	<b>25,8%</b>
<b>Total</b>	<b>29,33</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DIAGRO, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.*

**10 principais grupos de produtos exportados**

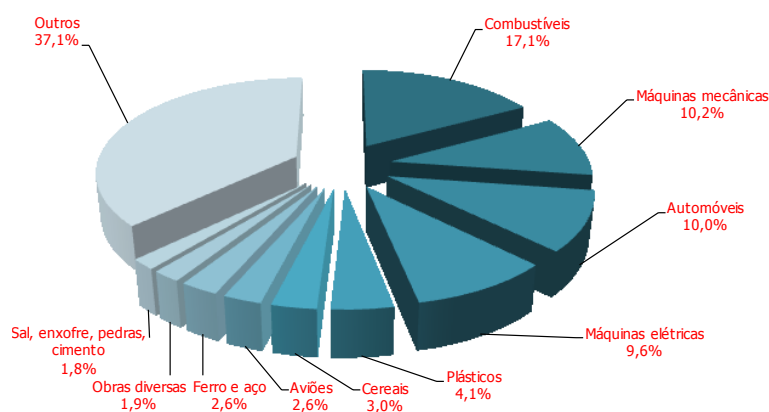


**Composição das importações do Marrocos**  
**US\$ bilhões**

<b>Grupos de produtos (SH2)</b>	<b>2 0 1 8</b>	<b>Part.% no total</b>
Combustíveis	8,75	17,1%
Máquinas mecânicas	5,23	10,2%
Automóveis	5,14	10,0%
Máquinas elétricas	4,90	9,6%
Plásticos	2,11	4,1%
Cereais	1,55	3,0%
Aviões	1,33	2,6%
Ferro e aço	1,32	2,6%
Obras diversas	0,99	1,9%
Sal, enxofre, pedras, cimento	0,91	1,8%
<b>Subtotal</b>	<b>32,23</b>	<b>62,9%</b>
<b>Outros</b>	<b>19,02</b>	<b>37,1%</b>
<b>Total</b>	<b>51,25</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2019.*

**10 principais grupos de produtos importados**



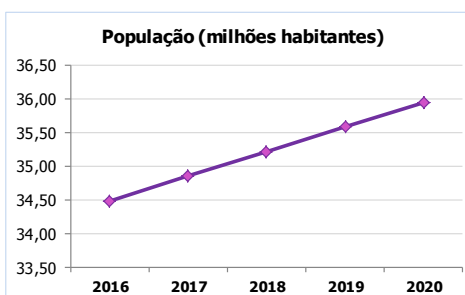
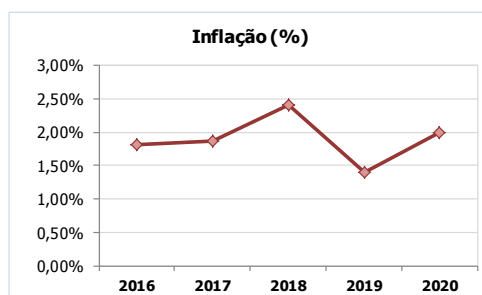
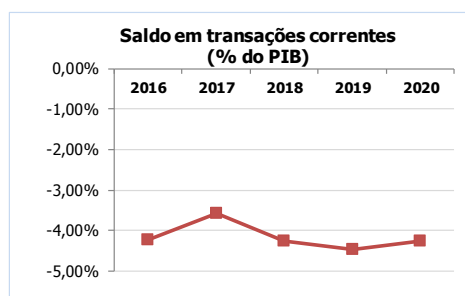
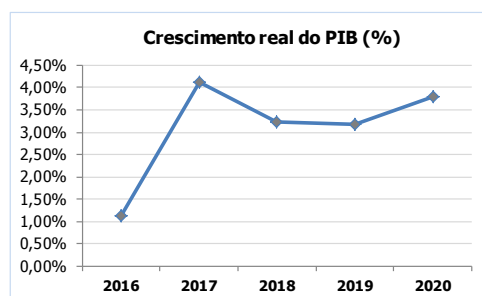
## Principais indicadores socioeconômicos do Marrocos

Indicador	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>	2019 <sup>(1)</sup>	2020 <sup>(1)</sup>
Crescimento real do PIB (%)	1,13%	4,12%	3,23%	3,17%	3,80%
PIB nominal (US\$ bilhões)	103,35	109,33	118,18	122,46	130,42
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.997	3.137	3.355	3.441	3.628
PIB PPP (US\$ bilhões)	281,47	298,62	315,44	332,36	351,55
PIB PPP "per capita" (US\$)	8.162	8.568	8.956	9.339	9.778
População (milhões habitantes)	34,49	34,85	35,22	35,59	35,95
Desemprego (%)	9,90%	10,20%	9,50%	9,23%	8,86%
Inflação (%) <sup>(2)</sup>	1,82%	1,86%	2,40%	1,40%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,22%	-3,59%	-4,27%	-4,47%	-4,26%
Dívida externa (US\$ milhões)	46,34	49,75	48,76	49,04	48,42
Câmbio ( Dh / US\$ ) <sup>(2)</sup>	9,81	9,69	9,39	9,56	9,19
<b>Origem do PIB ( 2017 Estimativa )</b>					
Agricultura	14,0%				
Indústria	29,5%				
Serviços	56,5%				

Elaborado pelo MRE/DPAGRO, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



**EMBAIXADA DO BRASIL EM RABAT****RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ****I - Introdução - Considerações de Caráter Geral**

1. O trabalho realizado pela Embaixada do Brasil no Marrocos no período de minha gestão (fevereiro de 2016 a abril de 2019) organizou-se a partir de uma avaliação de desafios e prioridades em quatro níveis distintos, nos quais se identificam diferentes objetivos e variáveis graus de dificuldade.

2. Um primeiro aspecto é o do bom entendimento que já existe no plano político, consubstanciado em visitas bem sucedidas de autoridades de parte a parte, nas quais tem sido constante verificar-se uma inquestionável disposição positiva dos dois países no que diz respeito às perspectivas do relacionamento bilateral e à cooperação para a solução de eventuais problemas, assim como uma razoável convergência de visões em temas de interesse global.

3. Em segundo lugar, delineia-se o campo do econômico, incluídos aí o comércio e os investimentos, no qual o intercâmbio bilateral encontra-se ainda aquém de seu potencial, estando marcado por trocas comerciais que refletem vantagens comparativas "naturais" (açúcar, milho e outras commodities agrícolas do lado brasileiro, e fertilizantes e fosfatos do lado marroquino) e por uma presença ainda mínima de investimentos brasileiros no Marrocos.

4. Em terceiro, no âmbito cultural, o relacionamento Brasil-Marrocos é caracterizado por um substrato de simpatia recíproca entre os dois povos, mas padece de uma insuficiente presença cultural brasileira no reino cherifiano, resultado das graves limitações de recursos públicos para o incentivo e apoio a ações de difusão cultural e da escassa presença de empresas brasileiras com atividades em território marroquino, o que limita gravemente a possibilidade de parcerias para o financiamento de eventos.

5. Por fim, uma quarta dimensão do trabalho da Embaixada consiste na assistência a cidadãos brasileiros no Marrocos, aspecto que, durante o período considerado, sofreu alterações consideráveis, em função do substancial aumento do número de nacionais detidos pelas autoridades marroquinas por envolvimento com o tráfico de drogas ilícitas.

6. A identificação desses diferentes planos de trabalho permite compreender o esforço realizado pela Embaixada tanto no interior de cada uma das quatro dimensões como na interação entre elas. Assim, tratava-se de utilizar o bom entendimento já existente no plano político para buscar alavancar o desenvolvimento das relações comerciais e de investimento, para fortalecer nossa presença cultural no Marrocos e para assegurar um bom atendimento à comunidade brasileira aqui radicada. Por outro lado, tratava-se, também, de evitar que os desafios da assistência a brasileiros viessem a afetar negativamente o bom nível de diálogo político e a disposição positiva de cooperação ou a transformar a questão dos ilícitos internacionais (narcotráfico) em um embrião de "agenda negativa", hoje inexistente no plano bilateral.

## II - Ações realizadas

### II.1. Setor Político: Diálogo sobre temas de interesse bilateral e global

7. A atuação da Embaixada foi no sentido de manter um ritmo adequado de contatos de alto nível entre os dois governos, assim como entre parlamentares, além da interlocução permanente em Rabat com autoridades marroquinas, que é praticamente cotidiana, efetuada pelo chefe da Missão e pelos demais integrantes da Embaixada.

8. Foram os seguintes os encontros de alto nível mais importantes no período considerado:

Março 2016 - Visita do chanceler Mauro Vieira ao Marrocos

Novembro 2016 - Participação do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, na COP-22

Novembro 2016 - Participação do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blario Maggi, na COP-22 / Encontro bilateral com o ministro da Agricultura do Marrocos, Aziz Akhannouch

Maio 2017 - Reunião de consultas políticas - Visita do subsecretário-geral de África e Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni Abreu

Julho 2017 - Visita ao Marrocos do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Fernando Collor de Mello

Outubro 2017 - Visita ao Marrocos do chanceler Aloysio Nunes Ferreira para participar de conferência mini-ministerial da OMC, em Marraquexe / Encontro bilateral com o ministro da Indústria, Comércio e Economia Digital, Moulay Hafid El Alamy

Novembro 2017 - Conferência do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Fernando Collor de Mello, na Academia Real do Marrocos, sobre a América Latina na era da globalização, além de reuniões com dirigentes do Parlamento e autoridades governamentais

Março 2018 - Visita ao Brasil do chefe do Governo Saad-Eddine El Othmani, como chefe da delegação do Marrocos no Fórum Mundial da Água (Brasília, 18-23/3) / Encontro bilateral com o presidente Michel Temer

Março 2018 - Visita ao Brasil de delegação parlamentar da Câmara de Conselheiros do Marrocos, chefiada pelo Vice-Presidente da Câmara, Abdessamad Kayouh / Reunião conjunta dos Grupos Parlamentares de Amizade Brasil-Marrocos (Brasília)

Setembro 2018 - Encontro entre os chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Nasser Bourita, em Nova York, à margem da sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

Dezembro 2018 - Visita ao Marrocos do chanceler Aloysio Nunes Ferreira para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Migrações, em Marraquexe / Encontro bilateral com o ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Nasser Bourita

Janeiro 2019 - Participação do chefe do governo Saad-Eddine El Othmani nas cerimônias de posse do presidente Jair Bolsonaro (Brasília, 1º/1/19)

9. Os principais temas tratados nesses diversos encontros estão mencionados nas seções específicas deste relatório de gestão.

10. Destaque-se, neste ponto, a importância adquirida no período pela dimensão parlamentar do diálogo bilateral, com as duas visitas ao Marrocos do senador Fernando Collor de Mello, na condição de presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, e com a realização da primeira reunião conjunta dos Grupos Parlamentares de Amizade Brasil-Marrocos (da Câmara de Conselheiros e do Senado Federal), que permitiu definir denso programa de trabalho para os próximos anos.

11. No âmbito da diplomacia federativa, foi apresentada, em julho de 2017, proposta de geminação das cidades de São Paulo e Marraquexe. A Embaixada atuou para levar adiante a iniciativa, surgida por ocasião de visita do senador Collor a Marraquexe. Após o envio de carta do prefeito João Dória ao Wali de Marraquexe, foi obtida a aprovação por parte das instâncias cabíveis no Marrocos (Wilaya e Conselho Comunal de Marraquexe). A iniciativa depende, atualmente, de aprovação pela Câmara Municipal de São Paulo.

12. Nos últimos anos, tem aumentado consideravelmente o número de turistas brasileiros no Marrocos, que chegou a 45 mil em 2017 e a cerca de 55 mil em 2018, seguindo uma curva ascendente nos últimos anos, o que se tornou possível pela reabertura dos voos diretos São Paulo - Casablanca e Rio - Casablanca em 2013. O número de turistas marroquinos no Brasil gira em torno de 5 mil por ano.

13. Foi possível nos três anos obter a renovação da autorização permanente de sobrevoo e pouso de aeronaves oficiais brasileiras, o que facilita sobremaneira o tratamento do tema em casos específicos, que são frequentes, em razão da localização geográfica do Marrocos. A autorização permanente constitui evidência adicional da confiança recíproca entre Brasil e Marrocos.

14. Com relação ao tema do narcotráfico, a Embaixada procurou contribuir para o fortalecimento do diálogo entre as autoridades competentes dos dois países (Direção Geral de Segurança Nacional / Ministério do Interior, no Marrocos, e Departamento de Polícia Federal / Ministério da Justiça, no Brasil). Já houve a participação de policiais marroquinos no programa Intercops no Aeroporto de Guarulhos e o lado marroquino propôs a realização de encontros com suas contrapartes brasileiras. Na sequência de contatos da Embaixada com o Ministério do Interior, que manifestou interesse em um quadro jurídico mais claro para a cooperação nessa área, o Governo brasileiro propôs em abril de 2017 projeto de Acordo sobre Cooperação Policial, cuja negociação foi concluída em novembro de 2018, aguardando-se a finalização de aspectos formais do texto, com vistas a possível assinatura no próximo encontro de alto nível.

15. No âmbito multilateral, manteve-se um bom diálogo sobre um amplo espectro de temas, no qual se verificou considerável convergência de posições entre os dois países. O Marrocos tem dado apoio a muitas candidaturas brasileiras a organismos internacionais e já expressou de público seu apoio à postulação do Brasil à condição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Quanto ao tema do Saara Ocidental, prioritário para o Marrocos, o Brasil mantém sua posição tradicional de apoio aos esforços com vistas a uma solução justa, pacífica, mutuamente aceitável, nos termos das resoluções pertinentes das Nações Unidas.

16. O Brasil manteve, nesse período, sua participação na força de paz da ONU no Saara Ocidental, a MINURSO, que conta com a atuação de cerca de 10 observadores militares brasileiros. A Embaixada acompanhou o trabalho da MINURSO e manteve contatos telefônicos e por e-mail com militares brasileiros no Saara Ocidental, diretamente ou através do Adido de Defesa, este residente em Madri, bem como com o representante especial do secretário-geral da ONU (responsável pela MINURSO) em suas visitas a Rabat.

17. Na área da cooperação militar, ganhou impulso a negociação de um Acordo de Cooperação na Área de Defesa, cujo texto já se encontra praticamente finalizado. Um desenvolvimento importante foi a realização de visita ao Brasil de um grupo de 69 oficiais do Colégio Real de Ensino Militar Superior do Marrocos (CREMS), em maio de 2017, para palestras e contatos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (RJ) e no Ministério da Defesa e Comando de Operações Terrestres (Brasília). Em 2018 e 2019, o Marrocos enviou representantes de suas Forças Armadas para participar da feira LAAD, no Rio de Janeiro.

18. Em diversas ocasiões a Embaixada foi chamada a apoiar, do ponto de vista logístico e administrativo, a participação de delegações brasileiras em reuniões multilaterais no Marrocos, em particular em Marraquexe, cidade que já se consolidou como local frequentemente utilizado para grandes eventos internacionais, inclusive das Nações Unidas. Foi este o caso na realização da COP-22 (Marraquexe, 2016), da Reunião Ministerial da OMC (2017) e da Conferência das Nações Unidas sobre Migrações (2018).

19. A Embaixada manteve interlocução frequente com centros de estudo ("think tanks") marroquinos, participando de conferências e eventos para levar ao debate uma perspectiva brasileira sobre temas internacionais de interesse da opinião pública do Marrocos. Em 2017, o chefe do Posto participou de evento especialmente dedicado ao Brasil pelo Instituto Real de Estudos Estratégicos (IRES). Em 2016, 2017 e 2018, participou de seminários organizados pelo "OCP Policy Center" (que recentemente teve seu nome mudado para "Policy Center for the New South"), em particular os "Atlantic Dialogues", eventos realizados em Marraquexe e que têm contado com significativa participação de pesquisadores do Brasil. Manteve-se, além disso, programa de contatos e visitas aos principais órgãos de imprensa do Marrocos e com a agência de notícias oficial (MAP).

#### Acordos bilaterais

20. Entre 2016 e 2019, houve avanços significativos na negociação de textos jurídicos entre o Brasil e o Marrocos. Concluíram-se as negociações relativas aos seguintes tratados, cuja assinatura poderá ocorrer na primeira oportunidade de encontro de alto nível:

- a) Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ver abaixo)
- b) Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal
- c) Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Academia Marroquina de Estudos Diplomáticos

21. Além disso, encontram-se em estado já avançado de negociação ou de finalização formal, sendo passíveis de assinatura a curto prazo, os seguintes instrumentos:

- a) Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas
- b) Tratado de Extradicação
- c) Acordo-Quadro sobre Cooperação em Temas Relativos à Defesa

d) Acordo sobre Cooperação Policial

22. Está em negociação uma proposta de Acordo para Evitar a Bitributação no Setor de Transporte Internacional Aéreo e Marítimo (ver abaixo).

23. Existem, além disso, outros textos bilaterais sob consideração, em perspectiva de mais longo prazo.

II.2. Setor Econômico: Comércio e Investimentos

24. No período de 2016 a 2019, a balança comercial bilateral apresentou tendência de recuperação, após uma fase de redução do intercâmbio em 2014 e 2015, em consequência da desaceleração e recessão na economia brasileira. As exportações brasileiras ao Marrocos (principalmente açúcar, milho e outros produtos agrícolas), que haviam sido de US\$ 488 milhões em 2016, cresceram em 2017, chegando a US\$ 615 milhões. Em 2018, verificou-se queda, reduzindo-se o valor a US\$ 496 milhões, desta feita por razões conjunturais ligadas ao comportamento da oferta brasileira de açúcar. Quanto às importações brasileiras, é interessante notar que, entre 2012 e 2014, o Brasil havia sido o terceiro maior mercado para exportações marroquinas, encontrando-se hoje na oitava posição. Ainda assim, de 2016 a 2018 as importações brasileiras passaram de US\$ 655 milhões (ponto mais baixo no período recente) a US\$ 914 milhões. Do ponto de vista qualitativo, o comércio bilateral manteve-se concentrado em poucos produtos mais significativos: açúcar, milho, pimenta, nas exportações brasileiras; e fertilizantes, minérios de fosfato e pescados (sardinhas) nas exportações marroquinas.

25. Em vista do objetivo de desenvolver e aprofundar o intercâmbio bilateral no plano comercial e dos investimentos, a Embaixada procurou atuar no sentido de eliminar obstáculos e criar condições mais favoráveis à atuação de empresas brasileiras no mercado marroquino, seja por meio de exportações, seja mediante investimentos no Marrocos.

26. Quanto ao comércio, o principal esforço desenvolvido - que se encontra em andamento até o dia de hoje - foi o de impulsionar o processo de negociação de um acordo comercial entre o MERCOSUL e o Marrocos. Tal negociação, embora prevista no Acordo-Quadro assinado em 2004, por ocasião da visita do rei Mohammed VI ao Brasil, não chegou a ser efetivamente lançada nos anos subsequentes, encontrando-se em estado de paralisia em 2015. Foi possível relançar esse processo em março de 2016, por ocasião da visita a Rabat do então ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira. Naquele momento, ficou registrada em Comunicado Conjunto a intenção dos dois países de trabalhar no sentido de um acordo comercial. Posteriormente, inúmeros contatos mantidos com autoridades marroquinas, ao longo de muitos meses, permitiram alcançar dois avanços importantes: a apresentação pelo MERCOSUL de um modelo de texto para um acordo de livre-comércio com o Marrocos, entregue pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira ao ministro Moulay Hafid El Alamy, em novembro de 2017, e a realização de reunião técnica em Brasília, duas semanas depois. Nesse encontro, o lado marroquino indicou que examinaria o projeto de texto oferecido pelo MERCOSUL e que realizaria o estudo prévio necessário. Em 2018, a Embaixada procurou contribuir para que o processo não perdesse seu impulso, trabalhando para manter a interlocução entre as duas partes e para tentar facilitar a troca de informações necessária. Isso se fez em coordenação com as Embaixadas da Argentina e do Paraguai em Rabat (o Uruguai não mantém embaixada residente nessa capital). No momento atual, o avanço do processo depende de respostas do MERCOSUL a consultas efetuadas pelo Marrocos sobre aspectos da política comercial do bloco e sobre a indústria da pesca nos países membros.



27. Na área de investimentos, a Embaixada trabalhou para agilizar e acelerar os contatos de negociação do texto de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), também previsto no Comunicado Conjunto adotado na visita do ministro Mauro Vieira (março de 2016). O texto foi negociado diretamente entre as duas capitais, concluindo-se em 2017 e encontrando-se já pronto para assinatura na primeira oportunidade de encontro de autoridades de alto nível. A Embaixada foi autorizada a assinar o acordo pelo Brasil, mas o lado marroquino expressou a preferência por fazê-lo em ocasião de nível ministerial.

28. A Embaixada atuou, desde 2016, para apresentar e fazer avançar junto ao governo do Marrocos a proposta de um Acordo para Evitar a Dupla Tributação no Setor de Transporte Internacional Aéreo e Marítimo (ADT setorial). O lado marroquino, inicialmente mais inclinado a negociar um acordo de alcance mais universal (no modelo OCDE), aceitou formalmente em março de 2019 a negociação segundo o modelo setorial brasileiro. O tema, que é de direta relevância para as atividades da empresa aérea Royal Air Maroc (RAM) no Brasil, encontra-se em negociação entre a Direção Geral dos Impostos do Marrocos e a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

29. Outro aspecto da atuação da Embaixada foi o do apoio a empresas brasileiras no esforço de prospecção de oportunidades de exportação ao Marrocos ou de investimentos brasileiros no mercado marroquino. O SECOM recebeu continuamente, por e-mail, consultas de exportadores brasileiros com interesse no mercado marroquino, efetuou, para cada produto com potencial exportador, análise das barreiras tarifárias e dos principais países que já exportam para o Marrocos no setor, e preparou listas de potenciais empresas importadoras locais. Têm sido respondidas, em média, em torno de sete consultas por mês, além da elaboração eventual de estudos mais detalhados.

30. Em acréscimo à atividade diária do Setor de Promoção Comercial no atendimento a consultas específicas de empresas brasileiras, destacam-se, nesse particular, algumas iniciativas:

a) Apoio político e institucional a empresas brasileiras em sua participação em eventos ou na difusão de informações sobre oportunidades de exportações ou licitações, como ocorreu, por exemplo, no setor de carne (licitações em 2017 e 2018), aeronáutico (Marrakesh Air Show, em 2016 e 2018, e eventos na Academia de Aviação Civil, além do envio de estagiários marroquinos ao Brasil), setor agro-alimentar e de implementos agrícolas (Salão Internacional da Agricultura do Marrocos - SIAM, em 2017 e 2019) e construção civil (2016). Foi particularmente importante a presença no SIAM em 2017, quando se organizou, com a participação da APEX-Brasil, um stand brasileiro, que contou com a participação de empresas brasileiras do setor agrícola e de equipamentos.

b) Realização de eventos com lideranças empresariais brasileiras, como o Seminário Brasil-Marrocos realizado em março de 2016, por ocasião da visita do ministro Mauro Vieira.

c) Contatos com grandes redes distribuidoras de varejo ("grandes superfícies") para promoção de produtos brasileiros, tanto pela prospecção de oportunidades junto a redes marroquinas quanto pelo convite à participação de gerentes de compras no "Projeto Comprador" da APEX-Brasil (2018).

31. Um dos temas que maior atenção e tempo demandaram na área comercial foi a interação com as autoridades sanitárias do Marrocos para a solução de problemas ou pendências relativas ao comércio agrícola bilateral, muito especialmente na área de produtos de origem animal (carne bovina e de aves, animais e material genético, e pescados, do lado das exportações brasileiras;

pescados e lácteos, do lado das exportações marroquinas). Foram empreendidos esforços, nos primeiros meses de 2017, para superar a suspensão de desembarques de carne de frango brasileira, motivada por repercussões internacionais da Operação "Carne Fraca" da Polícia Federal. Após reiteradas gestões, a revogação da suspensão foi obtida em maio de 2017.

32. Foi possível avançar, nesse período, no processo (que já durava longos anos sem solução, constituindo foco potencialmente problemático) de habilitação de empresas marroquinas para a exportação de produtos lácteos ao Brasil. Em outubro de 2017, alcançou-se organizar a visita de dois auditores fiscais do MAPA para inspeção das duas empresas marroquinas interessadas (Margafrigue e Fromagerie Bel Maroc). O processo de análise pelo MAPA concluiu-se em março de 2019. Encontra-se atualmente em processo de finalização o modelo de certificado sanitário necessário para o início das exportações marroquinas de lácteos.

33. Registre-se, ainda, que em consequência do encontro do ministro Blairo Maggi com o ministro da Agricultura do Marrocos, em novembro de 2016, o Brasil passou a ser convidado, a partir de 2017, a participar da licitação anual das Forças Armadas do Marrocos para a compra de carne bovina. Desde o final de 2018, a Embaixada passou a contar com um adido agrícola, o que tem permitido dinamizar o tratamento dos temas do comércio agrícola bilateral, assim como a prospecção e promoção de oportunidades de exportações brasileiras ao mercado marroquino nesse setor.

### II.3. Setor Cultural: Difusão da cultura brasileira e da imagem do Brasil, promoção da língua portuguesa e cooperação educacional

34. A Embaixada atuou com vistas a uma retomada de atividades culturais em Rabat, após um período de relativa redução do ritmo, em razão de ausência de recursos orçamentários, em particular em 2015.

35. Com esse objetivo, buscou-se, além dos recursos do programa de difusão cultural do Itamaraty, mobilizar apoio de empresas instaladas no Marrocos e com interesses ligados ao Brasil, o que se revelou factível em alguns casos.

36. Além das inúmeras atividades rotineiras do Setor Cultural (atendimento de consultas, presença em eventos etc.), destacam-se as seguintes iniciativas realizadas pela Embaixada ou com sua participação:

- a) Recepção em homenagem à delegação marroquina aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, em julho de 2016.
- b) Apresentações de música brasileira ("bossa nova") no contexto da celebração do 7 de setembro (em 2017 e 2018).
- c) Apresentação da cantora brasileira Fabiana Cozza e seu grupo, no auditório da Biblioteca Nacional do Reino do Marrocos (outubro de 2018).
- d) Eventos de celebração do Dia da Língua Portuguesa, organizados em colaboração com o Instituto de Estudos Hispano-Lusófonos, da Universidade Mohammed V de Rabat, e com as embaixadas dos demais países lusófonos (em 2016, 2017 e 2018).
- e) Publicação do livro "As Relações entre o Marrocos e o Brasil", em colaboração com o Instituto de Estudos Hispano-Lusófonos, da Universidade Mohammed V de Rabat, e com o apoio da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) (trabalho iniciado em 2017 e concluído em janeiro de 2019).

- f) Exibição de filme brasileiro no Festival do Cinema Latino de Rabat, organizado pelo Instituto Cervantes (em 2018, com a obra "O Filme da Minha Vida", e em 2019, com "João, o Maestro").
- g) Apoio às iniciativas do coletivo "Art Lina", de Rabat, na organização de eventos de difusão da cultura brasileira (rodas de capoeira, aulas de samba) (2017).
- h) Apoio e presença do Chefe do Posto no evento "Mountain Do - Merzouga", maratona organizada por empresa brasileira em deserto na região sudeste do Marrocos com a participação de cerca de 250 brasileiros.
- i) Apoio à exposição de quadros do pintor brasileiro Menelaw Sete, no Hotel "Le Casablanca", em Casablanca (2018).
- j) Presença do Chefe do Posto em apresentações de artistas brasileiros em festivais de música no Marrocos (Marlui Miranda, no Festival de Música Sagrada e Músicas do Mundo, em Fez, 2017; Carlinhos Brown, no Festival de Música Gnaua, em Essaouira, 2017).
- k) Presença do Chefe do Posto no 12º Festival Internacional do Filme Feminino de Salé (2018), que teve o Brasil como país homenageado, com a presença da diretora Roberta Marques e da produtora Sara Silveira.
- l) Criação do "Prêmio Brasil" na 13ª edição do Concurso Internacional de Piano "Princesa Lalla Meryem", destinado ao melhor intérprete de peça do repertório de música clássica brasileira para piano (2018).

37. No tocante à difusão da imagem do Brasil, registre-se, ainda, que foi realizada, em dezembro de 2017, conferência do senador e ex-presidente da República Fernando Collor de Mello na Academia do Reino do Marrocos, marcando a abertura do ciclo de debates "A América Latina como Horizonte de Pensamento", evento que contou com grande afluxo de público e importante repercussão de imprensa. Realizou-se, igualmente, em fevereiro de 2018, conferência do professor Carlos Américo Pacheco (sobre a experiência brasileira de desenvolvimento tecnológico no setor aeronáutico) na solenidade de abertura da sessão anual da Academia Hassan II de Ciência e Tecnologia.

38. No período considerado, a Embaixada intensificou os esforços de difusão do Programa Estudante-Convênio (Graduação e Pós-Graduação), com vistas a atrair participantes marroquinos. Houve duas participações em 2017, para cursos de Letras (Português e Inglês) e Arquitetura e Urbanismo, e novamente duas em 2019, desta feita para cursos de Medicina e Odontologia.

#### II.4. Setor Consular: Assistência a nacionais brasileiros

39. No período considerado, foi efetuada com êxito a instalação na Embaixada (Setor Consular) do Sistema Consular Integrado (SCI) e o treinamento dos funcionários para sua operação, que passou a ser utilizado a partir de setembro de 2018.

40. Em outubro e novembro de 2018, a Embaixada organizou a realização de eleições nas dependências da Chancelaria, que contaram com a participação de 33 eleitores no 1º turno e 22 no 2º turno. As eleições transcorreram em ambiente de normalidade e participação cidadã.

41. Sendo numericamente pouco expressiva a comunidade brasileira no Marrocos (estimada entre 200 e 300 pessoas) e não sendo exigido visto para viagens de turistas marroquinos ao Brasil, a prioridade do trabalho consular da Embaixada no período considerado recaiu sobre a imprescindível assistência aos nacionais brasileiros detidos em estabelecimentos penitenciários do Marrocos. Trata-se de problema que se vem agravando, passando o número de brasileiros presos de apenas um em 2016 a 43 em abril de 2019.

42. A necessidade de assistência se dá, além das dificuldades enfrentadas de forma geral em razão da situação de detenção em país estrangeiro, também e sobretudo em razão das carências enfrentadas pelos presos no que se refere à dificuldade de compreensão das línguas utilizadas pela polícia e pelo sistema prisional - o árabe, idioma oficial, além do dialeto marroquino (o "darija") e do francês -, o que afeta diretamente seu direito de defesa, bem como no tocante à alimentação e a suprimentos de vestuário e bens de primeira necessidade (artigos de higiene, medicamentos etc.).

43. A Embaixada efetuou diversas gestões junto a autoridades diplomáticas, policiais e penitenciárias do Marrocos para tratar da situação de brasileiros detidos, encontrando sempre boa disposição de cooperação por parte daquelas autoridades. Com o apoio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a Embaixada realizou, em 2018, licitação para a contratação de escritório de advocacia marroquino para prestar assistência jurídica aos presos de nacionalidade brasileira. O escritório contratado tem atuado, desde julho de 2018, no acompanhamento dos processos judiciais, incluindo a defesa em audiências em tribunais, tradução e assessoria à Embaixada.

44. Têm-se registrado, igualmente, alguns casos de cidadãs brasileiras que se veem em situação vulnerável no Marrocos após aceitarem proposta de matrimônio com pessoas com quem travaram conhecimento pela Internet. Tais mulheres solicitam, por vezes, o apoio da Embaixada para seu retorno ao Brasil.

45. Além disso, sobretudo em 2017, ocorreram casos de brasileiros que, inadmitidos em países europeus, foram deportados de volta ao Brasil por meio de voos com escala em Casablanca. Por problemas de conexão de voo ou equívoco nos bilhetes, tais brasileiros passavam a encontrar-se em situação de carência, ficando restritos à área de trânsito do aeroporto durante longo tempo, sem acesso adequado a alimentação, banheiros e comunicações. A Embaixada efetuou gestões junto às autoridades marroquinas e à RAM no sentido de buscar melhor atendimento a esses cidadãos brasileiros. A solução encontrada, desde 2017, tem sido a de permitir o acesso dos brasileiros em trânsito de deportação a uma área especial da RAM no Terminal 3 do Aeroporto Mohammed V, na qual têm condições aceitáveis de permanência, incluindo cafeteria, banheiros, camas e acesso à Internet.

### III. Desafios

46. No plano político, não há propriamente dificuldades no trabalho da Embaixada, uma vez que a agenda bilateral é amplamente positiva e não comporta elementos de fricção ou de irritação. Como já mencionado, o único aspecto com potencial negativo a ser acompanhado com atenção de nossa parte é o da utilização dos voos diretos para atividades ilícitas, de modo a contribuir para a solução do problema e evitar que possa exercer impacto prejudicial sobre as relações bilaterais.

47. Não obstante a boa disposição que se nota existir entre brasileiros e marroquinos, verifica-se ainda certo grau de desconhecimento recíproco entre os dois povos e mesmo entre os dois Governos. É pouco conhecido dos brasileiros o grau de desenvolvimento já alcançado pelo Marrocos - na renda per capita, na qualidade da infraestrutura, na conectividade, no bom ambiente de negócios, na diversificação industrial -, e isso constitui fator que entorpece o avanço do intercâmbio e dos investimentos recíprocos. Fenômeno análogo pode ser identificado no

sentido inverso, o que explica a tendência de algumas lideranças marroquinas a subestimarem o potencial de intercâmbio e ganho recíproco nas relações com o Brasil.

48. Os principais desafios estão no plano do comércio e dos investimentos, no qual o aumento da presença do Brasil no Marrocos exige um esforço de abertura de espaços, de eliminação ou redução de obstáculos, e de criação de oportunidades, por se tratar de país em que não há atuação tradicional de empresas brasileiras e de um mercado no qual nossos produtos de exportação sofrem considerável desvantagem competitiva. Isso decorre do fato de não existir ainda acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e o Marrocos, ao passo que o Marrocos já firmou tais acordos com mais de cinquenta países, inclusive algumas das economias mais competitivas do mundo, como os EUA, a UE, a Turquia e países árabes como o Egito e a Tunísia. Sendo as tarifas de importação marroquinas ainda relativamente elevadas, os produtos brasileiros veem-se, assim, em desvantagem não apenas com relação aos similares locais, mas também aos produtos de mais de 50 países que aqui podem ser vendidos com tarifa zero.

49. No âmbito cultural, um obstáculo de monta é o escasso conhecimento da língua portuguesa no Marrocos, o que se soma à presença muito limitada de traduções (para o árabe ou para o francês) de autores brasileiros - com a notável exceção de Paulo Coelho - ou mesmo de livros sobre o Brasil. Na televisão, a apresentação de telenovelas brasileiras, que era mais comum há alguns anos, cedeu lugar a produtos de outras procedências (Turquia e Egito, por exemplo), o que pode refletir, entre outros aspectos, diferenças de sensibilidade cultural e de costumes. É também muito limitada a oferta de cursos de língua portuguesa, mais ainda no que se refere à variante brasileira do idioma, e não há ainda nenhum leitorado brasileiro em universidade marroquina.

50. Representa uma dificuldade a restrição de recursos orçamentários para a difusão da cultura brasileira no Marrocos, que levou ao cancelamento de atividades do programa cultural do posto. A alternativa de financiamento privado, sempre que possível, tem sido buscada pela Embaixada, mas revela-se de escasso potencial, em razão da inexpressiva presença de empresas brasileiras no Marrocos.

51. A cooperação jurídica com o Marrocos, embora se beneficie da boa vontade e entendimento entre os dois Governos, revela-se em certos casos lenta e pouco efetiva, em particular no que se refere à tramitação de diligências solicitadas por cartas rogatórias. Trata-se de uma das razões que justificam a celebração de acordo de auxílio jurídico mútuo na área civil (já assinado, mas ainda não em vigor) e penal (ainda por assinar).

52. Há dificuldade de contatos no meio militar, que no Marrocos é especialmente fechado e reservado, salvo nos casos de países que mantêm vínculos mais profundos e antigos de cooperação e fornecimento de material de defesa.

#### IV - Sugestões

53. Em vista da avaliação acima apresentada, é importante dar continuidade a práticas bem-sucedidas já existentes no âmbito bilateral, em particular no que se refere a:

- a) Manutenção de um ritmo adequado de visitas de alto nível e de realização de reuniões de consultas políticas (em nível de Secretário-Geral ou Secretário).
- b) Assinatura dos acordos bilaterais já negociados e finalização daqueles ainda em negociação, além de providências ágeis para a ratificação e promulgação de instrumentos já assinados (como

é o caso do Acordo sobre Cooperação Jurídica em Matéria Civil e do Acordo de Cooperação na Área do Turismo).

c) Prosseguimento e intensificação da programação cultural do Brasil no Marrocos.

54. Adicionalmente, para enfrentar alguns dos desafios identificados, poderiam ser examinadas as seguintes sugestões para a continuidade e fortalecimento do trabalho diplomático e consular do Brasil no Marrocos:

- a) Continuar a impulsionar a negociação de um acordo de livre comércio MERCOSUL-Marrocos, assegurando-se que receba a correspondente prioridade.
- b) Como objetivo de mais curto prazo, examinar a possibilidade de medidas bilaterais de liberalização e facilitação do comércio em setores específicos, como por exemplo a ampliação, pelo Marrocos, de quota para importação de carne bovina com tarifa reduzida.
- c) Assegurar o início de funcionamento do Grupo Técnico Bilateral sobre Temas Agrícolas, para o tratamento de questões práticas do comércio de produtos agrícolas entre Brasil e Marrocos (habilitações e registros de empresas, exigências fitossanitárias, procedimentos de certificação etc.), de modo a permitir um diálogo mais ágil e mais direto entre os funcionários dos órgãos responsáveis (MAPA, no Brasil, e ONSSA, no Marrocos).
- d) Exame da possibilidade de criação de um escritório da APEX-Brasil em Casablanca, de modo a potencializar a ação brasileira de promoção de exportações e investimentos não apenas no Marrocos, mas em toda a região do Magrebe e da África Ocidental, para a qual a cidade de Casablanca (a maior do país e a de maior peso econômico) tende a converter-se em um "hub".
- e) Intensificar o diálogo e as medidas práticas de cooperação entre as autoridades competentes dos dois países para o combate ao narcotráfico, em particular no que se refere aos voos diretos entre o Brasil e o Marrocos. Nesse contexto, além da assinatura do Acordo de Cooperação Policial, seria recomendável formular convite às autoridades marroquinas para contatos com o DPF/MJ em Brasília.
- f) Organizar campanha de sensibilização da opinião pública no Brasil com vistas a evitar ou reduzir a participação de nacionais brasileiros em atividades criminosas transnacionais, mostrando a triste situação de nossos concidadãos detidos no Marrocos e em outros países e alertando, em vídeos ou cartazes para apresentação em espaços públicos (como aeroportos) para as graves consequências decorrentes das tentativas de tráfico de substâncias ilícitas.
- g) Com o objetivo de ampliar a oferta de livros de autores brasileiros ou sobre temas ligados ao Brasil, organizar um programa de cooperação com as duas principais empresas de distribuição de livros em francês e em espanhol no Marrocos. Com a garantia de compra de certo número de exemplares pela Embaixada, as empresas de importação e distribuição se comprometeriam a oferecer, em pontos de venda em todo o país, livros brasileiros traduzidos para os dois idiomas ou livros de autores estrangeiros com estudos sobre temas brasileiros.
- h) Organizar visita ao Brasil do Presidente (Reitor) da Universidade Mohammed V de Rabat, para contatos com instituições de ensino superior, a fim de estabelecer linhas de cooperação acadêmica entre a principal universidade marroquina e uma ou mais de suas congêneres no Brasil.
- i) Obter a criação de um ou mais leitorados brasileiros em universidades marroquinas de maior peso (Universidade Mohammed V de Rabat, Universidade Hassan II de Casablanca, Universidade Ibn Zohr de Agadir, e Universidade Al Akhawayn de Ifrane).
- j) Em vista do interesse de aprofundar as relações na área militar, inclusive no tocante à exportação de produtos de defesa, examinar a possibilidade de estabelecer uma adidância de defesa residente em Rabat, o que permitiria contatos mais frequentes e mais ágeis com as autoridades das Forças Armadas Reais do Marrocos.

k) Mudança da Chancelaria para novas instalações que sejam mais amplas e mais adequadas do ponto de vista de representação. Idealmente, em perspectiva de longo prazo, poderia ser examinada a possibilidade de aquisição ou obtenção (junto ao Governo marroquino) de terreno com localização prestigiosa para a construção de uma sede própria da Chancelaria, com projeto de arquitetos brasileiros. Mais imediatamente, uma alternativa seria o aluguel de um piso em edifício comercial com espaços adequados para escritórios e características aceitáveis no tocante à representação.

l) Em médio e longo prazo, trabalhar para a criação de um "Espaço Brasil", que reúna difusão cultural e promoção comercial e do turismo, na forma de uma pequena loja de produtos brasileiros de alta qualidade acoplada a uma livraria e a um auditório para eventos culturais (audiovisuais).